

CÁSSIO RODRIGUES DA SILVEIRA

**ENTRE O CORTE DA CERCA E A TEIA DA REDE:
DESAFIOS DO MST NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA, 2015**

CÁSSIO RODRIGUES DA SILVEIRA

**ENTRE O CORTE DA CERCA E A TEIA DA REDE:
DESAFIOS DO MST NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA, 2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S587e Silveira, Cássio Rodrigues da, 1975-
2015 Entre o corte da cerca e a teia da rede: desafios do MST na luta pela
reforma agrária no Brasil / Cássio Rodrigues da Silveira. - 2015.
220 f.

Orientador: Antônio Almeida.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-
Terra - Publicações - Teses. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem-Terra - História - Teses. 4. Movimentos sociais - Brasil - História -
Séc. XX - Teses. I. Almeida, Antônio. II. Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Entre o corte da cerca e a teia da rede: desafios do MST na luta pela reforma agrária no Brasil*. 2015, 233 fls. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. ANTÔNIO DE ALMEIDA
UFU (ORIENTADOR)

PROF. DR. CARLOS MARTINS JÚNIOR
UFMS/UFMG

PROF. DR. JOÃO MARCOS ALEM
UFU

PROF^a. DR^a. MARIA ANDRÉA ANGELOTTI CARMO
UFU

PROF. DR. MURILO SEBE BON MEIHY
UFRJ

Aos meus filhos, Cauê, João Pedro e Gabriel,
flechas lançadas para um futuro que eu não
conheço, mas que realmente espero que seja mais
justo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Antônio de Almeida, pela orientação honesta, que valoriza os esforços e a autonomia do orientando, mas, acima de tudo, pela humanidade demonstrada nas relações que manteve comigo em todos os momentos. Ser orientado por você representou para mim um crescimento intelectual e profissional, além de ter reforçado valores os quais acredito indispensáveis para a convivência entre as pessoas.

Ao professor João Marcos Alem e à professora Maria Andréa Angelotti Carmo, pelas contribuições na qualificação, que por certo podem ser percebidas na tese, e pelo aceite em participarem desta defesa.

Aos professores Carlos Martins Júnior e Murilo Sebe Bon Meihy, por aceitarem participar desta banca e pela leitura e as contribuições.

Ao meu irmão Miguel Rodrigues de Sousa Netto, historiador competente, intelectual admirável, que esteve ao meu lado nas conversas sobre o tema, no auxílio técnico do texto e no incentivo para que eu chegasse até o fim. Se irmandade não for isso, não posso imaginar o que seja.

Ao Aguinaldo Rodrigues Gomes, pelas conversas enriquecedoras sobre o tema. À Thaís Leão Vieira, pelo incentivo e a amizade. É bom ter com quem compartilhar esse tipo de ansiedade. Ao André Luiz Xavier, pelo auxílio com a língua inglesa, mais uma vez.

Ao Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso pelo apoio na coleta de dados da pesquisa, tarefa árdua e necessária, sem a qual a tese não existiria.

Aos meus pais, Vera e Jesusmar, aqueles com quem definitivamente pude contar, sem qualquer exceção, em todos os momentos da minha existência.

À família e todos aqueles mais próximos que torceram tanto por mim durante todo esse tempo. À Raíssa, nas nossas idas e vindas, sempre juntos. Como é bom tê-los junto na jornada!

A Deus ou ao acaso.

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Entre o corte da cerca e a teia da rede: desafios do MST na luta pela reforma agrária no Brasil*. 2015, 233 fls. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

RESUMO:

Objetivamos na presente tese analisar aspectos das transformações ocorridas no MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no período de 1981 até janeiro de 2015, por meio de suas publicações. Deixamos claro que o que é apresentado aqui é um conjunto de representações – tal como Roger Chartier nos apresenta este conceito – do Movimento a respeito de temas os quais elegemos como pertinentes para a compreensão de sua dinâmica no tempo. A documentação central utilizada no trabalho é o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem seu início, ainda como um boletim, antes da fundação oficial do MST, em 1984, mas foram utilizadas também outras publicações informativas e formativas e o conteúdo do seu site, que passou a existir a partir de 1996. Como o Movimento se desenvolveu em um período de acentuação de tendências da modernidade, tais como o individualismo, o consumismo e a desagregação social, procuramos compreender, por meio da pesquisa, quais foram os impactos dessa conjuntura sobre o nosso sujeito. Para tanto a parte inicial da tese procura aclarar as principais características da temporalidade em questão que poderiam influenciar o MST. Acompanhamos suas percepções sobre a Reforma Agrária, a formação dos seus membros, tanto no que se refere a algumas formas quanto ao conteúdo ideológico, sua relação com o Estado e o tema da violência tal como ela é sentida e realizada pelos sujeitos sociais que nos propusemos estudar. Na sua busca por estabelecer novas relações no campo, o Movimento, desde o seu início, compreendeu que isso seria muito difícil no interior das relações capitalistas, sobretudo na sua versão neoliberal, e assumiu um discurso de classe, com forte teor revolucionário. O MST, desse modo, com raras exceções, sempre compreendeu que as mudanças que buscava ver consolidadas seriam do tamanho que ele tivesse força para gerar, por meio da luta. Desde a década de 1980 e, sobretudo a partir dos anos 90, o Movimento gradativamente se alia cada vez mais a uma rede complexa de sujeitos no planeta, designados pelo termo geral “Altermundialismo”, que atualmente se unem em torno de um lema comum: “um outro mundo é possível”. Os limites e alcances dessa afirmação, assim como as formas por meio das quais o MST procura se inserir nesse campo de luta, também são analisados no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: MST, Reforma Agrária, Neoliberalismo, Altermundialismo.

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Entre o corte da cerca e a teia da rede: desafios do MST na luta pela reforma agrária no Brasil*. 2015, 233 fls. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

ABSTRACT:

We aim in this thesis to analyze aspects of the transformations occurred in the MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (in free translation: *Rural Workers Landless Movement*), from 1981 until January 2015, through its publications. We made it clear that what is presented here is a set of representations – as this concept is defined by Roger Chartier – of the movement about issues which we choose as relevant to understanding its dynamics in time. The central point of documentation used in the work is the *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (in free translation: *Journal of Landless Rural Workers*), which has its beginning, even as a report, before the official foundation of the MST in 1984, but were also used other informational and training publications, besides its content site, which came into being in 1996. As the movement developed into a trends accent period of modernity, such as individualism, consumerism and social breakdown, trying to understand, through research, what were the impacts this situation on our subject. Therefore, the initial part of the thesis strives to clarify the main characteristics of temporality issue that could influence the MST. We follow their perceptions of land reform, the formation of their members – both with regard to some forms as the ideological content – its relationship with the state and the issue of violence as it is felt and performed by social subjects we set ourselves the study. In its quest to establish new relations in the field, the movement, since its inception, realized that it would be very difficult within capitalist relations, particularly in its neoliberal version, and took a discourse of class, with strong revolutionary content. The MST, thereby, with rare exceptions, always understood that the changes sought would be consolidated see the size of its force to generate them through the struggle. Since the 1980s and especially from the 90s, the movement gradually alia increasingly complex network of individuals on the planet, designated by the general term “alterglobalisation” which currently come together around a common theme: “another world is possible”. The limits and scope of this statement, as well as the ways in which the MST seeks to enter this field of struggle, are also analyzed in the work.

KEYWORDS: MST, Land Reform, Neoliberalism, Alterglobalisation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 CAPÍTULO I	
A ERA DAS MOBILIZAÇÕES.....	25
1.1. CRISE DO REGIME DE HISTORICIDADE MODERNO.....	27
1.2. HIPERINDIVIDUALISMO E CONFIANÇA.....	33
1.3. MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES.....	51
1.4. HIPERMODERNIDADE E VIOLÊNCIA.....	58
1.5. A QUESTÃO DO ESTADO.....	65
 CAPÍTULO II	
MST, CLASSES E A LUTA CLÁSSICA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	84
2.1. O MOVIMENTO.....	86
2.2. BREVE HISTÓRICO DO <i>JORNAL SEM TERRA</i>	90
2.3. A REFORMA AGRÁRIA.....	100
2.4. A FORMAÇÃO DOS MEMBROS.....	105
2.5. A VIOLÊNCIA.....	115
2.6. A RELAÇÃO COM O ESTADO.....	119
 CAPÍTULO III	
MST E ALTERMUNDIALISMO: UM “OUTRO MUNDO” É POSSÍVEL?.....	145
3.1. SISTEMA CAPITALISTA, GOVERNO DA BURGUESIA?.....	147
3.2. O ALTERMUNDIALISMO.....	150
3.3. UM CAMPESINATO GLOBAL.....	156
3.4. MST, NEOLIBERALISMO E IMPERIALISMO.....	167
3.5. O ENGAJAMENTO ECOLÓGICO-AMBIENTALISTA.....	177
3.6. CRÍTICAS AOS LIMITES DO ALTERMUNDIALISMO.....	187
3.7. DA PRÁTICA À TEORIA.....	191
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 205
 DOCUMENTAÇÃO.....	 221
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 225
 BIBLIOGRAFIA GERAL.....	 229

Cansamo-nos a trabalhar de noite e de dia, quando há trabalho, e não aliviamos o nosso castigo na vida faminta, covo uns bocaditos de terra quando nos dão para cultivar, e até altas horas, e agora é um geral desemprego, o que eu queria saber era porque são estas coisas assim e se vai ser assim até morrermos todos, não há justiça se uns têm tudo e os outros nada, e eu só queria dizer que os camaradas podem contar comigo, é só isto e nada mais.

José Saramago, *Levantado do Chão*.

INTRODUÇÃO

Minha aproximação com o tema dos movimentos sociais se deu ainda na graduação, nos estudos de ética. A temática girava em torno da justificação moral da desobediência às leis em uma sociedade democrática. O problema, só para situar, é que uma democracia possui meios jurídicos para a modificação de leis que não sejam consideradas adequadas, como um poder legislativo funcionando permanentemente, a divisão dos poderes e a liberdade de expressão, na maioria dos países. Se existem meios lícitos para a modificação jurídica, a justificação ética para a desobediência fica mais difícil, ao contrário do que acontece em uma ditadura, por exemplo, quando diante de uma lei injusta não existe outra opção além de aceitá-la ou desobedecê-la.

No entanto, ao final do trabalho, utilizando como base o utilitarismo de Peter Singer¹, acabei por concluir que a desobediência às leis injustas, mesmo em uma democracia, além de ser justificável, chega mesmo a ser a posição moral mais correta em situações de injustiça inaceitáveis.

Fui aprimorando, assim, certa percepção de democracia. Nela, percebo que as instituições formais e os processos que as sustentam são essenciais. Não consigo imaginar um país ordenado que funcione de forma muito diferente daquilo que conhecemos e entendo que, em termos gerais, é o que é possível fazer por ora. No entanto, em minha concepção, existe um papel central para os movimentos sociais, que exercem a função vital de manutenção do diálogo entre uma sociedade e as suas instituições políticas. As leis podem sofrer alterações quando estão inadequadas, é verdade. A história, no entanto, parece demonstrar, principalmente quando pensamos nos direitos sociais, civis e políticos de grupos como mulheres, negros e trabalhadores, que sem certa pressão por parte daqueles que sentem as injustiças na pele, o sistema legislativo, por si só, não tende a alterar o aparato jurídico para atender aos grupos atingidos. Uma sociedade democrática é tensa, é um projeto sempre aberto para a novidade, e os movimentos apontam, por vezes, para onde se deve ir.

Não há aqui uma defesa ingênua de que a sociedade civil deve tomar para si a função de legislar e anular o papel das instituições de representação, mas sim a de que estas últimas,

¹ SINGER, Peter. *Democracia y Desobediência*. Barcelona: Ariel, 1985.

em razão de uma tendência ao distanciamento do tecido social, precisam da interação com os grupos sociais organizados para assimilarem os rumos que devem ser tomados em um determinado momento. Tal percepção de democracia me conduziu, no mestrado², a um estudo sobre a relação entre a ação dos movimentos sociais e as mudanças das leis, no tensionamento entre legalidade (correção jurídica) e legitimidade (tendência a ser compreendida como justa) das peças jurídicas. Foi escolhido, para tanto, o movimento de luta pela terra. A justificativa é dupla: é um dos movimentos de maior visibilidade nas últimas décadas no Brasil; realiza um embate virulento com uma peça importante do direito das modernas sociedades: a propriedade.

Quanto mais os estudos sobre a democracia avançavam, mais outros problemas se juntavam ao meu repertório de inquietações: as mudanças culturais que vêm se desencadeando a partir da década de 1970, denominadas de pós-modernidade (David Harvey), hipermodernidade (Gilles Lipovetsky), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), modernidade reflexiva (Ulrich Beck), dentre outros termos, a depender do estudioso da temática. Independente da nomenclatura escolhida, alguns traços comuns podem ser encontrados nas descrições dos estudiosos do tema: os padrões de hierarquia tradicionais, tais como família, religião, moral, sofrem um enfraquecimento e cedem lugar para formas de interação mais horizontalizadas, fluidas, como afirma Bauman, na base da conexão; queda da influência e da soberania estatal, ou das instituições políticas, enfraquecidas pelo fluxo globalizado de informações e do mercado, e diminuição do espaço público diante do privado; descrença, por parte dos cidadãos, com relação à capacidade do Estado de direcionar a solução dos problemas, exatamente porque ele perde cada vez mais a centralidade; relação entre cidadão e Estado traduzida na fórmula consumidor/prestador de serviços.

A pergunta que pode surgir é: por que essa temática invadiu uma pesquisa sobre movimentos sociais e democracia? A resposta é a seguinte: se os estudiosos estiverem certos, estamos cada vez mais individualizados e individualistas, com aquela mentalidade de um consumidor no shopping center que somente quer o produto que deseja entregue do jeito certo. Se avaliarmos bem a história das sociedades em que vivemos, perceberemos que elas não se tornaram democráticas em função de pessoas que fizeram simples cálculos utilitários de bem estar. É possível que encontremos um nível de engajamento naqueles que construíram

² SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Legalidade vs legitimidade: representações sobre a democracia no movimento de luta pela terra (Assentamento Nova Tangará, Uberlândia, 1999-2005)*, 2008. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

as democracias modernas e que integraram movimentos que lutaram pela consolidação e ampliação de direitos que extrapola a simples mentalidade do tipo “me dê aquilo de que eu preciso que eu estou satisfeito”.

Se entendermos a democracia, como eu a entendo, como um tipo de entendimento entre homens e mulheres que só se efetiva plenamente quando os membros da sociedade civil estão, em alguma medida, dispostos a se engajar em causas coletivas, e se isso tende cada vez menos a se efetivar, temos um problema para esse tipo de sociedade que precisa ser repensado na sua forma de funcionar. Se o engajamento em um movimento social, seja de duração mais curta ou mais exigente, como é o caso da luta agrária, demanda que pensemos na coletividade, e estamos menos propensos a fazer isso, temos um problema em relação a parte significativa das mobilizações coletivas, sobretudo as que tiveram lugar nos últimos anos. Foi por isso que, ao longo ainda do mestrado, mas sobretudo no doutorado, procurei aprofundar a temática da hipermodernidade, que é como eu preferi denominá-la aqui.

Para o mestrado, meu objeto de estudo foi o assentamento da Fazenda Nova Tangará, de responsabilidade do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), com um enfoque mais específico nas representações desenvolvidas no processo judicial que se desenrolou em função do pedido de reintegração de posse. No doutorado, com um fôlego maior, decidi me debruçar sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e a partir daí recuar um pouco em termos temporais, para conseguir avaliar as mudanças ocorridas nas últimas décadas e como o movimento se comportou com o passar do tempo. Podemos entender, portanto, que este seja o objetivo geral deste trabalho. Inicialmente, o período recortado para a pesquisa estava situado entre o início da década de 1980, mais especificamente 1981 – ano em que uma ocupação, a de Ronda Alta, deu início a um *Boletim Informativo*, que com o passar do tempo se configurou no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, com o advento, a partir de 1996, do site do MST, nossa principal fonte de pesquisa –, até 2006, ano em que termina o primeiro mandato do governo do PT. A preocupação estava voltada para avaliar como o movimento se comportou depois que um governo teoricamente mais à esquerda chegou ao poder. Na ocasião do exame de qualificação, me foi dada a sugestão de flexibilizar a delimitação temporal final, deixando que as próprias problemáticas suscitadas no decorrer da pesquisa indicassem esse horizonte. Foi essa decisão que me fez estender a análise do movimento até os dias atuais, o que abriu significativamente as possibilidades da pesquisa, como é possível perceber com a leitura do conteúdo disposto a seguir.

O tema geral da tese, portanto, consiste na relação entre movimentos sociais, democracia e hipermodernidade. A hipótese inicial, apresentada no projeto como algo a ser avaliado, era uma suspeita de que o MST, ao longo de todos esses anos, tendo em seu interior indivíduos vindos de diversos espaços e, portanto, submetidos às lógicas culturais do individualismo exacerbado, do consumismo extremo e do desengajamento com as causas coletivas, teria perdido força, sofrido um arrefecimento, o que seria algo normal em um momento tão inóspito para as solidariedades de grupo e as lutas democráticas. Era para essa conclusão que nossas primeiras reflexões apontavam e éramos, portanto, tomados de certo pessimismo com relação ao momento presente. O andamento da pesquisa, no entanto, nos abriu possibilidades para trilhar por outros caminhos.

O movimento mudou, e muito, desde seu início na Encruzilhada Natalino³, em 1981, passando pela consolidação nacional, em 1985, até os dias atuais. No entanto, o que parece ter ocorrido, ao contrário do que suspeitávamos antes da pesquisa, foi uma adaptação, com seus ganhos e suas perdas, a novos desafios que foram surgindo, por meio da utilização de novas possibilidades ideológicas e técnicas que se apresentavam aos agentes. Não houve só ganhos, é claro, em uma jornada tão longa e complexa. No entanto, parece-nos, agora, que falar simplesmente em enfraquecimento, peleguismo ou termos do gênero seria simplificar demais a análise sobre um movimento cuja trajetória teve e continua tendo muitas contribuições para a reflexão sobre o estado de coisas das sociedades contemporâneas, e não só brasileiras. Isso mesmo: o movimento se internacionalizou, e essa internacionalização passou a ser um elemento importante do presente trabalho.

Realizada essa digressão, que corre o risco de ser enfadonha e considerada desnecessária pelo leitor, mas que considero esclarecedora, faz-se necessário deixar claras algumas das escolhas de caráter teórico-metodológico que norteiam a tese. Primeiramente falemos um pouco sobre a questão teórica. Temos consciência de que as nossas fontes de pesquisa, que são essencialmente o *Jornal Sem Terra*, a revista, o site e algumas outras publicações do movimento, devem ser enquadradas no que, em termos gerais, denomina-se imprensa. Não optamos, portanto, por um contato direto com os sujeitos envolvidos nas ações, por meio de entrevistas, por exemplo. Isso fez com que optássemos, desde o mestrado, no qual trabalhamos com um processo judicial, em abordar as dinâmicas desenvolvidas pelos nossos sujeitos e em torno de suas ações por meio da noção de “representação”. Para isso,

³ Ocupação que tem um significado simbólico para a origem do MST, sobre a qual falaremos com mais detalhes no curso do trabalho.

foram imprescindíveis as reflexões desenvolvidas pelo historiador Roger Chartier sobre esse conceito.

O ganho que entendemos existir ao se compreender a dinâmica social, no caso os embates do movimento com os órgãos do Estado e o próprio sistema econômico vigente, a partir de Chartier, é que, por meio do trabalho com as representações, ele se propõe a eliminar a suposta divisão entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Para isso, de acordo com o autor, é necessário

considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões de organização social [...], mas também considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.⁴

Existem certas representações que os líderes do MST possuem sobre a reforma agrária, a justiça social, o capitalismo ou o neoliberalismo, e que eles querem transmitir aos seus membros e às pessoas que simpatizam com as suas causas por meio de suas ferramentas de comunicação, desde sua origem. O que se procura com isso, evidentemente, é que tais concepções de mundo gerem nos participantes e naqueles que têm contato com tais textos e imagens, outras formas de vivências, ou seja, outras práticas sociais. Estas, no entanto, não permanecerão sempre as mesmas e nem deixarão que as representações que as geraram se estagnem, e em um processo dinâmico, práticas e representações sociais se influenciam mutuamente, podendo gerar, com isso, alterações significativas no tecido social. É isso, pelo menos, que o movimento parece desejar com suas publicações nos diversos espaços, o que pretendo apresentar melhor na sequência.

Como o próprio Chartier quer que entendamos, por mais que o debate aqui boa parte das vezes seja feito entre movimento e seus interlocutores, utilizando-se de categorias econômicas, o embate tem sempre um caráter cultural. Em suas palavras:

⁴ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 72.

Não se podem, portanto, restringir apenas à sua finalidade material ou a seus efeitos sociais as práticas que organizam as atividades econômicas e tecem os vínculos entre os indivíduos: todas são ao mesmo tempo “culturais”, já que traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu. Portanto, toda história, quer se diga econômica, social ou religiosa, exige o estudo dos sistemas de representação e dos atos que eles geram.⁵

As percepções, por vezes opostas, do mundo social, as quais permitem ou exigem que um movimento como o que estudamos aqui exista, resultam de maneiras plurais por meio das quais os homens dão significação ao seu mundo. Nesse sentido, é compreensível que embates sociais tenham acompanhado a história das formações humanas, já que provavelmente a grande maioria das sociedades conhecidas apresentou algum nível de heterogeneidade de grupos em seu interior. Em função disso, observa-se em sua composição uma pluralidade de significações distintas sobre um mesmo elemento compartilhado por homens e mulheres e, conseqüentemente, conflito. O que Chartier quer que entendamos é que tal disputa, que boa parte das vezes se efetiva e é mais perceptível no plano econômico, por exemplo, tem origem/reflexo no plano das significações sobre a realidade ou representações que, em última instância, também precisam ser compreendidas para que assimilamos de forma mais completa a dinâmica social. Desse modo, não esperamos aqui captar a verdade sobre o neoliberalismo, a reforma agrária, o capitalismo, o Estado ou a solidariedade, mas sim certas concepções que as lideranças do MST possuem sobre tais elementos, a partir das vivências das pessoas nos acampamentos, assentamentos, romarias ou congressos no país e mesmo em outros países, e que elas difundem por meio das principais formas de veiculação de ideias do movimento.

Ao adotar a categoria representação, desenvolvida por Chartier, para tratarmos nossa fonte, entendemos que satisfazemos as condições de abordagem crítica que nos exige, por exemplo, Laura Antunes Maciel. De acordo com ela, a história saiu de uma postura de rejeição com relação à imprensa para a de sua incorporação acrítica baseada em uma pretensa objetividade do trabalho jornalístico. Seria necessário, nesse momento,

⁵ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004, p. 18.

refletir sobre os nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas ou presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.⁶

A autora reforça a necessidade de uma abordagem crítica dos discursos produzidos pela imprensa, caminho já apontado pela categoria da representação. Não é uma verdade objetiva que encontramos em um jornal impresso ou televisivo, revista ou qualquer outra fonte de informação, mas sim certos aspectos da realidade que, intencionalmente, alguém quer que vejamos, e sempre de acordo com certo matiz de visão. Por isso, como Chartier deixa claro, as representações que nos são transmitidas por qualquer grupo social não visam simplesmente a apresentação de certa visão de mundo, mas, como a autora lembra acima, a constituição da realidade social a partir da constituição de práticas que passem a ser efetivadas com base nas novas concepções.

Outro elemento importante trazido por Laura Antunes, que também já deixávamos claro acima, é que o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, por exemplo, nossa fonte central, quer se fazer o porta-voz de todos os membros do movimento, presentes em todas as ocupações e assentamentos de todas as regiões do país. A leitura das matérias, na grande maioria das vezes, nos mostrará isso, salvo raras problematizações sobre a heterogeneidade dos sujeitos. Sabemos, no entanto, que não é disso que se trata, e que o espectro dos sujeitos que estão envolvidos na prática e no dia a dia do MST é muito mais plural do que, talvez, as lideranças desejassem. Portanto, reiteramos aqui nossa percepção de que avaliamos o movimento a partir do discurso de suas lideranças, veiculado por meio de suas principais formas de comunicação. Percepção, desse modo, parcial, no sentido de não conseguir abarcar o que seja o movimento na sua complexidade e também porque o que captaremos são as visões de mundo de um grupo sobre os temas que elencamos na tese, que por vezes são antagônicas às de outros, e sabemos que a sociedade, para ser o que é, não poderia ser composta nem só por uma, nem somente pela outra, mas necessita do embate entre todas elas. Nas palavras da autora:

⁶ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 15.

Como expressão das relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos que representa.⁷

A autora segue reforçando a ideia de que, ao nos utilizarmos de uma determinada fonte da imprensa, entraremos em contato com ideias que se organizam em torno de interesses presentes nas diferentes forças sociais de uma determinada conjuntura. Nesse sentido, é com as representações das lideranças do grupo, no seu jogo dinâmico com seus leitores e simpatizantes, no embate social com forças que lhe antagonizam os projetos, que vamos entrar em contato. Esses discursos, mais do que informar, como dissemos, tanto na percepção de Chartier quanto de Laura Antunes, visam constituir a realidade social, inculcando nos sujeitos que são o objeto de seu discurso certas percepções que devem gerar determinadas práticas sociais esperadas.

Até 1996 nossa fonte consiste em publicações de formação, como o *Jornal Sem Terra*, as edições especiais denominadas *Jornal das Crianças Sem Terrinha* e em outras, de menor periodicidade. No entanto, a partir desse ano, o MST ingressa na internet, com a sua página. É necessário entender tal postura como uma adesão razoavelmente compreensível com relação às formas de difusão de informação no contexto da sociedade globalizada, como será mais bem tratado no corpo do texto. No entanto, do ponto de vista dos objetos a serem analisados, isso significa um aumento potencial significativo. De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, é importante entender que

a revolução digital não só alterou a nossa forma de apreensão do tempo e do espaço, mas também uniu, num único suporte, sons, imagens e a palavra escrita, abrindo ao usuário desses materiais novas possibilidades de leitura, manuseio e intervenção.⁸

O que se pode perceber, e será mostrado ao longo do texto, é que o movimento conseguiu entender, sobretudo, essas possibilidades de veiculação dos diferentes tipos de mensagem, sonoras, visuais, escritas, como formas de potencialização da difusão de suas concepções de mundo. Outro elemento importante é a interatividade, apresentada pelas

⁷ Idem.

⁸ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006, p. 10.

autoras como uma dessas novas formas de manuseio e intervenção nas mídias. A velocidade também é um fator a ser considerado quando se pensa no uso da internet como espaço de difusão de ideias, e o contato com outros sujeitos de todo o globo. Desse modo, o site também será objeto de nossa atenção no trabalho.

Ainda tratando de questões teórico-metodológicas, e por mais que essa questão já tenha sido debatida e eu entenda que ela esteja razoavelmente evidenciada, cabe um comentário rápido sobre a temporalidade do nosso trabalho. Havíamos delimitado a pesquisa até 2006, e depois a trouxemos até os nossos dias, mas de uma forma ou de outra tínhamos consciência de que tratávamos aqui da história do presente. Diversas problematizações metodológicas sobre o caráter da documentação e a inserção do historiador na temporalidade do evento que analisa foram feitas quando essa modalidade de estudo foi retomada. A maioria das questões, supomos, foi respondida de forma relativamente convincente, e penso que uma concepção, que serve para qualquer temporalidade estudada ou temática abordada, responde a boa parte dos questionamentos que se podem fazer sobre os estudos do presente: não existe neutralidade no trabalho historiográfico. O historiador é sempre movido por certos interesses e vê o mundo a partir de determinadas concepções, que o guiam, é claro, quando ele aborda este ou aquele assunto.

Ainda penso, no entanto, que a questão da proximidade temporal, o fato do historiador lidar com eventos que se encontram no seu desenrolar, e que por vezes ainda não tiveram um fechamento definitivo, traz certos desafios específicos para o trabalho. Nesse sentido, no entanto, acompanho a posição de Jean-Pierre Rioux, quando afirma que

o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, (...) pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso “recuo”. A ambição científica constrói, a boa distância, o seu objeto de estudo, métodos de investigação histórica acertados desde Langlois e Seignobos anestesiavam propriamente a carne de um presente alarmado, o questionamento rigoroso apazigua a desordem partidária.⁹

Apesar dos desafios redobrados de se trabalhar com uma temporalidade na qual se está inserido, é possível, a partir de uma metodologia que se aplica a esse tipo de investigação,

⁹ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para uma história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p 46-47.

realizar a pesquisa sobre uma realidade que demanda a reflexão atenta. O “recuo”, desse modo, no presente ou no passado, é sempre uma criação. Outro nome que acho pertinente para isso é distância. O que permite um distanciamento por parte do pesquisador é, exatamente, um conjunto de procedimentos que, de acordo com Rioux, desde a consolidação positivista da história se está tentando desenvolver. Esse conjunto é composto pelos documentos e sua forma de tratamento, que é, definitivamente, historiográfica, diferenciando-a daquelas adotadas por outros campos de conhecimento que lhe compartilham o objeto. As perguntas corretas, feitas ao objeto e orientando a análise documental, complementam o trabalho que permite que o historiador pratique, com legitimidade, o estudo de uma temporalidade que é a sua.

Um último elemento teórico-metodológico me foi apresentado na ocasião da qualificação. Como eu trabalho com o tempo presente, mas também problematizando a própria noção de “presente” que se difunde nele, o que é importante para a compreensão do meu objeto, me foi sugerida a inserção de uma reflexão sobre a própria natureza dos tempos históricos e de sua dinâmica, realizada por dois historiadores: Reinhart Koselleck¹⁰ e François Hartog¹¹. A historicização da reflexão sobre um tempo que eu denomino na minha tese de hipermodernidade, acompanhando o filósofo francês Gilles Lipovetsky, foi de extrema importância para que eu compreendesse ainda melhor certos processos que procuro descrever e analisar. Apresentando de forma muito sucinta o que o leitor encontrará mais bem desenvolvido no corpo do texto, a contribuição dos autores para a reflexão consiste em nos fazer perceber que cada momento histórico desenvolve, em função de determinada conjuntura, certas formas de percepção e de relação com o presente, o passado e o futuro.

Em função disso, Koselleck estabelece duas categorias históricas que podem auxiliar na melhor compreensão da dinâmica dos tempos históricos: espaço de experiência e horizonte de expectativa. A primeira consiste em uma presentificação do passado, que permite que os indivíduos, em um determinado momento histórico, estabeleçam formas de interação uns com os outros e com a realidade que os cerca, a partir das vivências que lhes foram transmitidas até aquele momento. A questão, no entanto, é que o homem também realiza ações motivado por certas perspectivas futuras, ou seja, por aquilo que ele acha que lhe ocorrerá e que ele já torna mentalmente presente. Esse é o seu horizonte de expectativas. E assim, na relação

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹¹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

complexa entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, o tempo histórico vai transcorrendo. Para o autor, no entanto, a modernidade representa algo de muito novo nessa relação.

Até os tempos modernos, de acordo com Koselleck, o horizonte de expectativas era bastante delimitado pelas experiências vivenciadas pelos indivíduos. Nos tempos modernos, com os avanços técnicos e a exaltação da noção de progresso, o passado deixa de ser a temporalidade que controla essa dinâmica, dando lugar ao futuro, que é cada vez menos parecido com o que os sujeitos já experimentaram. No entanto, na modernidade, o futuro era entendido como a promessa de algo melhor.

O que Hartog tenta nos esclarecer quando fala de crise do regime de historicidade moderno, ou seja, da forma como os modernos entendiam o seu passado, presente, futuro e suas relações, é que a distância entre espaço de experiência e horizonte de expectativas aumentou com tanta velocidade que ocorreu uma ruptura. E isso se deveu a uma mudança sutil, mas decisiva: a crise da noção de progresso, que faz o futuro deixar de ser visto como promessa para passar a ser encarado como ameaça. Quando se chega a isso, não só o passado deixa de definir nossa relação com o tempo, pois o porvir é sempre diferente das experiências até aqui, mas também o próprio futuro, do qual se tenta fugir por ser cada vez mais incerto. Busca-se, desse modo, um refúgio em um presente estendido, alargado: é o presentismo. Sem essa historicização, que será feita com mais calma no corpo do primeiro capítulo, não seria possível entender de forma clara os fenômenos de individualização e consumismo, por exemplo, tais como os apresentamos na tese.

Apresentado o arcabouço teórico-metodológico que nos servirá de guia nas nossas análises do trabalho, passamos agora a elucidar, rapidamente, a estrutura do que será encontrado no corpo do texto que segue. Como entendo que uma reflexão central é a que versa sobre as possibilidades da democracia e da organização dos movimentos em uma sociedade hipermoderna, o primeiro capítulo, denominado “Dificuldades e superações do MST em tempos de desengajamento político e hiperindividualização”, foi dedicado ao esclarecimento dos traços que quero evidenciar a respeito do nosso tempo, iniciando algumas reflexões sobre a relação do MST com tais características.

Nas últimas décadas, tem ganhado espaço uma modalidade de organização que tem se tornado comum e extremamente relevante na contemporaneidade: os encontros de grandes multidões, à revelia do controle centralizado por parte de entidades ou instituições oficiais,

coordenados, sobretudo, pelas chamadas redes sociais. Eventos como os ocorridos na Primavera Árabe só podem ser entendidos, em termos de logística, com o advento das novas tecnologias de informação. Utilizamos, para entender os meios técnicos e as consequências que decorrem de sua utilização, o termo sociedade em rede, desenvolvido por Manuel Castells. No Brasil tais eventos ganharam projeção imensa em 2013. A partir da contraposição entre mobilização como parte integrante das ações de movimentos como o MST e o tipo de conduta adotada nesses eventos no Brasil, como união de grandes contingentes populacionais nos quais a questão ideológica não aparecia claramente ou, por vezes, era até mesmo rechaçada, elaboramos o capítulo em torno de alguns tópicos que poderiam nos auxiliar a compreender a relação mobilização/movimento.

O tópico “Crise do regime de historicidade moderno” é o momento em que, buscando apoio em Koselleck e Hartog, procuramos compreender um pouco melhor a relação dos indivíduos do nosso tempo com as noções de presente, passado e futuro, e suas relações. Isso abriu caminho para os itens “Hipermodernidade e confiança” e “Movimentos e mobilizações”, nos quais nos utilizamos de alguns sociólogos, filósofos e cientistas políticos como Zygmunt Bauman, Gilles Lipovetsky e Richard Sennet, procurando aprofundar questões relativas à hiperindividualização, desengajamento e mobilização, tal como achamos que elas podem nos auxiliar no trabalho – acima de tudo, na forma de dificuldade para a organização de movimentos sociais como o que aqui estamos estudando. Procurar compreender esses projetos de individualização foi um instigante desafio enfrentado neste trabalho.

O MST tem como uma das suas formas centrais de atuação a ocupação de terras consideradas improdutivas. Isso, na maioria das vezes, gera conflito com agentes do Estado, com os proprietários e até mesmo com outros sujeitos da sociedade civil. Em função disso, inserimos no primeiro capítulo a seção “Hipermodernidade e violência”, uma reflexão sobre a violência na temporalidade que estudamos, acima de tudo associada à globalização. Para tanto, além dos autores citados acima, também utilizamos aqui o apoio teórico imprescindível de Slavoj Žižek e de Milton Santos, que nos apresentam as noções de violência objetiva ou sistêmica. Desse modo pudemos entender que a ocupação da terra, o corte da cerca, ação que instaura o debate sobre a violência realizada pelo movimento, pode ser problematizada a partir da violência sofrida pelos sujeitos que dele participam pelo próprio sistema econômico vigente, que tende cada vez mais a se tornar global.

O último tópico do capítulo, denominado “A questão do Estado”, trata um pouco das novas configurações das instituições políticas na contemporaneidade, e de como isso pode influenciar sua relação com um movimento como o MST. Além de uma reflexão sobre a globalização, ainda utilizando alguns dos autores já citados, inserimos aí uma reflexão sobre as reformas do aparelho de Estado brasileiro, que ampliaram o espaço do mercado e da sociedade civil organizada, na forma das ONGs. Além disso, trabalhamos no item a relação entre o aparato estatal e a questão agrária no país, a partir do conceito de modernização conservadora.

Este é, exatamente, o elemento que nos permite passar para o segundo capítulo, denominado “MST, classes e a luta clássica pela reforma agrária”, no qual analisamos as representações do movimento, entrando realmente de forma mais profunda em contato com nossas fontes, sobre sua luta central, que é a distribuição mais justa das terras no país, a partir de alguns temas que havíamos elencado no primeiro capítulo.

Nos itens “O movimento” e “Breve histórico do jornal” trazemos ao contato do leitor, ainda que de forma sucinta, informações sobre o MST e as nossas fontes, de forma que a leitura dos capítulos mais específicos possa ser realizada tendo esses elementos como referência. O item “A formação dos membros” visa compreender quais são os principais elementos ideológicos presentes no movimento e apresentar algumas de suas principais formas de transmiti-los, além do próprio *Jornal Sem Terra*. Demos um pouco mais de atenção, não tanto quanto o assunto merece, à Escola Nacional Florestan Fernandes, também aceitando uma sugestão dada na oportunidade da qualificação.

Na seção “A reforma agrária” nos debruçamos sobre o principal ponto de pauta do movimento ao longo de sua história, presente na primeira edição do boletim publicado a partir de 1981, quando o próprio MST ainda não havia sido fundado. Percebemos sua interlocução, desde o princípio, com o Estado, sem o qual a desapropriação não poderia ser feita, e do qual também se dependia para o apoio aos assentados. Percebemos, também, que o tema não é tratado pelo movimento simplesmente como uma maneira de modificar a condição dos que participam da luta, mas que se trata de uma condição essencial para solucionar problemas crônicos de injustiças sociais presentes no país. A concepção do movimento sobre o tema, portanto, é bem mais ampla.

No item “A violência”, retomamos a temática do primeiro capítulo, agora, como já deixamos claro, a partir das representações do movimento, presentes no *Jornal Sem Terra* e

demais mídias, que acabam realmente por reforçar as concepções de Santos e Žižek que apresentamos: existe uma violência objetiva ou sistêmica à qual, boa parte das vezes, as ações de movimentos como o MST tentam responder.

O item “A relação com o Estado”, além de retomar, a partir das representações do movimento, o tema levantado no capítulo anterior, é também nosso elemento de ligação com o que segue. Seguindo a sugestão, recebida na qualificação, de retirada do marco de 2006 para uma melhor análise da relação do MST com os governos petistas de Lula e Dilma, percebemos que as expectativas de que soluções para as questões agrárias viessem a partir das instâncias políticas praticamente nunca existiram por parte do movimento. Existe uma exceção muito pontual em um curto período entre a eleição do presidente Lula e a percepção de que ele não representaria uma mudança significativa, que não tardou para acontecer. Portanto, a relação do MST com o Estado foi sempre de muita crítica e cobrança, apesar da dependência, por exemplo, com relação a algumas ONGs que são financiadas pelo próprio aparato estatal. Essa ambiguidade é uma marca que se faz presente em muitas das relações desse nosso sujeito social. É na dificuldade de realização de mudanças significativas, nos moldes do capitalismo, que passamos ao capítulo três, denominado “MST e altermundialismo: um ‘outro mundo’ é possível?”.

No tópico “Sistema capitalista, governo da burguesia?” reforçamos essa relação complexa do MST com o Estado ao longo da sua história, e os motivos de sua descrença com relação a mudanças efetivas por dos agentes governamentais. Daí seu engajamento, desde muito cedo, com a causa global da mudança geral do sistema, que recebe atualmente o nome de altermundialismo. Para esclarecer melhor o que seja essa noção escrevemos o tópico seguinte, com o mesmo nome, utilizando-nos de teóricos como Chico Whitaker e Michel Lowy.

A tendência à internacionalização do movimento é tratada na seção “Um campesinato global”, que analisa tanto a abertura para a América Latina, a partir da década de 1980, quanto a ligação com outros continentes a partir da Via Campesina, na década de 1990. Nesse tópico também nos dedicamos a tratar um pouco da identidade camponesa nos tempos dos quais estamos tratando, que é o que permite até mesmo um sentimento de pertencimento global. Para tanto nos utilizamos das reflexões de Armando Bartra Vergés, também uma sugestão advinda da qualificação.

A partir de então nos dedicamos à análise de alguns pontos de pauta que entendemos que interligaram o MST com os movimentos que militam, internacionalmente, identificados pelo mesmo lema de que “um outro mundo é possível”, englobando discussões sobre a justiça do modelo econômico e a forma de organização do espaço agrário para a produção. O primeiro tema é discutido no item “MST, neoliberalismo e imperialismo” e o segundo em “O engajamento ecológico-ambientalista”. Em ambos, o que se pode perceber, e poderá ser acompanhado na leitura a partir das representações datadas na documentação, é que essas são bandeiras que identificaram o movimento desde a sua origem, antes mesmo de sua internacionalização.

Ainda que de forma sucinta, apresentamos algumas “Críticas e limites do altermundialismo”, colocando em diálogo intelectuais e participantes do próprio movimento. Por último, no item “Da prática à teoria”, tentamos explorar a forma como, por meio das representações que produzem os movimentos camponeses e o próprio MST, propostas têm sido apresentadas, objetivando a construção de um mundo diferente do que este que aí se encontra.

Como é possível, mãe, então faz-se uma guarda só para bater no povo, e que faz o povo, O povo não tem quem bata no dono do latifúndio que manda a guarda bater no povo

José Saramago, *Levantado do Chão*.

CAPÍTULO I

**DIFICULDADES E SUPERAÇÕES DO MST EM TEMPOS DE
DESENGAJAMENTO POLÍTICO E
HIPERINDIVIDUALIZAÇÃO.**

Vivemos em um período histórico designado por diversos nomes: pós-modernidade, pelo geógrafo David Harvey, em sua *Condição pós-moderna*; modernidade líquida, em obra de mesmo nome do sociólogo Zygmunt Bauman; hipermodernidade, pelo filósofo Gilles Lipovetsky, em *Cultura mundo*; modernidade reflexiva, nome dado pelo sociólogo Ulrich Beck no artigo *Viver a própria vida num mundo em fuga: individualização, globalização e política*, no livro organizado por Anthony Giddens e Will Hutton, *No limite da racionalidade*; ou sociedade em rede, do livro homônimo do sociólogo Manuel Castells. Ainda poderíamos, é claro, encontrar mais alguns.

A questão mais interessante é, no entanto, o fato de pensadores de áreas distintas e convicções por vezes bem diferentes nos mostrarem diagnósticos tão próximos sobre o tempo no qual nos encontramos, sobretudo sobre a individualização, a desagregação, a descrença no político e na política. Não concordo completamente com nenhum dos teóricos supracitados, nem do ponto de vista metodológico, nem no que se refere às percepções e prognósticos. No entanto, tendo a convergir com várias de suas compreensões, que são as que utilizo na presente reflexão.

Meu estudo é sobre um movimento social. Minha busca será, em função disso, a de compreender quais foram as influências que esse movimento sofreu com mudanças tão rápidas ocorridas nas últimas décadas. Harvey, na obra supracitada, arriscou uma data aproximada para o início das modificações que descreverei no presente capítulo: 1972¹². Acredito que podemos trabalhar com tal década como referência, sem arriscar com tanta exatidão o ano. No presente capítulo me debruçarei sobre as principais características de tal período.

O movimento do qual trato, o MST, surge entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980 e, portanto, durante sua existência sofreu a influência das mudanças rápidas de forma de sociabilidade que descreveremos aqui. No Brasil, em função da ditadura militar, os chamados novos movimentos sociais eclodem com um atraso de pelo menos 10 anos, se comparados com os EUA e a Europa. Entendemos que ocorre, nesses espaços, uma eclosão de

¹² HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 7.

movimentos sociais nas décadas de 1960/70, dentre os quais encontramos os vinculados à contracultura, ao feminismo, ao movimento estudantil, às lutas identitárias. Não se trata do aparecimento da noção de movimento social apenas a partir desse momento, pois existem formas de mobilização social, no caso brasileiro, desde que o processo de colonização teve início. Tratamos aqui de um momento de efervescência das lutas, tanto na Europa/EUA quanto no Brasil. O fim da década de 1970 e início de 80, portanto, é um período extremamente rico. É por isso que situamos nosso objeto no intervalo que vai da década de 1980, mais especificamente em 1981 – ano em que surgiu a forma de difusão de mensagens por meio do *Jornal Sem Terra*, documentação central deste estudo – até os dias atuais, período em que no Brasil podem ser bem avaliadas as consequências das alterações neste capítulo apresentadas. Além disso, essa temporalidade torna possível uma avaliação do comportamento do movimento em relação à gestão do governo central, no Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores com uma coligação de centro-esquerda, ou seja, a partir do momento em que um importante aliado político dos trabalhadores em luta pela terra passa a ocupar a função central de condução do país.

Como quero avaliar quais foram as mudanças ocorridas nas práticas e representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra nesse contexto, se é que elas ocorreram, é necessário apresentar com mais clareza quais fatores poderiam ter contribuído para isso, considerando que o mundo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1970, sofreu alterações suficientes para conduzir um movimento social a mudar suas concepções e formas de atuação de forma significativa. Para sistematizar as reflexões em torno dessas questões, o capítulo foi dividido em alguns tópicos que, acredito, facilitarão a compreensão da análise aqui proposta. Vamos, então, ao trabalho.

1.1. CRISE DO REGIME DE HISTORICIDADE MODERNO.

A primeira necessidade do nosso trabalho é de conferir uma historicidade às mudanças que descreveremos a seguir e que, na nossa compreensão, são de extrema relevância para o estudo aqui proposto. Para tanto, nos utilizaremos de dois historiadores que, a nosso ver, fizeram uma reflexão consistente sobre o período do qual pretendemos tratar, a partir de uma abordagem mais geral da própria noção de tempo histórico. O primeiro desses autores é o

alemão Reinhart Koselleck. Em sua obra *Futuro passado*, o autor nos apresenta duas categorias que, de acordo com sua percepção, podem nos auxiliar na compreensão do tempo na história, que são a “experiência” e a “expectativa”. Nas suas palavras:

Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.¹³

Como se pode perceber, o fluxo do tempo histórico, na percepção de Koselleck, parte de determinadas experiências para certas expectativas. A própria história amadurece na dinâmica entre as duas categorias. A experiência pode ser entendida como o passado presente, com todos os seus elementos de consciência e mesmo de inconsciência no que se refere à sua elaboração. A expectativa é uma presentificação do futuro, é fazer com que ele se consolide já, pelo menos enquanto possibilidade. Desse modo, o autor estabelece as noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. É preciso compreender que as duas estabelecem relação quando, por exemplo, alguém estabelece certas expectativas com relação ao futuro de acordo com as experiências que angariou até aquele momento. Novas ações são realizadas, portanto, nos limites da relação entre esses dois universos, ou, de acordo com Koselleck, “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”¹⁴.

O potencial explicativo das categorias, no entanto, é mais bem demonstrado quando o autor as utiliza, de forma mais prática, para demonstrar uma tese que segue rumo aos nossos interesses de reflexão do presente capítulo. Para Koselleck,

na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.¹⁵

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Op. cit., p. 308.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 313.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 314.

Procuremos entender melhor a citação. Para nosso autor, na antiguidade e, marcadamente, na Idade Média, o horizonte das expectativas era bastante limitado pelo espaço da experiência. Em sociedades de tradições muito fortes, com pouquíssimas mudanças ocorrendo de uma geração para a outra, o indivíduo, nesses grupos pautados por atividades artesanais e agrárias, esperava que seu futuro fosse praticamente sem variações, como fora aquele dos seus antepassados. Desse modo, temos uma temporalidade basicamente comandada pelo passado, na qual ele ditava as normas de como o futuro seria e, assim sendo, de quais as expectativas a nutrir.

A modernidade representou uma alteração brusca nessa relação entre as duas categorias, e isso em função de uma noção bem conhecida dos historiadores: progresso. Com as mudanças tecnológicas, cognitivas, artísticas e de formas de sociabilidade trazidas pelo período moderno, o passado já não poderia mais ser o comandante das relações temporais e teria que ceder lugar a outro agente: o futuro. As noções, portanto, de perfectibilidade e de progresso inserem nos participantes desse processo uma nova percepção com relação ao tempo e, para Koselleck, desde então, “toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento; apesar das recaídas e rodeios, ele teria que ser planejado e posto em prática pelos homens.”¹⁶

Quanto mais avanços eram produzidos, formas de sociabilidade eram alteradas, mudanças eram sentidas pelos indivíduos que viviam esta experiência, mais elástica também se tornava a distância entre as experiências vividas pelos sujeitos, baseadas nos seus passados que eles presentificavam, e as expectativas, que agora não podiam mais ser definidas pelo que já haviam vivido. Como dito acima, é o futuro, a partir de agora, a temporalidade a comandar o fluxo do tempo histórico e as relações que os indivíduos estabelecem com ele. Como bem sabemos, tais alterações não cessaram de ocorrer – ao contrário, tiveram suas velocidades intensificadas no período que nos propomos a estudar. Ainda pensando com nosso autor sobre a modernidade, é possível entender que “a partir de então o horizonte de expectativa passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve no tempo”¹⁷, tornando-o, portanto, cada vez mais distante do espaço das experiências já vivenciadas. No limite, para Koselleck, chega um momento em que ocorre uma ruptura entre as duas categorias com as quais estamos aqui

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 317.

¹⁷ Idem.

trabalhando, quando “não é mais possível projetar nenhuma expectativa a partir da experiência passada”¹⁸.

De acordo com Koselleck, tal distância entre o passado e o futuro, tal fosso gerado em função das diferenças entre experiência e expectativa tenderia a aumentar de forma cada vez mais rápida. As consequências disso, no entanto, são mais bem exploradas por outro autor, François Hartog, em sua obra *Regimes de historicidade*¹⁹. Inicialmente, ele procura esclarecer o que denomina de regime de historicidade, afirmando-o como um artefato, uma noção que se aproximaria do tipo-ideal weberiano, e que corresponderia a “como uma sociedade trata o seu passado e do seu passado”²⁰, formas de experiência do tempo, maneiras de ser no tempo.

Tal categoria foi desenvolvida por Hartog, de acordo com seus próprios esclarecimentos, a partir de uma articulação entre a antropologia e a história, e permite articular as noções de presente, passado e futuro, conduzindo o historiador a perceber como cada indivíduo ou coletividade estabelece relações com essas temporalidades e, o que é mais importante, as formas distintas com que isso se opera. O mais importante, no entanto, é que o autor entende que tal instrumento metodológico ajuda a apreender “principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro”²¹. É exatamente por compreender que, na atualidade, vivemos uma crise do tempo, que o autor nos permite a historicização dos aspectos que analisaremos na sequência do trabalho. Mas tentemos perceber quais são os aspectos dessa crise.

Seguindo a elaboração de Koselleck, Hartog entende o regime de historicidade moderno como aquele marcado por um distanciamento cada vez maior entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Isso se deve, concomitantemente, à exaltação da noção de progresso e aos desenvolvimentos técnicos cada vez mais acentuados, que fazem com que o futuro se apresente cada vez mais como algo distinto do passado dos agentes. O que é necessário entender, no entanto, é que a própria noção de progresso, ao longo do século XX, passa a ser problematizada, e com isso a preponderância do futuro em uma posição de comando em relação às outras instâncias vai perdendo sua força. Em lugar do futurismo moderno, para nosso autor foi surgindo o presentismo, que é a forma muito específica da

¹⁸ Idem, ibidem, p. 319.

¹⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Op. cit..

²⁰ Idem, ibidem, p. 28.

²¹ Idem, ibidem, p. 37.

contemporaneidade, ou seja, do nosso tempo, de lidar com o presente, diferente das maneiras de fazê-lo que existiram no passado. De acordo com Hartog, para nós, “tudo mudou, e o presente encontrou-se marcado pela experiência da crise do futuro, com suas dúvidas sobre o progresso e um porvir percebido como ameaça. O futuro não desaparece, mas parece obscuro e ameaçador.”²²

No regime de historicidade antigo, um passadismo, ou seja, a preponderância do passado, estabelecia os modelos para que as expectativas pudessem ser delimitadas, sempre bastante ancoradas na experiência. No regime moderno prevalece um futurismo, em função da exaltação do progresso, com a esperança de futuro diferente, mas sempre superior, melhor, estabelecendo as relações entre as temporalidades. Na contemporaneidade o presentismo ganha primazia, engolindo, ao mesmo tempo, o passado e o futuro. De acordo com Hartog:

A luz projetada a partir do futuro diminui, a imprevisibilidade do porvir aumenta, o presente torna-se categoria preponderante, enquanto o passado recente – aquele que surpreende por “não passar” ou que inquieta por “passar” – exige ser incessante e compulsivamente visitado e revisitado.²³

Na insegurança em relação a um futuro que, da ideia de progresso certo, passou, ao longo do século XX, a ser aquele da tragédia nuclear, das catástrofes ambientais ou do crescente processo de exclusão social, o presente acaba por ganhar o jogo e estabelecer a dinâmica. Em função das guerras e, principalmente, da noção de crime contra a humanidade, assim como o ato realizado não passa do ponto de vista jurídico, pois o criminoso deve ser punido, não importa quantos anos tenham se passado do crime, o passado também não passa, quer se fazer constantemente presente, imprescritível.

As incertezas em relação ao futuro instam o sujeito a mergulhar cada vez mais no presente. Como nos afirma Hartog em outro trecho, o “desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado”²⁴. Desse modo, nosso tempo é marcado por essa distensão do presente, presentificando o passado, não deixando que ele seja encerrado e evitando ou negando o futuro naquilo que ele tem de incerto, de ameaçador. De acordo com Hartog, a questão é que o distanciamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, que tendia a aumentar mais e mais na modernidade,

²² Idem, *ibidem*, p. 250.

²³ Idem, *ibidem*, p. 180.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 148.

acabou chegando ao ponto de uma ruptura. Isso acontece de uma maneira excessivamente intensa,

de modo que a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e imóvel, que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo seu próprio tempo histórico.²⁵

Desse modo, vivemos em um tempo no qual, a partir da acentuação das tendências da modernidade, o futuro tende a ser cada vez mais distinto das nossas experiências do passado. No entanto, diferente do regime de historicidade moderno, não há mais uma crença de que o que vem pela frente será sempre melhor ou superior àquilo que se deixou para trás. O passado não vai nos oferecer padrões para as nossas expectativas, visto que já há alguns séculos ele se encontra dispensado dessa função. Temos receio de um futuro que se apresenta mais como ameaça do que como esperança de tempos melhores. Assim, comprimidos, permanecemos no presente, que a todo o momento retoma um passado que ele insiste em responsabilizar por aquilo que é hoje, não querendo olhar para um futuro já fora do seu controle. Tal é o presentismo, e tais são os motivos de sua existência em nossos tempos.

Vale reiterar, ainda em tempo – e isso é importante para o andamento do estudo que segue – que o regime de historicidade, como instrumento, é uma categoria de análise criada pelo historiador à semelhança de um tipo-ideal. Hartog quer que compreendamos que os diferentes grupos sociais experimentam as relações que descrevemos acima de formas bastante distintas. Desse modo, a alguns é oferecida a experiência da velocidade e da virtualidade característica dos tempos de globalização, mas não podemos ser ingênuos nos esquecendo de que tanto o acesso à tecnologia quanto essas próprias experiências não são acessíveis igualmente a todos. Temos, então, o presentismo tal como é experimentado pelo morador das grandes cidades, mas também o temos na experiência do exilado, do imigrante, e todas essas vivências de temporalidades são distintas. Todas elas também são, no entanto, afetadas por uma forma geral de percepção temporal.

Portanto, fechando esse tópico, vivemos em uma crise do regime de historicidade moderno que, segundo Hartog, se deve à ruptura entre as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, cuja dinâmica de interação é responsável pela produção do tempo histórico tal como é inteligível para nós. Essa ruptura decorreu de uma tendência da

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 39.

modernidade, que já nos era apresentada por Koselleck, de distanciamento entre as duas categorias, em função da exaltação da noção de progresso e da velocidade dos avanços técnicos, próprias do período moderno. A crise é responsável por uma nova forma de pensarmos sobre nós mesmos e nossa relação com o tempo, e tem evidentemente inúmeras características. Nos tópicos que seguem, depois dessa breve análise de cunho mais histórico, passaremos a avaliar outras especificidades da contemporaneidade, acentuadas sobretudo durante o período de existência do MST, nosso objeto de estudo. Tais características, como já dissemos, são aquelas que entendemos que têm potencial para influenciar nas práticas e representações do movimento no período em que nos propomos a estudá-lo.

1.2. HIPERINDIVIDUALISMO E CONFIANÇA.

O primeiro grande elemento que é necessário compreender melhor no período aqui delimitado é a questão do indivíduo. O individualismo é um fenômeno característico da modernidade, portanto não se apresenta como algo novo. O que vai se tentar avaliar aqui é a pertinência ou não do que tende a ser chamado de hiperindividualismo, nos termos de Gilles Lipovetsky²⁶. Mas pode-se perguntar: por que tal noção tem tanta relevância no presente estudo? A resposta, a meu ver, deve ocupar o centro da nossa reflexão: os movimentos sociais, na sua grande maioria, dependem de um nível de engajamento considerável com causas coletivas, o que só é possível se o individualismo presente na sociedade for suplantado por tal percepção. Dito de outra forma, se o grau de individualização for tanto que os membros de uma dada sociedade não consigam se envolver em esforços que extrapolem seus próprios interesses, os movimentos sociais ficam cada vez menos viáveis, exigindo das organizações coletivas a adoção de outras estratégias, como a da mobilização.

Nas mobilizações, que podem envolver milhares de pessoas ao mesmo tempo em um mesmo lugar, marcadas com antecedência, com horário para começar e para terminar, não é necessário efetivamente que os participantes se importem significativamente com a defesa de interesses coletivos. Como tem sido possível observar com muita frequência em acontecimentos recentes, as pessoas podem se dirigir para um determinado local com um

²⁶ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

cartaz, uma faixa e, em muitos casos, registrar o ocorrido e tornar público nas chamadas redes sociais, permanecer na mobilização durante o tempo que lhes interessa, retornar para casa e aguardar os efeitos daquele ato (se é que eles aparecerão). Diferentemente disso, para os integrantes de um movimento como o MST, principalmente aqueles que participam de uma das suas formas centrais de atuação, como a ocupação, o grau de envolvimento é significativamente superior. Permanecer por dias, semanas, meses ou até anos em um mesmo local, no mais das vezes pouco confortável, aguardando o atendimento das demandas, é algo frequente no cotidiano daqueles que atuam nesse tipo de movimento social. É claro que ilustrar, aqui, com esses extremos, objetivando acentuar as diferenças, não implica deixar de reconhecer que muitas mobilizações contemporâneas, norteadas por outros parâmetros, também envolveram a permanência dos participantes por um tempo prolongado, como foi o caso do Occupy Wall Street²⁷. Inversamente, cabe reconhecer, também, que existem outras formas de participação em movimentos como o MST que não envolvem o estar em um *locus* tão específico. Mas a hipótese aqui sustentada é a de que, além dos meios técnicos que possibilitam as novas formas de organização no espaço, os processos de individualização, que envolvem as tecnologias, mas não são explicados por elas, ajudam a compreender as modificações nas maneiras como os grupos se organizam na busca da ampliação de direitos e de mudanças significativas para o coletivo.

Não há aqui nenhuma tentativa de hierarquização, do tipo movimentos contínuos são mais importantes e as mobilizações menos significativas, ou de que os primeiros seriam mais eficazes que as segundas. Sabemos o quanto a pressão das ruas, oriunda de pessoas às vezes com pouco ou nenhum histórico de participação política, acometidas pela indignação do momento, foi importante no período das lutas pelas eleições diretas da década de 1980, ou no impeachment de Collor nos anos 1990, para lembrar alguns casos. Estamos cientes, também, de que o nível de engajamento dentro de um movimento específico como o MST é muito diferente nos diversos indivíduos que ali se encontram. Os dirigentes, provavelmente, possuem um grau de politização bastante alto, o que, muito possivelmente, não ocorre com a maioria dos indivíduos que se encontram nas bases. Adiante falaremos um pouco melhor sobre isso. A questão é, isso sim, compreender que a mobilização (entendida aqui como encontro imediato entre sujeitos, organizado para fins específicos e com prazo, na maioria das vezes, para acabar) exige um tipo de compromisso social diferente daquele adotado pelo movimento, entendido este último como um grupo razoavelmente fixo de pessoas que se

²⁷ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 123.

aglutinam em torno de um objetivo comum a ser atingido, e que pode até ter a mobilização como uma de suas estratégias de ação, nunca sendo esta a única.

É para uma melhor compreensão dessa dinâmica que uma pergunta precisa ser respondida: qual é o tipo de indivíduo que estamos estudando aqui, e que, segundo nossa hipótese, se desenvolveu a partir das décadas de 1960/70? Dentre os vários termos utilizados para qualificar o comportamento social nesse período, afinamos mais com o que está presente na percepção de Lipovetsky: o hiperindivíduo. O termo “hiper” tem um duplo ganho aqui. Demonstra que o fenômeno que tentamos compreender não decorre do advento de outra época, como poderia fazer compreender o prefixo “pós”. Não existe um depois de nada, mas, na compreensão do sociólogo Anthony Giddens²⁸, uma acentuação das tendências já presentes na modernidade, essa nossa conhecida. A tendência ao individualismo, portanto, característica do capitalismo, é levada ao seu extremo. Percebe-se que as noções de vida comunitária e de pertencimento já eram bastante massacradas no período mais sólido do sistema capitalista, como podemos ler em trecho de Marx e Engels escrito e publicado entre 1847 e 1848:

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que as sustente. Tudo que era sólido e estável evapora-se, tudo que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade as condições de existência e suas relações recíprocas.²⁹

Como se pode inferir do fragmento, o sistema capitalista se consolida, ainda em meados do século XIX, causando aceleradas modificações nas formas institucionais existentes e substituindo a “estabilidade” anterior por relações que não chegarão a se efetivar antes de serem suplantadas por outras mais novas. No entanto, com a difusão da ideia de uma comunidade global, com um fluxo cada vez mais intenso de produtos e, em certa medida, de pessoas, a velocidade e intensidade disso são muito acentuadas, e esse é um sentido do prefixo “hiper” aqui utilizado. O indivíduo é um cidadão do mundo, pouco protegido, por vezes, pelas leis e pela soberania do seu próprio município, unidade federativa, país, e acometido, como veremos abaixo, de um forte sentimento de insegurança e incerteza sobre o seu futuro. Além disso, o “hiper” é utilizado no espaço virtual e faz alusão àquelas palavras que aparecem com

²⁸ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

²⁹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 2000, p. 79.

grifos nos textos, sobre as quais clicamos para que possamos ir para outros textos. A ideia básica é de que o espaço virtual é um enorme hipertexto, e se ficarmos clicando e saltando de texto em texto, não encerraremos o processo nunca, e talvez nem cheguemos a um conhecimento acabado sobre algo, em função dos desvios aos quais a pesquisa virtual pode nos conduzir. Os processos de individualização contemporâneos, longe de produzirem uma individualidade autônoma, racional, plena, promovem uma busca constante, como o clicar nos ícones, sem que este processo em algum momento resulte em algo definido. A subjetividade contemporânea é caracterizada pela possibilidade de produção de identidade, mas, até se chegar à efetivação disso há uma distância grande. Dessa forma, a marca do sujeito hipermoderno é a busca, o movimento, o clicar em um ícone, depois no outro, e depois no outro, sem garantias de que vá produzir uma personalidade próxima do que se possa chamar de plena. Daí uma hiperindividualização. Nas palavras de Lipovetsky:

Desvanecido das culturas de classe, recuo do sentimento de inclusão em uma coletividade, fragilização da vida profissional e afetiva, desestabilização dos papéis e das identidades sexuais, afrouxamento dos laços familiares e sociais, enfraquecimento das orientações religiosas: todos esses fatores acentuaram fortemente a sensação de isolamento das pessoas, a insegurança interior, as experiências de fracasso pessoal, as crises subjetivas e intersubjetivas. Quanto mais o indivíduo é livre e senhor de si, mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente. Dão testemunho disso a multiplicação dos suicídios e as tentativas de suicídio, a espiral de ansiedade e de depressão, o crescimento da toxomania, dos psicotrópicos e das demandas psiquiátricas.³⁰

Pelo que percebemos o autor não se encontra muito otimista com o resultado do processo que narra e, no texto, aponta o que seriam algumas de suas causas. Mas uma expressão é interessante: o indivíduo é livre e senhor de si. Não há valor maior para o projeto da modernidade do que a liberdade. Como um projeto levado a cabo por meio da liderança de determinados grupos sociais, dentre os quais a burguesia, não há dúvida de que nosso mundo foi construído em torno da ideia, cada vez mais abrangente, de que todos devemos ser livres. Depois da liberdade de apropriação, diversas outras foram objeto de luta pelos mais diversos sujeitos sociais, escravos, trabalhadores, mulheres, estudantes, e as conquistas pareciam não ter fim. Votar, se expressar, se relacionar de múltiplas formas, foram algumas das liberdades buscadas ao longo, sobretudo, dos séculos XIX e XX. O resultado, aparentemente, não parece

³⁰ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Op. cit., p. 55.

ser de todo positivo para o autor: vulnerabilidade, fragilidade, ansiedade, depressão. As conquistas nos trouxeram, na verdade, certo mal-estar. Parece paradoxal, mas não chega a ser. Para melhor compreender tal relação, utilizo-me de outro estudioso do processo aqui descrito, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Tornamo-nos, utilizando os termos do autor, homens modulados. Vejamos como ele mesmo define tal comparação:

Assim como a mobília modulada não tem formato “certo” predeterminado, mas um conjunto infinito de formas e expansões possíveis, o homem modulado não tem perfil nem função predeterminados. (...) O homem modulado é uma criatura com *qualidades móveis, disponíveis e cambiáveis*, um remanescente do “homem proteano”, esse celebrado ideal dos filósofos renascentistas. Resumindo: o homem modulado é, antes e acima de tudo, um homem sem essência. Ao contrário da mobília modulada, porém, o homem modulado faz por si mesmo o trabalho de montagem e remontagem. É modulado mas também *automodulante*. Se um guarda-roupa modulado é um conjunto de *possibilidades* a escolher, o homem modulado vive como um conjunto de *tarefas* a serem realizadas.³¹

Somos modulados, e automodulantes. Hiperindividualizados diante de uma proliferação cada vez maior de formas de vida possíveis que nos são oferecidas, com o ônus de ter que escolher sozinhos e, o que é motivo cada vez maior de estresse, o sofrimento, a angústia de ter que arcar também de forma solitária com as consequências das nossas escolhas. Existe uma sensação generalizada de que o coletivo se afasta e de que temos que nos reinventar, cotidianamente, por nós mesmos. A consequência disso é o advento, para Bauman, da tríade característica do nosso tempo: incerteza, insegurança e ansiedade. Aparentemente cada vez mais livres, os indivíduos se sentem também cada vez mais responsáveis pelas escolhas que fazem. E as escolhas, em geral, representam um peso, em função das consequências que têm, e que são cada vez menos compartilhadas com o grupo, em função do processo de individualização. Outro autor que também nos fala desta situação é Ulrich Beck. Para ele, é a própria complexificação social, característica e necessidade das sociedades modernas, a responsável pela hiperindividualização. Vejamos como ele nos apresenta isso:

Na medida em que a sociedade se divide em esferas funcionais separadas que não são intercambiáveis nem enxertáveis umas nas outras, as pessoas só se integram à sociedade em seus aspectos parciais de contribuintes,

³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 61.

motoristas, estudantes, consumidores, eleitores, pacientes, produtores, pais, mães, irmãs, pedestres e assim por diante. Trocando constantemente de lógicas de ação diferentes e em parte incompatíveis, são forçadas a tomar nas mãos o que está em perigo de ser feito em pedaços: sua própria vida. A sociedade moderna não as integra em seus sistemas funcionais como pessoas completas; em vez disso, baseia-se no fato de que os indivíduos não estão integrados, mas apenas parcialmente e temporariamente envolvidos enquanto vagam entre mundos funcionais diferentes.³²

É isso. Vivemos sociabilidades transitórias. Émile Durkheim já nos falava da tendência de complexificação social presente na transição das sociedades tradicionais para a capitalista, e de como esta última exigia um alto grau de diferenciação funcional. E isso foi escrito no fim do século XIX³³. Já nesse momento o autor falava dos desafios para a coesão entre os indivíduos e dos riscos de desagregação social, denominados por ele de anomia. No entanto, o autor acreditava que, em condições normais, o capitalismo que ele vivenciou poderia gerar união entre os indivíduos a partir do que ele chamava de interdependência funcional. O fato de sermos altamente dependentes uns dos outros e, acima de tudo, a consciência que temos de tal dependência, deveria gerar um sentimento moral que Durkheim chamava de solidariedade. Isso nos uniria com laços, para ele, mais fortes do que os presentes nas sociedades pré-capitalistas. Sem entrar em debate com o autor, pois este não é o momento, mas utilizando-o para entender a afirmação de Beck, a hiperindividualização é o resultado da complexificação social levada ao seu extremo, o que faz com que o indivíduo não se veja mais inserido em um determinado grupo social, mas sim, utilizando um termo mais atual, conectado. Como o texto diz que os sujeitos sociais se encontram sem integração plena, transitando entre os grupos funcionais, o termo de Bauman, “homem modulado”, parece ter sentido. Percebemos, novamente, que aparentemente não vivemos uma era nova, mas um resultado esperado do desenvolvimento dos projetos da modernidade. A luta por maiores níveis de liberdade foi intensa, e ainda é travada por grupos sociais que não se sentem completamente contemplados neste quesito. O preço real a ser pago pelo grau de liberdade que as sociedades contemporâneas propiciam aos seus membros, no entanto, é alto, e implica, sobretudo, que eles arquem praticamente sozinhos com os resultados de suas escolhas e atitudes. Os resultados, como estamos vendo, não têm sido de todo positivos.

³² BECK, Ulrich. Viver a própria vida num mundo em fuga: individualização, globalização e política. In: GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will. *No limite da racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 236-237.

³³ DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

É, portanto, importante ainda ressaltar que, compartilhando a concepção de alguns autores já citados, boa parte dos benefícios e dos malefícios da hiperindividualização característica de nosso tempo é resultado das próprias lutas por maiores liberdades individuais. Ainda segundo Lipovetsky,

Os valores hedonistas, a oferta sempre maior de consumo e de comunicação, a contracultura convergiram para acarretar a desagregação dos enquadramentos coletivos (família, Igreja, partidos políticos, moralismo) e ao mesmo tempo uma multiplicação dos modelos de existência: daí o neoindividualismo do tipo opcional, desregulado, descompartmentado. A “vida *à la carte*” tornou-se emblemática desse *homo individualis* desenquadrado, liberto das imposições coletivas e comunitárias. Na escala da história, é uma segunda revolução individualista que está em marcha, instituindo desta vez um individualismo acabado, extremo: um hiperindividualismo.³⁴

Tomando um aspecto do texto, vamos localizar o processo no mesmo período evidenciado por Gilles Lipovetsky: a contracultura – movimentos que eclodiram nas décadas de 1960/70 e que lutaram contra enquadramentos seculares, opressores, excludentes do ponto de vista do gênero, da etnia, da forma de viver distinta daquela socialmente aceita. Esses movimentos tiveram vitórias significativas porque, evidentemente, suas demandas eram consideradas justas, e muito provavelmente o eram. No entanto, o que nosso autor afirma é que a relativa liberação de certos padrões, reunida aos demais elementos, como os valores hedonistas/individualistas e o hiperconsumo, potencializou este fenômeno que ele denomina de hiperindividualismo. A questão é que ocorre um relativo declínio dos valores verticais praticamente hegemônicos naquele momento, sem que outras formas de sociabilidade nos fossem apresentadas. Ao contrário. O autor denomina de “vida *à la carte*” exatamente esta possibilidade, cada vez mais defendida, e muito provavelmente com justiça, que cada um tem de escolher, de forma totalmente livre, como vai viver. Outro autor que apresenta uma reflexão sobre a queda dos padrões tradicionais de sociabilidade é Norbert Lechner. Vejamos:

Desfazem-se os limites entre nós e os outros e se perde o marco de referências e proporções que permite situar o lugar de cada um. Irrompe o elogio das diferenças, mas sem que se constitua uma “ordem de distinções”. A invocação do pluralismo supõe uma articulação que ainda precisa ser

³⁴ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Op. cit., p. 48.

reformulada. Na ausência de tal interação, a diversidade se manifesta como fragmentação.³⁵

O que se pode perceber, portanto, é que por mais que as demandas por maiores liberdades individuais sejam justas e que os padrões que estão sendo questionados sejam injustos, não se devem computar só ganhos no processo de enfraquecimento das hierarquias mais verticalizadas. Elas trazem mais liberdade, mas maiores incertezas sobre como se deve agir. Ampliam as possibilidades de sociabilidade, mas favorecem a sensação de desconexão que tem potencializado o processo de individualização do qual estamos tratando aqui. Como em quase toda mudança significativa ocorrida na sociedade, não é simples de se avaliar, e não é paradoxal se pensar em pontos positivos e negativos. Outro autor a nos mostrar isso, já com uma reflexão inserida na questão da política, é Bernardo Sorj. Vejamos o que ele nos diz:

A nova onda de direitos, denominados geralmente de “simbólicos” ou “imateriais”, cria uma contradição entre democratização e democracia difícil de ser resolvida. Na medida em que a democratização das relações sociais se realiza pela afirmação de identidades que corroem os sentimentos de comunidade – isto é, de ser parte do mesmo mundo, de compartilhar problemas e valores –, destrói-se, até certo ponto, uma das bases fundamentais da cidadania; o sentimento de pertencer a um mundo de pessoas iguais.³⁶

Grupos sociais até então destituídos de direitos elementares, como os étnicos ou de gênero, conquistaram, e com justiça, direitos históricos extremamente necessários. Foi um importante processo denominado na citação de “democratização”. A sociedade foi, ao longo das décadas, a partir do marco dos 60/70 que estabelecemos, se tornando mais tolerante com relação à diversidade, e esta foi, aos poucos, se tornando mais visível no tecido social. É claro que isso tem incomodado a parcela mais conservadora que ocupa os mesmos espaços, o que tem gerado, inevitavelmente, conflitos de representações e por vezes até físicos, também como resultado do processo. No entanto, nenhuma modificação significativa ocorre, provavelmente, sem que seja acompanhada de certos transtornos. O resultado final, positivo, foi uma sociabilidade mais plural, que abarca cada vez mais as diversas formas de conceber o mundo, de relacionamentos, de traços culturais. Esses grupos continuam lutando, até os dias de hoje, porque não sentem que todas as suas demandas tenham sido atendidas.

³⁵ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*, n° 62, 2004, p. 17.

³⁶ SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 57.

A dificuldade – não vou colocar isso aqui como um problema – ou o desafio que se estabelece para a luta política é exatamente o final da citação de Bernardo, quando ele nos lembra que a democracia, enquanto forma de tomada de decisões coletivas – sempre tão difícil, pois envolve debates, discussões, compartilhamentos de desejos, disposição para abrir mão de anseios individuais – exige a compreensão mínima de que existe igualdade. O processo de particularização das lutas sociais é tão acentuado que parece não permitir mais que estabeleçamos essa percepção de um espaço de lutas comum. Nesse sentido, os avanços das conquistas de grupos podem produzir cada vez mais resultados, é possível construir um tecido social cada vez mais tolerante sem, no entanto, avançarmos no desenvolvimento de competências para a vivência de uma democracia política mais efetiva, no sentido de nos importarmos com questões que interfiram na forma e na qualidade de vida de parcela mais significativa da população, nos envolvendo na reflexão sobre decisões que influenciem no cotidiano daqueles que se encontram fora do nosso grupo de interesses. Vivemos em uma sociedade diferente daquela em que viviam as pessoas que iniciaram as lutas da chamada contracultura. Na minha concepção pessoal, ela é melhor no plano da convivência entre as pessoas, do respeito entre os indivíduos, em função das diversas lutas que foram estabelecidas desde então. Isso não pode nos levar a desconsiderar, no entanto, que a sociedade em que vivemos também tem os seus paradoxos e as suas dificuldades, até para que possamos entendê-los e enfrentá-los. As lutas contra relações verticais autoritárias e repressoras produziram ganhos, mas contribuíram, a nosso ver, para o processo de individualização que estamos descrevendo, que traz também as suas consequências, na nossa compreensão, problemáticas.

O que estamos tentando mostrar é que, tanto para o indivíduo quanto para o tecido social, as consequências disso não foram pequenas, e aqui não nos cabe, em hipótese alguma, definir quem se sobrepõe a quem, as perdas ou os ganhos. A questão que nos interessa é definir se essa hiperindividualização, além de conduzir cada sujeito à tríade perversa apresentada por Bauman, de incerteza, insegurança e ansiedade, tem outros efeitos. Nossa percepção é de que ela interfere em algo que, em nossos estudos, é extremamente relevante: a capacidade de indignação social e de engajamento em causas coletivas.

O indivíduo tende a maiores níveis de indignação diante daquilo que é prejudicial à sociabilidade na medida em que se sinta mais inserido no convívio, nos grupos, na família, escola, Estado, empresa, igreja, dentre outros. Se o resultado do processo aqui estudado é um nível considerável de desconexão, o efeito provavelmente é o contrário daquilo que foi

descrito no parágrafo anterior. Ao se sentir menos ligado aos grupos que lhe estão mais próximos, o indivíduo se sente menos ligado ao todo também. Em consequência disso, os problemas e mazelas sociais só serão um problema para ele na medida em que interfiram muito diretamente nos seus interesses. Aqueles que têm possibilidade de resolver seus problemas – muitas vezes de caráter público, como saúde, educação, cultura – de forma privada não tendem a se engajar nas lutas pelas melhorias ou por maior acesso a estes serviços como aqueles que definitivamente não podem tê-los a não ser que sejam oferecidos pelo setor público.

Uma armadilha interessante será melhor comentada em tópico abaixo: em países de Estado mais eficiente no sentido de gerar bem-estar social, as pessoas pararam de se engajar em causas coletivas, simplesmente porque não era necessário fazê-lo, já que as instituições políticas garantiam o acesso a serviços e equipamentos coletivos. Paradoxalmente, em países nos quais o Estado teve dificuldade de gerar os benefícios necessários à população, isso foi conduzindo, ao longo do tempo, a uma perda de estímulo para a participação, dada a sensação de que não adiantaria se envolver. De todo modo, temos hoje níveis menores de envolvimento nas questões dessa natureza do que em momentos anteriores.

Algumas dessas mudanças que estão muito perceptíveis na década de 1970 são acentuadas por um fenômeno que ocorre bem depois: o advento da internet. A sociedade líquido-moderna ganha mais uma característica marcante, que é a sociabilidade em rede. Tal forma de ordenamento difere bastante de tudo aquilo que a humanidade vivenciou até então, já que as formas de socialização anteriores, tribais, servis, ou a própria sociedade civil, exigiam relações verticais de hierarquia. A sociedade em rede é marcada pela horizontalidade, pela sensação, ainda que não de toda verdadeira, de que cada um pode dispor da palavra como bem entende e assimilar somente aquilo que lhe interessa. Daí as relações desse tipo serem tão atrativas, em função dessa liberdade, pelo menos aparente, de inserção e fruição das relações. Nas palavras de Castells:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa imagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do

receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas.³⁷

É o que o texto acima apresenta que denomino aqui de horizontalidade, algo que está presente de forma marcante na interação nas redes sociais e que parece, inclusive, ser o elemento atrativo deste tipo de relação. Um espaço no qual as pessoas podem se expressar com liberdade, dizer o que pensam, não sem ter que assumir, é claro, certas consequências disso, como quando têm que responder a críticas aos seus posicionamentos. Tudo, no entanto, parece ser mais simples e mais rápido que no espaço concreto da vida cotidiana. A ideia de interatividade também deve ser levada em consideração. Diferente dos meios de comunicação de mão única, como a TV, o rádio ou o jornal, a internet oferece ao usuário a possibilidade de interagir com o espaço no qual está inserido. O que vemos hoje, portanto, é o uso cada vez maior, pelos meios tradicionais, das possibilidades virtuais para gerar uma participação do público, uma interação do tipo “você decide” em tempo real, antes realizada pelo telefone de forma nitidamente inferior, agora potencializada pelas relações de rede.

O bombardeio de informações ao qual o indivíduo é exposto nas relações virtuais, somado, ao mesmo tempo, à redução da importância das noções de passado e futuro que figura nas relações das redes – tome-se como exemplo a “linha do tempo” do Facebook, uma das redes sociais mais famosas da atualidade, e se poderá perceber que não existe passado, já que as imagens e mensagens vão escorregando na tela a uma velocidade vertiginosa – e à pretensa liberdade de expressão e de visualização – limitada pelos próprios contratos das empresas que, geralmente, não são lidos pelos usuários – gera uma interação muitas vezes enganosa, a “aldeia global” preconizada por Marshall McLuhan³⁸. A questão é que se a afirmação mais famosa do autor estiver correta, e se realmente “o meio é a mensagem”, é muito provável que as relações em rede tenham causado, nas últimas décadas, transformações como talvez os últimos séculos tenham poucas a nos mostrar. É provável que estejamos modificando nossas formas de interação com o mundo – com a pesquisa, por exemplo, em um trabalho como este que realizo, no qual boa parte das fontes antes impressas, *in loco*, se encontram disponíveis em espaços de pesquisa em páginas das próprias instituições – e com as outras pessoas de forma sem precedentes.

³⁷ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Op. cit., p.11-12.

³⁸ MCLUHAN, Herbert Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2002.

Desse modo, aqui entendemos o processo de virtualização cada vez mais intenso das relações como algo que intensifica as tendências de mudança das formas de sociabilidade contemporâneas já descritas acima. Não há uma valoração exata, no sentido de saber se as melhoram ou pioram, não se trata disso. A questão é que há um aprofundamento das tendências. Quando o espaço virtual era utilizado, por exemplo, hegemonicamente para a pesquisa e o trabalho, isso tinha um significado. Já era uma potencialização, já nos tornava mais aptos a assimilar informações cada vez mais volumosas sobre o mundo, e a realizar tarefas cada vez mais complexas, mudava muita coisa. Foi isso que o MST entendeu, provavelmente, quando decidiu adentrar nesse universo, criando sua página na rede. As possibilidades de divulgação e de comunicação com outros grupos sociais que também têm os mesmos anseios de transformação são sobremaneira ampliadas. Viajar para outros países da América Latina, por exemplo, seria muito caro e difícil para as lideranças do movimento. Telefonemas seriam caros, dispendiosos. Cartas, talvez mais demoradas do que se deseja. Os e-mails ou as notícias publicadas no site podem ser lidos e respondidos em tempo real. Isso é um ganho em possibilidade de mobilização. Claro que as lideranças entendem que a maioria das pessoas que participam do movimento não tem acesso a um computador, e por isso o JST continuou sendo impresso por todo esse tempo e outras formas de difusão foram mantidas. No entanto, o que se percebe é que a página foi ganhando uma importância cada vez maior como forma de divulgação, formação e contato com membros e simpatizantes da causa.

Não nos esqueçamos, no entanto, do que disse McLuhan: o meio é a mensagem. Utilizar um meio de comunicação nunca é somente receber informações de uma determinada maneira, mas interagir com o tecido social de certas formas. Usando um termo de Michel Foucault, trata-se aqui de interagir com um dispositivo. Quando o filósofo analisa o Panóptico, um projeto arquitetônico de Jeremy Bentham para instaurar a disciplina nos fins do século XVIII, ele entende que não é exatamente a questão física que implica a funcionalidade do modelo. Nas suas palavras:

O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das

luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos.³⁹

Uma importante contribuição trazida por Foucault nas análises sociais é, sem dúvida, sua concepção denominada de microfísica do poder, uma percepção de que as sociedades contemporâneas conseguiram desenvolver, cada vez mais, formas menos visíveis, mais sutis e, no entanto, mais eficazes de exercício de poder, a partir de sua ramificação e horizontalização. Isso, somado à fala de McLuhan, nos possibilita perceber o seguinte: a inserção dos indivíduos, nas modernas sociedades capitalistas, em relações cada vez mais virtualizadas, não consiste somente em uma forma de comunicação neutra. É um dispositivo, entendido aqui como uma forma de dispor mentes e corpos, em torno de certa estrutura de controle social, de arranjo, que permite a perpetuação de certas relações e do domínio de grupos sobre os outros. Não há neutralidade nisso. A partir da década de 1990, de forma cada vez mais intensa, e isto também no Brasil, os sujeitos se inserem cada vez mais em formas de comunicação individualizantes que geram uma desconexão, na sua fruição, com o passado e com o futuro, mergulhando o indivíduo em um presente que nunca se encerra. Isso não significa que as relações virtuais substituam as da vida concreta, cotidiana, ou que o farão em algum momento. Isso implica que impregnem a própria lógica do convívio, pois não há uma separação real entre o virtual e o concreto, o sujeito tem uma vida só. Em maiores ou menores níveis, a lógica da conexão vai se instaurar na existência de quem experimenta tais tipos de relação. Vai ampliar as possibilidades de comunicação, somando as conversas virtuais às concretas, como no caso daquela pessoa que reúne a família de casa com os parentes que se encontram em um lugar distante, até em outro país, por meio de uma videoconferência, ou dos grupos de trabalho ou de família nos aplicativos de mensagens. Vai reduzir a interação concreta daqueles que, em função do medo da violência nas grandes cidades ou da personalidade mais introspectiva, preferem cada vez mais se comunicar pela via virtual do que de forma direta. De todo modo, vai dispondo os indivíduos cada vez mais dentro dessas possibilidades.

A disposição dos sujeitos na era da sociedade em rede pode, inclusive, fornecer uma impressão de maior liberdade e autonomia para os mesmos. Não nos sentimos aprisionados ou vigiados quando livremente escolhemos um determinado site para pesquisar ou para nos divertir. No entanto, em alguns momentos é tremendamente perceptível que não estamos

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 178.

navegando tão livres quanto poderia parecer. O exemplo mais simples é o tipo de anúncio mercadológico apresentado quando estamos na rede. O indivíduo pode ter a impressão de que as propagandas que aparecem para sua visualização enquanto abre um e-mail ou quando interage na rede social, por uma estranha coincidência, se encaixam bastante no seu perfil possível de consumo. Quem já tem certa familiaridade com o mundo da tecnologia da informação sabe que não há coincidência nisso, mas que existem empresas que fazem, e provavelmente muito bem, este trabalho de direcionamento.

Quem está no anel de celas é visto sem ver; quem está na torre vê tudo sem ser visto. Um dispositivo. Nossa sociedade foi sutilizando as formas de controle, com fábricas cada vez mais belas do ponto de vista arquitetônico, com a garantia da visibilidade dos comandados, os shopping centers extremamente agradáveis para quem gosta das vitrines das lojas, com altíssimos níveis de monitoramento de quem se encontra no seu interior. Com avanços tecnológicos tão consistentes, não imaginávamos que no espaço virtual seria diferente. O meio é a mensagem. A sociedade em rede é uma forma de disposição de corpos e mentes e, nesse sentido, um dispositivo. Entrar na rede, como o MST escolheu fazer, é estar inserido no espaço de controle, e atuar dentro dele, com graus de clareza sobre isso questionáveis. A questão é que não podemos ser ingênuos quanto à relevância das novas formas de ordenamento social.

A relação do movimento com a visibilidade pode ser considerada, no mínimo, complexa. A tática que mais colocou o MST em evidência como uma forma de resistência e de luta importante foi a ocupação da terra. Trata-se da entrada em um espaço considerado improdutivo ou com alguma simbologia que permita aos participantes a realização de um discurso. Nesse sentido, esses sujeitos querem ser vistos, e dependem da visibilidade para que suas demandas sejam atendidas.

No entanto, parece evidente que, para planejar um ato como esse, a entrada na terra, com um número considerável de pessoas, sem dar tempo às autoridades para que respondam com a retirada imediata dos sujeitos, a visibilidade deveria ser nula, e eles deveriam contar com o total sigilo dos participantes para que as forças repressoras do Estado e dos grandes proprietários não os coagissem logo em seguida. A visibilidade, no momento certo, adequado, da denúncia da improdutividade da terra ou pelo menos das injustiças sociais, exigia que o evento fosse organizado de forma silenciosa e discreta, para que pudesse ocorrer conforme se esperava. Portanto, podemos perceber que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

precisou, ao longo da sua existência, acertar a sua relação com a visibilidade. Isso chamou a atenção, por exemplo, do jornalista Eduardo Scolese, que em seu livro *Pioneiros do MST*, conta como surgiu a ideia do seu projeto:

Folheando um exemplar do início de 1985, encontrei algo inusitado e que considerei perfeito para um projeto jornalístico de médio prazo. Estava ali, no canto direito de uma página amarelada pelo tempo, a lista com os 20 integrantes da primeira direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), eleita em janeiro daquele ano, no primeiro congresso nacional do movimento. Olhei um a um aqueles nomes e sobrenomes e me fiz duas perguntas: Por que, ainda em plena ditadura militar, o MST não teve medo de estampar a lista completa de sua direção nacional? E por que hoje, passados quase 20 anos de democracia, a lista atual dos diretores é guardada em segredo pelos líderes dos sem-terra?⁴⁰

Aí novamente a relação complicada com a visibilidade. Essa lista de lideranças do movimento será publicada mês a mês durante aproximadamente cinco anos, com tal prática se extinguindo em 1990. Podemos trabalhar com a percepção de que em 1985, apesar de ainda estarmos tecnicamente na ditadura, como afirma o autor, o regime estava em seu fim e, sem dúvida, bastante enfraquecido. Os eventos que provavelmente deram origem ao movimento como o entendemos têm início entre 1980 e 1981, como veremos no próximo capítulo, e nesse momento os participantes ainda sentirão a presença das forças repressoras. Scolese, ainda assim, acha o ato de colocar os nomes da direção nacional corajoso. Por que, então, parar de fazer isso em momento mais avançado da democracia?

Pelo que podemos perceber acompanhando o *Jornal Sem Terra*, o fim da década de 1980, sobretudo 89, foi um período em que as autoridades reforçaram o combate às ações do MST, e isso se deu sobretudo por meio da perseguição às suas lideranças. É possível, a partir disso, inferir que o movimento pode ter parado de divulgar os nomes exatamente porque sua visibilidade como forma de mobilização tornava complicada a situação desses indivíduos enquanto inseridos na sociedade. Novamente tem que haver uma relação inteligente entre visibilidade e anonimato para que as atividades funcionem bem. Lidaremos melhor com o site no capítulo 3, mas aparentemente a ideia nele é a mesma: divulgação daquilo que é

⁴⁰ SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 11.

interessante e traz ganho, mas manutenção de sigilo do que se entende que pode trazer prejuízo ao ser conhecido.

Além, é claro, da questão da sociedade em rede ser um assunto pertinente para as mudanças de sociabilidade que aqui tentamos compreender, é preciso salientar outro fator importante para a relevância do tema: a partir de 1997 nosso objeto de estudo, o MST, passa a ocupar um espaço na rede mundial de computadores, uma página que desde o início é noticiada em seu jornal impresso e que cada vez mais vai ganhando ênfase nessa mídia. Hoje o site do movimento é na verdade um bom exemplo, ele próprio, de rede, em função das relações do MST com outras organizações e movimentos que possuem um espaço de divulgação privilegiado no seu site. Veremos, em espaço apropriado, o que foi significando, ao longo do tempo, a inserção do nosso sujeito no espaço virtual.

Vale ressaltar, ainda pensando na questão da rede, a percepção que nos apresenta Bernardo Sorj sobre o que ele denomina de telemática:

Como a Internet passou a ser o meio de comunicação a distância mais utilizado (substituindo o correio e até certo ponto o telefone), naturalmente ela está presente e permeia todas as relações sociais, econômicas e políticas. Mas isso não significa que ela necessariamente seja capaz de modificar tais relações. Se a Internet, como indicamos anteriormente, aprofunda tendências já presentes na sociedade contemporânea, nada indica, até o momento, que ela seja um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade.⁴¹

A chamada sociedade em rede, assim denominada por Manuel Castells, só pode ser compreendida na sua interação com os demais elementos que estão aqui sendo interpretados. Não há uma nova forma de sociabilidade inaugurada pela internet, pois nenhuma tecnologia provavelmente deve ser responsabilizada, sozinha, pelas modificações de uma forma social. No entanto, as novas formas de interação possibilitadas pelas tecnologias virtuais acentuam ou, como é afirmado no texto, aprofundam tendências já presentes no tecido social. É, pois, importante analisar tal componente da forma de relação das sociedades do nosso tempo, ainda que não estejamos aqui estabelecendo um nexos causal específico ou uma relação absoluta de

⁴¹ SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Brasília: Unesco, 2003, p. 41.

causa e efeito entre virtualização e hiperindividualismo, mas tão somente apontando para a relação entre os dois processos, que se influenciam mutuamente.

Nossa tentativa aqui é a de compreender a relação entre esse processo complexo, que envolve hiperindividualização e virtualização das relações, e a possibilidade de organização dos movimentos sociais, ou, em outros termos, de entender até que ponto tais fenômenos influenciam ou não nas formas de mobilização coletiva. Como já nos estendemos razoavelmente sobre de que tipo de individualização estamos aqui tratando, é chegada a hora de relacionarmos tal conceito, o de hiperindividualização, ao nosso objeto de estudo, ou seja, aos movimentos, para depois, de forma mais específica, acompanhar isso no MST. Na nossa compreensão, a participação do indivíduo em qualquer agrupamento de forma não diretamente remunerada – entendemos aqui que os participantes do movimento podem ter uma visão tipicamente utilitarista, que vise à participação em função do ganho de um pedaço de terra –, contínua, muitas vezes por anos, exige uma palavra-chave: confiança. A nosso ver, tal sentimento não pode ser produzido no interior de relações efêmeras, transitórias, que entendemos serem aquelas que caracterizam cada vez mais as sociedades atuais. Nas palavras de Richard Sennet:

Vejam a questão do compromisso e lealdade. “Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições.⁴²

Confiança, lealdade, compromisso mútuo. Tais noções, para o autor e para nós essenciais para a sociabilidade e sobretudo para os movimentos, são difíceis de desenvolver com a sensação, muito presente na contemporaneidade, de “não há longo prazo”. É o que se costuma denominar “eterno presente”. Uma sociedade que não gosta de olhar para o passado, ou que tem muita dificuldade de fazê-lo, sejamos justos, com o fluxo de informações bombardeadas constantemente em todos os meios que cercam a maioria dos seres humanos.

⁴² SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 24.

Uma sociedade sem grandes projetos de futuro desde que se estabeleceu o “fim da história”, com propostas alternativas ao capitalismo cada vez menos plausíveis para a grande maioria das populações. Como ingressar e permanecer em um grupo sem confiar que as demais pessoas serão leais ao projeto abraçado por todos? Ao utilizarmos termos aparentemente tão subjetivos, não escapamos ao risco de estabelecer uma análise um tanto subjetiva. No entanto, são noções essenciais, a nosso ver, para a compreensão das maiores ou menores possibilidades de engajamento social.

O que gostaríamos que ficasse claro até o momento é que, na nossa compreensão, a fluidificação das relações sociais, ocasionada pelos diversos fatores acima apresentados e, provavelmente, por outros que não conseguimos esgotar nesse espaço, compromete os laços de vinculação social, tornando o engajamento e o comprometimento com causas coletivas tipos de conduta mais difíceis de serem vivenciadas. Não há aqui, é preciso deixar claro, um julgamento de valor do tipo “a sociedade está piorando”, até porque não estamos, ao analisar o objeto tão de perto, em condições de fazer tais avaliações de forma tão efetiva. A sociedade vivencia as mudanças a que é conduzida pelas diversas alterações ocorridas em seu interior, e não nos cabe julgá-las, objetivamente, como boas ou ruins. A questão é que elas interferem, a nosso ver, nas possibilidades de organização dos movimentos em geral e daquele que tentamos compreender aqui em particular.

Participação social exige confiança das demais pessoas que estão envolvidas nas nossas vivências. O que percebemos, acompanhando a análise de Sennet, é que as pessoas tendem a ter esse sentimento reduzido tanto em relação àqueles que convivem com elas quanto com as possibilidades de intervenção no futuro. Se os cidadãos pensam cada vez mais em se dar bem nos limites da conduta privada – até porque as mudanças levadas a cabo pela esfera pública, como veremos melhor na sequência do texto, têm perdido a efetividade ao longo do tempo –, não é fácil ter confiança ou ser leal aos outros ou a alguma causa coletiva por um longo período de tempo. Os resultados das ações dos indivíduos estão, boa parte das vezes, sujeitos à influência de fatores que eles não podem controlar completamente, ou sequer parcialmente. Em um cenário assim, a confiança em relação ao futuro também se esvai, inserindo-os naquele contexto de incerteza e insegurança já apresentado acima.

Fechando o tópico, é sempre importante reforçar: estamos estudando o processo de individualização contemporâneo porque entendemos que ele interfere na capacidade dos indivíduos de nosso tempo de se sentirem inseridos em problemas e buscas de soluções

comuns. Isso não se dá, a nosso ver, de forma homogênea, e é provável que os diferentes sujeitos experimentem isso de forma bastante distinta, alguns sendo muito afetados por esta dinâmica, outros muito pouco ou talvez nada. No entanto, como tais alterações, sobretudo o que estamos denominando de hiperindividualismo, são entendidas como uma marca característica do nosso tempo, a tentativa do trabalho é procurar entender que tipo de resposta um movimento como o que decidimos estudar dá a elas. O MST tem, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, no seu discurso, um enfoque na questão da classe social e do embate econômico. Na nossa análise desse tópico, pudemos perceber que esta, como outras categorias, como o partido, tem sofrido com as crises dos padrões verticais de sociabilidade. Veremos, no capítulo 2, principalmente, qual é a posição do nosso objeto de estudo, até nossos dias, com relação a isso. Se mantém a questão da classe na centralidade, ou se fluidifica as análises e lutas, tendência característica do período.

1.3. MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES.

Estamos estudando um movimento social. Antes, no entanto, de falarmos dele mais especificamente, o que ocorrerá nos capítulos subsequentes, aqui nos ocuparemos de como tais formas de organização, em geral, se comportaram no período proposto para o estudo. Viemos falando, até o momento, de um processo forte de individualização acentuado na contemporaneidade, que conduz a uma crise dos conceitos de confiança e de lealdade. Também defendemos, como uma percepção plausível sobre a organização social, que sem tais sentimentos os sujeitos têm uma tendência menor ao engajamento uns com os outros. É por isso que entendemos que, em geral, a proliferação dos movimentos e, principalmente, o aparecimento de diversas vertentes no interior de cada um deles, representou ao mesmo tempo um ganho e uma perda. O ganho consiste, basicamente, na pluralidade das vozes ouvidas e representadas e as possibilidades de que, desde que se escute o que digam, suas reivindicações se consolidem em direitos. A perda, se a palavra não for forte demais, é que é muito difícil organizar tantas vozes assim ao mesmo tempo, mas ninguém quer deixar sua demanda para depois para que todos ecoem uma única voz. Talvez isso nem seja desejável. No limite, caímos na mobilização, que demanda por mobilidade, saúde, educação, o fim da corrupção, reforma agrária, sem classes e sem partidos, a quem quiser ouvir.

É claro que mobilizações como estas já aconteceram em tempos mais rígidos, ou seja, antes das décadas que estabelecemos aqui para o que denominamos de hiperindividualização, décadas de 1960/70. Nosso movimento ainda hoje luta pela melhor distribuição de terras à moda antiga, em grande medida. Mas, de um extremo a outro, muita coisa precisa ser entendida. A possibilidade da mobilização foi potencializada pela sociedade em rede. Nosso movimento mescla a forma tradicional com outras que só são possíveis por causa das novas formas de sociabilidade. Como dissemos, o MST mantém uma página na internet desde 1997, que será estudada adiante, mas que, pode-se adiantar aqui, tem um rico material de estudo e divulgação ao alcance de um clique.

Os movimentos mudaram. Estudando o momento exato em que isso começa a acontecer no caso brasileiro, Eder Sader nos fala dessa heterogeneidade em seu clássico sobre os movimentos de trabalhadores em São Paulo. Suas ferramentas de análise são nitidamente marxistas, portanto a categoria central é a classe, mas ele já consegue perceber a pluralidade que se apresenta e nos fala dela:

O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma “superior” e “sintetizadora”.⁴³

O autor estuda, basicamente, movimentos urbanos com vínculo com a questão do trabalho. O gênero surge no estudo dos Clubes de Mães; a influência da Igreja Católica, na forma da Teologia da Libertação, também é estudada. Hoje sabemos que o feminismo se reestrutura no período, que a imprensa homossexual também cresce consideravelmente, que o movimento negro é retomado com o enfraquecimento da ditadura. A pluralidade dos movimentos, das formas, dos discursos, das demandas, tende a aumentar cada vez mais, com o processo em andamento da reabertura política. Termos como feminismo e movimento negro só são possíveis em abstrações, necessárias, é claro, para a compreensão das coisas. O que existe, de fato, são os feminismos e os movimentos negros, com as mais diversas ideias,

⁴³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 198.

muitas vezes antagônicas, sendo defendidas. Como já se disse, é muito bom que todas essas vozes e demandas possam ser ouvidas em nossa época. Ao mesmo tempo, existe uma dificuldade nítida de que todas elas se façam ouvir de forma eficaz e, o que é mais importante, encontrem eco na efetivação das mudanças que exigem.

Há quem pense que a hiperindividualização da qual estamos tratando aqui tem a sua responsabilidade nessa diversidade. O sujeito quer que sua posição seja aceita, admitida, adotada, e não está muito disposto a fazer concessões. Até as décadas de 1960/70 a família tinha que ter a habilidade do diálogo para decidir sobre qual programa iria entreter a todos na sala de casa, ou, hipótese também plausível, com os ordenamentos verticais ainda em alta, o pai (ou os pais) decidia e todos aceitavam, alguns a contragosto, claro, participar do momento. Aprendia-se a abrir mão. A mudança da forma de consumo, da qual tratamos acima, somada à alteração constante dos antigos padrões hegemônicos de sociabilidade, criaram outro tipo de ser humano. Não vou ficar na sala vendo algo que não quero porque não preciso, tenho outra televisão no quarto, vou ver algo no computador, ou no smartphone. O sujeito hiperindividualizado está pouco propenso a gastar o seu tempo com discussões para tentar estabelecer acordos coletivos.

No campo dos movimentos é possível que tal lógica, que é cada vez mais a lógica dos seus participantes, se instaure. O resultado disso, nas palavras de Castells, é notório.

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais.⁴⁴

Com os sujeitos que participam cada vez mais individualizados, experimentando sensações cada vez maiores de transitoriedade, de mudança, de insegurança e incerteza, a tendência é de que as causas fiquem menos abrangentes. Não nos esqueçamos de que a confiança está em declínio e que a imagem do principal interlocutor dos movimentos, o Estado, não anda das melhores. Os escândalos de má gestão das lideranças políticas e a dificuldade cada vez maior dos gestores de realizar mudanças necessárias, em função da

⁴⁴ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 41.

interconexão cada vez mais intensa da economia global, têm conduzido os sujeitos à descrença com relação à possibilidade de grandes alterações da ordem, e o cenário, em muitos casos, é este apresentado por Castells. Vivemos em um tipo de sociabilidade que nos consome tempo, e se temos que gastá-lo demais com um esforço que não tende a produzir resultados concretos, não estamos propensos a fazê-lo.

Tal situação, somada ao alto potencial de comunicação gerado pelas novas tecnologias, tem gerado cada vez mais o que se tem denominado aqui de mobilização. É importante ressaltar que grande parte dos movimentos sociais, e este aqui estudado não foge a esta regra, se utiliza amplamente do expediente das mobilizações. Agrupar um número considerável de pessoas, centenas ou milhares, em um determinado lugar, para uma marcha, como nas Romarias da Terra realizadas pelo MST e seus parceiros de luta, é um tipo de ação bastante utilizado. A questão é que, no âmbito do movimento, essa é uma das ações realizadas por um grupo que tem uma liderança, se reúne periodicamente, tem uma agenda de demandas estabelecida e interlocutores fixados. O que vai se tornando cada vez mais comum na sociedade em rede, da qual, repetimos, o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passou a fazer parte, é que a mobilização passa a fazer sentido por si mesma. Ela passa a ser definida por alguém, por vezes uma liderança de um movimento, outras não, e são estabelecidos um local e uma data para que aconteça, além de uma pauta. As pessoas se reúnem, se manifestam e, depois que o ato em si acaba, aguardam os resultados de sua atuação. Os membros do movimento organizador podem, por vezes, acompanhar de forma mais intermitente as consequências do ocorrido, mas é muito possível que a grande maioria dos indivíduos que participaram do protesto/mobilização/reivindicação não. Investimento mínimo com possibilidades de ganho, ainda que não garantidas, mas pelo menos prometidas, consideráveis. Forma de participação ideal para o hiperindivíduo.

Manuel Castells parece ser otimista com relação a tal forma de organização social. Ao falar das grandes mobilizações que balançaram o mundo desde a Primavera Árabe, ele afirma que

nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo.⁴⁵

⁴⁵ Idem.

Em função da dificuldade apresentada acima, do controle do espaço virtual pelos governos e empresas, tal forma de comunicação tem sido, por motivos evidentes, o escolhido, sobretudo, em países dominados por governos mais autoritários, e as possibilidades de organização são, principalmente nesses espaços, sem precedentes. Os resultados são recentes demais para avaliação histórica, e não é objetivo do presente trabalho. A questão é analisar um pouco melhor o que nos fala o autor na citação. Ele denuncia um mundo, aquele que estamos chamando aqui de hipermodernidade, que já havia chegado ao seu limite de propiciar aos sujeitos a capacidade de viverem juntos. É disso que estamos falando ao longo de todo o capítulo. Isso tende a refletir nas possibilidades de organização dos movimentos, porque altera os níveis de disposição ao engajamento daqueles que vivem esse novo tempo. A dinâmica da transitoriedade, da conexão, tem adentrado os espaços de organização dos grupos.

Castells fala de um nós, de um povo. Uma nova forma de nos sentirmos assim. Entendo que devemos avaliar o fenômeno de maneira muito cautelosa. Não é um “nós” no mesmo sentido em que ele existia no início da década de 1980, nas pessoas que passavam meses debaixo da lona em busca da conquista de algo que, em última instância, era coletivo. Não temos aqui esse nível de relacionamento. Como afirmou Richard Sennet, esse tipo de lealdade e confiança demanda tempo e convivência, e aqui, evidentemente, no mais das vezes, não é disso que se trata. No entanto, em uma sociedade que impulsiona as pessoas cada vez mais para o mergulho na individualidade, tal forma de organização talvez seja, como nos diz o trecho acima, a forma de reinventarmos um sentimento de “nós”, talvez a mais possível porque, grande parte das vezes, menos exigente para a maioria dos participantes das mobilizações. Como dissemos, os eventos em massa dos últimos tempos têm envolvido a permanência de indivíduos no local, a organização em torno de algumas lideranças, o sacrifício de muitos. Mas é bem provável que a grande maioria dos milhares que engrossaram os grandes encontros físicos tenha ido, participado, e voltado aos seus lares. A experiência recente no Brasil, comentada pelo próprio autor, é uma demonstração nítida disso.

O que gostaríamos que ficasse claro, portanto, é que estudamos um movimento que surgiu em um contexto de organização bastante tradicional, na composição, como veremos adiante, dos discursos marxista e religioso, tendo como uma das principais formas de mobilização a ocupação, isto é, o estar em um local físico, e lá permanecer. O lema inicial “ocupar e resistir”, ou seja, ficar no lugar, será alterado para “ocupar, resistir e produzir”, quando se entende que a produção é exatamente o que legitima a permanência. Durante todo o período do estudo aqui proposto, ou seja, de 1981 aos dias de hoje, tal tática ocupou um lugar

central nas ações do movimento. Uma forma de organização baseada na fixidez no local, enquanto a cultura social difunde, amplamente, na sua própria arquitetura, o trânsito, a passagem.

Tal percepção nos é apresentada pelo antropólogo Marc Augé, que denomina nosso tempo de supermodernidade. É mais um nome para um conjunto de alterações razoavelmente parecido. Ele utiliza o conceito de “não-lugar” para designar a relação com o espaço cada vez mais característica da modernidade. Nas suas palavras:

Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terremos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece), onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, onde o frequentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio “em surdina”, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero (...).⁴⁶

Bauman também fala dessa transitoriedade dos espaços na contemporaneidade. Na história ocidental, da Grécia para nossos dias, a *ágora*, espaço público, político, de exercício da cidadania, de compromisso com a coletividade, cedeu lugar aos shoppings, espaços privados, de prática do consumo, de não permanência, de fugacidade. Nesse ponto, no entanto, encontra-se algo de relevância para nosso estudo: nosso movimento é territorial. Sua principal forma de atuação é a ocupação dos espaços, como uma forma de pressionar o Estado para a realização de políticas de combate à concentração de terras, na busca de conseguir o seu “lugar”, um território no qual os participantes da luta possam se fixar para construir uma vida mais digna. Culturalmente falando, no entanto, as pessoas querem, realmente, a fixidez? No momento da luta, é claro, existe o desejo dos indivíduos de terem um lugar seu. No entanto, depois da conquista, existe uma dificuldade nítida da manutenção de muitas dessas pessoas no lugar conquistado. Pode-se falar da falta de estrutura para a produção, é claro, assim como da falta de experiência de muitos desses indivíduos com a nova vida na qual estão inseridos. Mas e os aspectos culturais, devem ser negligenciados? Penso que não.

⁴⁶ AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994, p. 74.

Desse modo, a diferenciação que procuro fazer aqui é entre a mobilização em si, que pode ser realizada a partir da organização de movimentos ou não, mas que consiste, em última instância, em compartilhar um lugar por um tempo determinado, boa parte das vezes por pessoas que, na sua grande maioria, não se conhecem e que, no limite, no caso brasileiro, teve a marca da repulsa às formas de organização tradicional, e movimento, compreendido como um grupo com objetivos compartilhados, reuniões razoavelmente regulares, estratégias comuns e, em alguma medida, algum conjunto perceptível de ideias sobre as coisas.

Penso que as mobilizações recentes no país foram importantes para pressionar a classe política sobre a necessidade de dar respostas às demandas sociais. Na prática, a questão do valor do transporte público foi a conquista mais efetiva. O debate sobre uma possível reforma política teve início, um abaixo assinado foi organizado combinando os espaços físico e virtual, mas isso sempre está na dependência da classe política, tendo que passar pelo chamado Projeto de Iniciativa Popular. A pressão política é essencial; sem ela, provavelmente, nenhuma modificação mais substancial deve ser esperada nas modernas sociedades democráticas. No entanto, se ela não tem continuidade, não me encontro muito otimista com relação à efetivação das mudanças pretendidas. Temos mais de 30 anos de pressão dos movimentos de luta pela terra no campo brasileiro, e se existe uma opinião amplamente aceita sobre esse assunto, é que a reforma agrária no Brasil não foi feita como deveria e a situação do campo não foi alterada substancialmente. Se com tanta pressão o Estado consegue barrar mudanças que dificilmente alguém considera, na sua essência, injustas, o que pensar dos encontros de rua que se estendem por alguns dias ou semanas e, depois disso, deixam de ocorrer de forma repentina? Os milhares que foram às ruas continuam cobrando no espaço virtual com a mesma efetividade, nos sites do senado ou da câmara federal, por exemplo? Ou denunciam, em suas cidades, situações injustas que devem ser combatidas? Sem uma pressão que tenha uma continuidade mais sensível sobre os representantes políticos, não espero, realmente, que mudanças significativas venham ocorrer como resultado das mobilizações de massa.

Em um período cada vez mais marcado pela transitoriedade, pela noção de conexão, e que, com a difusão das novas tecnologias da informação, potencializa a comunicação horizontalizada, inclusive, por vezes, à revelia de certos controles do Estado, as mobilizações, entendidas como encontros reivindicatórios, com duração razoavelmente programada, de sujeitos que, a princípio, não compartilham entre si muito mais do que o motivo de estarem ali, tem sido uma modalidade privilegiada de interferência no meio, e com conquistas

consideráveis. O MST, no entanto, apesar de também ocupar o espaço virtual, mantém-se (faremos esse aprofundamento na sequência), pelo menos por um longo tempo, dentro dos limites da classe, com uma percepção de luta contra um sistema considerado injusto. O quanto a participação da rede social, rede de movimentos e hibridização com organizações como as ONGs influenciou ou não as ações do nosso objeto, no sentido de alterá-las, será objeto dos próximos capítulos.

1.4. HIPERMODERNIDADE E VIOLÊNCIA.

Em nosso tempo, o Estado tem se afastado dos indivíduos, em função da crise do modelo de bem-estar e do arrefecimento das políticas sociais. A análise disso será aprofundada no próximo tópico deste capítulo. Com tal movimento, que conduz as pessoas menos favorecidas a permanecerem à margem do tecido social, é previsível um aumento da violência e a organização da sociedade em movimentos reivindicatórios por melhores condições de existência. Infelizmente, diante disso, movimentos como o que estamos aqui estudando tendem a ser cada vez mais estigmatizados e enquadrados na categoria do banditismo ou em outras do gênero. Na CPMI da terra, cujo relatório foi apresentado em novembro de 2005, existe inclusive um projeto de lei, apresentado na parte das recomendações e encaminhamentos, que iguala o que é chamado de invasão de terras ao crime de terrorismo. É necessário, portanto, para complementar este quadro no qual pretendemos apresentar as características gerais das mudanças do período no qual nosso objeto de estudo surgiu e se desenvolveu, refletir um pouco sobre o tema da violência.

Vivemos, sim, em um tempo em que talvez as manifestações de atos violentos sejam mais perceptíveis. Isso se deve, evidentemente, à maior capacidade dos meios de comunicação de noticiar tais eventos. A primeira ressalva a ser feita, portanto, é que se faz necessário diferenciar a ocorrência da violência da sua visibilidade. Esta última aumentou, não há dúvida. Se o mesmo ocorreu com os eventos violentos, é preciso observar com cuidado. A busca, no entanto, da nossa discussão, é ainda de algo mais fundamental. A proposta é de se entender em que medida as últimas décadas podem ter se tornado, em geral, um período mais violento. Nosso entendimento, amparado por alguns autores, é de que o atual estágio do capitalismo tenha, possivelmente, proporcionado isso. Para demonstrar, no entanto, uma diferenciação precisa ser feita, e para tanto vamos nos utilizar dos termos de Slavoj Žižek. Nas palavras do autor

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra um pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação de um estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra o qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionalis” de violência subjetiva.⁴⁷

A modernidade que vem sendo acentuada nos últimos tempos tem se tornado mais violenta objetivamente, é isso que o autor quer dizer. Utilizando outro termo do próprio texto, o sistema adotado pela grande maioria dos países do globo aumenta os níveis de violência simbólica e concreta sobre a grande parcela dos sujeitos que vivem sob a sua dinâmica. A carência do mínimo para uma vida digna é uma violência absurda. A falta de possibilidade de galgar certos espaços no que se refere à educação é algo que deve ser compreendido como violento. O que Žižek denuncia é que, por incrível que possa parecer, grande parte dos indivíduos não consegue assimilar tais situações como realmente violentas, exatamente porque elas existem para manter a atual ordem (ou desordem?) de coisas funcionando. A partir daí, todas essas situações violentas passam a ser entendidas, como o próprio trecho nos apresenta, como um “nível zero”, e é contra ele, contra a invisibilidade de tal violência, que se erguem as ações dos sujeitos que se manifestam contra a ordem estabelecida e que, portanto, causam desordem, perturbam, e são violentos!

Nosso movimento ocupa um espaço que está cercado. Ocupação é o termo utilizado pelo movimento; invasão é aquele presente na fala dos proprietários e, grande parte das vezes, da mídia, que noticia o evento. A diferença entre os dois é grande no que diz respeito aos seus significados. Vejamos uma primeira tentativa de diferenciação constante do livro *A história da luta pela terra e o MST*:

Segundo os juristas Fábio Comparato, Luís Edson Facchin e Régis de Oliveira, existem profundas diferenças entre **invadir** e **ocupar**. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no

⁴⁷ ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-18.

caso em questão, terras que não cumprem sua **função social** – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação. ⁴⁸ (grifo dos autores)

Como se pode observar, alguns juristas conseguem diferenciar razoavelmente os dois aspectos que surgem como frutos de uma mesma prática. O primeiro, de invasão, trata de uma atitude para forçar a entrada em espaço pertencente a outrem sem a devida autorização, ferindo assim, de forma clara, o direito de propriedade. A invasão seria a realização do ato como um fim em si mesmo.

No caso da ocupação, a conotação é bastante diferente, isso por dois motivos centrais: 1) as terras ocupadas não consistem em propriedade de ninguém, visto serem terras devolutas ou aquelas que, por não cumprirem sua função social, deixam de pertencer, por direito, àquele que possui um registro formal das mesmas. Não se invade um espaço que não tem dono; e 2) a entrada nas terras não consiste em um fim em si mesmo, ou seja, os participantes da mobilização sabem muito bem que ocupar é o primeiro passo para que seja aberto um processo requerendo ao INCRA um laudo de produtividade do imóvel e, assim, haja a possibilidade da destinação da terra à reforma agrária.

Ainda assim, o que precisamos entender, muito mais que a diferença do nome, é que a dinâmica da nossa sociedade torna evidente, “demasiado” visível, a violência da entrada na terra por parte dos integrantes do movimento, denominada acima de subjetiva. Mas aquela que gerou tal atitude, a que chamamos de objetiva ou sistêmica, permanece invisível. Na edição de julho/agosto de 1990 no JST, uma matéria chamava a atenção para o fato de que a “ocupação é um ato político, motivado por um nível extremo de insatisfação, que deriva do não cumprimento da Constituição por parte do governo”⁴⁹. Alguém dirá que tais desigualdades, entre os que têm muito e os que pouco ou quase nada possuem, sempre existiram no sistema capitalista, e novamente eu preciso lembrar que todas as potencialidades da modernidade vêm sendo acentuadas nos últimos tempos. Mais uma vez usando Bauman, podemos perceber isso:

A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e

⁴⁸ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 132.

⁴⁹ O MST FAZ a Reforma Agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, julho/agosto de 1990, nº 95.

meios de sobrevivência – até então adequados, no sentido tanto biológico quanto social/cultural dessa noção. Para as pressões populacionais daí resultantes – as antigas e familiares pressões colonialistas, só que na direção inversa –, não há escoadouros prontamente disponíveis, seja para a “reciclagem” ou para a “remoção” segura. Daí os alarmes sobre a superpopulação do globo; daí também a nova centralidade do problema dos “imigrantes” e das “pessoas em busca de asilo” para a agenda política moderna, e o papel crescente que os vagos e difusos “temores relacionados à segurança” desempenham nas estratégias globais emergentes e na lógica das lutas de poder.⁵⁰

A globalização do capitalismo, acentuada no período que nos propomos a estudar em função das possibilidades técnicas e da hegemonia do próprio sistema no pós-guerra fria, gerou, segundo o autor, o espalhamento em níveis globais da tendência histórica do modelo: a concentração de renda. O que ele nos mostra é que, como tal forma de ordenamento econômico se espalha por todo o território do globo, deixando de ser, como antes, característica dos países mais desenvolvidos, as possibilidades, anteriormente existentes, de se gerar a “solução” do problema em um espaço, exportando aquilo que era indesejado para outros lugares, já não existe mais. O que vamos cada vez mais visualizar será a tentativa de se estabelecer soluções locais para um problema que é global. Lipovetsky também nos fala disso ao afirmar:

A vitória da livre-troca planetária devia trazer o crescimento, a estabilidade, a redução da pobreza. O resultado foi, em muitos casos no mundo, o agravamento da miséria, a precariedade, a incerteza do amanhã ou mesmo o risco, que se acreditava desaparecido, das grandes fomes.⁵¹

Nossa modernidade, desse modo, vai se tornando cada vez mais violenta. Reiteramos: violenta de forma objetiva e sistêmica. Isso gera, é óbvio, em resposta, violências subjetivas mais acentuadas também. Não há aqui uma tentativa de justificar a todo custo ações de violência contra a pessoa ou o patrimônio por parte de manifestantes ou integrantes de movimentos sociais. O que tentamos, no entanto, é problematizar a questão e subverter, utilizando Žižek, o pano de fundo, saindo de uma pretensa neutralidade na qual a atitude de quebrar algo ou cortar a cerca, como o próprio autor já havia nos apresentado, pode soar como ato “irracional”, para perceber como, junto com Bauman e Lipovetsky, tais ações tendem, como o próprio *Jornal Sem Terra* afirmou reiteradas vezes, a ser respostas a violências sentidas pelos sujeitos sociais. Ainda com relação a essa violência espalhada pelo tecido social, e imposta aos sujeitos, implicando na falta daquilo que é o mínimo para a dignidade,

⁵⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 14.

⁵¹ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Op. cit., p. 35.

podemos trabalhar com a reflexão de Milton Santos sobre a globalização. De acordo com o autor,

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares.⁵²

A nomenclatura é diferente daquela que nos foi apresentada por Žižek, mas nos parece que a compreensão é bastante parecida. O que nos termos do filósofo era apresentado como violência objetiva, é denominado aqui, pelo geógrafo, de violência estrutural ou central. As conclusões a que se chega, no entanto, a meu ver são muito parecidas. Há um equívoco no olhar de boa parte dos analistas, que se perdem ao apreciar os eventos aqui denominados de periféricos, particulares, funcionais derivados, e em Žižek de subjetivos. Enquanto não partimos de um pressuposto mais geral, de que o sistema no qual vivemos é violento pelo fato de negar a uma parcela significativa da população direitos elementares para uma vida digna, vamos tornar as ações dos sujeitos do tipo estudado aqui como assunto de polícia, o que muitos Estados e figuras políticas têm insistido em fazer. A partir do momento que compreendemos que não é admissível que indivíduos vivam à margem dos direitos sociais, principalmente em um número relevante, como é o caso das modernas sociedades, podemos entender as ações dos movimentos como violentas – e elas o são –, mas também como respostas a uma situação que não deve ser admitida. Então é possível politizar suas atitudes – o que entendo que deva ser feito.

A questão é que, da mesma forma que a grande imprensa tende a neutralizar o espaço da ação e apresentar a violência subjetiva ou funcional derivada dos agentes dos movimentos/mobilizações como a única existente, aqueles que se encontram nos espaços de poder político também têm demonstrado tal propensão. A já citada orientação da CPMI da Terra de 2005, de que se alterasse a lei, passando a considerar a invasão de terras no país crime de terrorismo, não é um evento isolado. A resposta, provavelmente não a melhor, de Estados que não conseguem gerar o bem-estar para seus cidadãos a movimentos que geram algum tipo de perturbação da ordem vem sendo, na maioria dos países do globo, a mesma: a criminalização. O MST já sentia isso na pele, e no número de janeiro/fevereiro de 1991

⁵² SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 55.

escrevia que o “Governo criminaliza a Reforma Agrária”. A questão social passa a ser tratada como questão de polícia. Um importante estudioso desse processo especificamente é o sociólogo Loïc Wacquant. De acordo com o autor, a transição de um Estado de bem-estar social para um Estado punitivo, que estigmatiza e criminaliza aqueles que são marginalizados pela lógica do mercado, é o resultado de todas transformações que estamos vivenciando nas últimas décadas. Nas palavras do próprio autor:

A criminalização a que estão sujeitos por toda a Europa os militantes dos movimentos sociais de desempregados, de sem teto e contra a criminalização [...] não pode ser entendida fora do sentido amplo da penalização da pobreza, elaborada para administrar os efeitos das políticas neoliberais nos escalões mais baixos da estrutura social das sociedades avançadas.⁵³

Sobre o Brasil o autor acrescenta: “Nas sociedades que vivenciaram experiências autoritárias recentemente, como as do Brasil e da Argentina, a aplicação das penalidades neoliberais significa, na verdade, o restabelecimento da ditadura sobre os pobres.”⁵⁴

Aí está. A luta pela ampliação de direitos, ou pela manutenção de alguns que vão sendo perdidos em função das velozes mudanças operadas nos últimos tempos vai sendo, com o tempo, objeto de desconfiança de Estados que, cada vez mais, demonstram dificuldade em dar respostas às demandas apresentadas. Quanto mais radicais são as formas de manifestação dos movimentos, mais justificável se torna, aparentemente, a utilização da força por parte das forças estatais. Ao falarmos de um movimento que utiliza a ocupação/invasão de um espaço até então legalmente pertencente a alguém como uma das suas principais formas de ação reivindicatória, falamos de um grupo potencialmente na mira dos agentes governamentais, por seu caráter violento. É claro que fica mais fácil de entender as coisas assim quando deixamos de lado a violência sofrida pelas pessoas que, em um ato talvez extremo de desespero, encontram em tal forma de mobilização uma das últimas possibilidades para modificar de forma significativa sua existência de abandono social. Ao contrapormos a violência subjetiva dos membros do movimento àquela que chamamos aqui de objetiva, sistêmica, e ao tornar

⁵³ WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 93.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 100.

esta última visível, talvez consigamos contrabalançar e assumir uma percepção um pouco menos embaçada.

Um possível fechamento da nossa contextualização do período de estudo permitiria no momento uma síntese. Estudamos um movimento que exige, como os demais movimentos “tradicionais”, um alto nível de engajamento com uma causa coletiva. Como vimos, existe uma tendência nas sociedades contemporâneas a uma individualização cada vez mais intensa. Isso se dá, como apresentamos acima, em função de algumas tendências características da modernidade, como de questionamento das instituições tradicionais, de caráter essencialmente vertical, e de um tipo de consumo cada vez mais voltado para bens pessoais, que denominamos de hiperconsumo. O tempo em que vivemos e no qual nosso movimento surgiu e se desenvolveu, portanto, não deve ser entendido como o mais propício para a sua proliferação.

De alguma maneira, ao se posicionar contra a concentração de terras, que está, sem sombra de dúvidas, vinculada à de renda, nosso movimento se encontra, de certa forma, no contexto da reflexão clássica das classes. Na sociedade denominada de pós-industrial (mais um nome), tal conceito é também constantemente problematizado como obsoleto, ultrapassado, e é preciso avaliar se tais considerações procedem. Depois da fragmentação do mundo soviético, as teorias vinculadas ao marxismo foram se tornando aparentemente menos válidas em termos de potencial explicativo, e é possível que nenhum movimento tenha, ao longo desse período, se utilizado tanto das categorias do materialismo histórico no Brasil como o MST. É preciso saber se isso tem validade ou se, como pensam alguns analistas, já não cabe mais falar da questão das classes.

No tempo da fuga, da conexão, da transitoriedade, tratamos de um grupo que tem como base central de reivindicação e de atuação reivindicatória o território, o lugar, o espaço, a permanência, a fixação, o “estar lá”. A violência subjetiva é realizada pelo movimento de forma nítida demais, ofensiva, diferente de uma ocupação temporária de rua por grevistas ou das manifestações virtuais, atualmente tão em voga. A tolerância às formas de organização de tal sujeito social é cada vez menor em um Estado que, na dificuldade nítida de cumprir com as suas obrigações sociais, tende a criminalizar as ações que os indivíduos realizam com vistas à conquista de melhores condições de vida. Como diz Wacquant, nossos governantes tendem a “prender os pobres”.

Diante de todas estas dificuldades, como o MST tem se apresentado ao longo das suas décadas de existência? De uma coisa se deve saber de antemão: ele entrou na rede, elaborou um site e estabeleceu, no espaço virtual e no concreto, uma rede de relações com outros grupos que lutam de forma parecida, como a Via Campesina, ONGs, colaboradores. Perdeu com isso? Ganhou? Muito provavelmente os dois. Alguns dos resultados das transformações que o movimento vivenciou, para responder às diversas mudanças ocorridas na realidade, nós tentaremos trabalhar nos próximos capítulos.

1.5. A QUESTÃO DO ESTADO.

Retomando a discussão sobre a confiança, já iniciada no tópico sobre a hiperindividualização, nesse ponto chegamos à análise de uma das suas variações extremamente importante: aquela depositada nas reais possibilidades de se produzir modificações consistentes com a ação realizada. Não existe o menor sentido em participar se não há a mínima expectativa em produzir efeitos com a ação executada. Assim sendo, além de confiar nos demais indivíduos que fazem parte da atividade reivindicatória, o sujeito precisa acreditar na vontade/capacidade do seu principal interlocutor para a concretização das demandas que reivindica: o Estado. Sim, nas modernas sociedades a conquista e ampliação de direitos e a modificação significativa de alguma situação relevante para a sociedade só podem ser consolidadas com a ação das instâncias políticas. E aí nos deparamos com outra crise séria de confiança que, no limite, precisa ser analisada para avaliarmos a atual conjuntura dos movimentos sociais. A questão, assim, é a de responder à pergunta: por que os indivíduos demonstram descrença na capacidade das instituições públicas para resolverem os seus problemas? O primeiro motivo para a grande maioria dos analistas é a globalização. Vejamos um argumento:

O fato de o conceito relativo a países distantes e próximos estar sendo obscurecido por comunicações via satélite e de inúmeras decisões serem tomadas longe das fronteiras dos países produz (sem nenhuma interferência dos poderes locais), em larga escala, efeitos visíveis sobre esses países, levando-os a pensar que o conceito contemporâneo de soberania do Estado-nação está se tornando, cada vez mais, um termo político obsoleto. A nova ordem econômica que está sendo estabelecida produz novas vicissitudes

sobre a vida dos Estados-nação, bem como mudanças visíveis na identidade e no caráter nacional, cívico e político de suas nações.⁵⁵

A decadência da noção de soberania é um elemento antigo na discussão desta questão. O que Capello nos apresenta no trecho é que aqueles que vivem sobretudo em países marginalizados no cenário econômico mundial acabam por perceber, inevitavelmente, que por mais vontade que seus governantes possuam de fazer mudanças significativas para melhorar as suas condições de vida, eles acabam por ser impedidos por uma dinâmica econômica que, grande parte das vezes, extrapola o próprio país. A economia, tornando-se global, termina por ter centros de influência mais fortes, que atuam sobre o restante das nações. Com o fim da chamada Guerra Fria, a antiga polarização entre EUA e URSS e suas zonas de influência perdeu força. Com isso, novas configurações têm-se estabelecido no planeta, e elas não são fixas, mas isso não significa que não existem diferenças de poder ou interferências de uns países sobre os outros. O que acontece é que mesmo as grandes economias, em alguns momentos, podem atravessar situações de dificuldade em função de crises que afloram dentro ou fora do seu território. De acordo com Norbert Lechner, é uma tendência do nosso tempo a perda da centralidade da política institucional, o desvio, o compartilhamento de importância com outros elementos do que ele denomina de “rede política”. O autor afirma que

a ação política tende a operar mediante “redes políticas”. Tais redes, formais ou informais, articulam um número variável de agentes (sociais, políticos, frações ou instâncias diferentes no interior do aparato estatal), interessados em negociar um acordo sobre determinada matéria. A decisão política já não representa um ato de autoridade que solicita obediência, e sim um acordo negociado, fundado em benefícios mútuos. Conquanto a diferença possa ser nula em casos concretos, trata-se de concepções distintas: atualmente, costuma-se conceber a política mais como um mecanismo de coordenação do que como instância de direção.⁵⁶

Os anseios da população em geral são de que o Estado resolva suas demandas de forma rápida, efetiva, imediata. É como o setor privado boa parte das vezes efetiva suas relações com os consumidores. Os indivíduos nas hipermodernas sociedades, cada vez mais

⁵⁵ CAPELLO, Héctor Manuel. Efeitos da globalização econômica sobre a identidade e o caráter das sociedades complexas. In: MENDES, Cândido (Coordenador) & SOARES, Luiz Eduardo (Editor). *Pluralismo, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 115-116.

⁵⁶ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. Op. cit., p. 10.

adotando essa lógica, estabelecem relações desse tipo. Mas, como vimos no texto, eles não serão satisfeitos de acordo com essa mesma dinâmica quando se trata do setor público. Ao invés de ser um centro decisório, que define rumos que têm de ser tomados pelo restante do tecido social, a instância especificamente política ocupa um nó de uma rede complexa que envolve uma série de agentes que se influenciam mutuamente. O Estado ainda é, de acordo com o autor, uma instância de coordenação de ações no jogo de forças social. No entanto, na mesma fala, lemos que ele não tem mais a mesma força como instância de direção. Dentro do tecido social, desse modo, ele divide lugar com outras forças influenciadoras. No jogo global, no planeta dos câmbios livres e flutuantes, a dinâmica do capital que flui com liberdade de um espaço a outro também interfere no jogo de tomada decisões. Os sujeitos esperam das instâncias políticas que elas façam cada vez mais em um cenário em que, provavelmente, elas podem fazer cada vez menos. Como veremos no capítulo 3, os movimentos entendem, cada vez mais, que para enfrentar uma lógica de dominação ramificada pelo planeta afora, eles também se estabelecem, de forma nitidamente mais incisiva, na forma da rede. A opção do MST por essa dinâmica de atuação será avaliada nesse contexto. Nos parece ser de extrema importância a compreensão da organização dessas novas formas de mobilização assimiladas a partir da resposta às teias globais de domínio das forças neoliberais e imperialistas, em função da natureza do nosso movimento. Mas aprofundaremos isso mais adiante.

Alguém dirá que a tendência de redução do papel do espaço público e ampliação do privado sempre existiu no capitalismo, com o que é necessário concordar, mesmo porque continuamos neste sistema, uma vez que a nossa tese não é de um “pós”. No entanto, esperamos que tenha ficado claro que entendemos que algumas das tendências da modernidade tenham se acentuado no período com o qual trabalhamos no presente capítulo.

Além disso, ou mesmo em função disso, as pessoas se encontram, segundo muitos estudiosos, descrentes em relação à classe política em geral. Existe uma crise de legitimidade da própria noção do político. Como nos afirma Manuel Castells:

Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e da liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos.⁵⁷

⁵⁷ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Op. cit., p. 41.

Passamos por uma crise de legitimidade da política, em virtude, muito provavelmente, de certa percepção que se tenha dos políticos. Em função da comunicação global, por mais que os agentes públicos de um país sejam muito honestos e eficientes sempre, o que francamente não deve ser objeto de notícia nas mídias mais populares, o indivíduo muito frequentemente será colocado em contato com a ação equivocada de um membro da elite governamental de um local ou outro do globo, porque todos os variados países acabam por ficar interligados pelas redes de comunicação, como apontamos acima. Infelizmente, no Brasil, não precisamos de notícias de escândalos de corrupção de outros países para ficar desanimados ou perdermos a confiança, temos aqui motivos mais do que suficientes, e distribuídos temporalmente ao longo da nossa história. Em outra citação, Castells utiliza a palavra “confiança”, que estamos explorando aqui com mais ênfase:

Os mágicos das finanças passaram de objetos da inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência.⁵⁸

Confiança. Lealdade. O participante do movimento tem que sentir que seu interlocutor está disposto a cumprir a palavra que é dada, que ele está disposto realmente a fazer alguma coisa para modificar uma ordem de coisas que não está satisfazendo. Segundo o autor, “a confiança desvaneceu-se”. Em função disso, a primeira tendência de qualquer cidadão é evidente: a busca da solução dos seus problemas por conta própria, já que a política é um campo que não costuma resolvê-los. Aqui temos mais um elemento característico desse processo de hiperindividualização: Estados que não conseguem cumprir com as obrigações que possuem em relação aos seus cidadãos são um dos grandes motivos para que aqueles que vivem sob sua gestão desacreditem das possibilidades de mudança levadas a cabo pelas instituições e, em consequência, busquem desesperadamente a consolidação do seu bem-estar por meio de suas próprias forças, potencializando o clima de competitividade tão presente na economia capitalista. É a mentalidade do cada um para si. O chamado neoliberalismo, com sua tendência de enxugamento do Estado e de redução das suas obrigações com as questões sociais, tem, em grande medida, sido apontado como uma motivação para a mentalidade mais individualista. Isso não deixa de ser razoável. Novamente à luz de Norbert Lechner:

⁵⁸CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Op. cit., p. 7.

O neoliberalismo, pelo contrário, pretende substituir a política pelo mercado como instância máxima de regulação social. De fato, o atual avanço do mercado significa fortalecer o âmbito da coordenação entre privados, restringindo o espaço público. Assuntos outrora compartilhados por todos agora são privatizados, ou seja, subtraídos da esfera igualitária da cidadania. Neste sentido, as privatizações dos serviços públicos significam mais que medidas exclusivamente econômicas, avaliadas com critérios de eficiência e produtividade. No fundo, decide-se o que uma sociedade está disposta a compartilhar em termos de bens públicos. À medida que a noção de bem público se dilui, a referência à ordem coletiva torna-se vácuo.⁵⁹

A invasão da dinâmica de mercado no espaço político, de acordo com o autor, é extremamente perniciosa. Como vínhamos avaliando, tudo isso tem consequências mais complexas do que a princípio poderia parecer. Não é uma simples troca de função entre um âmbito e outro. Não se trata de um câmbio simples de atribuições. A questão, mais profunda, é sobre o projeto de tecido social que se tem, que tipo de convivência se quer estabelecer, o que se quer compartilhar e o que, definitivamente, não se quer mais ter em comum. A ocupação de setores como o da saúde e da educação pelo setor privado, reduzindo, conseqüentemente, as atribuições estatais ou diminuindo sua participação, evidencia uma nova lógica que invade a mentalidade dos sujeitos sociais. Como os bens e serviços oferecidos pelo setor privado em países como o Brasil suplantam, boa parte das vezes, aqueles ofertados pelo Estado, aqueles que podem usufruir deles, ainda que tenham direito ao público, tendem a preferir o particular, ainda que pagando duplamente por isso. Há um inchaço da dinâmica do mercado, com toda a sua lógica e mentalidade da competição, da eficiência, e recuo do público, com todas as consequências das mudanças de relações dos cidadãos com as instituições políticas. Passamos, cada vez mais, a nos relacionar com as diversas instâncias da vida muito mais como consumidores do que como cidadãos. Isso não é, de todo, difícil de compreender, já que a maioria das pessoas em países como o Brasil provavelmente deve ter mais motivos para se sentir bem tratado enquanto consome do que quando se vê diante dos serviços públicos, como a escola, o transporte público, o posto de saúde.

E se a dinâmica é realmente essa, cada vez mais o indivíduo sente que é ele o responsável, a partir de suas próprias forças, por gerar para si mesmo as mínimas condições de vida decente. Isso tende a reforçar, como estamos avaliando no presente capítulo, os sentimentos de insegurança, incerteza e de ansiedade e, com isso, a colaborar para a hiperindividualização crescente que procuramos aqui abordar. O processo, como vemos, não é simples e envolve, para a sua compreensão, a análise de uma teia complexa de elementos.

⁵⁹ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. Op. cit., p. 17.

Cada um, isoladamente, não dá conta do fenômeno como um todo. Tecendo o enredo, no entanto, podemos assimilar o conjunto de causas que nos permitem avaliar razoavelmente o tipo de individualismo que aqui buscamos compreender.

Como dissemos acima, se as instâncias políticas não garantem as condições mínimas de saúde, educação e moradia para parcela significativa da população, veremos que aqueles que têm condições de ter acesso a esses serviços e equipamentos coletivos, o fazem por meio do setor privado. Tal tendência é perfeitamente perceptível no Brasil, com a fuga da classe média para os planos de saúde particulares, para as escolas privadas, utilizando lazer pago, enfim, resolvendo de maneira particular a questões que são públicas. Se o Estado não consegue, de fato, proporcionar tais benefícios, é difícil considerar a atitude dessas pessoas equivocada. Do outro lado da relação, quem não tem tais possibilidades e se sente definitivamente desamparada pelo meio político, tende a se afastar cada vez mais da participação e a generalizar os agentes e as práticas políticas, considerando tanto estes quanto aquela como degenerados e ineficazes. De todo modo, a crise de legitimidade cria o clima apropriado para o afastamento cada vez maior entre cidadão e instituições públicas, em função da crise de confiança. Sem confiança, tema dos mais relevantes nas análises sociais, a sociabilidade fica comprometida.

A questão é – e isso não pode passar despercebido – que estamos tentando compreender uma série de fatores que, no seu conjunto, são responsáveis por uma cultura mais individualista. Já falamos da contracultura, da complexificação do tecido social, ainda em tempo podemos lembrar da modificação da própria noção de consumo, denominada por Lipovetsky de hiperconsumismo. Nas suas palavras:

A hipermodernidade corresponde igualmente a uma nova era histórica do consumo, marcada ao mesmo tempo, mais uma vez, pelos processos de individualização e de desregulamentação. Até os anos 1970, os bens adquiridos e os símbolos de consumo eram prioritariamente familiares: o carro, os aparelhos domésticos, o telefone, a televisão, o equipamento de som *hi-fi*. A era hipermoderna caracteriza-se por uma nova revolução consumista em que o aparelho concerne essencialmente aos indivíduos: o computador pessoal, o telefone móvel, o iPod, o GPS de bolso, os videogames, o smartphone. Nessas condições, cada um gere seu tempo como bem entende, por estar menos sujeito às coerções coletivas e muito mais preocupado em obter tudo o que se relaciona ao seu conforto próprio, à sua

maneira de viver, ao seu modo de se comportar, escolhendo um mundo seu.
⁶⁰

Assimilamos informação de forma muito distinta daquela que existia a algumas décadas, nos comunicamos com uma velocidade e amplitude inimaginável pela sociedade que existia 50 anos atrás e, em uma sociedade de consumo, mudamos bruscamente a atividade central do tecido social também com uma velocidade imensa. Mudaram, significativamente, os objetos que desejamos consumir em um período de aproximadamente 40 anos. E mesmo aqueles que permanecem, como é o caso do carro, já não são pensados, por uma grande parcela da população, em seu antigo uso coletivo. O veículo, antes familiar, é agora cada vez mais individual. A televisão, o aparelho de som, antes adquiridos para o lar, passam a ser uma aquisição para o quarto. De todo modo, tornam-se cada vez mais obsoletos, já que tudo vai sendo comprimido nos aparelhos de uso pessoal. Se “o meio é a mensagem”, ou seja, se os próprios meios de comunicação conseguem nos dizer alguma coisa pelo seu jeito de ser, seja qual for a mensagem que transmitam, parece que aqueles que utilizamos hoje nos dizem “permaneça só”. Portanto, voltando ao tema do Estado e à ressalva que fazíamos quanto ao neoliberalismo, nenhum modelo político que seja gestor de uma economia capitalista na atualidade pode impedir os níveis de individuação que vivenciamos. Ainda que o Estado cumpra com todas as suas obrigações e garanta o bem-estar da grande maioria da população, o fenômeno de hiperindividualismo ocorrerá no seu interior, como nos mostra Robert Castel:

A passividade é o preço que pagam por terem delegado ao Estado o papel de conduzir a mudança de cima, sem controle da sociedade civil. O vigor dos “movimentos sociais” dos anos 60 e do início dos anos 70 demonstra a exigência de uma responsabilização dos atores sociais anestesiados pelas formas burocráticas e impessoais da gestão do Estado social.⁶¹

Percebemos aí uma situação ainda mais grave do que aquela apresentada por intelectuais como Zygmunt Bauman e Pierre Bourdieu⁶². Este afirma que o neoliberalismo tende a gerar o individualismo, entre outros motivos, porque imprime a lógica do mercado à política, transformando o indivíduo em um consumidor, muito mais que em um cidadão,

⁶⁰ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Op. cit., p. 56-57.

⁶¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 505.

⁶² BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Op. cit., p. 36.

gerando nos seres humanos em geral uma tendência à apatia. Os motivos são conhecidos e foram citados acima: quem tem os serviços garantidos não tem motivos para participar das decisões políticas; aqueles que são abandonados por Estados incapazes de arcar com o mínimo de suas responsabilidades – basta lembrar os “trabalhadores sem trabalho”, citados por Robert Castel⁶³, ou do “refúgio humano”, apresentado pelo próprio Bauman⁶⁴ – tendem ao desânimo com relação à política – tendência apresentada por Weber quando afirma que a dominação burocrática exige que as leis funcionem bem – e à apatia, enquanto afastamento da participação nas decisões coletivas. O que Castel nos apresenta é ainda mais preocupante: ainda que o Estado não se afaste, que garanta o bem-estar, no contexto que estamos estudando no presente capítulo, ele corrobora com o individualismo, no sentido de afastar os indivíduos dos grupos de solidariedade que lhe são mais próximos, como a família, o bairro, o sindicato, exatamente porque cumpre sua função.

A análise do autor, portanto, nos conduz a uma percepção ainda mais complicada. Vínhamos supondo até agora que muito do individualismo que estamos aqui tratando, que entendemos tender a interferir nas práticas e representações dos movimentos sociais em geral e do MST de forma mais específica, se deve a uma crise de confiança. Confiança em relação às possibilidades futuras, à capacidade de fazer prognósticos e acertar; confiança nas outras pessoas que dividem o espaço de sociabilidade conosco, que estão inseridas nas mesmas relações, de que se importem, se engajem, desejem o nosso bem-estar também; confiança no Estado, que em função do neoliberalismo, tende a diminuir. A questão é que aqui não estamos falando de países com esse tipo de gestão política, mas de alguns que ainda têm um modelo de bem-estar funcionando razoavelmente. O fenômeno, no entanto, segundo Robert Castel, é similar. As pessoas confiam muito no Estado, o que é de se esperar, posto que ele cumpre de forma adequada suas funções. É exatamente por causa disso que elas tendem a diminuir os níveis de interação social, compreendendo que esta não se faz necessária com as necessidades dos sujeitos devidamente satisfeitas. O que nos ajuda a entender isso, portanto, são os outros fatores que conduzem à hiperindividualização, tais como a crise de outras instituições socializadoras antes mais verticalizadas, tais como família, religião e moral, e a tendência a um hiperconsumismo desenfreado, que torna o ato de consumir dotado de significação por si mesmo, ainda que não entendamos muito bem qual é o sentido do bem consumido.

⁶³ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Op. cit., p. 496.

⁶⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Op. cit., p. 13.

Pensemos, no entanto, um pouco melhor no caso específico do Estado brasileiro e suas relações com a população e com os movimentos sociais, para entendermos exatamente quais são os reais níveis de influência dele, especificamente, sobre nosso objeto. Para isso, façamos duas reflexões rápidas para encerrarmos este capítulo, que procurou estabelecer uma relação entre nosso objeto de estudo e o contexto mais amplo, e passarmos diretamente para a análise das proposições e ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A primeira diz respeito a qual tem sido a relação das instituições de governo com os movimentos sociais nas últimas décadas, em geral, sem entrar em detalhes mais específicos com o MST, o que será feito nos próximos capítulos. A segunda versa sobre como o Estado, no período de surgimento de consolidação do movimento, se relacionou com a questão do espaço agrário, o campo.

A meu ver, um elemento a ser levado em consideração no caso da relação Estado/movimentos data de meados da década de 1990, mais especificamente de 1995, quando, por iniciativa do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, foi concebido o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado⁶⁵. Foi nesse período que as ONGs foram inseridas no jogo das ações do Estado de forma devidamente institucionalizada e consolidaram um espaço que vinham ampliando desde a década de 1980. De acordo com Júlio César Meira, a partir do modelo proposto pelo PDRE, elas participariam das fases de planejamento e execução das políticas públicas, enquanto o aparato estatal geriria. Nas palavras do autor, temos “então uma nova terminologia para designar essa transferência das atribuições do Estado para setores não estatais: ‘publicização’”⁶⁶. Por meio de tal procedimento,

transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos e não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Ao Estado caberia a promoção, regulação e financiamento desses serviços, cabendo às entidades da Sociedade-Civil, não-estatais, a prestação dos mesmos.⁶⁷

⁶⁵ PLANO DIRETOR DE REFORMA do Aparelho do Estado. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Consultado em 02/01/2015.

⁶⁶ MEIRA, Júlio César. ONGs e reforma do Estado brasileiro: ressignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais? 2009, 183 fls. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2009, p. 63.

⁶⁷ Idem.

A institucionalização das organizações da sociedade civil no cumprimento de funções até então de atribuição mais específica do Estado, tais como a saúde, educação, cultura, esporte e lazer, gera uma alteração na composição de forças dos movimentos no Brasil. A questão é que, para realizarem tais ações, como pudemos ler no trecho citado, tais entidades, desde que vinculadas ao Estado, receberão dele os recursos financeiros. Isso, evidentemente, se satisfizerem uma série de exigências da parte das entidades governamentais para que possam estabelecer relações com elas, tanto de documentação quanto de procedimento nos projetos, geralmente regulados por legislações específicas dos âmbitos municipal, estadual ou federal. Em outras palavras: as organizações não governamentais terão que se adequar às condições estabelecidas pelos governantes se quiserem realizar as ações às quais se propõem.

A partir daí, o terreno é de disputa entre tais entidades e os movimentos sociais tradicionais, que entendem que o Estado precisa garantir os direitos constitucionais, e não transferir para o tecido social a função de fazê-lo. No entanto, por vezes podemos ver a hibridização entre movimentos e ONGs, como nos relata Maria da Glória Gohn:

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por pequenas etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semiqualeificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso depende a sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos perdem espaço e importância nesse novo cenário.⁶⁸

Na relação com o Estado, no processo de “publicização”, inserem-se novos sujeitos sociais nos espaços de luta por direitos, que alteram o jogo de forças quando pensamos nos movimentos tradicionais e, como o trecho deixa claro, com os partidos. Acompanhando a tendência, já apresentada acima, de relação de consumo no que diz respeito aos direitos, os indivíduos das nossas sociedades contemporâneas não têm nenhum motivo para reclamar de uma atividade esportiva que lhes seja oferecida, ou de um melhor atendimento de saúde, ou de uma determinada atividade cultural. Seria uma ingenuidade da parte de alguém exigir do

⁶⁸ GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 36.

cidadão que, depois de tanto tempo sem um desses serviços em seu bairro, ao recebê-lo ele ainda se dê ao trabalho de questionar os níveis de politização ou o pertencimento partidário daqueles que lhe proporcionam o benefício. Portanto, com relação à comunidade que é beneficiada pela ação das ONGs, nenhum questionamento quanto à postura. Aquilo que faltava é trazido às pessoas e é de se esperar que elas usufruam disso sem maiores problematizações, até porque têm direito a fazê-lo, é algo lícito.

A problematização se refere ao fato de que o agente que propicia os serviços se encontra em uma relação clara de dependência do aparato estatal. O projeto precisa dar certo – ou, pelo menos, parecer que dá – para que ele tenha continuidade. O sujeito que presta serviço à comunidade boa parte das vezes recebe algum recurso financeiro para tal ou, no limite, tem nessa atividade sua fonte de subsistência. É muito improvável que alguém envolvido em uma relação como esta tenha real autonomia para questionar ou entrar em embate com o seu financiador. Reforçamos aqui que não estamos entrando no mérito quanto aos benefícios da inserção desses novos atores sociais para as comunidades a quem os serviços são prestados, pois isso exigiria um outro trabalho. No entanto, cabe ressaltar que, constitucionalmente, muitas das atividades realizadas pelas ONGs são obrigações do Estado e, portanto, se a sociedade civil passa a assumir efetivamente tais responsabilidades, corre-se o risco de vermos um afastamento cada vez maior das instâncias políticas de suas atribuições. O que mais interessa a essa pesquisa, no entanto, é a relação entre tal circunstância e o tipo de movimento que estudamos, com alto grau de ideologia política. Ainda de acordo com Maria da Glória,

Nos locais em que não havia movimentos organizados e nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais de parceria têm se implantado como “serviços sociais”, ou seja, não como direitos mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente o conteúdo político da questão, e retrocedendo a problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual.⁶⁹

Como havíamos visto acima, com a presença anterior de movimentos, ocorre uma hibridização entre ONGs e agentes políticos; as ações são feitas, mas provavelmente algum nível de debate sobre direitos ainda prevalece. Caso mais problemático ocorre quando as

⁶⁹ Idem, *ibidem*. p. 36-37.

organizações não governamentais chegam a um espaço no qual existiam demandas, mas ainda não se estabelecia nenhuma reflexão com algum grau de politização. Nesse caso, os indivíduos favorecidos irão usufruir das benfeitorias – e com toda razão, já o dissemos –, com poucas possibilidades de questionamento sobre como eles lhes são fornecidos e, principalmente, como deveriam ser.

A questão da eficiência desse novo agente social é digna de atenção. Como conta com o financiamento de entidades internacionais ou, a partir da regulamentação das parcerias com o Estado, das instituições políticas, as ONGs têm realmente condições de realizar modificações efetivas no espaço no qual se encontram. Os antigos movimentos tradicionais, como os sindicatos, as associações de bairro sem acesso às subvenções, ficavam na dependência de que o Estado realmente cumprisse com aquelas que eram entendidas, até 1995, como atribuições suas, para que alguma coisa fosse alterada. Como sabemos que isso, boa parte das vezes, demanda muito tempo e tem universalidade questionável, a eficiência dos movimentos sociais reivindicatórios poderia ser questionada quando comparada à das organizações não governamentais. O que precisa ficar claro é que esse esquema de publicização é resultado de uma nova concepção de gestão do aparelho de Estado, que lhe retira atribuições clássicas, tornando possível que ele passe, em alguma medida, a gestor e financiador de ações desenvolvidas pela própria sociedade organizada. Se a entidade que presta o serviço à comunidade deixa de fazê-lo, ou escolhe um outro bairro no ano seguinte, o “direito” deixa de estar presente naquele espaço, exatamente porque não havia sido efetivado por quem tem a obrigação de mantê-lo como direito que é.

Como as pessoas que recebem o benefício não avaliam isso, e nem teriam a obrigação de fazê-lo, a ONG que acabou de chegar com um projeto subvencionado pela prefeitura aparentemente se mostra muito mais eficiente do que o movimento sindical que, apesar das lutas constantes, não tem logrado ampliar direitos para os trabalhadores no país, visto que luta muito mais para manter aqueles que já foram adquiridos.

Ao pensarmos na hibridização acima citada é possível analisar, ainda que sucintamente, a situação do MST. Como já dissemos aqui, entendemos que se trata de um movimento nos moldes clássicos, bastante pautado na noção de classe, fator que aprofundaremos melhor no próximo capítulo. Sua principal forma de atingir visibilidade, a ocupação, é uma atitude que o coloca em confronto direto com certa noção de propriedade, e o Estado geralmente é acionado para mediar a situação que se estabelece a partir daí. Trata-se,

portanto, de uma forma de organização que surge e se consolida em uma relação conflituosa com as instâncias políticas. No entanto, De acordo com Maria da Glória Gohn, o movimento é apoiado por ONGs, entidades que, de alguma maneira, tendem a estabelecer relações de maior dependência e mesmo de harmonia com relação ao aparato estatal, já que dele dependem financeiramente. Ela inclusive nos apresenta as principais.

Historicamente, as principais ONGs que apoiam o MST são: Anca – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, a Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária – e o Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.⁷⁰

No site do MST podemos acessar notícias sobre a Concrab, como a de julho de 2011, de título “‘Precisamos de cooperativas mais sólidas’, afirma presidente da Concrab”⁷¹. Quanto ao Iterra, sua relação parece ser mais próxima do movimento. De acordo com Neusa Maria Dal Ri e Cândido Giraldez Vieitez, no artigo intitulado “A educação do Movimento dos Sem-Terra: Instituto de Educação Josué de Castro”, tal instituição educacional teria como mantenedora o Iterra, que seria, segundo os articulistas, “vinculado ao MST”⁷². Há uma ligação direta, portanto, entre tal organização e pelo menos um projeto educacional importante do movimento. Quanto à Anca, no portal da transparência do MDA⁷³ constam 44 convênios celebrados entre os anos de 2000 a 2012, com atuação em 12 unidades federativas do país, espalhados em quatro regiões. As ações variam da capacitação de pessoal à compra de equipamentos e patrulha agrícola. Pelo menos uma das ONGs citadas recebe, como se pode ver, recursos diretos do governo federal. Ela provavelmente não financia diretamente ações do MST, mas apoia assentamentos que são resultado da ação e coordenação do movimento. Trata-se, portanto, de uma relação bastante imbricada. Nosso sujeito social tensiona com o Estado, pressiona suas instâncias para que algo seja modificado no âmbito do tecido social. No entanto, o quadro de conquistas do movimento se estabelece a partir da sua

⁷⁰ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 144.

⁷¹ PRECISAMOS DE COOPERATIVAS mais sólidas. Disponível em <http://www.mst.org.br/Precisamos-de-cooperativas-mais-solidas-afirma-presidente-da-Concrab>, consultado em 02/01/2015; disponível em <http://racismoambiental.net.br/2011/07/12/%E2%80%9Cprecisamos-de-cooperativas-mais-solidas%E2%80%9D-afirma-presidente-da-concrab/>, consultado em 05/02/2015.

⁷² RI, Neusa Maria Dal & VIEITEZ, Cândido Giraldez. A educação do Movimento dos Sem-Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1379-1402, Set./Dez. 2004, p. 1381. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22625.pdf>, consultado em 05/02/2015.

⁷³ Disponível em <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/convenios/convenioPorConveniente.jsf>. Consultado em 02/01/2014.

capacidade de fazer com que as instâncias políticas cedam às suas pressões e efetivem as ações que lhe interessam. Além disso, como é possível apontar – sem aprofundar demais, visto que não se trata do tema da nossa pesquisa –, aparentemente a própria sobrevivência do MST envolve as parcerias com algumas ONGs, que não devem, portanto, ser demonizadas absolutamente, já que, ao que parece, elas podem auxiliar mesmo na sobrevivência de movimentos tidos como mais tradicionais.

Reforçamos, no entanto, que tal situação vivida na contemporaneidade, que permite e até potencializa a interação maior das instâncias políticas com a sociedade organizada, e até de movimentos de linhas diferentes entre si, resulta, sobretudo, das Reformas do Aparelho de Estado, realizadas em 1995, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, como dito acima. A transformação da percepção das ONGs de não governamentais para neogovernamentais é datada, e fruto de um desejo de estabelecer o Estado como gestor, atribuindo mais responsabilidade ao mercado e à sociedade civil. A posição dos movimentos frente a essa nova situação é, como podemos perceber, cambiante, com afastamentos e aproximações estratégicas em relação ao Estado, de acordo, ao que parece, com o que possa favorecer de forma mais contundente os avanços sociais.

Um último elemento, já anunciado antes, a ser analisado quando pensamos no tema do Estado, ainda em termos gerais, é a sua relação com a questão agrária. Em minha dissertação de mestrado já avalei um pouco a história da concentração da terra no Brasil e defendi, naquele momento, que a partir da implantação das sesmarias até a legislação contemporânea, a ideia vigente na política, primeiro da Coroa Portuguesa e depois de nossos próprios governantes, é de favorecer a elite agrária do país, permitindo a perpetuação de grandes propriedades em uma estrutura extremamente concentrada⁷⁴. Nesse momento eu já avaliava como a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada de Primeira Lei de Terras, favoreceu o poder econômico, ao privilegiar, na legitimação da propriedade, não aquele que trabalhava a terra, dependia dela ou a fazia produzir, mas quem tinha condições financeiras para legalizá-la. Essa opção, a do favorecimento dos que têm poder econômico por parte do Estado, não sofreu modificações significativas até os nossos dias.

Apesar de sabermos que a tendência de favorecimento de quem tem mais é uma constante na história do país, devemos entender que o nosso movimento, mais

⁷⁴ SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Legalidade vs legitimidade: representações sobre a democracia no movimento de luta pela terra* (Assentamento Nova Tangará, Uberlândia, 199-2005). Op. cit..

especificamente, surge dialogando com uma conjuntura mais particular da relação entre Estado/campo no nosso país. Como o surgimento do MST, institucionalmente falando, se dá em 1985, mas ele se considera resultado de uma série de lutas que tiveram início alguns anos antes, vamos aqui respeitar a sua percepção. Nesse sentido, o movimento nos afirma que nasceu em 1979, ainda bem dentro da ditadura militar, mesmo que em período de enfraquecimento e tendência à reabertura. Nesse sentido, a pergunta que deve ser feita para nosso fechamento é a seguinte: nesse momento, qual era a relação dos governantes brasileiros com o espaço do campo? Para responder a essa questão, precisamos falar rapidamente de um conceito possivelmente já conhecido pela maioria dos leitores desta tese: o de modernização conservadora.

Acompanhando a reflexão de Murilo José de Sousa Pires e Pedro Ramos, entendemos que tal processo, ocorrido no Brasil sob a égide da ditadura militar, teve um aspecto nitidamente classista. Na verdade, tratou-se de um acordo entre um grupo que queria avançar nas relações capitalistas, mas não tinha força para tanto – a burguesia – com aquele que historicamente sempre teve grande poder no país – a elite agrária. Como o primeiro não tinha condições econômicas nem políticas de estabelecer um processo de modernização social por conta própria, teve que se aliar ao segundo, que continua, depois das alterações tecnológicas inseridas na sociedade no período comentado, com alto poder de influência nos rumos do tecido social. O que ocorre é a manutenção de relações de sociabilidade extremamente autoritárias e excludentes, pois segundo os autores

a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados.⁷⁵

Desse modo, perpetua-se no país uma relação de exploração das classes menos favorecidas por aquelas que têm maior poder econômico, permitindo, como já discurremos acima, a proliferação no tecido social do que denominamos, junto com Žižek e Santos, de

⁷⁵ PIRES, Murilo José de Sousa & RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista econômica do Nordeste*, n° 3, Volume 40, julho/setembro de 2009, p. 412.

violência objetiva ou estrutural. Mas podemos nos perguntar ao ler tal afirmação: não ocorre uma modernização? Em que sentido, então, pode-se falar no moderno nesse contexto? No mesmo texto os autores nos auxiliam a compreender o real sentido do que estamos chamando aqui de modernização, e por que, exatamente, ela precisa ser adjetivada de conservadora. É que de fato o campo se torna um espaço mais tecnológico, as relações de produção agrícolas sofrem modificação com a inserção da técnica, e isso ocorre sobretudo com o incentivo do Estado, graças a políticas estabelecidas também no período da ditadura brasileira das décadas de 1960/70. Esse é o sentido de modernizar, de trazer algo de novo, de avançar. No entanto, tal novidade técnica não altera a realidade de concentração de terras da qual já vínhamos tratando acima, mas, ao contrário, a reforça. De acordo ainda com os autores isso foi possível porque

a questão agrária nacional não estava presa ao fracionamento da grande propriedade rural, pois a concentração fundiária não era um obstáculo para a expansão da industrialização nacional. Esta industrialização poderia acontecer mesmo em um ambiente de concentração fundiária, porque a grande unidade de exploração agropecuária tradicional, ao ser penetrada pelas forças produtivas capitalistas, expandiu o produto do trabalho sem demandar maiores áreas agricultáveis.⁷⁶

Conservam-se, assim, as grandes propriedades rurais que marcaram a história do campo brasileiro, porque não havia a necessidade, para os avanços econômicos do país, de que se alterasse tal composição. Com a utilização dos avanços técnicos graças à modernização tecnológica, as mesmas áreas agricultáveis permitiam que o espaço agrário do país servisse aos interesses de que precisava. O que ocorre, desse modo, é uma acentuação do cenário de concentração que já era catastrófico até aquele momento. E isso por alguns motivos simples. Com a inserção cada vez maior de exigências econômicas para a produtividade, aqueles que não tiveram condições de investir nas alterações materiais necessárias simplesmente foram excluídos da dinâmica em função da competitividade capitalista que cada vez mais vai se inserindo também nesse espaço. De acordo ainda com nossos autores,

cada vez mais havia a penetração do progresso técnico nas grandes unidades de exploração agropecuárias nacionais e mais terras eram libertas pelo capital, que, adicionadas às áreas de expansão da fronteira agrícola,

⁷⁶ Idem, *ibidem* p. 418.

ampliaram muito o estoque de terras disponíveis para fins mercantis. Logo, o problema de acesso à terra não era mais jurídico, mas, sim, econômico.⁷⁷

Esse ciclo estabelecido pelos governantes do período, em função de certa opção de gestão que privilegiou, na nossa compreensão, determinados grupos sociais em detrimento de outros, efetivamente tornou praticamente impossível a reversão da situação agrária no país. Ao incentivar um processo de inserção no capitalismo que poderia conviver com as grandes propriedades rurais e que, ao mesmo tempo, privilegiava os investimentos técnicos quando se pensa nas possibilidades de produtividade competitiva, tal escolha definitivamente consolida a marca do latifúndio no país, pois, como o próprio trecho afirma, permite que um volume considerável de terras seja destinado à especulação imobiliária e, sem uma política de inclusão que parta realmente do Estado, tornando as terras produtivas cada vez mais caras e inacessíveis a quem, porventura, dependesse dela para sobreviver. Tal conjunto de decisões, na verdade, não envolveu somente os interesses das classes pertencentes à elite brasileira, já que o capitalismo vinha, cada vez mais, se mundializando, e nossa economia sempre foi extremamente dependente das economias centrais. Segundo Renata Mainenti Gomes e João Cleps Júnior:

O período militar foi marcado, assim, por um fortalecimento das oligarquias rurais e pela expulsão de trabalhadores das propriedades, em função do barateamento de outras formas de utilização do trabalho assalariado, como o dos trabalhadores volantes, e da intensificação do uso da tecnologia em substituição ao trabalho humano. Ocorre um processo acelerado de quimificação e mecanização poupadores de trabalho, cujas causas se prendem a uma conjunção de interesses dos grandes proprietários e das indústrias de insumos e equipamentos agrícolas que acabavam de se instalar no país durante o Plano de Metas.⁷⁸

Dessa forma, com o Estado brasileiro atendendo aos interesses das transnacionais e das elites burguesa e agrária brasileira, o campo foi modernizado, no sentido da utilização de maquinário e insumos que permitiam uma intensificação da produtividade por parte daqueles que tinham poder para investir, mas conservou as relações arcaicas do latifúndio, que aos poucos vai ganhando a denominação de agronegócio, e de exclusão dos menos favorecidos –

⁷⁷ Idem, *ibidem* p. 419.

⁷⁸ CLEPS JR, João. & GOMES, Renata Mainenti. Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: a luta pela terra e a construção dos assentamentos rurais. *Revista Unimontes Científica*, Volume 4, número 2, julho/dezembro de 2002.

lógica também já presente no nosso país desde o início do seu processo histórico. Aqueles que não tiveram condições de acompanhar essas mudanças, ainda que tivessem um pequeno pedaço de terra, não conseguiram se sustentar em um cenário cada vez mais competitivo. Assim sendo, o que acontece no espaço agrário acaba por alterar as configurações de outros espaços sociais, como as grandes cidades, que também crescem e se modernizam no mesmo período. Ainda segundo Murilo José e Pedro Ramos, o

acesso ao mercado de trabalho não aconteceu de forma democrática entre as classes sociais, pois aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país em busca de novos postos de trabalho. Entretanto, o núcleo capitalista (industrial e urbano), em decorrência das crises econômicas vivenciadas pela economia brasileira, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, não absorveu todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra.⁷⁹

Desse modo, os milhares de sujeitos que não conseguiram manter seu espaço no campo, ou porque não puderam competir em um cenário cada vez mais tecnológico e dispendioso, ou porque as máquinas o expulsaram desse espaço, foram engrossar as fileiras daqueles que já estavam excluídos de possibilidades de vida digna nas grandes cidades. No espaço urbano, como o próprio trecho deixa claro, não há possibilidade de absorção de todos esses indivíduos por um mercado de trabalho também restritivo. Obviamente, seguindo uma lei clássica no capitalismo, da oferta e da procura, quanto maior o exército de reserva presente no meio urbano demandando um posto de trabalho, menos valorizado será o trabalhador, piorando as condições de vida daqueles de formação mais carente nas cidades de que tratamos. A realidade de exclusão ou, como estamos entendendo aqui, de violência sistêmica, é acentuada por este contexto. Maria da Glória Gohn nos apresenta uma percepção razoavelmente parecida:

Após 1970, o processo de empobrecimento cresce no campo, as possibilidades de trabalho se reduzem, e aumentam igualmente as camadas pobres na cidade. Várias cidades brasileiras tidas como de padrão médio e com qualidade de vida ambiental passaram a registrar, após o censo nacional de 1980, agrupamentos de favelas e áreas de ocupação em seus territórios, fenômenos estes que não conheciam anteriormente. Ou seja, o crescimento

⁷⁹ PIRES, Murilo José de Sousa & RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Op. cit., p. 420.

econômico do país, a modernização de sua base produtiva, a inserção de novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade de consumo de bens e produtos de massa trouxeram também o aumento da pobreza e da miséria, e não os ser contrário, como poderia se esperar.⁸⁰

Percebemos, desse modo, que as escolhas do Estado brasileiro em relação ao espaço agrário precisam ser inseridas em um contexto mais geral, aquele que nos permite compreender as modernas relações de produção capitalistas, concentradoras, excludentes, que privilegiam aqueles que têm maiores possibilidades de se destacar do ponto de vista econômico. Parece paradoxal que a instância política, que costuma ser denominada pública, faça opções de gestão que tendam a excluir das perspectivas de vida digna uma parcela significativa da população por ela comandada. No entanto, isso tem sido a tônica marcante das sociedades que adotam o modo de produção capitalista e que se inseriram nelas de forma tardia, como é o caso brasileiro. Mas é importante compreendermos que é nesse cenário, em que o Estado brasileiro faz as opções de modernizar mantendo as relações arcaicas de concentração e de exclusão no campo, que nosso sujeito social surge. Se aceitamos a datação do MST, é na mesma década de 1970, na qual o governo autoritário consolida as políticas que estamos aqui comentando, que as primeiras ações no campo que lhe deram origem começam a ocorrer no sul do país. Por isso para nós era importante, ao fazer a reflexão sobre hipermodernidade e política, entender como tal espaço, no Brasil, definiu a condução de suas decisões.

O MST surgiu, de acordo com sua compreensão, em 1979, em resposta a uma série de violências objetivas ou sistêmicas que se acentuavam, nas décadas de 1960 e 1970, no campo brasileiro. Isso conduziu uma parcela significativa das pessoas que não tinham mais espaço nesse lugar a migrar, mas também o refúgio para onde iam, a cidade, já não tinha mais como absorvê-los. Excluídos de possibilidades de vida digna em seu lugar de origem e naquele no qual chegavam, restavam provavelmente poucas possibilidades de ação e, dentre elas, a luta. Foi a essa última que homens e mulheres, naquele contexto ainda com resquícios de autoritarismo, se entregaram na expectativa de que, como resultado, atingissem melhores condições de vida para si e para os seus. Vejamos, a partir de agora, um pouco mais detalhadamente o contexto de seu surgimento, assim como do *Jornal Sem Terra*, principal

⁸⁰GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. Op. cit., p. 137.

documentação da presente tese. A partir daí, sigamos as teias dessa rede de eventos que nos trazem o MST dos dias atuais, com suas conquistas e suas limitações.

Acham eles que passando nós
fome nas nossas terras nos
deveríamos sujeitar a tudo, mas aí
é que se enganam, que a nossa
fome é uma fome limpa, e os
cardos que temos que ripar,
ripam-nos as nossas mãos, que
mesmo quando estão sujas,
limpas são, não há mãos mais
limpas que as nossas

José Saramago, *Levantado do Chão*.

CAPÍTULO II

MST, CLASSES E A LUTA CLÁSSICA PELA REFORMA AGRÁRIA.

No capítulo anterior descrevemos o período no qual estamos situando nosso objeto de estudo. Aliás, ele se desenvolveu ao longo do que denominamos hipermodernidade ou era das mobilizações. Falamos de um individualismo que resulta de diversos fatores, desde as lícitas lutas de sujeitos em busca de maior autonomia para suas formas de vida até uma dinâmica do mercado que torna o indivíduo cada vez mais consumidor e menos cidadão. Ao longo do tempo, e em função da interação desses diversos elementos, pudemos refletir um pouco sobre o que denominamos, tendo como referência as reflexões de Lipovetsky, de hiperindividualismo.

Refletimos, a partir daí, sobre a confiança, esse sentimento sem o qual as relações sociais se tornam bem difíceis de manter. Ocorre, de acordo com Sennet, a perda de confiança dos indivíduos uns nos outros, porque os laços de sociabilidade vão ficando mais tênues em suas conexões, para usar um termo de Bauman. Ocorre a redução da confiança dos sujeitos na capacidade do Estado de ajudar a resolver suas demandas essenciais, em função de uma globalização de redes que tem reduzido tanto as funções quanto a capacidade das instituições políticas na definição do futuro das sociedades por elas geridas. Tratamos, enfim, de uma tendência geral ao desengajamento, à redução da participação nas causas coletivas, que extrapolam os interesses individuais.

Se demarcarmos o início dessas transformações, acompanhando David Harvey, nos anos 1970, já que o movimento aqui analisado surge como agente social entre o fim dessa década e o início da seguinte, é plausível admitirmos que ele sofreu, em alguma medida, o peso de tais acontecimentos, dobrando-se para se ajustar aos novos tempos, resistindo para manter sua linha de atuação, ou, o que é bastante possível, um pouco de cada coisa. Era isso, desde o começo da pesquisa, que pretendíamos tentar entender. O que pudemos inferir é que, sem dúvida, o MST se transformou a partir do diálogo com uma conjuntura nacional e internacional que também se modificava.

No capítulo que segue pretendemos apresentar o movimento a partir das suas demandas mais clássicas, que o definem como uma forma de mobilização do campo, na sua luta histórica pela reforma agrária. Como ele teve início ainda no começo da década de 1980 e

envolvia majoritariamente pessoas que tinham uma história no campo, as relações de solidariedade ainda se apresentavam com muita força. Trata-se, é possível notar, do começo dos processos que descrevemos no capítulo anterior. É provável que essas pessoas que viviam em regiões rurais, distantes da lógica do consumo, inseridas em relações tradicionais ou costumeiras, não tivessem naquele momento sido afetadas pela dinâmica hiperindividualista. Como veremos, seu nível de engajamento coletivo era bastante expressivo. A partir de então, acompanharemos as ações e representações do MST ao longo do tempo para avaliar como o movimento foi interagindo com o cenário mais amplo aqui apresentado. Nosso acompanhamento se dará, como explicado, sempre a partir de uma documentação central escolhida, que é o *Jornal Sem terra*, e é por isso que fazemos, na sequência, uma breve apresentação do movimento e, posteriormente, desse seu principal veículo de comunicação para, a partir daí, seguir com a análise dos temas a serem concatenados.

2.1. O MOVIMENTO.

O período no qual as primeiras atividades que deram origem ao MST foram realizadas foi comentado no fim do capítulo anterior, quando apresentamos a política do Estado brasileiro dentro da ditadura militar a partir do conceito de modernização conservadora. Como vimos, trata-se de modernizar porque ocorre a implementação de novas tecnologias para tornar o campo mais produtivo e adaptado às exigências da economia internacional. No entanto, conserva-se a velha lógica da concentração de terras, pois não se entendia que o avanço da economia brasileira passasse por alguma alteração da estrutura fundiária. O que ocorreu, desse modo, foi um prejuízo crescente para as parcelas menos favorecidas que viviam no campo. Bernardo Mançano descreve dessa maneira os resultados de tal posicionamento por parte dos governantes:

Essa política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras.⁸¹

⁸¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 49.

Em um contexto como esse, ainda dentro da ditadura militar, no fim da década de 1970 começam as primeiras organizações no campo no sentido de lutar por uma alteração nas relações no meio rural. Aquelas que deram origem ao MST aconteceram essencialmente no sul do país, com o apoio, sobretudo, da Comissão Pastoral da Terra. A CPT (sigla por meio da qual ficou conhecida), entidade vinculada à Igreja Católica, desde o início foi uma organização muito presente nas páginas do Jornal Sem Terra, nossa fonte documental, como uma importante colaboradora no entusiasmo e nas campanhas de solidariedade. Nas décadas de 1970/80, a Igreja se engajou sobremaneira nas questões sociais, orientada que estava, na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação, que teve como um dos seus principais teóricos no Brasil o teólogo Leonardo Boff. Existia uma orientação geral pelo que se denominava OPP (Opção Preferencial pelos Pobres), com a formação das chamadas CEBs, (Comunidades Eclesiais de Base). Desde o início dessa nova fase do movimento, portanto, no final da ditadura militar, membros da Igreja Católica estiveram presentes nessas frentes de luta, inspirados nas mensagens bíblicas, cujo enredo fala de um povo oprimido que luta bravamente por uma terra prometida. A Igreja Luterana é também frequentemente citada como sujeito de apoio às lutas no sul.

Em seu livro *Pioneiros do MST*⁸², Eduardo Scolese reconta a trajetória de 14 dos 20 integrantes da primeira direção nacional do MST. Em sua grande maioria, esses indivíduos chegaram à luta pela terra a partir da participação em pastorais sociais da Igreja Católica, sobretudo a CPT. Portanto, é inegável a importância dessa outra forma de mobilização, que caminha junto e paralelamente ao MST até hoje, para compreendermos sua origem.

O que precisa ficar claro é que, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, ainda dentro da ditadura militar, embora em seu período final e bastante enfraquecida, diversas lutas estavam ocorrendo, ao mesmo tempo, em diversos estados do Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, objeto deste estudo, só surgiria de fato como entidade em janeiro 1984, em Cascavel, no Paraná, no seu Primeiro Encontro Nacional. Ainda segundo Bernardo Mançano, a

gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta no Rio

⁸² SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Grande do Sul. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento.⁸³

Não se trata, portanto, de um evento, e sim de um processo de amadurecimento, de experiências, de vitórias e derrotas diante de diversos desafios, que foram gestando, ao longo de alguns anos, o MST. Os sujeitos sociais que o compuseram, presentes em pelo menos dez estados da Federação no momento em que ele foi criado, também eram plurais, o que tornava a empreitada ao mesmo tempo rica e desafiadora. O interessante, aqui, ainda na fala de Mançano, é que, ao tentarmos entender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sua origem, não podemos tentar fazê-lo “por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos”⁸⁴.

Uma das ações que antecederam sua própria existência foi a fundação de uma forma de comunicação com quem lutava pela terra e com os seus apoiadores, um *Boletim Informativo*, que é considerado pelo MST o começo do seu jornal existente até hoje, tanto que a numeração foi continuada, e não reiniciada, com a fundação do movimento em 1984. Nesse sentido, podemos dizer que o *Jornal Sem Terra* antecedeu o MST e foi, sem sombra de dúvida, um dos instrumentos para que ele pudesse chegar aos seus níveis de organização.

Apesar de todas as manifestações, em todos os estados, terem sido importantes para a gestação do MST, um acampamento ganha, por parte de todos os estudiosos do tema, uma atenção especial, que foi aquele realizado na chamada Encruzilhada Natalino. Ainda de acordo com Mançano, tal acampamento

começou quando um colono, expulso da Reserva Indígena de Nonoai, montou seu barraco próximo ao encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Esse fato aconteceu no dia 8 de dezembro de 1980. O lugar se chama Encruzilhada Natalino, porque havia uma casa comercial, cujo proprietário chamava-se Natálio. O primeiro colono que acampou também chamava-se Natálio. Foi seguido de famílias de Nonoai e de famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante.⁸⁵

⁸³ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Op. cit., p. 50.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 55.

Como detalharemos abaixo, uma das importâncias centrais de tal acampamento foi o fato de, para noticiar o que acontecia e fornecer apoio aos indivíduos que lá se encontravam, ter surgido o *Boletim Informativo dos Sem Terra*, primeira versão da nossa documentação. Além disso, ele foi uma experiência bem-sucedida, apesar de seus últimos desdobramentos, no sentido da solução, só terem ocorrido em setembro de 1983, ou seja, quase três anos depois de seu início. Tanto tempo de luta, evidentemente, conduziu tais sujeitos a um amadurecimento sobre os limites, as possibilidades, os alcances e as deficiências das suas ações que, com certeza, as lideranças levaram na composição do movimento quando ele se tornou nacional.

Um ponto interessante a respeito das lideranças é apresentado ainda por Eduardo Scolese, uma realidade não de todo excepcional de tais figuras: eles já possuíam suas terras antes mesmo do ingresso no movimento. Ao se ler tal informação, pode-se imaginar algo absurdo, no sentido de que esses indivíduos, agindo assim, buscavam algo de que não precisavam e se utilizavam do MST para tanto. A realidade, no entanto, não parece ser essa. Ao nos apresentar a história de Osvaldo Xavier Barros, um dos membros da primeira direção nacional, o autor escreve da seguinte forma:

Osvaldo, assim como Santina Grasseli, Jandir Basso, Santos Luiz Silva e Sílvia Manoel dos Santos, não atuava no MST com o objetivo de conquistar um pedaço de terra. Ele já tinha uma área própria, equivalente a 20 campos de futebol.⁸⁶

É interessante. Pelo menos vinte e cinco por cento da primeira direção nacional do MST tinha seu próprio pedaço de terra e não ingressava no movimento por interesses próprios. Mas, então, por quê? Como dito acima, uma outra característica desses sujeitos era a participação em pastorais sociais das igrejas católica e luterana, que defendiam, como lemas centrais, a fraternidade, a preocupação com o outro, a solidariedade, a opção preferencial pelos que mais necessitavam. Uma possível explicação para a atitude desses sujeitos é essa: eles se solidarizavam com aqueles que precisavam, sacrificavam sua vida familiar, sua capacidade, por vezes de fazer a própria terra produzir, para tentar mudar uma situação de exploração que atingia pessoas que eles nem conheciam. Essa, é claro, só pode ser uma suposição, mas não de todo destituída de plausibilidade.

⁸⁶ SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Op. cit., p. 182.

Em 1982 existia um polo Regional Sul com cinco estados, já apresentados acima: RS, SC, PR, SP e MS. Em janeiro de 1984, quando o MST foi fundado, já existiam representantes de mais cinco unidades federativas: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rondônia. Ao longo dessas mais de três décadas de existência, o movimento conseguiu atingir praticamente todo o território nacional e se tornou, durante quase todo o período, salvo raras exceções, aquele que maior visibilidade teve por parte da opinião pública, tanto para o bem quanto para o mal. Não é possível, aqui, contar toda essa história, com todas as suas nuances. Trabalharemos com um recorte bastante específico, atendendo aos objetivos já apresentados na introdução, e julgamos que ao fazermos isso já damos a nossa contribuição para a produção de mais uma percepção sobre o movimento e a luta pela terra no país. Para isso, como já dito, nossas principais fontes serão o *Jornal Sem Terra* e, como estamos trabalhando com a sociedade em rede, também o site do MST, que passam a ser brevemente apresentados a seguir.

2.2. BREVE HISTÓRICO DO JORNAL SEM TERRA.

O *Jornal Sem Terra* será nossa principal fonte de pesquisa para assimilar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representou a si e às circunstâncias aos seus militantes ao longo de 25 anos. Decidimos estudá-lo desde seu início, com produção bem regionalizada, em Porto Alegre, até os dias atuais. O início está posto, não há justificativa para ele. O final precisa ser justificado. Um nome aparece nos jornais desde seus primeiros anos de forma intermitente: Lula. Um partido é, aparentemente, o interlocutor mais próximo: PT. Não que não haja outras figuras políticas, elas existem e serão mostradas, assim como outros partidos, como o PDT e o PMDB, também se mostraram aliados em diversos momentos. Mas Lula e PT foram parcerias mais frequentes. Decidi, portanto, chegar aos anos 2000 por uma necessidade óbvia: como estou inserindo o MST no contexto da sociedade em rede, teria que avaliar o impacto de sua inclusão nesse espaço específico, que se dá de forma contundente a partir de 1998. A relação do movimento com o partido e suas lideranças, no entanto, só pode ser avaliada de forma completa quando lemos o que o jornal escreveu sobre eles durante o período em que estiveram no poder, em seus mandatos. Inicialmente pensamos em avaliar um mandato de Lula, imaginando que isso fosse o suficiente. Ao longo da pesquisa, percebemos que muitos dos eventos dos quais tratamos na tese ocorreram no seu segundo governo, ou

durante a gestão de Dilma Rousseff. Com o apoio da arguição da qualificação, retiramos, então, o marco temporal, trazendo as análises até o momento da escrita.

O *Jornal Sem Terra* surgiu em 1981, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. De acordo com Antônio Alves Bezerra⁸⁷, sua trajetória pode ser dividida em duas grandes etapas: a do boletim, até 1984, e o jornal propriamente dito, quando ocorre a nacionalização do movimento. Além disso, a nomenclatura sofre uma alteração em cada uma dessas etapas, demonstrando a dinâmica de um movimento que nasce e se transforma com muita velocidade. Na fala do pesquisador,

deve-se levar em consideração que, em pouco menos de oito anos, o seu nome foi alterado quatro vezes, conforme a “espacialização” da luta no campo. Em 1981, ele circulou como *Boletim Informativo dos Sem Terra*; em 1983, como *Boletim dos Sem Terra*; já em 1984, como *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, e, por último, em 1988, como *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Tal alternância de nomenclatura revela os níveis de abrangência social de sua atuação, tornando-se um indicativo de seu amadurecimento político, enquanto ferramenta de comunicação e de luta representativa de um Movimento em acelerada construção.⁸⁸

A citação apresenta uma marca do MST desde o seu surgimento: o dinamismo. Surge no fim da década de 1970, com algumas ocupações e conquistas, passa a produzir a documentação utilizada na presente tese a partir de 1981 e muito rapidamente vai incorporando as necessidades de alteração de configuração tanto da sua forma de organização quanto do seu jeito de se comunicar com seus participantes e com a opinião pública. Para Antônio Alves Bezerra, isso está diretamente ligado à espacialização do movimento. A tiragem, inclusive, aumenta, por vezes de forma brusca, em alguns momentos de mudança, como veremos na sequência.

O período do boletim marca a presença do movimento, primeiramente, só no Rio Grande do Sul, na sua ocupação simbólica na Encruzilhada Natalino, e depois no que passa a ser denominado de Regional Sul.

No seu expediente constava uma Campanha de Solidariedade aos Trabalhadores Sem Terra, com endereço na Rua dos Andradas, em Porto Alegre. A tiragem era de 2.500 exemplares. Era datilografado, com gravuras muitas vezes feitas à mão, reproduzido por meio

⁸⁷ BEZERRA, Antônio Alves. *O jornal dos trabalhadores rurais sem terra e seus temas*. 2011. 312 fls. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 39.

de fotocópias. As edições, que não eram exatamente mensais, mas tinham uma periodicidade que, percebe-se, seguia os rumos da necessidade, com um mês contando com dois, até três exemplares distintos, contemplavam sobretudo notícias sobre as lutas do sul. Campanhas de alimentos, roupas, se misturavam às notícias de apoio de autoridades políticas e religiosas e sobre o cotidiano de assentamentos. Também existiam as denúncias de tentativas governamentais de colonizações em outras regiões, as quais eram condenadas, já que os trabalhadores entendiam que deveriam permanecer em seu estado, no qual, para eles, existiam terras em quantidade suficiente.

Um aspecto importante do ano de 1982 é o fato de que, no segundo semestre, ainda que o jornal continue a ser editado em Porto Alegre, agora se fala de uma Regional Sul de Agricultores Sem Terra, que envolve o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Aos poucos, mas de forma relativamente rápida quando se pensa nas condições daqueles sujeitos, o movimento vai consolidando as condições para a sua nacionalização e, posteriormente, internacionalização.

Em 1983, a primeira alteração, não só de nome, mas também de configuração. Ainda de acordo com Bezerra,

na sua segunda etapa, o *Boletim Informativo dos Sem Terra* passou a circular com a seguinte nomenclatura: *Boletim dos Sem Terra*, suprimindo o adjetivo informativo. Não que tivesse deixado de informar aos trabalhadores, pelo contrário, ganha a partir de então outra configuração alcançando maior projeção em função do aumento crescente da tiragem, valorizando mais as notícias e manchetes, politizando os editoriais e dinamizando as entrevistas com lideranças do Movimento e intelectuais aliados.⁸⁹

É um salto qualitativo significativo. A partir de então, o diálogo com lideranças e intelectuais que apoiavam a causa do MST não cessaria e seria uma marca constante das publicações. A politização também seria um tópico cada vez mais notado, principalmente nos editoriais, dialogando, muitas vezes diretamente com as medidas do governo central e – o que não é de se estranhar – de forma bastante crítica. As edições ainda não são mensais, e ao longo do ano saíram cinco publicações. Chamam a atenção as duas últimas, a de número 32, de setembro, que apresenta 20 fotos em 12 páginas, demonstrando a percepção clara de que o recurso às imagens passava a ser algo valorizado pelo meio de comunicação. É sempre

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 57.

importante ressaltar, ainda com Bezerra, que um contingente significativo dos sujeitos que participavam do movimento, provavelmente, tinha uma alfabetização precária ou não a possuía, o que tornava a imagem ainda mais relevante. O número 33, de novembro, contou com 33 páginas, com matérias sobre o Acre, a Amazônia, a CUT (Central Única de Trabalhadores), ou seja, temáticas cada vez mais nacionais e abrangentes. Essa edição já possui tiragem de 5.000 exemplares. Como dito acima, no ano seguinte o boletim desapareceria, dando lugar ao jornal propriamente dito. Pensando, no entanto, na tiragem e no público, é preciso compreender que o MST não falava só para os seus militantes a partir de seu meio de comunicação. Ele precisava mobilizar a opinião pública e sua mídia servia também para isso. Além do mais, quando a tiragem passa a ser ainda maior, com a sua nacionalização, percebe-se que o jornal passa a ser vendido aos simpatizantes, e o dinheiro arrecadado compunha uma das fontes de renda na luta pela terra. Quanto aos sujeitos que, além dos sem-terra, entravam em contato com o jornal, Bezerra nos diz

Este, por sua vez, adquiriu novos leitores, conquistando outros espaços, como universidades, comunidades de base, sindicatos combativos e politizados, associações, entre outros. Por isso, já como jornal, precisou diversificar seus conteúdos e a forma de circulação, no sentido de motivar os militantes, deixando claro uma renovação constante em cada uma das etapas de seu desenvolvimento e atuação.⁹⁰

O período no qual o boletim/jornal se desenvolveu, por certo, é um elemento importante para a compreensão de seu crescimento, consideravelmente acelerado. O Brasil estava, naquele momento, ainda dentro de um governo militar, apesar de enfraquecido, com a sociedade civil conseguindo se reorganizar, inclusive com a fundação de partidos políticos, como o PT, para a luta pela redemocratização. Existia uma sinergia resultante dessa interação e os movimentos sociais, os intelectuais, camadas da classe artística, estavam cada vez mais imbuídos de dar fim definitivo ao autoritarismo. Como dissemos acima, as décadas de 1970 e 1980 representam o auge, também, de engajamento da Igreja Católica, além de outras já citadas, nas lutas sociais, a partir da chamada Teologia da Libertação. Em função de todos esses elementos, o MST vai encontrando uma diversidade de interlocutores, ampliando seus diálogos, sua formação, e sofrendo um amadurecimento, pelo que se pode acompanhar, também bastante acelerado.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 42.

O ano de 1984 é bastante representativo. Como vimos acima, em janeiro desse ano o MST é realmente fundado, em seu Primeiro Encontro Nacional. O jornal, que passa a ser produzido em gráfica, sai de uma tiragem, em abril, de 5.000 exemplares – número já extremamente significativo para uma mídia desta natureza – para chegar, em julho, com a edição 36, a 10.000 e, em novembro, a 15.000. Ou seja, o triplo do inicial. A responsabilidade da publicação ainda é do Regional Sul, e isso é perceptível pelas matérias, de concentração sobre os estados pertencentes à sua composição. Ainda assim, encontramos entrevistas com intelectuais, no caso religiosos, uma coluna sobre jovens, outra sobre sindicatos, outra sobre a previdência. Percebe-se, desse modo, a tendência constante à diversificação, ao aprofundamento dos temas pertinentes ao movimento, como já dissemos, porque existe um diálogo com diversos sujeitos sociais, além da militância. Já é possível assinar o jornal, o que, provavelmente, auxilia no aumento da tiragem, já que o veículo se encontra com uma formatação de 16 páginas.

Em fevereiro de 1985 ocorre um dos momentos mais importantes, a realização do Primeiro Congresso Nacional do movimento. A edição, que divulgou os resultados, as diretrizes e a direção nacional escolhida, teve uma tiragem de 20.000 exemplares; a partir de então nunca mais se imprimiu teve um número menor que esse. No mês seguinte acontece a maior prova, provavelmente, de que o MST tinha muita vontade de realmente se nacionalizar: a mudança da sede do jornal para São Paulo. A partir de setembro surge algo curioso: acima do expediente havia uma identificação do movimento. Nela podia se ler que “o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical”. O movimento se sentia como desdobramento de outro que, desse modo, parecia maior. Pelo menos essa é a impressão que a identificação passa. Abaixo dela, vinham os nomes dos diretores regionais do movimento em todo país.

Tal forma de identificação foi colocada nas edições do jornal de 1985 até agosto de 1990, quando, bruscamente, parou. Duas conclusões podem ser depreendidas daí: a primeira é que o MST talvez buscasse autonomia em relação aos sindicatos, apesar de nunca ter deixado, do início até os dias atuais, de dar notícias e se engajar nas lutas de uma diversidade de outros movimentos; o outro aspecto a ser levado em consideração é que, depois da edição anterior, José Rainha Jr., liderança do Espírito Santo, havia sido preso pela polícia federal. Provavelmente eles avaliaram se continuava interessante deixar tão expostos, mensalmente, os nomes das suas maiores lideranças em todos os estados, e concluíram que não.

A partir de 1987 as capas dos jornais passaram a ser coloridas, dando um novo visual à mídia. Somente em 2005, no entanto, ele passa a ser impresso totalmente em cores. É óbvio que isso demandava o barateamento do procedimento, o que só pode ocorrer com o desenvolvimento da tecnologia. A tiragem máxima do jornal, dentro do período que nos propomos estudar, foi atingida em novembro de 1999, 40.000 exemplares, aproximadamente dois anos depois de a página do movimento ter sido, gradualmente, consolidada na internet. É importante sempre lembrar que a popularização dessa forma de comunicação ainda está em andamento no país, e nesse período ainda era pequena, principalmente nas camadas que o movimento busca atingir. É claro, portanto, que precisamos estudar qual era o pano de fundo histórico que possibilitava, nesse momento, uma difusão tão satisfatória das mensagens do MST. Sabemos, a princípio, que nos encontrávamos na vigência do governo de FHC, que sofreu uma oposição significativa dos campos de esquerda.

Em 1988 ocorreu a última modificação de nomenclatura, e tivemos a partir de então o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Isso aconteceu a partir do número 77, de outubro daquele ano. A publicação contava então com 20 páginas. Desde 1984, em todas as edições se fazia um inventário das lutas nos estados nos quais o movimento estava presente. Além disso, como dito acima, é cada vez mais comum a presença de entrevistas ou matérias de caráter mais formativo, com intelectuais, lideranças do movimento e religiosos. A América Latina recebe um espaço particular desde 1985, com a nacionalização do MST e, com o passar do tempo, mais matérias de cunho internacional ganham as páginas da mídia. A vida nos assentamentos também foi retratada em um número significativo de matérias ao longo da história do jornal. Números sobre a violência no campo dividiram espaço com matérias culturais, como as iniciativas teatrais, musicais, os poemas dos militantes. É difícil, e não é objetivo central da pesquisa, relatar todas as nuances do jornal ao longo de um período tão longo de existência e com tantas páginas. Os colaboradores foram se alternando ao longo do tempo, existindo uma equipe jornalística responsável pelas publicações, mas que se utilizou, constantemente, das contribuições intelectuais e regionais. A politização em grau mais consistente esteve mais presente nos editoriais, que serão um dos nossos principais objetos de análise. Ainda é interessante ressaltar que a partir de 1987, além do uso de fotografias, como afirmado acima, outra forma de imagem muito utilizada era o desenho, tanto nas charges que realizavam constantes críticas à situação no campo e às atuações governamentais, quanto em quadrinhos utilizados na formação dos membros do movimento.

A partir do número 162, edição de setembro de 1996, encontraremos na capa do *Jornal Sem Terra* o aviso “estamos na internet”, acrescido do endereço da página. O site passa a ser também uma forma de difusão de ideias, de contato com outras entidades de luta, tanto nacionais quanto internacionais. No início parece que isso não afeta a tiragem do impresso, já que vimos acima que em 1999 ainda temos um número de 40.000 exemplares sendo distribuídos nesse formato. O último volume de 2014, no entanto, teve uma tiragem de 10.000. É possível que um dos fatores seja o amadurecimento do uso, por parte do movimento, do espaço virtual em todas as suas possibilidades.

Hoje o movimento se encontra em todas as principais redes sociais, com uma página frequentemente alimentada no Facebook, uma conta no Twitter e no YouTube. Usando todas essas ferramentas de comunicação, com a difusão e o barateamento da internet, levando-se sempre em consideração, é claro, os níveis de exclusão digital no país, principalmente entre as camadas mais pobres, que majoritariamente são as que compõem o movimento, é possível compreender que o jornal não deva ser de todo abandonado, mesmo porque estamos falando também de acampamentos, que por vezes sequer possuem energia elétrica, e portanto de uma camada significativa de lideranças e participantes que não têm acesso tão fácil ao espaço virtual. Por último, ainda é preciso lembrar que as assinaturas do *Jornal Sem Terra* são vendidas e significam, em última instância, receita para o movimento. De todo modo, ainda que levemos em consideração todos esses elementos, não é possível ignorar a interação entre as diferentes formas de comunicação e a influência mútua de uma sobre a outra.

A página do Facebook⁹¹, com imagens e chamadas das principais matérias presentes no site, tem também os links a serem clicados para que o visitante leia imediatamente a matéria ou assista no mesmo momento ao vídeo no YouTube. No momento da nossa consulta, ela contava com 155.087 curtidas. É claro que um número tão grande deve ser considerado com cuidado. É possível curtir uma página e nunca mais visitá-la. No entanto, muitos daqueles que simpatizam com o movimento têm a possibilidade de acompanhar as atualizações dos temas e das lutas em uma rede social de extrema popularidade e de fácil interação. A conta no Twitter tem 50.000 seguidores.

O site, no entanto, tem o conteúdo mais rico, porque apresenta maiores possibilidades de armazenamento de informações e, portanto, de interação. Ao ingressarmos nele, na sua

⁹¹ MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Organização Política. Disponível em <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra>, acessado em 13/01/2015.

página inicial podemos ver diversas possibilidades de busca. A parte sobre o MST tem como opções: quem somos; nossas bandeiras; organização; linhas políticas; notas oficiais; lutadores do povo; poemas e poesias, letra viva, *Jornal Sem Terra* e *Revista Sem Terra*. Só em um tópico como esse a busca de quem se interessa pelo movimento pode demorar bastante e ser bem completa, pois várias edições de duas de suas principais publicações se encontram ali para leitura imediata. É possível, portanto, na pesquisa desse item, acessar certa imagem do MST, aquela que as lideranças responsáveis pela gestão do site querem que o visitante tenha, ou seja, certas representações que o movimento quer que se adquira a partir do contato com a página. De todo modo, é um espaço privilegiado para quem se interessa pelo tema.

Outra área de pesquisa interessante é a biblioteca, com diversas possibilidades específicas, como: agricultura camponesa; agronegócios; direitos humanos; internacional; meio ambiente; reforma agrária; transgênicos. Ao se optar por um desses temas, é possível utilizar um filtro para escolher que tipo de publicação se quer acessar, cujas possibilidades são: artigos; cartilhas; dados; documentos; entrevistas; livros; textos. Como se pode ver, todas as temáticas apresentadas são relacionadas à luta histórica do MST e não é muito provável que, ao pesquisarmos sobre agronegócio, por exemplo, encontremos algum artigo que o defenda em detrimento da agricultura camponesa. O que quero dizer é que precisa ficar muito claro que tudo que se encontra no espaço virtual tem a mesma carga ideológica do que está no jornal impresso ou na revista, e é normal que assim o seja. Como qualquer outra forma de comunicação, as publicações do MST buscam transmitir certas representações sobre a realidade, que devem, de acordo com suas convicções, conduzir os sujeitos a determinadas práticas sociais que ressoem as percepções de mundo obtidas, como bem nos apresentou o historiador Roger Chartier. Não se trata de uma separação arbitrária entre representações e realidade, mas sim de perceber que nosso contato e interação com a mesma se dá a partir da recepção/geração de certas concepções sobre como as coisas são. É dessa forma que estamos lendo, aqui, o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra*, assim como o site e a página do movimento no Facebook.

Existe, ainda no espaço virtual, o tópico de nome “indicamos”, no qual várias sugestões, desde literatura até agências governamentais e de direitos humanos, são oferecidas ao visitante. No item “loja da reforma agrária” o membro ou simpatizante pode encontrar bonés, broches de modelos diversos, agenda do movimento, cartões postais, chaveiro, fotos. Os preços já se encontram na frente dos objetos e, evidentemente, essa é outra forma de arrecadação de receita para o MST. Existe a possibilidade de começar a assinar o *Jornal Sem*

Terra a partir do próprio site. Outro espaço interessante é o “mural”, no qual cada visitante pode publicar uma mensagem, que pode ser de apoio, de crítica, elogios, declarações ou sugestões. É claro que tais conteúdos passam por uma filtragem, pois existem regras para a utilização da ferramenta, como não serem publicadas mensagens com mais de 15 linhas, insultos ou agressões. De todo modo, o site ganha em relação ao jornal em um quesito no qual as mídias virtuais têm desbancado as tradicionais, que vêm buscando mesclar seus conteúdos para não ficarem obsoletas demais: a interatividade. Mandar uma carta para o endereço da redação ou mesmo gastar com o valor do telefonema, dependendo da localidade em que o indivíduo se encontra, são fatores que ainda dificultam o contato. A interação via internet é muito mais rápida e barata para quem já tem familiaridade com o seu uso.

Um último espaço que vale a pena ser apresentado é a “Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira”. Dentre os títulos acessíveis para pesquisa, estão as teses e dissertações referentes à temática em um banco que tem textos de 1982 até 2014, com as possibilidades de pesquisa por título ou por autor. Revistas também são uma possibilidade da biblioteca – *Estudos Sociedade e Agricultura*, *Associação Brasileira de Reforma Agrária*, *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* e *Revista Agrária e Meio Ambiente* são alguns exemplos. Uma diversidade de artigos e ensaios também pode ser encontrada no sítio. Jornais, documentos, cartazes, cartilhas, videoteca e páginas de internet completam o acervo, que é considerável. Por meio do jornal, evidentemente não seria possível tornar acessível uma gama tão diversificada de informações dentro de um mesmo espaço. Desse modo, há que se compreender que o site não surge para substituir as publicações que já eram realizadas pelo MST, mas para potencializar as possibilidades de informação, formação e contato com membros e simpatizantes.

Reforçando o que adiantamos no primeiro capítulo, na sociedade em rede, como a denomina Manuel Castells, a tendência à fragmentação como resultado da virtualização das relações é grande. No entanto, as possibilidades de difusão de ideias e conteúdos são extremamente potencializadas. A nosso ver o MST entendeu muito bem esse aspecto positivo das ferramentas da internet e o utiliza constantemente a seu favor. Sem dúvida, se essa forma de socialização acarreta efeitos colaterais de fragmentação dos indivíduos, o movimento terá que pagar o preço, se é que já não o está pagando. O fato é que o site definitivamente foi ocupando um espaço cada vez mais considerável nas atividades de informação, formação e comunicação entre nosso sujeito e seus militantes e simpatizantes.

O MST, desde a constituição da sua direção nacional, se mostrou nitidamente avesso à dinâmica do sistema capitalista. Mensagens de apoio a Cuba e a outros governos de esquerda foram uma constante nas edições, assim como as críticas aos EUA, ao FMI, à OMC, em suma, às grandes instituições que representam o interesse do capital internacional. Palavras como revolução e socialismo também foram uma tônica ao longo de todo o período. Veremos como o advento do PT ao poder foi comemorado pelo movimento e, posteriormente, como esta relação foi se desgastando ao longo do tempo, com a frustração, ano a ano, das expectativas históricas que haviam sido construídas. O discurso forte em favor de uma mudança radical da ordem econômica, a vinculação do movimento a outros de igual radicalidade no cenário internacional e, é claro, suas atuações no campo concreto, fazem com que ele hoje seja considerado umas das principais organizações, no planeta, do chamado altermundialismo, ou de luta pela produção de uma realidade diferente. Se isso procede ou não, e até que ponto as publicações dão base para tais convicções, são temas para o nosso próximo capítulo.

Como entendemos que lidamos aqui, ao tratarmos do *Jornal Sem Terra* ou do site, com formas de imprensa, com uma discussão preliminar já realizada na introdução, as tendências que o movimento tem demonstrado desde muito cedo nos permitem classificá-lo, juntamente com Flávio Aguiar, no campo da imprensa alternativa. Dentre as características desses tipos de mídia elencadas pelo autor está o fato de que elas “se opõem à pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e ideologia liberal, hoje neoliberal, que é a dominante no Brasil”.⁹²

Como veremos ao longo de todo este capítulo e do próximo, uma das preocupações centrais do MST, que provavelmente figurou entre as mais veiculadas, foi a luta contra as medidas denominadas de neoliberais, tanto aquelas adotadas pelos governos de direita quanto as levadas a cabo por aliados históricos. Se a luta contra tal forma de gestão econômica e política é uma das marcas da imprensa alternativa, o MST pode ser, categoricamente, considerado um dos grandes representantes dessa vertente. Isso nos é dito também pelo autor, já no final do mesmo artigo:

⁹² AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 235.

No início do século XXI, há uma nova imprensa alternativa, muito mais variada, nascida dos desenvolvimentos da internet (blogs e sites), de jornais de movimentos e organizações específicas, como o MST e os sindicatos, das rádios comunitárias, e até mesmo de espaços na televisão, muitas vezes comprados ou cedidos a organizações de trabalhadores e movimentos sociais.⁹³

O MST é apresentado pelo autor como um dos exemplos de imprensa alternativa no século XXI. Como já mostramos acima, ele segue firme sua luta contra percepções neoliberais em todos os seus espaços de difusão de representações, sejam impressos ou virtuais. É claro que seu principal ambiente de luta continua sendo o acampamento, debaixo da lona preta, ou o assentamento, na busca de fazer a terra produzir depois de conquistada. E sua marca central, nunca abandonada nem deixada de lado, é a reforma agrária realizada de forma profunda no país, tema do próximo tópico.

2.3. A REFORMA AGRÁRIA.

O tema central do *Jornal Sem Terra* durante toda a sua trajetória foi, evidentemente, o da reforma agrária. O movimento tem sua gestação, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes⁹⁴, entre os anos de 1979 e 1984, quando finalmente tem início, agora como MST – fruto de lutas e organizações anteriores –, na cidade de Cascavel, no Paraná. As lutas realizadas nesse período são uma resposta, sobretudo à chamada modernização conservadora do campo que, também segundo o autor, retirou do espaço agrário e “despejou” nas cidades cerca de 30 milhões de pessoas. Nosso objeto central de estudo, o *Jornal Sem Terra*, surge em 1981 e é a partir dele, principalmente, que seguiremos os rumos do movimento, a partir das representações que foram deixando de si e dos outros sujeitos sociais envolvidos na questão agrária ao longo do tempo.

O que não é muito novo, e que Mançano vem ressaltar, é o aspecto excludente da organização do campo, especialmente a partir da década de 1970, por iniciativa dos governos da ditadura. A terra sempre foi concentrada no país, mas a opção de financiar certo tipo de agricultura em detrimento das demais acaba, segundo percebemos, acirrando ainda mais esse

⁹³ Idem, ibidem, p. 246.

⁹⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis. Op. cit.

fenômeno. Os investimentos realizados na construção das hidrelétricas no período também representaram, do outro lado, o desalojamento de milhares de famílias em regiões distintas, piorando uma situação já bastante complexa. A década de 1980, portanto, se caracteriza como um período de aumento da tensão no campo.

O jornal começa com uma campanha de solidariedade para os assentados da Encruzilhada Natalino. É a partir deste momento que começamos a acompanhar o movimento. No primeiro número, na “História de um povo oprimido”, esses indivíduos dizem quem são. Na fala deles mesmos podemos ler o seguinte:

Somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura, e é isso que sabemos fazer.⁹⁵

O que fica perceptível pela citação é, ao darmos crédito para o que está escrito, o caráter essencialmente rural dos participantes do movimento no início. Essa é a primeira publicação. Falamos de uma ocupação que foi marcante para a criação do movimento, que envolveu o fato de estarmos em uma ditadura, ainda que no processo de abertura política, com a existência de projetos de colonização que tendiam a minar as forças de quem estava em condições tão adversas, além das dificuldades de organização de uma forma de mobilização que ainda estava em gestação. A denúncia é de que no campo, nas condições citadas no trecho, a insegurança já era grande demais, tornando inviável a sobrevivência naquele espaço. O que os membros do acampamento queriam que ficasse claro é que a cidade não era uma possibilidade naquele momento, pois eles não saberiam trabalhar lá, e não teriam dignidade. Havia uma resistência desses sujeitos em sair do seu espaço social para tentar a sorte em outro lugar no qual não se sentiam seguros. Parece que eles não entendiam que isso fosse algo justo para fazer. Decidiram, portanto, permanecer e lutar.

Com o passar do tempo essa configuração foi mudando e somaram-se a eles também aqueles que foram excluídos da cidade, às vezes com pouca ou nenhuma familiaridade com o campo, buscando aí uma oportunidade de ter alguma dignidade. Em um primeiro momento,

⁹⁵ CARTA dos colonos acampados em Ronda Alta. *Jornal Sem Terra*, nº 1, Maio de 1981, p. 1.

no entanto, a mobilização parecia atingir sobretudo aqueles que não conseguiam sobreviver no campo. Ou eles estavam inseridos em relações que se tornaram insustentáveis, em um jogo de forças que fazia com que perdessem o poder de barganha e não conseguissem sequer o mínimo para sobreviver, ou foram desalojados por projetos de desenvolvimento nacional, como era o caso das hidrelétricas, e não tinham para onde ir para se reestruturar e procurar continuar vivendo dignamente.

Outra questão, no entanto, precisa ser esclarecida também logo de início: de onde seriam retiradas as terras para a reforma agrária defendida pelo movimento? Isso é importante porque, vivendo em uma sociedade capitalista, com o direito à propriedade sendo um dos mais fundamentais de todo código legislativo, não basta existir um desejo de algumas pessoas de ter um pedaço de terra para viver dignamente para que o Estado atenda à sua demanda. Aqueles que escreveram esse primeiro número do *Jornal Sem Terra*, com essa campanha de solidariedade, sabiam disso. Sabiam que precisavam explicar também que a desapropriação das terras que eles demandavam podia ser justa. Era isso que eles tentavam fazer com aquela publicação:

Sabemos que tem terra no Estado para nós e para muitos mais que como nós precisamos, só que estas terras estão nas mãos dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram nas cidades, como é o caso de grande parte dos que se apossaram da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas que acabou sendo entregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só essas terras dá pra todos nós e muito mais gente.⁹⁶

Existia uma concepção de propriedade clara na fala aparentemente simples das pessoas que então se manifestavam. O direito à propriedade não pode estar ligado somente a um pedaço de papel. Pelo menos é assim que eu consigo interpretar o trecho. Se o governo havia “entregado” terras para seus amigos que não precisavam, é possível que tenham concedido pedaços de papel timbrados que atestassem a legalidade disso. Portanto, algum direito há nisso, indiscutivelmente. Ainda assim, os “colonos de Ronda Alta”, como se denominavam, não se furtavam de afirmar que não havia justiça nisso, porque aquelas pessoas que eram proprietárias no momento “eram ricas” e “não precisavam” delas para viver. Para os colonos, portanto, não era justo que pessoas que sempre viveram e dependeram da terra ficassem sem aquilo que lhes é essencial para viver, ou sobrevivessem sem dignidade com alto nível de exploração, enquanto aqueles que “viviam na cidade”, ou seja, que não tinham

⁹⁶ *Jornal Sem Terra*, nº 1. Maio de 1981, p. 1.

vínculo real, efetivo com a terra, possuíam direito à sua propriedade sem dela precisarem para viver. Dentro do próprio Estado, portanto, existia terra para solucionar o problema das famílias acampadas e ainda de outras que existiam naquele momento.

Portanto, na fala dos colonos se encontra embutida a grande questão para reflexão sobre a reforma agrária do país: a concentração de terras. Muitos que não precisam têm grandes porções de terras, enquanto aqueles que mais precisam, que sempre viveram da terra, que não sabem e não deveriam ter que fazer outra coisa para viver a não ser isso, porque parece a eles injusto, não têm acesso a ela. Notaremos que este é o cerne da reflexão do movimento durante todo o período que escolhemos para estudá-lo. Obviamente, com o passar do tempo, números foram apresentados de forma mais contundente, argumentos teóricos foram mais bem desenvolvidos, mas a injustiça em relação à distribuição de terras no país, histórica desde as sesmarias, essa não saiu da pauta.

Durante o ano de 1981 o acampamento sofreu a intervenção militar-federal do major Sebastião Curió e houve muita pressão do governo para que as famílias fossem para projetos de colonização, como os que estavam em curso no Mato Grosso. As famílias, na sua maioria, mantiveram-se firmes, apesar de imensas dificuldades para a permanência no local, ainda em condições precárias. Em 1982, a CNBB e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana realizaram campanhas para a compra de uma área para construir um assentamento provisório para uma parte das famílias que já enfrentavam enormes dificuldades e começavam a esmorecer. A campanha deu certo e 207 famílias foram provisoriamente para lá. Em 1983, durante as eleições para governador, as lideranças foram amadurecendo o diálogo com os candidatos para que suas demandas se consolidassem. Em setembro o governador eleito Jair Soares autorizou a compra de terras nos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões para efetivar os assentamentos⁹⁷. A mobilização teve início em dezembro de 1980 e terminou em setembro de 1983, mas foi muito significativa para o aprendizado da luta do movimento. Foi a primeira grande conquista resultante de mobilização e apoio de diversas entidades da sociedade civil.

Em 1984, como dito acima, ocorreu uma primeira ampliação de alcance, com a regionalização do movimento. Existe um Regional Sul da qual fazem parte Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O jornal de dezembro deste ano e janeiro de 1985 anunciava o Primeiro Congresso Nacional do movimento, a acontecer em

⁹⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis. Op. cit., p. 54-61.

janeiro. Nesse congresso foi fundado, em definitivo, o Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra, MST. O encontro foi realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. Mas ainda no número 41 podemos ler a posição dos trabalhadores rurais sobre a reforma agrária.

Estamos dispostos a enfrentar qualquer barreira ou dificuldade para conquistar a terra a que temos direito e implantar no Brasil a Reforma Agrária. Avisamos as autoridades que, se não atenderem as nossas reivindicações e não derem atenção ao nosso problema, seremos obrigados a continuar ocupando as terras improdutivas e organizando acampamentos para conseguir nosso direito, porque o nosso sofrimento é a cada dia maior.⁹⁸

A terra é um direito desses indivíduos, pelo menos é assim que nitidamente eles entendem a questão. Não estão pedindo um favor, um donativo, uma esmola. Estão reivindicando o cumprimento de um direito. E eles enfrentarão qualquer barreira ou dificuldade para conquistar isso. Mais ainda: os membros do movimento não desejavam apenas um pedaço de terra para que pudessem plantar, colher e viver dignamente – não se tratava só disso. Eles queriam implantar a reforma agrária no Brasil. Ansiavam, isso sim, por uma política de distribuição de terras diferente para o país. E as táticas já estavam também bastante delineadas: ocupar terras improdutivas e organizar acampamentos. A questão aqui, aparentemente, era a da visibilidade. Como já apresentamos no primeiro capítulo, a ocupação não é entendida pelo movimento como um fim em si mesmo, mas como um meio para atingir objetivos mais amplos. Isso explica por que, embora algumas lideranças tenham conseguido um pedaço de terra para si, continuaram lutando. A citação nos auxilia a entender bem essa questão. Não é só isso que essa liderança quer. O que o movimento busca, desde seu início, com uma clareza imensa, é a consolidação de uma distribuição de terras mais justa de acordo com os moldes dos participantes.

Terra para quem dela precisa para viver, e não simplesmente para quem pode pagar por ela. Direito de propriedade vinculado ao cumprimento da sua função social, que, no caso, é a produção. Luta não somente por um pedaço de chão para os acampados, mas pela realização de uma reforma agrária profunda em todo o território nacional. Esses foram os pontos de pauta que acompanharam o movimento desde a sua fundação. Mostramos, neste tópico, essas ideias em jornais ainda da década de 1980, porque adiante, ao tratarmos da relação entre o MST e o Estado, tal temática voltará a ser analisada chegando até os nossos

⁹⁸ MOVIMENTO exige Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*, nº 41, Dezembro de 1984/Janeiro de 1985, p. 3.

dias. Poderemos perceber que, em torno dessas convicções centrais, não houve qualquer alteração.

O movimento continuou tendo a ocupação como forma central de mobilização, mas foi, cada vez mais, desenvolvendo formas de organização dos acampamentos, uma estrutura pedagógica, e se tornou, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990 até a atualidade. Para chegar a tal nível de organização para a luta, estando presente muito rapidamente em grande parte do país e em médio período prazo em quase todo o território nacional, o MST investiu bastante na formação ideológica de suas lideranças, já que, como vimos, a forma de atuação central do movimento, a ocupação, sobretudo no início da sua existência, era algo demorado e bastante sofrido. Para enfrentar tais percalços, a consciência de onde se quer chegar e como fazer é algo essencial. Por isso outro elemento de suma importância, que percebemos muito fortemente no periódico, foi a formação dos seus integrantes, assunto tratado na sequência.

2.4. A FORMAÇÃO DOS MEMBROS.

Desde o princípio uma preocupação central do movimento, pelo que se pode perceber, era a de formar seus membros. Já no número 2 do boletim, de maio de 1981, lia-se a notícia de que na Encruzilhada Natalino os acampados estudavam o Estatuto da Terra; oferecia-se também uma breve reflexão sobre artigos e parágrafos que mais interessavam àqueles que estavam inseridos na luta, como o direito à terra e a responsabilidade do poder público de dispor sobre isso. Muito da formação nesse momento da Encruzilhada Natalino, principalmente no ano de 1981, passava, e não poderia ser diferente, pela questão da motivação aos acampados. A notícia dos grupos que mês a mês se engajavam no apoio às pessoas que se encontravam na luta parece ser um ponto central para o veículo. Como as condições eram realmente muito difíceis, é de se compreender que esse elemento motivador tivesse sua relevância. Além disso, vez por outra o boletim mostrava números mais precisos sobre as terras do Estado que eram passíveis de desapropriação⁹⁹. Isso também poderia ter um caráter tanto motivador quanto pedagógico.

⁹⁹ *Jornal Sem Terra*, nº 2. Maio de 1981; *Jornal Sem Terra*, nº3, Junho de 1981.

A formação, portanto, sempre foi um elemento constante na pauta do *Jornal Sem Terra*. A concepção de que só a luta conduzirá às conquistas que os membros do movimento pleiteavam era difundida número a número. A ideia de que existe um tipo de propriedade que se amplia e vai comprometendo outro modelo era amplamente difundida, como podemos ver na seguinte fala:

O extermínio da pequena propriedade rural e a consequente concentração da terra continuam em ritmo acelerado, tornando a situação fundiária e social no campo cada vez mais dramática. Os grandes fazendeiros e empresários rurais, movidos pela ganância capitalista, se lançam ferozmente contra os pequenos proprietários. O resultado desse processo é o surgimento de enormes contingentes de trabalhadores sem-terra, boias-frias, biscateiros. Uma população que vaga pelo campo tentando sobreviver, mas acaba, geralmente, marginalizada nas periferias das grandes cidades.¹⁰⁰

A percepção era, ainda nesse momento, nitidamente de classe. O que não é de se estranhar. Estávamos em 1984, ainda no contexto da Guerra Fria, os movimentos mais à esquerda ainda demonstravam um vocabulário de herança marxista. A compreensão de que a lógica de apropriação que permitia àquele que já tinha muito acumular sempre mais, passando por cima das mínimas condições de vida daquele que tinha pouco, era algo que incomodava os membros do movimento e se manifestava nas suas formas de comunicação. A compreensão, nesse momento, se mostrava ampla. O que era denunciado é que o crescimento das favelas urbanas em diversos pontos do país era causado por essa lógica complexa do campo. Os desalojados do espaço agrário não tinham outro lugar para ir a não ser as cidades. Sem formação técnica para ingressar no mercado de trabalho – que no momento não se encontrava receptivo nem para quem a possuía –, eles permaneceriam ainda mais à margem do tecido social. O movimento reivindicava uma mudança nessa lógica. Já vimos o que se pedia desde o primeiro número: aqueles que eram ricos, viviam na cidade e não precisavam da terra para viver, não possuíam direito a ela; aqueles que sempre viveram no campo, na lida com a terra e precisavam dela para viver, tinham. Aqui existia uma noção de direito vinculada à necessidade, que na legislação iria tomar o nome de função social.

¹⁰⁰ TERRA de negócio. *Jornal Sem Terra*, nº 40, Novembro de 1984, p. 16.

De acordo com Claudinei Colleti, em sua tese de doutorado¹⁰¹, é possível perceber uma fala nitidamente socialista no movimento. Ele lembra que não podemos falar especificamente de uma leitura marxista, já que, em alguns momentos na luta pela reforma agrária, os membros do movimento defendem a ampliação do direito de propriedade para além dos latifundiários. O que aparentemente se busca é uma maior justiça social nos limites do capitalismo. É perceptível também para o autor, como já comentamos acima, a influência da Igreja Católica e seu discurso mais progressista das décadas de 1970/80. Em última instância, no entanto, por vezes mais próximo da terminologia marxista, por vezes do discurso cristão, o movimento é nitidamente antcapitalista na sua essência, como nos apresenta o autor na seguinte citação:

Se, por um lado, a discussão sobre o caráter “socialista” do MST, como vimos, é controversa; por outro, poderíamos dizer que os valores difundidos pelo movimento entre seus integrantes, valores que se materializam, muitas vezes, em práticas concretas, são valores que, sem dúvida, afrontam a ideologia capitalista neoliberal, a qual tem, na apologia ao mercado, no culto ao individualismo e na concorrência selvagem, seus pontos fundamentais.¹⁰²

Um bom exemplo de terminologia marxista que pode ser encontrado em algumas publicações do movimento é uma série de formação de 1989. Esse foi um ano, em especial, dedicado à tentativa de formar com mais eficiência os membros do movimento. Já na edição de janeiro/fevereiro desse ano é possível encontrar o começo da série “Sem terra em quadrinhos”, que tinha como título “O que é a organização”. Com uma abordagem simples, a peça começava com as organizações a partir dos homens em contato com a natureza, o que era denominado de divisão natural do trabalho, termo bastante controverso, claro, por se acreditar que os homens, já estabelecendo organizações grupais, poderiam ainda ser considerados em algum tipo de condição natural. No entanto, mais adiante encontravam-se elementos interessantes, como a divisão social do trabalho e a propriedade privada determinando o aparecimento da mercadoria. No volume seguinte apareciam termos como “economia mercantil” e “trabalho abstrato”, e as relações apresentadas iam se complexificando cada vez mais, de forma didática. O número do mês de maio nos apresentava

¹⁰¹ COLLETI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005, 299 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 270.

termos como “exército de reserva” e explicava porque os artesãos e pequenos proprietários não conseguiam competir com os grandes empresários e proprietários.

Na última edição da série, de junho de 1989, havia uma conscientização a respeito do Laboratório Experimental, da necessidade dos indivíduos que estão inseridos em movimentos que competem com os grandes modelos capitalistas de aprender a trabalhar em equipe e desenvolver maneiras funcionais de organização, de modo a se tornarem realmente competitivas. Excluía-se a figura do chefe em função de uma organização mais horizontalizada e participativa. É importante lembrar, como dissemos acima, que aí percebemos uma mescla. Negava-se a dinâmica vertical e exploratória do capitalismo tal como se desenvolveu, na qual os mais eficientes vão simplesmente predando os menores. No entanto, ainda se falava de necessidade de eficiência na produção como forma de viabilizar a própria reforma agrária, demonstrando a eficiência dos assentamentos, ainda que dentro deles as relações fossem mais solidárias e equitativas.

Na sequência do *Jornal Sem Terra*, em julho de 1989 encontra-se uma discussão “a respeito do método”. O texto deixava claro que a identidade do MST estava sendo construída, ao longo dos anos, a partir de uma metodologia dialética: prática-teoria-prática. O método geral de organização do movimento, de acordo com a matéria, consistiria em três etapas:

1. Ajuntar: Reúnem-se as pessoas a partir dos seus interesses imediatos. Entram no movimento todos os que querem lutar pela terra. (...) Neste sentido o movimento necessariamente permanece aberto para outras pessoas que, mesmo não sendo trabalhadores rurais, têm interesse em desenvolver essa luta específica.
2. Projetar: O SEM TERRA aparece. Mostra-se frente à sociedade como força organizada e atuante, e com interesses relacionados com os interesses gerais de todos os trabalhadores.
3. Capacitar: A luta exige qualificação técnica e ideológica. Em outros momentos da História a luta pela terra foi marcada basicamente pela espontaneidade das massas, e com caracteres localizados e regionalistas. Neste novo momento, com o avanço do capitalismo, se necessita de um grau cada vez maior de organização e uma ideologia de caráter classista.¹⁰³

Dessa publicação se podem depreender muitos elementos interessantes. Em primeiro lugar, diferente do início, em 1981, os sujeitos sociais não eram necessariamente aquelas

¹⁰³ MANSUR, Douglas. A respeito do método (1). *Jornal Sem Terra*, nº 85, Julho de 1989, p. 4.

pessoas que têm sua história de vida vinculada à terra. O movimento estava aberto a todos que tivessem o interesse de desenvolver essa luta específica. Provavelmente pessoas que não tinham mais espaço nas periferias das grandes cidades também engrossavam as fileiras dos acampamentos e assentamentos. Um movimento que ia se tornando cada vez mais nacional e projetado no âmbito do país necessitava do elemento numérico para seu funcionamento. Como já evidenciamos no primeiro capítulo, trata-se de um tipo de organização que exige o comprometimento no local, a inserção do sujeito no espaço. Isso implicava, aparentemente, a abertura do MST para aqueles que se inseriam na necessidade imediata da luta pela terra, ainda que não tivessem, em sua biografia, familiaridade com ela. É importante ressaltar que uma das críticas contundentes de quem é contrário à atuação do movimento é exatamente a presença desse tipo de sujeito na luta. As lideranças, pelo visto, não se envergonhavam de sua presença e, ao contrário, a noticiavam em seu veículo mais importante.

Tendo ou não familiaridade com o meio rural, ao ingressar no movimento o sujeito passava a ser entendido como sem-terra. A função das mobilizações era de projetá-los, de mostrar seus anseios, dar-lhes voz, imagem, para que suas demandas pudessem ser ouvidas e atendidas por parte das autoridades responsáveis. Esse é o significado do segundo tópico. Fazer aparecer esse indivíduo que, em condições normais, permanece invisível no jogo de forças sociais e políticas. Nesse sentido, o movimento parecia cumprir uma função social relevante, oferecendo um espaço social diferente para homens e mulheres que, em outras circunstâncias, não seriam vistos nem ouvidos em seus anseios.

É nesse sentido que compreendemos o tópico “capacitar”, acima destacado, por meio do qual o movimento expressava o seu entendimento de que o sistema contra o qual lutava tinha forças cada vez mais organizadas no sentido de manter as relações de dominação e exclusão de forma inalterada. Assim sendo, se os integrantes do MST quisessem realmente produzir mudanças significativas em uma situação de capitalismo avançado, isso só poderia se dar a partir de uma ideologia classista. Isso implicava que esses sujeitos se entendessem em uma mesma proposição, apesar das diferenças que carregavam: provenientes de diferentes espaços; uns tinham vasta experiência no campo, outros nenhuma; alguns com ampla militância em movimentos sociais, os demais sem nenhuma formação ideológica. Como o movimento se abriu porque, sendo nacional, precisava do elemento numérico para se consolidar, ele lidava com sujeitos cada vez mais heterogêneos. A missão era complexa, portanto. Desse modo, aparentemente, o terceiro tópico apontava para uma questão de sobrevivência. A capacitação passava sim pela formação técnica, tão necessária para que os

assentamentos, uma vez consolidados, pudessem funcionar a contento e testemunhar a favor da reforma agrária, meta maior do MST. Ainda hoje sabemos que um dos questionamentos em relação à causa dos sem-terra é a falta de funcionalidade e a evasão dos assentados, ou seja, a tese de que a reforma não funciona. Não por acaso, nessa mesma matéria vamos ler que o “avanço econômico é fator fundamental para o convencimento das massas”.

No entanto, o que o movimento entendia no momento por capacitação passava pela formação ideológica. Esses sujeitos tão distintos, para atuarem em um capitalismo avançado, só teriam êxito, de acordo com as lideranças, se fossem capazes de se entender, unidos em defesa de uma mesma causa, uma mesma situação, o que demandava uma formação classista. Já chamamos a atenção, no capítulo anterior, para as características da etapa da modernidade que nos propomos aqui a estudar, e que denominamos de hipermodernidade. Se estivermos corretos em nossas análises, o desafio do movimento para incutir nos seus participantes um sentimento de pertencimento a uma mesma situação tende, provavelmente, a se tornar cada vez maior.

A formação sempre teve, como podemos ver, várias funções. Buscava motivar os participantes, fazer com que acreditassem que condições tão adversas podem produzir um resultado positivo. Acompanhamos isso lá no início, em 1981, na Encruzilhada Natalino. Por meio das mensagens de apoio das mais diversas camadas da sociedade civil, as lideranças buscavam animar os que estavam acampados, no sentido de que acreditassem que valeria a pena. Sabemos que, naquele caso específico, algumas famílias permaneceram acampadas por mais de dois anos até chegarem em definitivo ao assentamento.

A partir daí, a função técnico-organizativa era colocada em prática, o assentamento precisava funcionar. A terra precisava produzir, até mesmo para justificar uma mudança de condição: era improdutiva, não cumpria sua função social, agora produz. Como vimos acima, existe uma preocupação direta em relação a esse dado, que serve, de acordo com as próprias lideranças, de fator de convencimento das massas. O movimento se preocupava em como aparecer diante da opinião pública.

Por último, a função ideológica. Tratarei ainda desse tópico no terceiro capítulo, por se tratar do tema central da tese. Como vimos, no entanto, em função da tipicidade da organização do MST, que envolve um estar no local, às vezes por um longo tempo, as pessoas que participam necessitam de uma clareza muito grande dos motivos da participação. A questão, como vimos, é definida pelo pertencimento a uma classe. A ênfase é dada à injustiça

do sistema e os despossuídos, venham de onde vierem, lutam contra um inimigo comum e chegarão, caso sejam vitoriosos, a um objetivo também coletivo. Tal compreensão é, aparentemente, o que vem animando os membros do movimento desde o princípio e, ao longo do tempo, é o que vai dando sentido à sua continuidade.

Com a dificuldade cada vez maior de geração desse sentimento de pertencimento, como desenvolvido no primeiro capítulo, em razão da especificidade do tipo de individualismo que se desenvolve no período em que o movimento surge e se amplia, o MST conseguiu perceber a centralidade da questão da formação para a sustentação de sua existência. É muito provável que a isso se deva parte considerável do seu sucesso e longevidade em tempos nos quais prevalece a cultura da efemeridade. Avalio aqui, rapidamente, duas iniciativas que, apesar de interagirem com o jornal e o site, extrapolam esses espaços em formas de manifestação e alcance: o *Sem Terrinha* e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

O *Sem Terrinha* é uma versão do *Jornal Sem Terra* voltado especificamente, como o próprio nome tende a indicar, para as crianças do movimento. Foram publicados, ao longo dos anos de trajetória, 39 edições desse tipo de meio de informação e formação. Isso resulta, evidentemente, da compreensão do MST de que, para ter uma militância engajada com a luta histórica que empreende, e que é tão difícil, algumas concepções precisam ser incutidas no sujeito desde muito cedo. É claro que as edições têm uma formatação bastante diferente, com mais recursos a imagens e cores, menos textos, mais músicas e poesias, tentando abarcar o universo mais lúdico característico da etapa da infância. No entanto, temas caros ao movimento que estamos analisando aqui recebem uma abordagem interessante. Dentro da temática que estamos tratando agora, da solidariedade, necessária para gerar o engajamento nos participantes, temos um bom exemplo na edição de número 24, de junho de 2010.

Muitas vezes outras pessoas vêm participar conosco, às vezes nos trazem comida, roupas, pressionam o governo para que atenda nossas reivindicações. Nós também nos juntamos em outras lutas, como a das pessoas que não têm casa nas cidades. Não é justo uma criança não ter onde dormir, né? Tudo isso são práticas de solidariedade. Ser solidário não é dar aquilo que temos sobrando, mas aquilo que nos faz falta também, e por isso quase sempre os pobres são pessoas mais solidárias umas com as outras, mesmo que sejam de outros países.¹⁰⁴

¹⁰⁴ *Jornal das Crianças Sem Terrinha*, n° 24, junho de 2010, p. 1.

Ao lado da matéria encontramos um desenho de um assentamento, provavelmente feito por uma criança de uns 5 anos, não é possível precisar com exatidão. No expediente, a única informação presente nesse sentido dá conta de que os desenhos seriam obras de crianças de todo o Brasil. A publicação é parte integrante do *Jornal Sem Terra* nº 304. A linguagem, a nosso ver, busca claramente ser mais acessível ao sujeito para quem esse tipo de edição é voltado, com exemplos mais simples e palavras que exigem um vocabulário menos extenso para a assimilação do texto. O tema é aquele mesmo do qual estamos tratando aqui. Como podemos ver, há uma preocupação do movimento, desde muito cedo, e inclusive com a participação das próprias crianças, de gerar em suas mentes valores compatíveis com a luta travada pelo MST. Os níveis de eficácia não podem ser medidos aqui, visto que este trabalho tem outros objetivos e não pode demandar fôlego para pesquisar tal implicação. No entanto, a visibilidade e a longevidade do movimento são um indício de que ele consegue formar outras gerações que continuam a luta iniciada pelas anteriores e, assim, que este tipo de trabalho, mais voltado para a infância, tenha alguma eficácia.

A outra ferramenta de formação, essa voltada mais diretamente para os adultos, que queremos analisar para fechar este tópico, é a Escola Nacional Florestan Fernandes. Fundada em 2005, em Guararema, São Paulo, a instituição é considerada um instrumento importante para a formação de novos agentes, principalmente lideranças, para a continuidade da animação da luta. Vejamos a entrevista de uma liderança do movimento sobre as motivações para a sua existência:

Sempre foi uma preocupação do Movimento, desde seu início, a formação de militantes. Até mesmo para ser fiel aos seus objetivos. Uma organização que tem um caráter popular e autônomo, também tem que ter uma autonomia político-ideológica. Ao longo da sua trajetória histórica, fomos percebendo a necessidade de aprofundar alguns temas extremamente importantes para nós. E, no processo de acúmulo nas lutas que desenvolvemos, fomos incorporando novas metodologias. A Escola surge neste momento em que a luta de classes coloca para nós a necessidade de aprofundar esta formação política, preparar os quadros considerando as exigências que o momento político coloca. A ENFF é fruto de um momento histórico muito preciso de um amadurecimento do MST, e também da leitura da necessidade de que as organizações políticas que não responderam aos desafios da formação política e não prepararam seus quadros tiveram enormes dificuldades e muitas não sobreviveram.¹⁰⁵

¹⁰⁵ CONTRA a ideia da força, a força das ideias. Nina Fideles, em entrevista com Geraldo Gasparin. *Jornal Sem Terra*, nº 295, Agosto de 2009, p. 4.

Algumas partes da fala de Geraldo Gasparin são interessantes. Na concepção dele, e como temos entendido até aqui também, sempre foi uma preocupação do MST a formação dos seus membros. Disso dependeria, de acordo com a sua percepção, a fidelidade do militante em relação às causas defendidas. Apesar de ser um movimento numeroso, aparentemente é importante para o sujeito que estudamos que seus participantes tenham clareza das variáveis envolvidas na luta, pelo fato de isso torná-los ainda mais convictos também.

A escola, ainda de acordo com o trecho, é resultado de um longo aprendizado acumulado pelo MST ao longo de mais de 20 anos de existência, tanto em termos de conteúdos a serem compartilhados quanto no que diz respeito às metodologias adotadas para a realização dessa tarefa. A necessidade de aprofundamento da formação política era trazida naquele momento, ainda de acordo com Gasparin, pela configuração da luta de classes presente. Desse modo, entendemos que essa instituição responde a questões concretas que se apresentam ao movimento e demandam solução eficiente. Com relação ao que se estuda na escola, outra matéria detalha um pouco melhor para que se possa ter uma noção:

Inaugurada oficialmente no começo de 2005, a escola vem organizando cursos livres em várias áreas do conhecimento, como cursos básicos de formação de militantes, cursos de Economia Política da Agricultura, Sociologia Rural, Comunicação, Cultura e Agitprop, Teoria Política Latino-Americana, Formação de Formadores Latino-Americanos. São realizados também cursos em parceria com várias universidades públicas brasileiras, reconhecidos pelo Ministério da Educação, como graduações em Agroecologia, Pedagogia da Terra, Agronomia, Geografia, História, Direito, Especialização em Educação do Campo, Mestrado em Sociologia Rural, entre outros.¹⁰⁶

A formação ministrada na escola, como podemos ver, é bastante ampla. Vai desde o mais básico para a formação de militantes até campos como a Economia, Sociologia, Teoria Política e Comunicação, voltadas, como se pode perceber, para o espaço agrário. O curso de Agitprop, contração das palavras agitação e propaganda, deixa muito clara a vinculação marxista ainda muito forte no MST, visto que tal expressão vem de tal vertente ideológica.

¹⁰⁶ TAVARES, Joana. ENFF: uma escola em construção. *Jornal Sem Terra*, nº 300, Janeiro/fevereiro de 2010. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/300/destaque>, acessado em 11/01/2015.

Por último, é também de se levar em consideração a façanha de realizar, no espaço, cursos de graduação em diversas áreas, em parceria com universidades públicas, reconhecidos pelo MEC. Enfim, além das escolas nos assentamentos e da luta do movimento por escolas e universidades públicas de qualidade para toda a população, aqui gostaríamos de ressaltar apenas algumas iniciativas que achamos bastante significativas, de formação ideológica dos membros na busca da geração de uma mentalidade que supere aquela, hiperindividualizante e desagregadora, que apresentamos no primeiro capítulo como uma marca relevante do nosso tempo.

Desse modo, a problematização realizada no capítulo anterior, sobre a questão da confiança, começa aqui a trazer desdobramentos e, ao mesmo tempo, receber por parte do movimento alternativas para o seu enfrentamento. O engajamento em um movimento dessa natureza, que exige dos indivíduos acampados a convivência continuada por um tempo expressivo, evidentemente também carrega a exigência de níveis elevados de confiança nos sujeitos que compartilham a causa. Grande parte das vezes não há moradia adequada e a privacidade, em um acampamento, é muito pequena se comparada àquela presente em condições normais. Conviver cotidianamente em um grupo pequeno, afastado ou com dificuldades de locomoção para outros lugares, em condições de conforto restritas, torna a situação ainda mais tensa. Conviver em condições como essas exige níveis de confiança elevadíssimos dos membros do grupo.

Os vínculos que unem os sujeitos, como podemos ver na reflexão em curso, resultam de diversos elementos. Eles precisam confiar que seu engajamento resultará em algo positivo e, em função disso, há toda uma animação por parte do movimento, como pode ser notada por meio dos conteúdos veiculados no *Jornal Sem Terra* desde seus primeiros números, tentando dar sentido a uma atividade que na maioria das vezes deve ser difícil de levar adiante. É necessária, assim, a confiança na capacidade do movimento de produzir as soluções que propõe. Já lemos acima que o “avanço econômico é fator fundamental para o convencimento das massas”. Sem perspectiva clara de avançar, dificilmente alguém se predispõe a um engajamento de tal magnitude. Outro fator para a compreensão de vínculos razoavelmente fortes em um tempo inóspito para eles é a preocupação do movimento, desde o início da sua existência, com a formação ideológica de seus membros, mesmo daqueles que estão na mais tenra idade, gerando neles um sentimento de solidariedade que, boa parte das vezes, antagoniza com o individualismo contemporâneo.

2.5. A VIOLÊNCIA.

O *Jornal Sem Terra*, na maioria esmagadora dos números aqui pesquisados, tratou do tema da violência. O campo brasileiro sempre foi espaço fértil, infelizmente, para casos de agressão e morte quando o assunto é a luta pela terra. Tomemos como exemplo o ano de 1985, primeiro de existência do MST como movimento nacional¹⁰⁷. O que se encontrava no fechamento em dezembro é um número de 154 trabalhadores rurais mortos. “Nunca se matou tanto com tanta impunidade” é o que diz o subtítulo da matéria. Não estavam incluídos aí, o jornal quer que tenhamos claro, funcionários públicos, religiosos, simpatizantes e mesmo baixas do lado dos fazendeiros. É muita violência.

No ano seguinte, 1986, na edição de junho, está a matéria com o título “Jogo duro pela frente”. No subtítulo é possível ler que a

União Democrática Ruralista (UDR), porta voz do latifúndio mais violento, cresce, se organiza nacionalmente, arrecada muito dinheiro e mira a Constituinte. Sua tática agora é isolar e desmoralizar a Igreja e as lideranças dos trabalhadores rurais.¹⁰⁸

A luta, como se pode perceber, era ao mesmo tempo física e simbólica. Quando o movimento se referia à violência da UDR¹⁰⁹, estava falando em termos físicos mesmo. No corpo da matéria é possível ler que esse “pessoal que faz parte da UDR é o que há de mais violento e atrasado no meio dos fazendeiros”. Portanto, depois de um ano com mais de 130 mortos no campo, contabilizando somente trabalhadores rurais, 1986 não parecia se

¹⁰⁷ O QUE SE FEZ e o que fazer. *Jornal Sem Terra*, nº 49, Dezembro de 1985, p. 2.

¹⁰⁸ JOGO duro pela frente. *Jornal Sem Terra*, nº 53, Junho de 1986, p. 3.

¹⁰⁹ União Democrática Ruralista, foi fundada regionalmente em 1985, em Presidente Prudente, e no ano seguinte, em Goiânia, consolidada nacionalmente. Tratava-se de uma organização dos grandes proprietários rurais do país em busca de defender seus interesses na Assembleia Nacional Constituinte que se aproximava. Os pontos de pauta centrais eram a preservação do direito de propriedade, o respeito às leis do país e a manutenção da ordem. A página da organização já não se encontra mais ativa.

apresentar mais fácil. No número final, de dezembro, a quantidade de pessoas mortas aumentaria para 217¹¹⁰.

É de se esperar, infelizmente, que uma forma de mobilização que incorra no questionamento da noção de propriedade agrária, em um país em que tais relações são tão arraigadas, corresse tais riscos. Principalmente quando o questionamento à propriedade se dá por meio do corte da cerca e da entrada na terra. Isso cria um clima, por si só, de enorme tensão. Portanto, essa violência, que já chegou a chacinas como a de Eldorado dos Carajás, inevitavelmente atingiria uma forma de organização que adota tais práticas.

Por outro lado, se o jornal denunciava o caráter agressivo dos grandes latifundiários em relação aos participantes do MST, também deixava transparecer que os grandes proprietários e o próprio Estado entendiam suas atividades como violentas, e mesmo criminosas. A própria CPMI da Terra, como mostramos no primeiro capítulo, teve em seu relatório final a sugestão de equiparar a invasão de terras ao crime de terrorismo. Quando alguém tem um documento que comprova a propriedade de algo e outro ocupa tal espaço, isso pode ser considerado, por quem tem o papel na mão, arbitrário. Como se percebe, não é uma relação fácil de administrar a dos membros do movimento com os grandes proprietários e o Estado.

No entanto, cabe ressaltar o que já delimitamos no primeiro capítulo: essa violência, praticada tanto pelos membros do movimento ao cortar a cerca, quanto pelo latifundiário ou pelo Estado que reintegra por vezes de forma truculenta, nós denominamos aqui de subjetiva. Ela fica evidente na tensão entre grupos sociais que batalham de forma tão acirrada por espaços físicos e simbólicos. No entanto, ela é praticamente absoluta se a enxergamos a partir de um marco zero de violência, em um espaço no qual não se encontra nenhuma anterior. Não entendemos que este seja o caso aqui. Há, na nossa concepção, aquilo que chamamos no primeiro capítulo, por meio de Slavoj Žižek, de violência objetiva, e de Milton Santos, de violência sistêmica ou estrutural. Ela, como dissemos, é a forma de violar que faz parte do próprio sistema no qual estamos inseridos e, por isso mesmo, não é positivamente perceptível da mesma forma que a outra. No entanto, como já trabalhamos no texto, ela se encontra por aí e autores como Bauman e Lipovetsky afirmam que ela tende a aumentar com a consolidação do capitalismo no processo que se denominou de globalização. Sem alternativa de

¹¹⁰ MORTES no campo já chegam a 217. Caso Vilmar ainda não esclarecido. *Jornal Sem Terra*, nº 58. Novembro/Dezembro de 1986, p. 13.

organização, tal modelo econômico vai se apresentando como única alternativa de sociabilidade e, desse modo, vamos naturalizando cada vez mais suas relações, que já não têm nenhum modelo paralelo que se apresente como alternativa. No entanto, o sistema é violento. Desde muito cedo o *Jornal Sem Terra* também denuncia a violência objetiva ou estrutural presente no sistema e, aparentemente, desde o começo com muita clareza de que isso é agressivo. Voltemos à configuração do acampamento em 1981 e poderemos perceber isso:

Somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura, e é isso que sabemos fazer.¹¹¹

Aí estava, de forma nítida, na citação: “Desse jeito já não conseguíamos mais viver”. Um sistema que destina uma parte dos indivíduos que vivem sob sua lógica a não conseguir viver é, objetivamente, violento. Viola o que é mais fundamental para qualquer ser: a vida. Se ele impossibilita a uma parcela significativa de seus membros produzir e reproduzir a sua existência, viola o que há de mais elementar. Aquela situação, evidenciada por Bauman, de incerteza, insegurança e ansiedade está aí. A vida dos indivíduos que se encontravam no movimento naquele momento “traz muita insegurança”. E sabemos que ela seria continuamente aumentada com o passar das décadas, em uma sociedade cada vez mais fluida, líquida, de relações cada vez mais incertas. A violência objetiva maior, no entanto, presente na citação, provavelmente se encontra na afirmação de que “muitas vezes não se tem o que comer”. Um modelo que perpetua relações que possibilitam que alguns de seus membros, em algumas ocasiões de suas existências, não tenham o que comer, é violento. Essa é uma violência que aqui denominamos objetiva.

Outro exemplo de um grau significativo dessa violência que podemos encontrar, dentre os vários, nós também retiramos do início da luta. Na sua edição de junho de 1981, o *Jornal Sem Terra* publicou trechos de reportagem do jornal *Zero Hora*. Nele se pode ler:

¹¹¹ CARTA dos colonos acampados em Ronda Alta. *Jornal Sem Terra*, nº 1, Maio 1981, p. 1.

Diante da cova de Loivaci Pinheiro – a menina de quatro meses que morreu de subnutrição e broncopneumonia em Ronda Alta na quinta-feira – os colonos sem terras acampados em Encruzilhada Natalino fizeram duas promessas: primeira, que a próxima criança que morrer no acampamento será velada na frente do Palácio Piratini; segunda, que o governo tem um prazo de no máximo quinze dias para resolver a situação dos agricultores. (...) O acampamento fica a 18 Km do hospital e os colonos não têm como se deslocar para lá em caso de urgência. Não há atendimento médico sistemático no lugar e a única maneira é esperar pelo ônibus que às vezes demora três a quatro horas. E, com o frio, a falta d'água (o açude da zona está secando), a humidade das barracas, tem crescido em muito o número de crianças e adultos que precisam ser internados.¹¹²

A situação descrita no trecho é o que estamos denominando aqui de violência objetiva. Se enxergarmos a morte da menina como uma fatalidade do destino ou como resultado da irresponsabilidade da mãe que expôs a filha a condições inadequadas de moradia, então só conseguiremos enxergar violência nas ações dos membros do movimento de cortar uma cerca e ocupar um espaço, ou do Estado em colocar a polícia para interagir com esses sujeitos de forma mais truculenta. Partimos de um marco zero, mas ele na verdade não existe. Existe uma menina de quatro meses que está sendo sepultada porque alguma coisa no sistema permite esse tipo de relação. É plenamente compreensível o que acabamos de ler na citação. Vez por outra, 34 anos passados, assistimos a uma reportagem televisiva sobre a saúde pública em nosso país. Sabemos que ainda não existem motivos para comemorações exacerbadas, apesar de avanços terem sido produzidos, provavelmente, por todos os governos posteriores a esse período.

Um Estado que deixa que uma criança tenha a vida ceifada como teve, com prognósticos ruins para a sequência, é violento. É muito importante que isso fique claro aqui, pois é um dos elementos centrais da minha tese. A violência objetiva é um fator extremamente relevante para que entendamos a ação de boa parte dos movimentos sociais. Quanto mais violência os indivíduos sofrem, mais radicais eles parecem tender a ser. Como a maioria das pessoas naturalizou a forma de violência aqui tratada, considerando-a um preço normal, no máximo desagradável, a pagar pela forma de vida que estabelecemos, desde que não aconteça com pessoas próximas, elas tendem a achar os membros do movimento absolutamente violentos. Violar uma cerca, entrar na terra de outra pessoa, tudo isso é muita radicalidade. A falácia se encontra exatamente em não admitir que o que conduz o sujeito social a realizar atos tão radicais, e que provavelmente atentam contra a moralidade da grande maioria dos participantes, é uma violência praticada anteriormente contra eles pelo sistema

¹¹² PROTESTO dos agricultores. *Jornal Sem Terra*, nº 3, Junho 1981, p. 4.

social que é excludente, que não permite que possuam o mínimo para viver com dignidade, que massacra o sujeito.

Com relação ao tema da violência, portanto, nosso ponto de vista é categoricamente este: ao tratarmos dos estudos de movimentos sociais, das lutas desenroladas nos tecidos sociais entre sujeitos concretos, não podemos ter em mente somente os atos que se desdobram no momento de atuação dos agentes. Ocorre que algo conduziu homens e mulheres para o embate com outros. Tal situação é, grande parte das vezes, incômoda e gera para o indivíduo toda uma série de transtornos no seu cotidiano. No caso do movimento aqui tratado, seus participantes diretos vivem, quando acampados e até em um período de assentamento, em condições bastante precárias. A pergunta é, portanto: o que os conduziu até aí? Nossa resposta é simples: violência. Foi uma estrutura de organização social violenta que criou tal disposição dos sujeitos, inserindo uns em espaços de abundância e outros nos de precariedade. É preciso lembrar, no entanto, que ao se encontrar sem total perspectiva, os indivíduos provavelmente não se entregarão ao rumo da sorte para morrer de inanição. Forçados por condições adversas, alguns desses homens e mulheres se rebelam. Sua rebeldia provavelmente terá um tamanho bem parecido com o do seu desespero. Serão violentos em alguma medida. Não têm muitas opções a não ser isso. Entram na luta. Cortam as cercas e ocupam as propriedades. Ao naturalizarmos a total ausência de dignidade na qual vivem seres humanos em todo o planeta, entenderemos que aquele que corta a cerca começa uma situação violenta, e sofrerá de volta as consequências do que ele mesmo começou. Se entendermos que não pode ser natural alguém viver em um espaço sem qualquer possibilidade de produção de uma vida digna, concluímos que o ato é uma resposta, ainda que na forma de uma violência subjetiva, contra uma violência anterior, objetiva, realizada pela teia social à qual ele pertence. Na presente tese optamos pela segunda leitura.

2.6. A RELAÇÃO COM O ESTADO.

O MST é um movimento que, desde o seu início, tem uma interlocução direta com o Estado, em suas diversas instâncias e poderes. Tomemos, por exemplo, o início das mobilizações na Encruzilhada Natalino. Enquanto o principal interlocutor do ponto de vista mais direto parece ser o Palácio Piratini, o acampamento sofre intervenção, em certo período, como já foi dito acima, do governo federal. Não nos esqueçamos de que, mesmo que bastante enfraquecida, ainda estamos no período da ditadura militar. Em um dos encontros do

movimento com o governo estadual, no entanto, vamos encontrar uma relação desgastada. Vejamos isso em uma citação:

O Governo do Estado tem afirmado constantemente, que o “Movimento dos Sem Terra não se trata de agricultores necessitados, mas de gente mandada. E, que no acampamento da Encruzilhada Natalino tem de tudo: vagabundos, oportunistas e, até mesmo criminosos”. Na tentativa de justificar o seu ponto de vista, as autoridades do Estado entregaram à imprensa, recentemente, o resultado de mais um levantamento. Desta vez, feito pela Fundação Sul-Riograndense de Assistência. Aliás, esta tem sido a maior preocupação do governo: investigar a vida dos colonos (com este último já somam mais de cinco), que penúriam à beira da estrada, reivindicando apenas um pedaço de terra para produzir.¹¹³

Percebemos que a acusação de que quem participa do movimento é oportunista, que não tem tradição de lida com a terra e que só pensa em benefícios imediatos não é recente. Desde os primeiros momentos da organização tal imagem serviu para tentar deslegitimar a luta, da parte de quem, ao que parece, tinha dificuldade para efetivar na realidade os anseios daqueles que reivindicavam. Na Encruzilhada tem de tudo, “vagabundos, oportunistas e até mesmo criminosos”. De todo modo, as lideranças denunciam uma preocupação que eles entendem que é muito mais burocrática do que concreta. O desejo de solucionar, de fato, o problema dos acampados não é sentido com sinceridade por parte de quem está se mobilizando. É, nitidamente, uma luta de representações. De um lado, quando as instâncias governamentais deslegitimam o direito dos demandantes, elas, pelo menos por um tempo, ganham terreno com uma parcela da população mais conservadora e que, provavelmente, se sente incomodada com o grau de questionamento da noção de propriedade privada levado a cabo pelos sujeitos que ocupam/invadem. Do outro, os líderes do acampamento descrevem uma exaustiva preocupação com essa catalogação, pois ela parece revelar, a princípio, uma menor intenção de assentar de fato as famílias e – o que é mais grave – de usar os resultados da catalogação para criar uma imagem deturpada e irreal dos homens e mulheres que ali se encontram. É um jogo de forças complexo.

Na sequência da matéria, os líderes problematizam certos dados que questionam a situação de alguns dos assentados em relação à propriedade anterior de bens e de possíveis complicações com a justiça, o que possibilitou a inserção da expressão “criminosos” dentre os termos utilizados. O que é lembrado, no entanto, no corpo do texto, é que tais afirmações não são comprovadas da forma devida e, o mais importante: as pessoas que não se enquadrariam

¹¹³ GOVERNO usa de má fé para fugir do problema. *Jornal Sem Terra*, nº 4. Junho de 1981, p. 4.

nas condições para o assentamento chegariam a pouco mais de dez por cento dos participantes, “o que não retiraria o direito da ‘esmagadora maioria dos Sem Terra’, como conclui o próprio relatório, de serem assentados em terras do Estado”.

O que se pode ver, desse modo, é uma relação sempre tensa entre poder público e movimento. É compreensível que a desapropriação, ainda dentro da ditadura militar, ainda seja algo de difícil realização. As relações ainda são conservadoras e, como dissemos, aqui se está questionando uma das bases do Estado capitalista, modelo nitidamente defendido pelo projeto do Regime Militar. Compreendemos, portanto, os motivos do tensionamento entre movimento e poder público. No entanto, como analisamos aqui, com um olhar retrospectivo, também sabemos que esta é uma experiência bem-sucedida. Sabemos, como dito acima, que em 1982 diversas dessas famílias migraram para uma gleba de terra adquirida pelas igrejas católica e luterana e que, com a eleição de novo governador, no ano seguinte, finalmente as terras aguardadas foram adquiridas e os sujeitos que suportaram o processo inteiro, assentados. O embate, portanto, valeu a pena, apesar de longo e duro. No decorrer do tempo, é bom ressaltar, além das igrejas citadas, outras entidades diversas, como centrais sindicais, movimentos de outros estados e lideranças políticas foram se aglutinando. O que se pode perceber, na verdade, é a composição de uma força heterogênea de confiança entre esses grupos de confluência que possibilitou aos participantes do movimento que eles sentissem que não estavam sozinhos e que sua luta poderia surtir algum efeito concreto.

É preciso lembrar que estamos em um período de reabertura. O movimento, assim como diversos outros mais à esquerda, se engajou na luta pelo fim da ditadura, pela redemocratização e pelo retorno das eleições diretas. Poderíamos pensar, portanto, que existia um otimismo da parte dos membros do movimento em relação ao diálogo com um Estado devidamente democrático e que o problema, portanto, estaria exatamente na truculência por parte da ditadura militar. Não parece ser o caso. Ainda em 1984 é perceptível o tom dado pelo movimento sobre sua relação com o Estado, que marcará sua história de forma substancial. A edição de abril de 1984¹¹⁴ traz, como matéria de capa, o título “Diretas e Reforma Agrária Já!”. A matéria fazia referência à emenda constitucional que previa o retorno das eleições diretas e que tinha sido derrotada no Congresso Nacional em uma manobra da ala mais conservadora. No corpo do texto aparecia a relação de todos aqueles que não votaram a favor do pleito e que foram, na edição, responsabilizados pelo adiamento do processo. Nota-se,

¹¹⁴ *Jornal Sem Terra*, nº 35. Abril de 1984.

portanto, o engajamento desses sujeitos com a causa eleitoral, com a reabertura, com a democracia.

No entanto, ainda nesse mesmo número, na matéria de título “No alto da luta, o latifúndio improdutivo”, que apresenta um debate entre lideranças do movimento em Cascavel, no Paraná, vamos encontrar a seguinte pergunta: “Vocês acham que as eleições podem trazer a reforma agrária?” A resposta, que segue na íntegra, nos dá uma chave de leitura interessante:

O povo deve se engajar na luta por eleições diretas, pois é um espaço para fortalecer a nossa organização. Mas isso não vai resolver a situação. Nós precisamos continuar nos organizando nas delegacias sindicais, nas comunidades, dentro do movimento popular e sobretudo dentro de um partido político, pois é um partido político que nos dará força para derrubar essa ditadura militar.¹¹⁵

A pergunta era sobre a reforma agrária, se ela seria trazida pelas eleições. A resposta é ampla, termina falando de ditadura militar, que em abril de 1984, já se mostra praticamente sem força nenhuma. No meio, no entanto, acho que está o ponto que precisamos ressaltar: “isso não vai resolver nossa situação”. Aparentemente, para as lideranças dos sem-terra não será um Estado mais democrático que garantirá, necessariamente, o acesso à terra para quem mais precisa dela. A luta, portanto, é pedagógica. Ela deve ser um espaço de formação do sujeito para o embate em outras frentes. Simboliza o aprendizado necessário para seguir a luta que, da forma como lemos aqui, ainda é o ponto essencial para a mudança de situação. O Estado não é, ainda, e não é possível precisar se um dia será, um interlocutor merecedor de confiança.

A inserção do movimento em um partido também é sugestiva. Os militantes parecem sentir uma necessidade crescente de politização. Na edição de dezembro desse mesmo ano e janeiro do seguinte, o presidente do Partido dos Trabalhadores, o PT, Luiz Inácio Lula da Silva, deu uma entrevista ao jornal, depois de ter falado para as lideranças dos sem-terra reunidos em São Paulo. O título da matéria, “Luta pela Reforma Agrária interessa a toda a sociedade”, reflete a tese de Lula, apresentada no corpo, de que a organização fundiária brasileira atinge tanto trabalhadores do campo quanto da cidade. Historicamente o movimento manteve uma proximidade com o PT, apesar de também dialogar com outros partidos, como é o caso do PMDB. A proximidade com Lula, no entanto, foi um elemento que nos conduziu a

¹¹⁵ CAMPIGOTO, Antoninho. No alvo, o latifúndio improdutivo. *Jornal Sem Terra*, nº 35, Abril de 1984, p. 14.

estabelecer o recorte final da nossa pesquisa até os governos petistas, exatamente para avaliar como fica tal relacionamento depois que a esquerda se estabelece no poder central do país.

Como podemos ver, a simples instauração do Estado Democrático não é fator para, definitivamente, os membros do movimento se mostrarem otimistas em relação à reforma agrária. A relação desses sujeitos com as instâncias políticas foi, desde o começo, desconfiada. Lembremo-nos que o primeiro grande assentamento teve que esperar mais de dois anos de acampamento para se consolidar, de 1981 a 1983. Mas, aparentemente, a compreensão pouco ingênua dos militantes dessa causa no que diz respeito às mudanças pela via política não decorre só de experiência malogradas. Existe, por trás disso, certa percepção ideológica. Vejamos o que se pode ler sobre a relação entre movimento e Estado no ano de 1986:

Para nós, não nos surpreende o fato do governo não ter feito praticamente nada, porque sempre acreditamos que a Reforma Agrária é resultado da pressão dos trabalhadores. A história da Reforma Agrária em outros países (e as poucas desapropriações no país) mostram que esta é uma verdade incontestável.¹¹⁶

Mais de cinco anos depois do início na Encruzilhada Natalino, as lideranças do MST não se surpreendem mais com a omissão das instâncias políticas em relação à sua causa. Existe uma “verdade incontestável” na opinião do movimento: a reforma agrária é o resultado da pressão dos trabalhadores. Quem demonstra tal verdade a quem escreve? A história e as poucas desapropriações no país. As mudanças, de acordo com aqueles que lideram e geram as representações do movimento, só ocorrerão a partir das ações concatenadas dos seus membros. Como já dissemos, o MST é uma forma de organização que questiona um dos alicerces mais fundamentais da sociedade na qual vivemos: a propriedade privada. Não é de se estranhar, portanto, que avance com mais dificuldade, tendo que vencer obstáculos consideráveis se comparados àqueles presentes diante de outros sujeitos sociais.

¹¹⁶ EXECUTIVA NACIONAL do Movimento Sem Terra. Um ano de mentiras. *Jornal Sem Terra*, nº 57, Outubro de 1986, p. 2.

Quando pensamos, por exemplo, no movimento feminista, percebemos avanços significativos em termos de legislação e de mudança de representação no período que aqui está sendo estudado. Os obstáculos a tal forma de organização são imensos em função do patriarcalismo tão arraigado no nosso tecido social. No entanto, quando avaliamos melhor os avanços, como a inserção da mulher em espaços que antes ela não ocupava, a equiparação salarial crescente, a redução sensível do preconceito de gênero, percebemos que tais alterações não representam grandes riscos para a manutenção da ordem econômica vigente. Ao contrário, o que se percebe é uma acomodação das relações de produção, a criação constante de nichos de mercado mais específicos, entendendo a mulher como uma consumidora com grande potencial, respondendo às suas necessidades e, como é característico do sistema capitalista, criando continuamente novas demandas para um grupo que cada vez mais cresce em importância.

O MST questiona um elemento basilar para a relação econômica, que é a própria noção de propriedade privada. Sua luta, portanto, é provavelmente a mais árdua e lenta que acompanharemos, pois na concepção das lideranças, cada passo só vai sendo efetivado a fórceps, sob pressão, na base da reação às ações instauradas pelos próprios membros em sua constante mobilização. Vejamos uma fala presente em edição no ano da Constituinte, com a percepção nítida do jogo de forças que se está enfrentando: “Já não resta mais nenhuma desculpa para o governo da burguesia. Para nós, trabalhadores rurais, a reforma agrária será do tamanho da nossa organização e da nossa força.”¹¹⁷

Surge uma expressão reveladora no trecho: burguesia. O vocabulário de classe vai ficando cada vez mais nítido no movimento, que foi se preparando para mostrar, mais perceptivelmente, traços típicos de uma forma de mobilização classista. A questão vai se evidenciando em um jogo entre grande proprietário rural, membro da elite, que vai lutar para manter sua condição de dominador, e os trabalhadores rurais sem-terra, despossuídos, que não têm alternativa para alterarem a sua condição de vida a não ser a luta ferrenha na busca de um pedaço de terra. Latifúndio contra explorado. A polarização vai se tornando cada vez mais intensificada. Não existem desculpas. O Estado não fará a reforma agrária por um motivo muito simples: ele governa para quem governa. É uma organização política que visa a manutenção de certas relações de classe que permitem a perpetuação do domínio de um grupo social pelo outro.

¹¹⁷ AVANÇAR na articulação. *Jornal Sem Terra*, nº 70, Fevereiro de 1988, p. 2.

Aqui, sem muita exigência teórica, podemos perceber a influência da ideologia marxiana. A concepção de Estado e de funcionamento político como forma de proliferação da dominação de um grupo econômico sobre outro fica bem perceptível. É o governo de uma classe. Pelo que se pode perceber, ele é realizado em detrimento da outra. É por isso que não se deve esperar das instâncias dirigentes, em uma sociedade de classes, que os interesses dos menos favorecidos sejam levados, de fato, em consideração. Para revigorar a compreensão que o marxismo nos traz a este respeito, vejamos uma fala curta do próprio Marx, em sua obra *A ideologia alemã*:

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei.¹¹⁸

Marx denuncia no fragmento uma ilusão, aquela segundo a qual o aparato estatal é uma instância separada, acima das demais instituições sociais, que supera as contradições presentes na sociedade civil e consegue atuar para que o todo atinja uma situação por vezes denominada de bem comum. O fundador do materialismo histórico-dialético nos apresenta o Estado como um instrumento de dominação de classe.

Podemos, portanto, a partir da citação, perceber certa proximidade na percepção dos líderes do movimento em relação ao o marxismo ao se dirigirem a quem toma as decisões políticas como “governo da burguesia” e demonstrarem bastante ceticismo em relação às possibilidades de mudanças a partir das vias políticas. . Apresentamos anteriormente, neste mesmo capítulo, a carga de terminologia do materialismo histórico que pudemos encontrar nas representações do movimento. É evidente que isso não aparece nos documentos por acaso e que, nesse aglutinado de formação, por meio do contato entre movimentos sociais muito distintos, mas que se posicionam todos mais à esquerda no processo de luta, ocorreu a incorporação de tais concepções por parte das lideranças, que difundem para as pessoas que procuram atingir. É interessante ressaltar que a tiragem desse número, especificamente, foi de 30 mil exemplares. A busca de atingir consciências é clara.

¹¹⁸ MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 74.

A partir da concepção de Estado demonstrada, segue-se, por consequência, a conclusão da citação: “a Reforma Agrária será do tamanho da nossa organização e da nossa força”. Como não existe possibilidade de uma organização política que esteja acomodada sobre uma sociedade de classes defender os interesses dos grupos economicamente sobrepujados, a reforma agrária será do tamanho da pressão do movimento. Sem ocupação, sem tensão, sem incômodo social, sem sair da zona de conforto, nenhum avanço significativo parece ser esperado. Esse não é o tipo de mudança que o movimento inicia e que, de uma geração para a outra, por força da própria dinâmica da lei, verá efetivada com grandes ganhos. Cada espaço ocupado é uma batalha. Analisamos uma publicação de 1988, lembrando que começamos a nossa história em 1981, e os líderes já deixavam claro que as desapropriações eram absolutamente insuficientes. Eles percebiam no jogo de forças da nova Constituição que a lei não iria avançar para onde queriam. Se realmente tinham alguma percepção marxista, e é o que nos parece, demonstravam coerência.

A constatação de que a reforma possível seria aquela feita pelo movimento era, ao mesmo tempo, um testemunho de otimismo e uma sentença dura. Há otimismo quando não se percebe na escrita um fatalismo, que conduz ao desânimo ou desistência, mas, ao contrário, uma conclamação para a continuidade dos embates. Uma fala que carregava dureza, no entanto, colocava nos integrantes do movimento o mais alto grau de responsabilidade em relação às transformações não só de suas situações, mas da organização fundiária do país. Os participantes do MST não estavam sendo convidados, naquele momento, apenas para lutar pelo seu pedaço de terra, particularmente. O chamado, muito mais amplo, era para a realização da reforma agrária. Como pudemos comentar no primeiro capítulo e em partes do presente, o movimento exige dos seus membros um nível muito grande de confiança, tanto uns em relação aos outros quanto nas possibilidades de ultrapassar situações adversas. Como também já vínhamos afirmando, tais níveis de confiança tendem a se tornar cada vez mais difíceis de serem gestados nas sociedades contemporâneas, de acordo com os teóricos com quem estamos aqui dialogando e, na maioria das vezes, concordando.

Existe uma tendência, diante da violência subjetiva causada pela necessidade do movimento de pressionar para ver esse estado de coisas mudar, de reverter a lógica de criminalização das suas ações. Também falamos sobre isso no primeiro capítulo, a partir da reflexão de Loïc Wacquant. A resposta mais imediata do Estado, na ocasião da Encruzilhada Natalino, foi de desqualificação das pessoas que lá se encontravam. Uma das “acusações” que se faziam para deslegitimar alguns dos participantes da ocupação era vinculá-los a possíveis

pendências com a justiça. Prender os pobres quando estes reivindicam, eis uma das ações exercidas pela repressão governamental e dos proprietários rurais.

Ao comentar a Constituição de 1988, na edição de setembro desse ano, o MST avaliava o que julgava um retrocesso na legislação sobre a reforma agrária. Vejamos a citação:

Uma lei que tornou a luta pela reforma agrária “ilegal” não pode, não deve e não será respeitada. Para a UDR, para o Centrão, para o governo as ocupações agora serão ilegais. Mas legítimas para os trabalhadores que lutam por terra, pão, saúde e educação da família.¹¹⁹

Temos aí a presença de uma força já conhecida do movimento, que ele já anunciava como alguém que “endureceria o jogo”: a UDR. Além dela, o chamado “centrão”¹²⁰, representando partidos que coadunam com a direita mais truculenta em relação ao movimento. O resultado desse jogo de forças, em um Estado que as lideranças vinham denunciando como instrumento de classe, só poderia resultar na repressão. Foi o que aconteceu. As ocupações, a partir dali, seriam consideradas ilegais. O que a citação faz ressoar é algo que havíamos tratado na nossa dissertação de mestrado¹²¹: existe uma diferença entre legalidade e legitimidade, e ela deve ser levada em consideração quando se estuda um movimento social. O Estado pode até passar a considerar a prática do movimento ilegal, e criminalizá-la, procedimento que vai e volta na legislação brasileira, e voltaria a acontecer com mais força no governo de Fernando Henrique Cardoso. A questão é que isso não faz de tal prática algo errado do ponto de vista da aceitabilidade pelo tecido social. Em momentos de grande tensão de grupos, um sistema jurídico pode se mostrar obsoleto e outro pode estar em

¹¹⁹ O CAMINHO para a Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*, nº 76, Setembro de 1988, p. 2.

¹²⁰ “Centrão” pode ser definido como um movimento pluripartidário de deputados e senadores da Constituinte de 1987/1988, formado basicamente por partidos de centro-direita e por parcela significativa do PMDB. Dentre os partidos representados na Constituinte de 1988, os que tiveram maiores percentuais de parlamentares que atuaram no “centrão” foram o PDS, seguido do PTB, do pequeno PDC e do PFL. É pertinente a existência de associação entre pertencimento ao Centrão e inclusão no campo da “direita” nas diversas avaliações sobre o comportamento político dos parlamentares. O “centrão” comportou-se de maneira coesa e simetricamente oposta a outras forças atuantes na constituinte em votações referentes aos direitos sociais dos trabalhadores, e à questões econômico-financeiras, com apenas 7,7% dos seus membros favoráveis ao monopólio da distribuição do petróleo, e 15,3% à reforma agrária, contra 89,1% e 98,2 das esquerdas, respectivamente. MARCELINO, Daniel; BRAGA, Sérgio & DOMINGOS, Luiz. Parlamentares na constituição de 1987/88: uma contribuição à solução do enigma do “Centrão”. *Revista Política Hoje*, vol. 18, nº 2, 2009, p. 239-279.

¹²¹ SILVEIRA, Cássio Rodrigues. *Entre a legalidade e a legitimidade: representações sobre a luta pela terra no Assentamento Nova Tangará*. Op. cit..

gestação. Quem força o novo, no entanto, ainda se encontra no campo da ilegalidade, mesmo que esteja em consonância com os anseios coletivos.

As lideranças do MST, portanto, entendiam que sua principal prática, que consiste em ocupar a terra para pressionar as autoridades em função da desapropriação e realização da reforma agrária, era legítima. Legítima “para os trabalhadores que lutam por terra, pão, saúde e educação da família”. É muito provável que aí se encontre o elemento de legitimidade na percepção das lideranças. Em uma luta com forças desiguais os membros do movimento precisam de visibilidade, portanto se viam no direito de continuar com sua tática de pressão. Mesmo com as leis estabelecendo que determinadas ações são ilegais, é legítimo e correto, do ponto de vista do jogo social, praticá-las. Essa é a tensão presente não só no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, mas em diversas formas de mobilização ao longo da história.

A principal justificativa para a luta, aparentemente, continua sendo a instauração de maiores níveis de justiça social. As lideranças costumam deixar claro, em diversas publicações que pudemos acessar, que a distribuição mais adequada da terra é condição essencial para a resolução de outros problemas crônicos que assolam o país. Pode-se ler, no número 135, de abril de 1994, a seguinte ideia: “Segundo D. Mauro Morelli, coordenador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, ‘o assentamento de trabalhadores rurais seria uma das principais formas de combate à fome, à miséria e ao desemprego no país.’”¹²²

Como podemos perceber, a melhor distribuição fundiária no país traria benefícios, segundo a compreensão do MST, para um espectro mais amplo do tecido social. “Uma das principais formas de combate à fome (...) e ao desemprego” é um argumento e tanto, que extrapola mesmo a delimitação tipicamente agrária do movimento. Outra justificativa forte para uma intervenção mais efetiva e para a realização ampla da reforma agrária no país é o fim da violência no campo. Em matéria que trata especificamente do tema, no número 151, de setembro de 1995, podemos ler que as causas de elevadíssimos números referentes à violência no espaço rural são, dentre outras,

1. A estrutura injusta da propriedade da terra no Brasil e a enorme desigualdade social existente cria um clima permanente de tensão social.
2. A falta de medidas concretas e massivas de reforma agrária. O governo (através do Incra) não pode continuar fazendo uma desapropriação por mês,

¹²² LEITE, Sérgio. Reforma Agrária e Geração de Empregos. *Jornal Sem Terra*, nº 135, Abril de 1994, p. 3.

achando que é reforma agrária. É preciso um amplo processo que alcance milhares de famílias.¹²³

A tensão no campo, que produz, de acordo com o movimento, verdadeiros massacres, se deve a uma estrutura injusta da propriedade e à enorme desigualdade social. Tais situações, como vemos, vêm sendo denunciadas pelo MST desde sua origem, quando ainda não tinha esse nome, na Encruzilhada Natalino. É preciso dar fim a tal situação, sob pena de se perpetuar a violência no espaço agrário.

Além do mais, e aí retomamos a relação entre MST e Estado para irmos fechando este tópico, existe uma tentativa de ludibriar a sociedade por parte do governo. Com todas as letras: realiza-se uma desapropriação por mês e se noticia isso como reforma agrária. Tal forma de “solucionar” o problema não trará resultados efetivos, de acordo com a compreensão do movimento. O que tem sido cobrado, desde muito cedo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, é uma efetiva reforma agrária, uma ação de governo que definitivamente mude a configuração do campo em todo o país. Os argumentos são continuamente apresentados: só a efetiva modificação da estrutura fundiária pode, realmente, resolver problemas sociais historicamente arraigados na nossa sociedade, tais como o desemprego e a fome; o fim da violência no espaço rural exige que o Estado se posicione de uma vez por todas sobre esse assunto, de forma efetiva, e não fazendo, como denuncia o *Jornal Sem Terra*, uma desapropriação por mês.

Como se vê, desde o primeiro acampamento noticiado pelo jornal, nosso documento central, a relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra com o Estado é complexa. No início, no entanto, houve uma vitória em 1983, e o que era algo regional, no sul e parte do sudeste, vai se nacionalizando. Além disso, a vinculação desde muito cedo com a CUT parece ter inserido no MST uma forte influência do pensamento marxista, que já procuramos demonstrar pouco acima. Com o passar dos anos, com governos que vão apontando para rumos cada vez mais neoliberais, mais abertos ao capitalismo internacional, sobretudo na figura de Fernando Henrique Cardoso, a linguagem do jornal vai ficando mais especializada no uso dos termos econômicos. Vejamos um trecho da edição de setembro de 1996:

Já é hora desse governo ser honesto com a sociedade e reconhecer que não está querendo resolver os problemas agrários que se intensificam por todo o

¹²³ PARA ACABAR com a violência no campo. *Jornal Sem Terra*, nº 151, Setembro de 1995, p. 2.

país. Aliás, o aumento da tensão social no campo tem como causa mais recente o resultado da política econômica do governo aplicada à agricultura.¹²⁴

De novo a acusação de dissimulação. O governo quer fazer parecer que quer resolver os problemas do campo, mas isso não é verdade. É uma denúncia categórica do jornal. De novo há uma nítida descrença em relação à capacidade/vontade do Estado de fazer as mudanças que são necessárias para resolver de vez essa questão. No entanto, na percepção do *Jornal Sem Terra*, os problemas são agravados pelas próprias práticas governamentais: a política econômica do governo vem sendo aplicada à agricultura. Como eu já disse acima, a leitura mais frequente realizada sobre os mandatos de Fernando Henrique Cardoso tende a classificar sua gestão como mais afinada ao neoliberalismo. É um modelo que implica um enxugamento da máquina estatal e uma dinamização da economia, diminuindo a regulação e estimulando a entrada de capital externo. Para o movimento, há perda nas relações no campo quando tal política é adotada. Em análise de período posterior do mesmo presidente, encontraremos a seguinte avaliação:

Qual é a verdadeira situação dos trabalhadores na agricultura brasileira? Todos os dados oficiais e as notícias de jornais revelam que estamos diante de uma situação social muito grave. O governo vem adotando uma política econômica que viabiliza um modelo agrícola voltado apenas para as grandes fazendas, o mercado externo e a subordinação total da agricultura aos interesses das multinacionais.¹²⁵

Aí o *Jornal Sem Terra* deixa mais clara qual é a política econômica por ele tão criticada: é o oposto do que se espera que o campo seja depois de uma real política de reforma agrária. O MST lutou, durante toda a sua existência, pela ampliação dos espaços no campo para aqueles que realmente precisam da terra para viver. Um retorno ao primeiro acampamento nos possibilita lembrar disso. Gente que tinha suas raízes na terra, que dependia dela para viver, que não sabia fazer outra coisa e que já vivia em situação degradante. A terra, no entanto, se encontrava nas mãos daqueles que não necessitavam dela, que moravam na cidade, que tinham alguma afinidade com quem detinha o poder político. Isso era considerado injusto na década de 1980, lá no seu início. O movimento não mudou, e continua achando

¹²⁴ GOVERNO deveria priorizar a solução dos problemas agrários. *Jornal Sem Terra*, nº 162, Setembro de 1996, p. 2.

¹²⁵ DIREÇÃO NACIONAL do MST. Um governo vergonhoso! *Jornal Sem Terra*, nº 214, Setembro de 2001, p. 2.

essa forma de disposição de propriedade equivocada. Portanto, um modelo econômico que privilegia grandes fazendas, o capital externo e as multinacionais com toda certeza não tem absolutamente nenhuma correspondência com aquilo que sempre foi almejado pelo movimento. Chegamos, assim, ao momento de maior tensão social da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Desse modo, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que o MST intensificou realmente suas ações, tornou a luta mais firme. Mês a mês o jornal trazia um editorial com críticas ferrenhas ao governo, às suas opções econômicas, à ausência de compromisso com a reforma agrária. Em 2000, em meados do seu segundo mandato, o balanço feito pelo movimento em relação ao presidente é contundente, sem excluir as injustiças históricas que sempre marcaram a sociedade brasileira.

É verdade que nossa sociedade sempre foi injusta. Como em toda sociedade capitalista, o pobre sempre foi explorado e humilhado. E a classe rica, cada vez mais gananciosa, reprime o povo e se submete aos interesses do capital internacional. Mas, desde 1994, com o governo neoliberal de FHC, os problemas se agravaram ainda mais.¹²⁶

Essa é a avaliação. Um governo que recuou em relação às funções do Estado, dando mais espaço ao mercado e à sociedade civil organizada, como visto no primeiro capítulo, não é bem avaliado por um movimento que quer que os governantes assumam uma tarefa histórica: a realização da reforma agrária. Não é de se estranhar que, quando as próximas eleições são definidas, dando fim ao período de governo dessa tendência e elegendo, em seu lugar, um aliado histórico do MST, o movimento festeje como festejou. Luiz Inácio Lula da Silva foi, provavelmente, um dos indivíduos que mais manteve diálogo com o movimento enquanto líder sindical, deputado e candidato de vários pleitos. A discussão dele sobre a reforma agrária era madura, e isso levantou expectativas nesses sujeitos sociais. Quando da sua vitória nas urnas para a presidência da República, o *Jornal Sem Terra* publicou uma comemoração efusiva.

O povo brasileiro está em festa! Depois de oito anos de sacrifício, de sofrimento com um modelo econômico e agrícola que só agravou os

¹²⁶ MANIFESTO do MST ao povo brasileiro. Delegados do 4º Congresso Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 203, agosto de 2000, p. 2.

problemas sociais, finalmente conseguimos derrotar as elites e este modelo perverso nas eleições. Elegemos Lula presidente do Brasil!¹²⁷

Eis o sentimento expresso pela direção nacional: a derrota das elites. Foi, na velha luta de classes, tão conhecida do movimento, uma vitória sobre a burguesia em um modelo eleitoral que privilegia, como dito na própria citação, as campanhas vultosas, em um jogo complexo. Era um sentimento engasgado há algumas disputas, nas quais a esquerda batalhou para chegar ao governo, sempre com o nome de Lula, uma figura emblemática para a história dos chamados novos movimentos sociais, surgidos, como já dissemos, a partir de final da década de 1970, no contexto brasileiro. Um velho parceiro do movimento, que tantas vezes já havia debatido o tema da reforma agrária, que sabia da sua necessidade, que a tinha defendido como poucas lideranças políticas. Agora era o momento das mudanças tão sonhadas pelos participantes e prometidas pelo próprio candidato eleito. Ainda em 1989, na campanha em que perdeu para Fernando Collor de Mello, Lula, por meio de seus assessores, falava ao jornal sobre a agilidade com que iria tratar o tema quando eleito.

Lula assume dia 15 de março e vamos deslanchar a Reforma Agrária imediatamente. (...) Não haverá “perda de tempo” com a reforma administrativa; o Incra será vinculado à presidência da república e se encarregará de executar a política fundiária. Os decretos de desapropriação que estão parados no Executivo serão assinados. Com isso, cerca de 200 mil famílias serão beneficiadas.¹²⁸

Pela fala de José Gomes da Silva, apresentado na matéria como ex-presidente do Incra, o candidato realmente se sensibilizava com a necessidade de realização de uma modificação da distribuição de terras no país. Pelo teor da entrevista, e de acordo com as medidas anunciadas, entendia que o que deveria ser feito tinha urgência, não poderia esperar por reformas, não poderia ser atrasado por burocracias. É muito provável que tal fala fosse resultado do clima de campanha, na qual promessas geralmente são feitas, na expectativa, claro, de que sejam cumpridas depois, mas também de algum desconhecimento de como a atividade governamental funciona de fato. É claro que tais suposições estão sendo feitas levando-se em consideração a mínima boa fé por parte do candidato. Ele poderia simplesmente ter mandado que o seu assessor falasse alguma coisa na qual ele próprio não acreditava. A questão é que uma entonação dessas conseguiu conduzir a direção do movimento a certo otimismo, tanto que a publicaram dessa forma. Lula ainda seria derrotado

¹²⁷ UMA VITÓRIA do povo. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 225, novembro de 2002, p. 2.

¹²⁸ A REFORMA AGRÁRIA no governo Lula: entrevista com assessores do candidato da Frente Brasil Popular. *Jornal Sem Terra*, nº 90, dezembro de 1989, p. 7.

em duas campanhas contra Fernando Henrique Cardoso, aquele que foi extremamente mal avaliado pelo MST. Naquele momento, no entanto, chegava ao poder e era ovacionado pelos movimentos ligados à esquerda.

A realidade, no entanto, foi se modificando. Dizem que uma coisa é jogar as pedras, e outra diferente é ser a vidraça. Essa mudança de local por parte de Lula, com relação ao MST, foi definitiva para a sua imagem. Sabemos hoje que ele cumpriu dois mandatos que, por parte da sociedade brasileira, foram considerados bons em um cômputo geral. Não é difícil concluir isso quando sabemos que ele deixou uma sucessora no seu lugar, do mesmo partido, ela também no seu segundo mandato. Mas se a avaliação geral de Luiz Inácio é boa, em relação ao movimento não se pode dizer o mesmo. Todo aquele ímpeto que ele demonstrava diante da urgência da reforma agrária, na campanha de 1989, deu lugar a uma política, de acordo com as análises que encontramos no *Jornal Sem Terra*, próxima daquela utilizada pelo seu predecessor em muitos aspectos, e um deles era a questão da terra. Em 2006, a comemoração feita na primeira vitória já não acontece com tanta efusão e, no lugar dela, vem uma matéria que oscila entre o caráter informativo e o crítico. No seu início podemos ler:

Em 2002, na esperança de ver as mudanças estruturais acontecerem, o povo deu um voto de confiança a Lula. Agora, em 2006, a população segue com a expectativa de que ele rompa com as linhas neoliberais em um novo mandato.¹²⁹

De acordo com o movimento, portanto, Lula poderia até romper com as linhas neoliberais presentes no governo FHC, mas isso só ocorreria, se é que se efetivasse, no segundo mandato, pois no primeiro, na avaliação do MST, ele as manteve. Há um tom de decepção no trecho, apontado pela sutil troca da palavra “esperança”, que era o que o povo tinha quando elegeu Lula pela primeira vez, pelo termo “expectativa”, que do ponto de vista da matéria ainda era mantida. O antigo interlocutor dos sem-terra, que desde o início da década de 1980 debatia a concentração de terras e falava da necessidade de mudanças, começava a se mostrar pouco propenso a efetivar os compromissos históricos que fizera com esses sujeitos.

É interessante ver a oscilação das representações presentes no *Jornal Sem Terra* sobre esse assunto, levando-se em consideração, é claro, que são algumas décadas de existência, o

¹²⁹ AS ELEIÇÕES no processo de mudança no Brasil. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 266, setembro/outubro de 2006, p. 2.

que permite que o movimento reavalie o que pensava antes, amadureça, mude de ideia, e também que o MST é composto por uma pluralidade de sujeitos, mesmo sua direção nacional, responsável pela maioria desses editoriais que estamos analisando. Mas a questão é que em alguns momentos, como já mostramos acima, fica evidente grande proximidade com a doutrina marxista que, como dito, entende o Estado no capitalismo como o legítimo defensor dos interesses da classe economicamente dominante. Se a compreensão é essa, não há absolutamente nenhum motivo para se imaginar que houve alguma derrota substancial da burguesia nas urnas, visto que o sistema econômico vigente continua sendo o capitalista, baseado na exploração.

Na ocasião da primeira vitória de Lula, no entanto, como pudemos ver, houve um festejo quase ingênuo, no sentido de demonstrar uma crença na possibilidade de se vencer a luta de classes por meio de um processo eleitoral, com a eleição de um governo de esquerda que conduzisse a máquina estatal de outra forma. O fato de Lula ser um aliado histórico provavelmente contribuiu para tal expectativa, mas não deixa de ser paradoxal ir de um extremo a outro. Mas o que, mais efetivamente, o MST condenava no presidente petista, acusando-o de ser, de certo modo, uma continuidade do seu predecessor? Em uma citação da mesma matéria podemos ver algum detalhamento:

O governo Lula, desde o início do seu mandato, preferiu dar continuidade à política econômica neoliberal adotada pelo governo anterior, ao invés de ousar mudanças, respaldadas pelos 53 milhões de votos que recebeu. O próprio ministro Antônio Palocci se vangloria desse continuísmo, maravilhado com os saldos da balança comercial, a pontualidade no pagamento dos juros da dívida pública e as bajulações dos representantes do sistema financeiro internacional. Esquece, o ministro, que o resultado dessa política reflete no crescimento da concentração da renda, no aumento da pobreza, na precariedade das universidades e hospitais públicos, na falta de moradias populares. Reflete na vida do povo brasileiro que, como durante o governo FHC, empobrece ano após ano.¹³⁰

No trecho a direção nacional deixava claro que respaldo para realizar as modificações das quais o país precisa o presidente tinha, e eram os 53 milhões de votos que recebera nas urnas quando da sua eleição. No entanto, a queixa é de que houve uma continuidade das medidas gerais do antigo governo, bastante criticado pelo movimento, como visto acima,

¹³⁰ Idem.

fazendo com que os grandes representantes do capital internacional tecessem elogios ao então ministro da fazenda, Antônio Palocci. É claro que, para os dirigentes do MST, alguém que agrada os grandes investidores estrangeiros não pode defender, ao mesmo tempo, os interesses das camadas da população menos favorecidas financeiramente, sobretudo por estarmos estudando, aqui, um movimento que se inscreve naqueles de tradição classista.

Desse modo, há uma denúncia de um engano da política do governo Lula tal como vinha sendo feita. Ao governar de forma muito parecida com a de Fernando Henrique Cardoso, “bajulando” os representantes do grande capital, o governo acaba conduzindo a maioria da população a um processo de empobrecimento gradual. Daí o motivo da desconfiança, do tom mais informativo e mesmo crítico, presente nos textos do nosso objeto de estudo no fim do primeiro mandato de Lula.

No fim das contas, qualquer expectativa com relação a mudanças substanciais no que se refere à questão agrária, por parte do PT, também foi se extinguindo ao longo do segundo mandato de Lula, que, segundo as publicações do próprio MST, não apresentou alterações relevantes se comparado ao primeiro, que fora ruim. Pode-se ler, em 2010, em uma publicação importante do movimento, denominada *Lutas e Conquistas*, qual foi a avaliação final em relação à sua forma de governar:

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, havia uma grande expectativa dos sem-terra por todo o país de que, enfim, aconteceria a reforma agrária. No entanto, ainda que o presidente Lula seja um histórico defensor da reforma agrária, a situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados.

O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em ‘sesmarias’ de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados.¹³¹

Há, no teor da matéria, um respeito em relação à figura histórica de Luiz Inácio Lula da Silva. Como dissemos acima, ele foi um dos grandes interlocutores do movimento na sua luta pela modificação da situação do campo no país desde a década de 1980. No entanto, ainda que a contragosto, era necessário que o movimento avaliasse com certa frieza a condução política do velho aliado naquele momento. E o que se detectava, no ano de 2010,

¹³¹ A LUTA pela terra e o MST. *Lutas e Conquistas*, 2ª edição, janeiro de 2010, p. 10.

era que as tendências ruins não haviam sido abandonadas pelo governo petista mas, ao contrário, se acentuado. O modelo agroexportador, a aquisição de terras por estrangeiros, tudo que nossos sujeitos sociais mais condenaram ao longo de sua história atingiu, de acordo com a publicação, “níveis nunca antes registrados”, transformando o território em sesmarias, sistema de divisão territorial adotado logo no início da nossa colonização. O uso do termo, quero crer, é uma indicação de retrocesso, o que é óbvio diante de expectativas tão altas geradas com a eleição do que se entendia ser uma aliança de esquerda.

As monoculturas, como a soja, a cana-de-açúcar, a celulose e a pecuária extensiva foram beneficiadas, em detrimento da reforma agrária sonhada pelo MST. É possível avaliar, ainda que à distância, os níveis de decepção desses sujeitos quando tal tendência foi se tornando mais nítida. Mas será que tudo foi crítica da parte do movimento? Da mesma forma que sua relação com as ONGs não pode ser entendida de forma simplificada, já que elas são uma forma de organização social que tende a ameaçar as formas de associação tradicionais, mas algumas também foram e são formas de financiamento de algumas de suas atividades, a interação do MST com o governo do PT não é tão simples. Quem nos auxilia a entender razoavelmente isso é uma importante liderança histórica, João Pedro Stédile. Em entrevista ao *Jornal Sem Terra* ele expõe assim tal condição:

Acho que nós conseguimos manter a nível nacional essa autonomia em relação ao governo Lula. O que mudou é que nós estávamos acostumados a ter governos de direita, como na época da ditadura, de centro-direita, como na época de Sarney e do Itamar, e agora nós temos um governo de centro, onde tem gente de direita e gente de esquerda. Então a natureza do governo Lula também é diferente.¹³²

De acordo com o líder, em nível nacional o movimento vinha conseguindo manter certa autonomia em relação ao governo central. O que ele deixa muito claro é a diferença entre a natureza da configuração política que se tinha naquele momento, se comparada a tudo que havia antecedido ao longo da existência do MST. O governo de Lula era de centro, enquanto os anteriores, desde a ditadura, período de surgimento do movimento, até Fernando Henrique Cardoso, vinham sendo de direita. O termo “centro” faz alusão à composição com a presença de forças de esquerda, mas também de membros da direita brasileira. Ao que parece, na busca de conciliar sujeitos tão distintos em seu governo, Luiz Inácio não conseguiu avançar tanto nas políticas sociais quanto os movimentos gostariam e, possivelmente, nem quanto ele mesmo desejava. É importante ressaltar que essa posição de que o MST mantinha

¹³² TAVARES, Joana. Um novo momento: entrevista com João Pedro Stédile. *Jornal Sem Terra*, n° 290, março de 2009, p. 14.

autonomia em relação ao governo não era compartilhada por todos os seus membros, e quem nos diz isso é o próprio Stédile, na mesma entrevista.

Então a natureza do governo Lula também é diferente. Muitos companheiros – principalmente na nossa base – gostariam de estar mais próximos do governo, para conquistar mais benefícios. E há outros companheiros que, por esse não ser um governo de esquerda, acham que deveríamos ter distância. Os dois estão certos, mas esse não é o centro da questão. O centro é que nós mantivemos nossa autonomia em relação ao governo. Governo Lula é uma coisa, nós somos outra. Nós continuamos lutando, tanto é que a direita nos bate dia e noite. Porque ela sabe que nós somos autônomos, sabe que o governo Lula não controla o MST.¹³³

De um lado, aqueles que gostariam de uma maior proximidade com o governo, com uma visão bem utilitarista, entendendo que ela significaria benefícios para os integrantes do movimento. De outro, a base mais radical que, entendendo que como a condução de Lula não era de esquerda, o MST tinha que definitivamente se desvincular e realizar o embate mais acirrado. Para Stédile, os dois grupos estão certos. Isso significa que a autonomia não era total, o que dava motivos para a ala mais à esquerda exigir o distanciamento. Por outro lado, alguma autonomia deveria existir, o que motivava a queixa da ala mais preocupada com o recebimento de benefícios das instâncias federais. Um movimento com a quantidade de pessoas que nosso sujeito aglutina, espalhado em todas as regiões e praticamente todos os estados do país, evidentemente manifestaria – e essa não deve ter sido a primeira nem a última vez – esse tipo de divisão interna, que é possivelmente normal. O interessante é ler a fala de uma liderança histórica de certa forma muito franca, no sentido de admitir uma relação que não seria a melhor a se estabelecer, mas entendendo que sem nenhuma também não era possível ficar. Para o líder, no entanto, o que é necessário é realmente alguém que vá mais para a esquerda. Assim sendo, ele fecha demonstrando nitidamente seu descontentamento. Nas suas palavras:

A gente quer ter um governo de esquerda. Nossas críticas ao governo Lula se dão quando ele se afasta da esquerda. Quando ele toma medidas boas para a classe trabalhadora, a gente aplaude, sempre mantendo nossa autonomia. Olhando para 2010 a gente espera que o próximo governo seja mais à esquerda que o governo Lula.

¹³³ Idem.

Aliança histórica do MST, Lula termina, como vemos, sendo avaliado como um governante mediano, para não dizer medíocre, quando se pensa na luta agrária. Houve, de acordo com Stédile, uma oscilação entre medidas mais próximas da esquerda e aquelas mais afastadas. No entanto, em um cômputo geral, a avaliação é de que as ações mais progressistas não foram as que mais se efetivaram. Prova disso é a fala final do líder, ao afirmar que esperava que o próximo governo fosse mais à esquerda do que o de Lula. Como já estamos em um momento em que se iniciou o segundo mandato da sucessora do petista, ela também do mesmo partido, é possível ao leitor fazer alguma avaliação sobre a radicalização ou não mais à esquerda por parte da presidenta Dilma Rousseff. Não nos cabe aqui, no entanto, fazer nós mesmos tal avaliação, mas acompanhar, da forma mais próxima possível, as representações que o movimento nos foi apresentando a partir da nossa documentação.

Em março de 2010, ano eleitoral, os prognósticos do movimento não são dos melhores. A impressão passada pelo *Jornal Sem Terra* era de uma sensação de continuísmo, até porque o polo mais à esquerda, que tinha reais chances de vencer as eleições, era novamente o PT, da então candidata Dilma Rousseff. Sem história no próprio partido, ela não era, naquele momento, consenso nem no seu próprio interior. Uma lutadora contra a ditadura militar conhecida, presa, torturada, tinha uma história pessoal, uma biografia que poderia conduzir à admiração. No entanto, isso não significava uma capacidade efetiva de se aproximar dos movimentos sociais organizados, o que seu predecessor sempre demonstrou com tanta maestria.

Desse modo, não é de se estranhar que as expectativas em relação ao seu nome, até mesmo em função do governo pouco convincente para o MST realizado por Lula, fossem pequenas. É o que podemos ler no fragmento abaixo:

Diante de todos esses elementos, as eleições de 2010 se transformaram em uma grande disputa entre os projetos em desenvolvimento, tanto pelo setor mais à direita, como os Estados Unidos e os tucanos, ou a continuidade da era Lula, governo de centro e com uma proposta de desenvolvimento em aliança com o grande capital privado. Daí a necessidade de conseguirmos pautar um projeto popular.¹³⁴

¹³⁴ DIREÇÃO NACIONAL do MST. O momento exige unidade. *Jornal Sem Terra*, nº 301, março de 2010, p. 2.

Como podemos ler no trecho, não há qualquer expectativa de grandes alterações por parte do movimento. De um lado a direita tucana, aliada aberta do capital internacional, que representaria o retorno de um jeito de gerir que já designamos aqui como neoliberal, acompanhando a nomenclatura utilizada pelo próprio *Jornal Sem Terra*. O candidato que representava essa tendência, naquele momento, pertencia ao PSDB, mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, e se tratava de José Serra. Do outro lado, a continuidade do governo Lula, de novo designado como uma coligação de centro, composta, como já visto, por aliados que iam da esquerda à direita. De todo modo, a direção nacional deixa claro que existe uma aliança incômoda realizada pelo PT, que é a vinculação ao grande capital privado. Desse modo, qualquer que fosse o vitorioso ou vitoriosa da demanda, a realidade é que o resultado final já era conhecido, e não era agradável. Nesse sentido desponha a coerência na fala final da citação, de que existiria uma necessidade de se pautar um projeto popular.

Reforçando o que já foi dito acima, às vezes nos soa paradoxal certa ingenuidade, demonstrada principalmente em relação às possibilidades de que a gestão de Lula representasse uma grande mudança na forma de se gerir o Estado. Como entendemos que existe uma grande influência do marxismo nas concepções do movimento, transmitido às suas bases por meio dos processos de formação, não haveria nenhum motivo para se acreditar que algum governo, seja de esquerda, direita ou centro, que governe uma sociedade de economia capitalista, fosse capaz de realizar grandes alterações no jogo de forças do tecido social. Como dito, isso se devia, muito provavelmente, a toda uma história da própria pessoa de Luiz Inácio e do partido com o MST, sempre um apoiador até então. No caso de Dilma, sem vínculos históricos sequer com a legenda, muito menos com o movimento, não haveria evidentemente motivos para muitos deslumbres, e eles realmente não existiram. Vejamos o que se sentia em relação à configuração do possível governo da candidata do PT ainda em 2010:

Infelizmente, os avanços do governo Lula em direção a essas bandeiras democrático-populares foram insuficientes, em que pese o acerto de sua política externa. Também nos preocupa constatar que, no arco de alianças da candidatura de Dilma Rousseff, há forças políticas que se contrapõem a essas demandas sociais.¹³⁵

¹³⁵ NOTA do MST ao povo brasileiro. *Jornal Sem Terra*, nº 307, outubro de 2010, p. 3.

Lula não avançou, Dilma tinha um histórico ainda menos promissor de diálogo com os movimentos sociais organizados e apareciam na sua equipe figuras que, no que se refere à questão agrária, que é o que interessa mais diretamente ao MST, apontavam para um retrocesso. No entanto, na mesma matéria, a direção nacional deixa claro que o retorno ao poder de uma figura vinculada ao PSDB era um retrocesso ainda maior e, por isso, estava imbuído da missão de eleger a candidata do PT, aparentemente pelo fato de ela representar perdas menores. Tal decisão – “apoiemos esta porque aquele é pior” – não parece ser realmente o melhor critério para a adesão a um partido que, ao longo de décadas, foi com certeza o seu principal apoiador. O fato é que a relação do MST com o PT se manteve sempre ambígua, entre aproximações e afastamentos, por certo, como vimos aqui, com uma postura muito mais crítica que elogiosa.

Um último elemento que vale a pena avaliar, como episódio significativo, é a composição do novo ministério de Dilma Rousseff para o seu governo 2015-2018. Se as forças presentes nas eleições de 2010 causaram certa desconfiança nos membros do movimento, um nome em especial merece nossa atenção, que é o de Kátia Abreu, antes do DEM, atualmente do PMDB, nomeada para o ministério da agricultura neste segundo mandato. A senadora, que em 2010 havia recebido da ONG Greenpeace o emblemático troféu Motosserra de Ouro¹³⁶, como uma das personalidades brasileiras que mais havia colaborado para o desmatamento, ex-presidente da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), é um antigo desafeto do MST. Apresentada pelo movimento como uma defensora do trabalho escravo em matéria de dezembro de 2009 do *Jornal Sem Terra*, ela foi elencada, juntamente com Ronaldo Caiado – outra figura conhecida entre as lideranças ruralistas – como um dos inimigos da reforma agrária. Ao falar sobre esses parlamentares, que compunham mais uma CPMI no Congresso Nacional que investigava a luta pela terra, a matéria nos traz o seguinte registro:

Depois de conseguirem emplacar a CPMI contra a Reforma Agrária, os setores mais conservadores do Congresso Nacional passaram a escalar o seu time de parlamentares. Foram convocados inimigos do povo brasileiro para atuar na CPMI e nos bastidores. Esses parlamentares têm como

¹³⁶ KÁTIA ABREU recebe “prêmio” do Greenpeace. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/katia-abreu-recebe-premio-do-greenpeace/>, acessado em 12/01/2015.

características o ódio aos movimentos populares e o combate à Reforma Agrária e às lutas sociais no nosso país.¹³⁷

“Ódio aos movimentos populares e combate à Reforma Agrária e às lutas sociais no país”; “inimigos do povo”. Eis como o MST enxerga figuras como a então senadora, ainda pelo DEM, Kátia Abreu. No corpo da matéria cada um dos parlamentares é apresentado. No caso da senadora constam sua formação, psicologia, e o fato de já ter sido presidente da CNA. Além disso, algumas informações adicionais: dona de duas fazendas improdutivas que concentram 2.500 hectares de terras; integrante de quadrilha que tomou 105 mil hectares de 80 famílias de camponeses no município de Campos Lindos (TO). Ela e o irmão receberam 2,4 mil hectares com o golpe contra camponeses, em que pagaram menos de R\$ 8 por hectare.¹³⁸ O histórico da parlamentar, tal como é apresentado pelo movimento, é de uma relação complicada com a noção de função social, por exemplo, tão relevante para a fundamentação da ocupação. Para o MST ela é membro de uma quadrilha.

Pois bem, se o sujeito por nós estudado tinha poucos motivos para acreditar em alguma mudança por parte de um governo do PT em relação à política agrária, com uma figura como essa no Ministério da Agricultura as possibilidades seriam ainda menores. A ex-senadora migrou para o PMDB, partido da base aliada do governo Dilma, e foi inserida nesse ministério em uma decisão no mínimo bastante questionada não só pelos membros do MST, mas por todos aqueles que acompanham minimamente esse campo de luta nos últimos anos no país. O que disse o movimento com relação a isso? Em seu site, vamos encontrar matéria que faz a seguinte avaliação:

A nova ministra da Agricultura, a senadora Kátia Abreu (PMDB), disse em sua primeira entrevista depois da nomeação, concedida a Mônica Bergamo, na Folha de S. Paulo, que não existe mais latifúndio no Brasil. Assim, ela sustenta que não é necessária uma Reforma Agrária em massa (...).

As declarações de Kátia Abreu demonstram que a ministra representa os interesses dos segmentos mais atrasados da agricultura brasileira, que não alcançaram os patamares mínimos de produtividade, desmatam o meio ambiente e utilizam trabalho escravo.

Como esses latifundiários estão fora da lei, que determina que áreas que não cumprem sua função social sejam destinadas para a reforma agrária, precisam de “proteção” política e ideológica para evitar o cumprimento da Constituição.

¹³⁷ OS INIMIGOS da Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*, nº 299, dezembro de 2009. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/8811>, acessado em 12/01/2015.

¹³⁸ Idem.

Eis os interesses que a nova ministra da presidenta Dilma Rousseff defende ao afirmar que não existe mais latifúndio.¹³⁹

A nova ministra, pelo teor da matéria, parece defender interesses completamente divergentes daqueles historicamente preconizados pelo MST. Uma pessoa apontada como inimiga da reforma agrária, Motosserra de Ouro, que afirma, na sua primeira entrevista oficial, que não mais existe latifúndio no Brasil, é realmente uma péssima escolha na visão do articulista. Para ele, Dilma Rousseff coloca alguém no ministério que irá utilizar a posição em que se encontra para barrar as transformações históricas buscadas por nossos sujeitos sociais.

Em outra matéria presente no site do MST, escrita por Rodrigo Martins, da Carta Capital, com o sugestivo nome “Kátia Abreu, a ministra que desmata a razão”, novamente a fala da ministra de que não existe latifúndio no país é apresentada e recebe duras críticas, além da própria atuação da presidenta Dilma com relação ao assentamento de famílias, considerado inferior inclusive ao de Fernando Henrique Cardoso.

De 2011 a 2014, a presidenta Dilma Rousseff incorporou 2,9 milhões de hectares à área de assentamentos e beneficiou 107,4 mil famílias sem-terra, segundo o mais recente balanço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, divulgado na quarta-feira 7. É a menor média anual de assentamentos desde o governo Fernando Henrique Cardoso. A petista distribuiu terras a 26,8 mil famílias a cada ano, contra 76,7 mil no período Lula e 67,5 mil nos dois mandatos do tucano. (...) Devem perder a esperança? Sim, se depender da nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu, uma escolha pessoal de Dilma. Em seu discurso de posse, a ruralista chegou ao cúmulo de negar a existência de latifúndios no País. Por consequência, defendeu uma desaceleração ainda maior no programa de reforma agrária. “Ele tem de ser pontual, para os vocacionados. E se o governo tiver dinheiro não só para dar terra, mas garantir a estrutura e a qualidade dos assentamentos. Latifúndio não existe mais”.¹⁴⁰

Dois fatores chamam a atenção na matéria. Em primeiro lugar, o desempenho de Dilma Rousseff foi o pior em 20 anos de análise, e pior do que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Poderíamos imaginar que com os avanços que ocorrem nesse campo ano a ano, em algum momento os números teriam mesmo que sofrer uma redução, já

¹³⁹ KÁTIA ABREU, o latifúndio ainda existe, e está mais improdutivo. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16915>, acessado em 12/01/2015.

¹⁴⁰ KÁTIA ABREU, a ministra que desmata a razão. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16929>, acessado em 13/01/2015.

que o número de famílias a assentar deveria necessariamente ir reduzindo. No entanto, no corpo da matéria, conta-se que mais de 120 mil famílias aguardam acampadas pelo momento do assentamento. Portanto, demanda há. Em segundo lugar, novamente a ausência de expectativa possível diante de um nome que em seus pronunciamentos nega o que os movimentos de luta pela terra historicamente têm denunciado: a presença de latifúndios no país. Existe um truque ideológico, denunciado nas páginas do próprio Jornal Sem Terra mais de uma vez, que é a minuciosa troca de nomenclatura, substituindo o termo latifúndio por agronegócio, que confere um ar de sofisticação e respeitabilidade ao mesmo fenômeno da concentração de terras no país. No entanto, se a ministra se recusa a admitir que exista o próprio problema, é realmente muito difícil para o MST ou qualquer outra identidade de luta esperar alguma solução partindo de suas ações.

O articulista Rodrigo Martins faz questão de ressaltar que o nome da ministra foi uma escolha pessoal da própria presidenta da República, e que, assim sendo, as esperanças não devem continuar sendo nutridas no sentido de grandes alterações por parte desse governo. O título de outra matéria do site é também categórico: “CPT considera Reforma Agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos”¹⁴¹. É sugestivo comparar tais atitudes com a fala da presidenta no seu discurso de posse, no dia primeiro de janeiro de 2015:

Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo.¹⁴²

A escolha de uma figura tão rejeitada por esse setor dos movimentos sociais para assumir o ministério da agricultura e um desempenho tão inferior em um setor, para o MST, essencial, não parece ser um bom exemplo de como “ouvir com atenção os movimentos sociais”. Uma crítica forte à figura da presidenta, quando comparada a Lula, é exatamente essa dificuldade no trato com esse tipo de agente. A verdade é que, depois de experimentar a

¹⁴¹ CPT considera Reforma Agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16930>, acessado em 13/01/2015.

¹⁴² ROUSSEFF, Dilma. Discurso de posse do segundo mandato. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/01/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-2-mandato-de-dilma.html>, acessado em 12/01/2015.

direita e o que deveria ser a esquerda, mas que se mostrou mais um centro, nas palavras do próprio MST, o movimento já não tem nenhum motivo aparente para acreditar em grandes alterações sociais vindas das ações do Estado na figura dos governantes.

Ao fim da nossa reflexão, no entanto, no meio de toda essa tensão do movimento com relação às instituições políticas, quero fechar o capítulo abrindo os caminhos para o terceiro, que analisará as tendências altermundialistas do MST, com a percepção que me parece mais apropriada sobre este tema. Em última instância, de uma forma talvez pouco clara em termos de projeto de efetivação, parece existir uma convicção mais profunda do movimento sobre justiça social: ela jamais se efetivará em uma sociedade organizada na lógica da economia capitalista. Um dos momentos em que, provavelmente, isso será dito de forma mais direta em nosso documento é no número de fevereiro de 1988. Nele podemos ler o seguinte:

Precisamos concretizar de fato uma aliança com os pequenos proprietários e com os trabalhadores da cidade. Somente juntando forças com esses nossos companheiros é que vamos avançar. Quanto mais avançamos, mais nosso inimigo irá procurar se organizar e se armar. Porém de nada adiantará se conseguirmos fazer a sólida aliança da classe trabalhadora. Com essa aliança não só implantaremos a reforma agrária que queremos, como também construiremos a sociedade mais justa e fraterna, a **sociedade socialista** (grifo nosso)¹⁴³.

Aí está. Apontávamos antes para a denúncia do movimento da incapacidade do Estado de fazer as modificações realmente necessárias para o tecido social, já que nele existe o “governo da burguesia”. Ao inserirmos a questão de classe de forma mais contundente na reflexão, sobretudo adotando uma ótica marxista, como nos parece fazer o movimento, o real questionamento das relações desiguais de propriedade não pode ser feito. Como comentamos ao falar rapidamente da percepção marxiana, em uma sociedade de classes o aparato estatal se configura, para existir, como legítimo defensor dos interesses dos grupos economicamente dominantes. Não há superação real das situações de injustiça nas configurações capitalistas.

Por isso, como percebemos do meio para o final da citação, aqui se trata de realizar uma grande aliança social, que aparentemente extrapola a noção de classe como defendia o marxismo mais clássico, que apresenta como revolucionário o conjunto formado, essencialmente, pelo proletariado urbano. Na concepção do MST, a aliança deverá congrega

¹⁴³ AVANÇAR na articulação. *Jornal Sem Terra*, nº 70, Fevereiro 1988, p 2.

os camponeses, os pequenos proprietários e os trabalhadores urbanos. Isso parece significar, nesse contexto, os grupos que se encontram em uma situação de dominação semelhante no jogo de forças econômico. Os inimigos, aqueles que são beneficiados pelo sistema, estão se organizando também. Temos aqui a versão bem contemporânea, ou o MST quer que a vejamos assim, da luta de classes, tendo a noção de classe aqui uma percepção ampliada. Trata-se, portanto de ultrapassar o capitalismo. No número de julho de 2002 leremos o seguinte título de matéria: “No capitalismo não há solução para uma sociedade justa e democrática.”¹⁴⁴

Mas se o MST é realmente socialista, por que luta pelo direito de propriedade da terra, noção que é tipicamente burguesa e capitalista? Se existe realmente tal proposta, quais são os caminhos efetivos propostos pelo movimento? No próximo capítulo trataremos de tais questões, colocando o nosso objeto de estudo na complexa rede de sujeitos inseridos na luta denominada de altermundialismo.

¹⁴⁴ Entrevista com Milton Temer. *Jornal Sem Terra*, nº 221, Junho 2002, p. 4-5.

E então num sítio qualquer do latifúndio, a história lembrar-se-á de dizer qual, os trabalhadores ocuparam uma terra. Para terem trabalho, nada mais, cubra-se de lepra minha mão direita se não é verdade. E depois numa outra herdade os trabalhadores entraram e disseram, Vimos trabalhar. E isto aconteceu aqui, aconteceu além, é como na Primavera

José Saramago, *Levantado do Chão*.

CAPÍTULO III

MST E ALTERMUNDIALISMO: UM “OUTRO MUNDO” É POSSÍVEL?

No nosso segundo capítulo abordamos o MST enquanto um movimento tradicional de luta por modificações nas relações no campo brasileiro, ou seja, na busca da realização de uma reforma agrária em sentido profundo em nosso país. Pudemos perceber que seu surgimento se deve a uma conjuntura dupla: de um lado, o enfraquecimento da ditadura militar, que permitia a efervescência de diversos movimentos no país, inclusive do nosso objeto; de outro, a acentuação dos problemas históricos vivenciados pela população do campo, com o processo denominado de modernização conservadora.

A percepção de que a terra deveria ser um bem destinado àqueles que dela precisam para viver, e não simplesmente aos que podem pagar por ela, acompanhou o MST em toda a sua trajetória e, juntamente com a noção de cumprimento da função social, norteou a luta pela reforma agrária por parte do movimento, tal como ele a realiza até hoje. Por meio do *Jornal Sem Terra* nas décadas de 1980 e 90 e, a partir desta última, também por intermédio dos espaços virtuais, como *site*, Facebook, Twitter, a luta contra a concentração de terras tem sido feita de forma consistente.

Tal afinco na luta por décadas, com um vigor continuado, provavelmente exigiu constante renovação nos quadros das lideranças. Pudemos ver, ainda no segundo capítulo, como o sujeito social por nós estudado se preocupa com a formação tanto dos membros da base quanto das futuras lideranças que continuarão a luta, desde a mais tenra infância.

A violência, denunciada pelo movimento nas suas diversas mídias, pode ser percebida tanto no seu aspecto objetivo ou sistêmico, conforme estamos tratando desde o primeiro capítulo, quanto na sua forma subjetiva, com as ações de ocupação e resistência dos participantes sendo retratadas nas matérias na grande maioria das edições do *Jornal Sem Terra*. Como a principal tática do MST, desde seu início, tem sido a ocupação de terras improdutivas e mesmo de outros espaços para atrair visibilidade para o seu discurso e representações, o confronto físico e ideológico pode ser considerado inevitável. Uma das forças mais contundentes no embate contra o movimento durante considerável período de tempo foi a União Democrática Ruralista, organização dos grandes proprietários de terra, sobretudo na luta de concepções de mundo.

No tópico que tratou da relação do MST com o Estado nos demoramos mais, porque consideramos que ele seja exatamente o ponto de possível conexão com o capítulo que iniciamos aqui. Como o movimento tem uma percepção classista desde sua origem, de orientação nitidamente marxista, por diversas vezes lemos em suas matérias que não deveriam existir grandes expectativas com relação a modificações vindas do Estado. Como já apresentado anteriormente, na visão de Marx, um aparato estatal que esteja conduzindo uma sociedade de economia capitalista sempre deverá se posicionar favoravelmente aos interesses das classes economicamente dominantes. Com a eleição de Lula, demonstramos um posicionamento paradoxal do movimento nesse sentido, já que as matérias do período apontavam para a existência de expectativas de modificação significativa das estruturas. Como pudemos acompanhar no desenvolvimento do texto, no entanto, tal esperança foi aos poucos, ao longo dos mandatos petistas, dando lugar a uma frustração perceptível. É desse ponto que começamos a refletir sobre a tendência altermundialista do MST.

3.1. SISTEMA CAPITALISTA, GOVERNO DA BURGUESIA?

Acompanhamos, no final do capítulo anterior, a reflexão sobre a relação entre o MST e o Estado. Como um movimento de caráter reivindicatório, ele não pôde se furtar, em nenhum momento da sua existência, do trato com as lideranças políticas estabelecidas, fossem elas municipais, estaduais ou federais. É que a desapropriação das áreas que seus membros ocupavam passava pela ação direta dos agentes presentes nas instituições políticas formais. Sempre houve, portanto, uma dependência em relação ao Estado no que se refere aos avanços nos números de famílias assentadas no país.

No entanto, como já visto, o tipo de expectativa que o MST nutriu em relação às possibilidades de que mudanças substanciais pudessem ser efetivadas de fato a partir do aparato estatal foi bastante variável ao longo da sua trajetória. O que podemos afirmar, a partir das citações trabalhadas no capítulo anterior, pelo menos dos editoriais de todos os volumes do Jornal Sem Terra, é que a percepção do movimento sempre foi mais pessimista em relação a isso. Vimos, em um momento do texto, a fala categórica de que a reforma agrária no país seria do tamanho do que nosso sujeito social conseguisse realizar, em termos de pressão. Portanto, a crítica e a desconfiança foram, por certo, as posturas mais presentes ao longo de todo esse período.

A exceção se deu, de forma muito pontual, quando da eleição, para o seu primeiro mandato, do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Como um aliado histórico das lutas pela terra, colaborador do jornal em mais de uma ocasião, indivíduo que reconhecia a importância da reforma agrária para o desenvolvimento geral da economia brasileira, ele deveria, na percepção do sujeito por nós estudado, levar a cabo a realização de uma modificação profunda da estrutura do campo brasileiro. Como tentamos demonstrar, esse vinha sendo seu compromisso desde campanhas nas quais ele saiu das urnas derrotado. Na sua vitória, pudemos acompanhar a comemoração realizada pelos dirigentes do MST em sua principal forma de veiculação de notícias, e se falava mesmo em uma vitória histórica sobre as elites do país com a chegada ao poder de um governo de esquerda.

O resultado disso, ao longo do tempo, pôde ser acompanhado por nós, ainda que de forma sucinta, como é possível fazer em uma pesquisa que não tem esse assunto como seu tema central. O primeiro mandato de Lula deu continuidade à dinâmica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que havia sido ferrenhamente criticado pelo movimento, assim como o segundo. No período da campanha de Dilma Rousseff, não persistia mais nenhuma expectativa de que o PT no poder pudesse conduzir às mudanças históricas demandadas pelo movimento. Ao fim de seu primeiro mandato, a avaliação é de que ela teria sido a pior em número de assentamentos em 20 anos, e a nomeação para o ministério da agricultura de uma inimiga declarada do MST, infelizmente, desmente a fala, também apresentada no texto, do discurso de posse da presidenta, de que ela ouviria com mais atenção os movimentos sociais.

Já vínhamos, no entanto, apresentando essa relação paradoxal entre movimento e Estado. A dependência em relação às instâncias políticas não pode ser negada. As desapropriações, as legalizações dos assentamentos de reforma agrária, os financiamentos e a oferta de assistência técnica vêm envolvendo, durante todas essas décadas, ações de órgãos governamentais. No entanto, apresentando uma ideologia essencialmente marxista, o movimento não deveria demonstrar, em momento algum, expectativa de mudanças estruturais a partir de ações políticas advindas de mudanças de lideranças, fossem elas quais fossem. Aqui cabem, porém, alguns comentários.

Em primeiro lugar, temos consciência – é preciso sempre reiterar – de que não estamos aqui retratando o que pensa o MST, apesar de por vezes a elaboração do texto poder conduzir o leitor a essa confusão. Como já dito, o que tentamos assimilar e transmitir são certas representações assimiladas e veiculadas por certos agentes sociais envolvidos com o

movimento, acima de tudo suas lideranças e intelectuais que simpatizaram com suas bandeiras de luta. Ainda assim, pensando que estamos falando de representações do *Jornal Sem Terra* sobre os temas elencados como relevantes para a nossa pesquisa, o período coberto é bastante extenso e, portanto, mudanças poderiam bem ter ocorrido. Além disso, mesmo pensando na categoria “lideranças”, existem regionalidades, diferenças de experiências e de formação que poderiam conduzir à veiculação de concepções bastante diversas ao longo do tempo.

Em segundo lugar, ao pensarmos de forma mais ampliada no movimento, penso que a fala de Stédile, inserida no capítulo anterior, sobre a relação do MST com o governo Lula, seja ilustrativa. Existem tendências dentro do movimento e elas são, por vezes, muito diferentes. Ele nos falava de uma ala de membros que, a partir de uma concepção mais utilitarista, queria uma proximidade maior com o governo em função das possibilidades de um maior número de benefícios. Não há razão para julgar como equivocada tal postura, quando sabemos que a luta é demorada e, muitas vezes, cheia de dificuldades. A outra, mais à esquerda, entendendo a gestão petista como representativa do centro, e querendo se manter mais à esquerda, exigia um distanciamento maior. Stédile, demonstrando, na minha concepção, bom senso, dava razão às duas.

Tecemos tais comentários para que o leitor não nos tome como redutores de toda complexidade do MST às representações acessíveis por meio de suas formas de comunicação. Mas a questão que coloco nesse tópico, para que possamos definitivamente adentrar na temática específica do capítulo em curso – a pergunta feita no título – é o que me parece ter levado o movimento cada vez mais para fora do Brasil e para causas mais amplas que a reforma agrária. Excetuando-se a comemoração muito passageira em relação à chegada ao poder do PT, na maior parte do tempo nosso sujeito entendeu que em uma economia capitalista, qualquer que fosse o governante, ele representaria os interesses daqueles que detêm o poder econômico. Essa concepção, de cunho marxista, era demonstrada pelos seus membros desde o princípio da sua existência. Darci José Antunes Maschio, participante da primeira direção nacional do MST, anotou em seu caderno, em 1984, a seguinte consideração:

Não há diferença entre governo de situação e oposição. Eles se unem em termos de classe dominante. Escolhem o melhor caminho para continuar explorando. Estão em partidos diferentes, mas com o mesmo objetivo, que é dominar. Os governos estaduais não têm proposta para os sem-terra. O próximo governo federal continuará com a mesma política agrária.¹⁴⁵

Diante de tal convicção, demonstrada de forma consistente, ainda que o MST tivesse que manter relações com o Estado para ratificar as conquistas que ia consolidando, só restava ao movimento, na busca de efetivar de forma definitiva as mudanças que buscava, lutar pela alteração total da ordem vigente e a instauração de outra, de caráter, como já vimos no capítulo passado, de cunho socialista, isto é, outro mundo. Resta saber, agora, por que meios isso poderia se dar e quais seriam as principais características dessa nova etapa da humanidade que se visa construir.

3.2. O ALTERMUNDIALISMO.

A primeira coisa importante a se fazer nesse capítulo é definir suficientemente o que se entende aqui por altermundialismo. O termo é relativamente novo na terminologia dos movimentos sociais e se refere, na verdade, a uma gama ampla de formas de mobilização contemporâneas. De forma sintética, encaixam-se na nomenclatura todos os grupos que defendem a tese de que um “outro mundo” é possível. Mas aí a questão que se coloca é: outro mundo comparado a qual? Quais os critérios de novidade? Para definir isso, vamos recorrer ao auxílio teórico:

Pode ser dito que a opção pelo Fórum-espço vem prevalecendo cada vez mais. Mas não há dúvida de que é ainda grande o risco que corre o Fórum de se transformar em movimento. A questão continua presente em todos os debates que se fazem quando da organização de fóruns regionais ou nacionais. Na Europa especialmente, com o surgimento do “movimento altermundialista”, que se propõe a ser uma nova etapa do “movimento antimundialista”, é em geral difícil, na linguagem e nos conceitos, caracterizar a diferença que existe entre ele e o Fórum. É até possível que o nome “altermundialismo” tenha surgido da proposta do Fórum de se lutar por “outro mundo”.¹⁴⁶

¹⁴⁵ SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Op. cit., p. 26.

¹⁴⁶ WHITAKHER, Chico. *O desafio do Fórum Social: um modo de ver*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 72.

Há uma percepção do autor Chico Whitaker de que o movimento altermundialista é uma nova etapa de outra forma de mobilização, a antimundialista, e que sua nomenclatura se confunde com a inauguração do Fórum Social Mundial, que se dá no início do século XXI, no ano de 2001. A proposta, como dissemos antes, é de lutar por “outro mundo”. O autor também revela uma dificuldade de diferenciar, tanto na linguagem quanto nos conceitos, tal movimento do Fórum. Isso pode nos oferecer mais uma pista da concepção de funcionamento dessas formas de mobilização social a partir da própria citação: o Fórum é muito mais um espaço que um movimento. É muito mais uma disposição do que um conteúdo acabado. Muito mais uma forma de mobilizar do que um conjunto de preceitos. Mas será que é possível delimitar um pouco melhor essa novidade? Ela se coloca em relação a quê? Vejamos como Michel Lowy nos apresenta a questão:

O movimento altermundialista é sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência anti-sistêmica do início do século XXI. Esta vasta nebulosa, esta espécie de “movimento dos movimentos”, que se manifesta de forma visível por ocasião dos Fóruns Sociais – regionais ou mundiais – e das grandes manifestações de protesto – contra a OMC, o G8 ou a guerra no Iraque – não corresponde às formas habituais da ação social ou política. Grande rede descentralizada, é múltipla, diversa e heterogênea, associando sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas. Longe de ser uma fraqueza, esta pluralidade é uma das fontes de força, crescimento e expansão do movimento.¹⁴⁷

Vamos avaliar com calma algumas informações. Para o autor, esse é o fenômeno mais importante de resistência antissistêmica. Portanto, quando nos referimos a tal forma de mobilização, estamos falando de pessoas que lutam pela modificação de todo o sistema econômico vigente, que têm, por isso, um caráter altamente revolucionário. Encontraremos suas manifestações mais nítidas, segundo o trecho, nos fóruns sociais – outro autor que atribui a eles o potencial de agregação deste ideário – e nas grandes mobilizações de protesto contra algumas instituições ou eventos que, simbolicamente, nos dizem muito. Ao pensarmos na OMC (Organização Mundial do Comércio) e no G8 (grupo dos países mais desenvolvidos e industrializados do mundo, agora G7, com a exclusão da Rússia, contando com Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido), estamos falando de instituições e países que representam a lógica hegemônica do sistema vigente. A guerra do

¹⁴⁷ LOWY, Michel. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. *Lutas Sociais*, nº 19/20, 2º sem. 2007 e 1º sem. 2008; p. 32.

Iraque é uma intervenção considerada um exemplo da prática denominada de imperialismo. O altermundialismo, portanto, se contrapõe a certa lógica que, sobretudo depois do fim do bloco socialista, se apresenta como último padrão de forma de vida.

Uma palavra é sugestiva: rede. Trabalhamos bastante com esse termo no nosso primeiro capítulo, a partir das reflexões de Manuel Castells. Vivemos em uma sociedade em que as formas de sociabilidade mais horizontalizadas e menos hierarquizadas vêm sendo preferidas às formas mais tradicionais. Essa dinâmica parece ter se inserido na organização dos movimentos. Já adiantamos que o próprio MST se inseriu na rede a partir de sua página e que interage, nela, com uma série de outros movimentos e organizações. Ao lermos o fragmento, percebemos que essa é a mesma tendência do Fórum. Descentralização, multiplicidade, heterogeneidade. A aproximação, como nas redes sociais virtuais, ocorre pelo compartilhamento de interesses ou conteúdos, identidades. Assim, coexistem sindicalistas, indígenas, ONGs, movimentos de mulheres e ecológicos. Um grande objetivo compartilhado: a proposta de um “outro mundo”. Uma possibilidade. Tal heterogeneidade poderia parecer um ponto fraco para esses sujeitos, já que evidentemente dificulta a consolidação de pautas comuns. O fato de virem de lugares tão diversos, com realidades tão distintas, pode levar a que as experiências de uns sejam pouco significativas para os demais que ali se encontram. Principalmente para quem se acostumou a pensar no combate ao sistema capitalista em termos de classe, um espaço tão múltiplo pode parecer pouco produtivo. Para Lowy, no entanto, a “pluralidade é uma das fontes de força, crescimento e expansão do movimento”.

Desse modo, podemos entender o altermundialismo como o “movimento dos movimentos”. Se assim o fizermos, é muito provável que possamos entender o MST como um desses diversos atores que compõem o movimento maior. No entanto, entre movimento e espaço, parece que seria mais interessante, como propõe Whitakher, compreender o Fórum e outras propostas do tipo como um espaço que potencializa a discussão e posterior ação dos movimentos em seus espaços, com suas práticas, de acordo com as suas demandas específicas. O autor nos explica essa dinâmica da seguinte forma:

Assim, o Fórum proporciona espaços para se construírem alianças em lutas que já se desenvolvem. Não se trata de espaços nos quais os organizadores do Fórum Social Mundial são privilegiados, mas onde forças de resistência e movimentos são projetados como líderes da resistência mundial à globalização. Isso pode incluir não apenas um, mas diversos tipos de

resistência, assim como múltiplas alianças, seja baseadas em questões específicas, seja alianças de âmbito ideológico mais amplo.¹⁴⁸

Os próprios movimentos são líderes de uma resistência mundial à globalização. Existe, como já dissemos acima, um elemento aglutinador das forças de todos esses sujeitos com culturas e histórias tão distintas. É a vontade de estabelecer no planeta novas relações econômicas e humanas. As alianças, como foi dito, podem e devem ser múltiplas, e suas bases podem ser especificidades de alguns dos grupos que ali se encontram como agendas gerais de um universo mais amplo de sujeitos. O Fórum, desse modo, é entendido não tanto como “movimento dos movimentos”, mas como oportunidade de colocar em interação os sujeitos sociais capazes de, cada um à sua maneira e no seu espaço, a partir da sua luta específica, fazer perguntas e elaborar respostas que nos direcionem para uma realidade diferente da que aí está, cada vez mais global. Existe um inimigo planetário comum, contra o qual esses vários indivíduos entendem que vale a pena lutar. Dentre os lutadores, podem estar homens e mulheres que carregam as tradições do campo, do meio rural, ou do espaço urbano em todo o planeta. É o que volta a nos dizer Michel Lowy:

Eis então a nova característica das solidariedades que se tecem dentro e em torno do movimento de resistência à globalização capitalista: o combate por objetivos imediatos comuns a todos – por exemplo, a luta contra a OMC – e a busca comum de novos paradigmas de civilização. Em outros termos: mais do que uma solidariedade com, é uma solidariedade entre organizações diferentes, movimentos sociais ou forças políticas de diversos países ou continentes, que se ajudam e se associam num mesmo combate, diante do mesmo inimigo planetário.

Para dar um exemplo: a rede camponesa internacional Via Campesina reúne movimentos tão diferentes como a Confederação Camponesa francesa, o Movimento dos Sem Terra do Brasil ou os grandes movimentos camponeses na Índia. Essas organizações se ajudam mutuamente, trocam experiências, e atuam juntas contra as políticas neoliberais e contra seus adversários comuns: as multinacionais do agro-negócio, os monopólios dos sementeiros, os fabricantes de transgênicos, os grandes latifundiários. A solidariedade delas é recíproca e, juntas, elas constituem uma das mais potentes, ativas e agitadas componentes do movimento mundial contra a globalização capitalista.¹⁴⁹

¹⁴⁸ WHITAKHER, Chico. *O desafio do Fórum Social: um modo de ver*. Op. cit., p. 76.

¹⁴⁹ LOWY, Michel. *Negatividade e utopia do movimento altermundialista*. Op. cit., p. 33

O termo usado pelos autores é o mesmo e permite que possamos seguir para uma conclusão desse nosso primeiro tópico do capítulo: resistência à globalização. Existe um padrão de sociabilidade, que podemos denominar aqui, grosso modo, de capitalismo neoliberal, que incomoda de forma muito parecida a todos os sujeitos que participam das organizações das quais estamos tratando aqui. É contra esse padrão que os diversos indivíduos, dos mais variados movimentos que se aglutinam em torno da bandeira do altermundialismo, estão lutando, cada um à sua maneira, de acordo com as especificidades dos seus espaços e da sua história. Sua pluralidade ou diversidade, que poderia enfraquecer a causa como um todo, de acordo com Lowy é o motivo de seu crescimento e propagação. Se analisarmos bem a questão, podemos supor uma leitura possível para isso. Já foi realizada uma luta, muito baseada no marxismo e na noção de classe, contra a hegemonia do capitalismo. Não há como negar os resultados conquistados historicamente pelas experiências do século XX com o chamado “socialismo real”, mas parece que o seu sucesso, entendido como a construção de um mundo diferente daquele que existia, não foi efetivado, pelo menos de forma consolidada. Diante disso, partindo da constatação de que o capitalismo é suficientemente fluido para resistir ou absorver investidas dessa natureza, restou talvez, àqueles que querem lutar contra tal hegemonia, outra alternativa: uma investida tão fluida quanto o próprio sistema. Diversa, plural, em rede, horizontalizada, misturando gêneros, etnias, culturas, anseios. Um movimento polifônico desencadeado a partir de um lugar que, antes de orientá-lo, proporciona condições de amadurecimento de ideias, estratégias, propostas. Ainda é provavelmente muito cedo para se avaliar o alcance e a efetividade de tais ações, mas é possível conceder a tal iniciativa alguma inteligibilidade.

Continuando o diálogo com Michel Lowy, podemos perceber que o exemplo dado pelo autor em seu artigo é exatamente o nosso objeto de estudo. Trata-se de uma ramificação, presa a outra ramificação, presa à teia central. Esclarecendo: entre as lutas das mulheres, dos estudantes, dos negros, das ONGs, entre tantas outras, existe uma ramificação onde se situam as lutas dos sujeitos que vêm do espaço rural. Nesse sentido, o autor nos fala de uma rede camponesa internacional chamada Via Campesina, citada anteriormente no corpo deste trabalho, à qual, como descrito, o MST está vinculado, o que fica explicitado em sua página inicial disponibilizada na internet. Lowy afirma que tal rede aglutina grupos bastante distintos de indivíduos, como grandes movimentos camponeses na Índia e o MST no Brasil. Nosso objeto de estudo, portanto, é um ponto em uma complexa rede de organizações de indivíduos que compartilham certa identidade. Tal identificação, como vimos, parece estar muito

consolidada nos pontos a serem combatidos pela maioria desses sujeitos, ou seja, no fato de terem uma série de adversários comuns: “as multinacionais do agro-negócio, os monopólios dos sementeiros, os fabricantes de transgênicos, os grandes latifundiários”. A questão do monopólio das sementes e dos transgênicos será comentada logo na sequência.

O núcleo camponês no Fórum, no entanto, é também um ponto de uma teia que aglutina atores dos mais diversos contextos e realidades sociais. Essa parece ser a nova configuração. Como dito acima, é algo incômodo para quem está acostumado com uma organização mais pautada na classe e em pontos de ação mais definidos. Estes, no entanto, parecem não ter apresentado, ao seu tempo, total capacidade de subverter, como desejavam, a ordem instaurada. A rede dos movimentos denominada de altermundialismo, que aglomera e faz interagirem indivíduos tão diferentes uns dos outros em torno da meta de estabelecer novas formas de relação econômica, de interação social e com a natureza, parece entender que para combater um capitalismo fluido, tal como o descrevemos, a fluidez tem que ser utilizada como arma. O capitalismo foge e se apresenta de formas difusas. As armas contra ele também terão que ser heterogêneas, intermitentes, aleatórias, dificultando sua assimilação e estabelecendo novas formas de ordenamento, não de uma vez, mas gradualmente. Não é uma revolução imediata, mas ela parece estar em curso. O MST, ainda que sem perceber em que grau entrava nesse processo com clareza, é hoje um ponto de um ponto da imensa rede antiglobalizante do planeta. De acordo com Chico Whitaker, ponto importante em um processo que se desenvolve de acordo com seu próprio ritmo. Fechemos esta parte da análise com uma última fala desse autor:

O esquema de um “outro mundo” está emergindo não somente das interações que acontecem no Fórum Social Mundial, mas por meio dos debates, discussões e, mais importante que tudo, das lutas pelo mundo afora. O FSM somente cria a oportunidade de enriquecimento desses debates, de apresentação de grande número de perspectivas – algumas competitivas, outras complementares. E não é só isso. Ele está propiciando a possibilidade de construir estratégias comuns para as lutas, está potencializando energias que se encontram. Essas sinergias não englobam todos que participam dos FSM, e em muitos casos nem mesmo a maioria. Mas elas estão sendo construídas.¹⁵⁰

¹⁵⁰ WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social: um modo de ver*. Op. cit., p. 76

O Fórum canaliza as energias, potencializa os debates, oferece os espaços, permite que experiências de resistência contra a opressão e de luta sejam compartilhadas. Isso faz com que ações concretas posteriormente possam ser tomadas pelos participantes, que levam os direcionamentos e as novas vivências para seus espaços de origem. Levam, acima de tudo, esperança de algo novo. Com o passar do tempo, a luta solitária de um movimento só, às vezes sem grandes conquistas, pode ir conduzindo seus participantes para a apatia. Não é fácil batalhar sem expectativa de sucesso. O encontro com outras formas de fazer e com relatos de superação pode, com certeza, ser de grande valia no retorno à batalha. Parece que a teia de movimentos demonstra tal capacidade. O autor deixa claro que é possível que nem todos os participantes sejam atingidos pela sinergia do ambiente, talvez sequer a maioria. Mas, ao mesmo tempo, é otimista com relação à possibilidade de aqueles que o são realizarem transformações a partir dali nos espaços dos quais fazem parte. É uma nova forma de se entender a mobilização, para a qual nos conduziu o estudo do MST. Vamos tentar perceber agora o que o conduziu até aí e o que ele realmente compartilha com o altermundialismo.

3.3. UM CAMPESINATO GLOBAL.

O sujeito por nós estudado se apresentava, desde o primeiro número do Jornal Sem Terra, ainda na sua fase de Boletim Informativo, em 1981, como um sujeito plural, diversificado. Lembremo-nos de que o MST ainda não existia oficialmente nesse momento, mas que a ocupação da Encruzilhada Natalino é um evento simbólico e, em termos de experiência, importante para o processo do seu surgimento. Ali se encontravam cerca de 500 famílias, entre as quais existiam pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros. As situações de origem, portanto, eram significativamente distintas, mas tais indivíduos conseguiram se organizar em uma luta que só teve seu desenrolar definitivo na segunda metade de 1983. É claro que alguma rotatividade deve ter existido entre aqueles que iniciaram e os que viram o término do processo, mas em termos gerais a maioria permaneceu, apesar das diferenças e, talvez, auxiliados por elas.

Esta é a primeira característica que podemos encontrar na figura do camponês tal como o estudamos aqui. Na contraposição arbitrária campo/cidade, na qual o primeiro lembra o arcaico e a segunda o moderno, tais sujeitos fariam parte de uma estrutura social que

remonta ao passado, em função da lida com a terra. Apesar disso, quando se colocam juntos, sobretudo em função de uma causa coletiva, demonstram uma capacidade imensa de adaptação a circunstâncias complexas, grande parte das vezes inóspitas. Ao pensarmos, desse modo, na sua identidade, é claro que temos que inserir na compreensão, em primeiro lugar, os vínculos com o espaço agrário, um retorno a ele ou uma busca de atingi-lo. No entanto, essa capacidade de enfrentar o novo e a diversidade no momento dos conflitos também é uma característica que, em geral, precisa ser ressaltada, sobretudo nesse camponês do movimento, do qual tratamos aqui.

Nesse sentido, essa capacidade de se vincular a um campo que nem conhece faz dos outros camponeses, aqueles que foram se unindo ao MST durante a sua trajetória, figuras interessantes de serem estudadas, sobretudo no que diz respeito aos fatores motivadores para essas suas opções. É óbvio que o fato de viverem em condições muitas vezes degradantes nos auxilia a entender por que muitos desses indivíduos projetam suas esperanças em algo que nem conhecem e que, por vezes, é difícil de conseguir. Ainda assim, essa capacidade de acreditar em outra realidade, a ela retornando ou conhecendo-a a partir da luta, é uma das marcas do nosso sujeito. De acordo com Armando Bartra Vergés, o camponês

aparece primeiro como evidência social; como protagonista de movimentos reivindicatórios, como projeto e utopia, como socialização rural, como cultura, como discurso, como imaginário coletivo, como nostalgia. Sujeito de todos os paradoxos, na luta que liberta diversos tipos de demandantes de terra – que apesar de serem camponeses, não cultivam para si e, em certas ocasiões, vivem na cidade – o camponês surge como vontade de ser, como projeto, como carência e aspiração.¹⁵¹

É uma identidade complexa, como podemos ver, e que, como as demais, também deve ser entendida pela ausência, pelo que lhe falta, pelas carências, que são justamente o que faz com que seja o que é. Desse modo, entre os sujeitos distintos que iniciaram as ocupações, primeiro no fim da década de 1970, chegando à Encruzilhada Natalino, e perpassando todo o caminho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apesar de todas as diferenças de origem, de experiências, de vivências, de culturas, sempre existiu uma demanda, fosse de

¹⁵¹ BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, p. 68.

retorno ou de chegada, pela inserção no espaço rural, entendido como uma forma de produzir uma vida digna para eles e para os seus.

Como ocupantes de um espaço no qual “não deveriam estar”, em função de uma documentação que garante a propriedade a um outro, eles se tornam, como o próprio trecho diz, uma “evidência social”. Visíveis para quem passa e/ou para meios de comunicação regionais – por vezes nacionais – são unificados pelas representações construídas a seu respeito, ora demonizados, ora vitimizados, tornando-se, na maioria das vezes, uma massa homogênea de marginais ou de coitados. De todo modo, fazem-se notar e, como sabemos, tal fato sempre se tratou de uma arma no caso do MST para chamar a atenção da opinião pública e pressionar as autoridades instituídas no atendimento de suas demandas.

Por meio do *Jornal Sem Terra*, durante mais de trinta anos o MST tem apresentado um “discurso”, como podemos ver até aqui, coerente com certas concepções ideológicas adquiridas e defendidas desde muito cedo; aprendeu e desenvolveu formas de sociabilidade e de produção que também são transmitidas pelos seus veículos. A produção cultural, por meio das músicas, poemas, teatro, quando pensamos no movimento como um todo, é bastante considerável. É claro que cada um desses aspectos, para ser mais bem detalhado, demandaria uma pesquisa específica, o que não nos é possível no momento.

Existe, por último, uma concepção imaginária e até mesmo, como o próprio trecho ainda afirma, nostálgica da figura do camponês. Esse, talvez, seja um dos motivos de visões pouco simpáticas em relação aos membros dos movimentos. Trata-se de uma percepção de que a um homem do campo cabem certas práticas, ao passo que outras não, o que tenderia a engessar sua figura no passado, abolindo da sua vivência os confortos que podem ser garantidos pelas novas tecnologias, ou mesmo uma percepção que vise o sucesso financeiro por parte do assentado. Todas essas, é preciso que fique claro, são construções sociais. Esses indivíduos, na produção da sua identidade na luta cotidiana, por certo têm que lidar com todas elas, filtrá-las e, no fim das contas, avaliar o que vale a pena levar para si. No entanto, o que colocou as nossas 500 famílias juntas, em 1981, na Encruzilhada Natalino, foi essencialmente a “vontade de ser”, o “projeto”, a “carência” e a “aspiração”. Aliás, de acordo com o mesmo Bartra, não é fácil ser camponês depois de estabelecida a modernidade. De acordo com ele,

os camponeses são anacrônicos e utópicos, uma classe abandonada pela economia e pela história, condenada à morte em todos os tribunais da modernidade. As revoluções burguesas deveriam enterrá-los juntamente com o feudalismo; o desenvolvimento capitalista tende a fragmentá-los em

empresários agrícolas e proletários do campo e o socialismo procura combatê-los por considerá-los como a sementeira de uma desprezível burguesia rural.¹⁵²

De fato, se pensarmos em todo o processo de modernização conservadora vivido no Brasil, tratado nos capítulos anteriores, percebemos que não houve uma opção política, boa parte do tempo, de se manterem as condições para que este tipo de sujeito continuasse a existir. Os incentivos governamentais foram, no período de surgimento do MST, sobretudo para o chamado agronegócio. A questão da integração como empresário agrícola é um pouco mais complexa, pois os níveis em que isso acontece são muito variáveis. No Brasil, o debate se encontra, basicamente, em torno do conceito de “agricultura familiar”, pois esta é exatamente a categoria que está inserida nas possibilidades de financiamento por parte do próprio Estado por meio do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso).

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, algumas marcas que diferenciam a noção de camponês daquela que enquadra a agricultura familiar é o fato de que esta última é marcada pela “integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias”¹⁵³. Como a questão do financiamento é algo de extrema importância no atual estágio do campo brasileiro, se existe a possibilidade de consegui-lo se enquadrando em uma categoria, é compreensível que parte considerável dos sujeitos que ocupam o espaço agrário o façam. Não penso que isso seja sequer condenável. No entanto, se aceitamos realmente a diferenciação, o que segue, de acordo com o próprio autor, é que para o camponês,

ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que veem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que veem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital.¹⁵⁴

¹⁵² Idem.

¹⁵³ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf, acessado em 08/02/2015, p. 3.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 4.

Mançano segue o mesmo raciocínio de Bartra no sentido de perceber a figura do camponês como alguém que não é benquisto pelo processo de modernização capitalista. Como as formas de financiamento são dirigidas essencialmente a um sujeito, se o camponês não entra nessa categorização sua sobrevivência se torna difícil. Ao adentrar, de acordo com a percepção do autor, ele perde algo da sua identidade. Apresentamos o trecho só para demonstrar como às vezes, senão em boa parte delas, o intelectual encontra problemas onde os próprios sujeitos sociais não o veem. Essa diferenciação entre os termos, que o autor entende como relevante, em nenhum momento é encarada realmente como algo essencial pelo próprio *Jornal Sem Terra*, nossa fonte de pesquisa central. Durante todo o tempo existe um embate muito claro que coloca de um lado o agronegócio e, do outro, as agriculturas familiar e camponesa. Vejamos um trecho:

No início de março, a Via Campesina e a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) elaboraram um balanço das ações do governo Lula nestes três anos. A avaliação foi negativa: para dez medidas a favor da agricultura familiar, houveram (sic) trinta que priorizaram o modelo de agronegócio.¹⁵⁵

Em outras matérias¹⁵⁶, que não teremos tempo de analisar aqui, o MST coloca “agricultura familiar” e “camponesa” como termos sinônimos, não problematizando a diferença de nível de vínculos com o mercado ou o Estado entre as duas. Reiterando o que foi dito acima a partir da citação, o que se percebe é o confronto entre as agriculturas familiar e camponesa, de um lado, e o agronegócio do outro. Aí se encontra o conflito. Mesmo porque, já que o governo federal tem um programa de financiamento para o pequeno agricultor que está voltado para a sua forma familiar, nada mais racional do que os assentados se adequarem a esse enquadramento na busca de financiamentos para as suas lavouras. O debate, portanto, pelo menos quando pensamos nas representações assimiladas nos meios de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realiza-se no ainda baixo percentual orçamentário voltado para financiar o pequeno agricultor no país, quando comparado àquele destinado aos agronegócios e, em alguns momentos, a queixa se estende até sobre a quantidade de burocracia enfrentada pelos que mais precisam.

¹⁵⁵ A reforma agrária e a disputa de modelos. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 260, março de 2006, p. 2.

¹⁵⁶ A MOBILIZAÇÃO POPULAR dos sem-terra em 25 de julho. *Jornal Sem Terra*, nº 265, agosto de 2006.

Desse modo, percebemos que a identidade do camponês (esse termo sim é utilizado) efetivada pelo MST desde o seu início é, sobretudo, estabelecida no confronto com a noção de latifúndio/agronegócio. Os percalços para a sobrevivência desse sujeito com os processos de modernização, apresentada tanto por Bartra quanto por Mançano, nos parece ser admitida pelo movimento quando reclama, constantemente, das dificuldades em relação às prioridades de auxílio do Estado para o pequeno agricultor em geral. No entanto, apesar de, em geral, tais sujeitos sociais nos remeterem à imagem de figuras vinculadas ao local, à terra, ao solo, o movimento foi, ao mesmo tempo em que se tornava nacional, muito rapidamente se internacionalizando.

A nacionalização ocorre em 1985, como vimos no capítulo anterior. Até 1984, o que existia era um Regional Sul. Com o espalhamento pelo país, no entanto, tem início a internacionalização. Já no ano de 1985 vamos encontrar números com o apoio a agricultores na Nicarágua e uma entrevista com Sergio Ramirez Mercado, com o título “A paz na América Central depende somente dos EUA”¹⁵⁷. O número de dezembro desse mesmo ano também aparece com reportagem internacional, esta sobre o Equador, de nome “Campesinos lutam por uma verdadeira Reforma Agrária no Equador”. Nela percebemos o desejo do movimento de estabelecer vínculos com a América Latina e de aprender com outras experiências, tanto positivas quanto negativas. Vejamos:

No momento em que o governo brasileiro lança um plano de Reforma Agrária, é muito oportuno conhecer a experiência vivida por outros povos (sofridos) desse imenso continente latino-americano. No Equador, um dos menores países da América Latina, foram feitas duas leis de Reforma Agrária (num período de nove anos 64/73) que pouco ou quase nada mudaram a situação de miséria e de abandono dos camponeses e dos índios. Como pode isto acontecer?¹⁵⁸

A nacionalização vem junto com a internacionalização. Esta, na reportagem, é justificada pela busca de experiência em um momento em que no Brasil há um processo que exige reflexão. No entanto, podemos assimilar na matéria o que gera a verdadeira identidade latino-americana entre os sujeitos que lutam: são gente sofrida. O capitalismo, como vimos no primeiro capítulo com o que denominamos de hiperindividualização, compromete os laços de

¹⁵⁷ *Jornal Sem Terra*, nº 48. Outubro/novembro de 1985.

¹⁵⁸ LAVORATI, Liliana. Campesinos lutam por uma verdadeira reforma agrária no Equador. *Jornal Sem Terra*, nº 49. Dezembro 1985, p. 8-9.

confiança das relações tradicionais. Os movimentos que estudamos aqui, como apontamos, tendem a criar novos laços a partir das necessidades, dos sofrimentos, das agruras. As dificuldades globalizadas, junto à oferta cada vez maior de comunicação, potencializam a organização dos despossuídos. E é preciso atentar para o fato de que em 1985 nós não tínhamos as possibilidades de difusão de informações e de contato com outras pessoas que temos hoje. Elas eram muito escassas. Ainda assim a mobilização acontecia.

O que estamos percebendo aqui é que a solidariedade em torno de lutas compartilhadas é a base do altermundialismo. São novas relações de confiança moldadas em torno das necessidades. Debaixo da lona preta, passando por dificuldades no cotidiano, parece que esses sujeitos tinham uma percepção muito clara de que era preciso mobilizar aqueles que tinham causas parecidas. De acordo com Milton Santos, essa é uma tendência compreensível. Segundo o autor,

como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos “não-possuidores” é a prontidão dos sentidos. É com essa força que eles se eximem da contrafinalidade e ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam.¹⁵⁹

O “não possuir” se torna uma riqueza, no sentido do texto, porque é o fator aglutinante que potencializa a mobilização dos sujeitos por mudanças efetivas. E a partir da luta pelo que é mais urgente – no caso do MST, a terra – ocorre a ampliação para causas mais abstratas, chamadas de “bens infinitos” por Santos, que são a solidariedade, a liberdade, a fraternidade. É uma globalização solidária contra a globalização individualizante. Esta última é uma tendência do capitalismo avançado, com um consumo cada vez mais individualizado, laços de confiança tradicionais cada vez menos significativos. Aquela, defendida pelos movimentos, busca a mudança geral dessa lógica em razão, como vimos acima, de um mundo com relações diferentes em todos os níveis: econômico, ecológico, humano.

Em 1994 dá-se um passo importantíssimo rumo a uma organização mais ampla dos camponeses: o I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo, em Lima, no Peru. De acordo com a matéria, representantes de 20 países se encontravam na ocasião; 17 da América Latina e 3 da Europa. Outros movimentos brasileiros também enviaram

¹⁵⁹ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 130.

representantes, tais como o Departamento Rural da CUT, a CPT e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ainda segundo a publicação, o

evento teve o objetivo de intercambiar experiências entre nossas organizações e buscar formas de coordenação de ações conjuntas, firmando as raízes de uma organização que procurará encontrar alternativas que se contraponham e resistam às políticas neoliberais que vem deixando rastros de miséria e violência por todo o continente.¹⁶⁰

Desse congresso surgia, formalmente, a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), hoje também com sua página na internet, contando com mais de 80 organizações de 18 países da América Latina e do Caribe. De acordo com a informação do próprio site,

1994 foi um ano marcante para os movimentos populares na região, sinais de recuperação das lutas sociais, particularmente no campo, contra as políticas neoliberais. Ele começa com o levante zapatista em Chiapas, no México, e em seguida, registra o segundo levante indígena no Equador, as marchas dos *cocaleros* na Bolívia, mobilizações para a reforma agrária no Paraguai, Guatemala e Brasil, entre outros eventos.¹⁶¹

Então estava formada a rede latina dos movimentos camponeses. Claro que ainda não existia página, nem do MST, nem da CLOC. No momento do I Congresso provavelmente ninguém tinha muito claro onde tais mobilizações iriam parar. No entanto, a vontade de lutar parecia ser a questão marcante e existia um ponto de convergência de tantos sujeitos sociais distintos – só o Brasil com 51 delegados de 6 movimentos diferentes. Existia um modelo que se espalhava pelo continente e que deixava rastros de miséria e de violência por onde passava. Aquela mesma violência da qual falamos nos dois capítulos anteriores, embasados por Žižek e por Milton Santos, denominada objetiva, estrutural ou sistêmica. É que com o declínio das experiências do chamado socialismo real, com a crise das ideologias de esquerda, o capitalismo se sentia à vontade para mostrar sua versão mais escancarada: o neoliberalismo.

Trata-se de um senso de unidade imenso, ao pensarmos nesse número de sujeitos, de tantos países, com várias histórias e experiências diferentes. E o interessante é que,

¹⁶⁰ I CONGRESSO LATINO-AMERICANO de Organizações do Campo reafirma unidade na luta *Jornal Sem Terra*, n° 134, março de 1994, p. 14.

¹⁶¹ Disponível em <http://www.cloc-viacampesina.net/es/quienes-somos>, acessado em 15/01/2015.

aparentemente, não se quer chegar, a partir da organização, à homogeneização dos sujeitos, dos pontos de pauta ou das estratégias de solução. A busca é por estabelecer, a partir do intercâmbio de experiências, uma coordenação de ações para o combate, nas regionalidades, contra uma forma de gestão política que, na concepção das lideranças camponesas, é injusta. Pelo trecho da página da CLOC podemos perceber a diversidade dos indivíduos. Mas a questão que pode incomodar alguns, inclusive a este que realiza o estudo, é sobre as estratégias de ordenamento de sujeitos tão distintos. Toda essa diversidade não atrapalha? Não seria mais fácil homogeneizar para organizar? Armando Bartra, ao nos descrever o camponês mexicano, afirma que eles gostam de viver apartados, dispersos, espalhados, diversos, plurais. Nas suas palavras:

Pluralidade extrema, que talvez tenha representado um entrave e vergonha quando a moeda era a unanimidade do uniforme, mas privilégio e fortuna quando se reconhece a virtude que vive nas diferenças. Então, para que os camponeses se construam como sujeitos unitários, inventem-se como classe, é necessário tecer um barroquíssimo tapete de incontáveis fios e múltiplos teares; em rigor, trata-se de costurar a unidade na diversidade.¹⁶²

Mais de 80 organizações, 18 países. A CLOC é um tapete bastante colorido. Só do Brasil, havia no Congresso de fundação mulheres camponesas, atingidos por barragens, o braço católico da luta pela terra, o braço sindical. Ao colocarmos representantes dessas quatro tendências para decidir um assunto qualquer, sabemos que não será algo fácil. Divergências de ideias entre sujeitos podem levar a demandas demoradas. Mas parece que não é esse o ponto de vista adotado por quem se envolve nesse tipo de empreitada. O que se nota na matéria do *Jornal Sem Terra* sobre o I Congresso é que existe uma busca por alternativas para a realização de ações coordenadas. A meta é o aprendizado com experiências tão distintas, de sujeitos tão diferentes, que se possa, a partir daí, realizar a intervenção na realidade. Há, portanto, uma valorização da pluralidade que, como afirma Bartra, é um privilégio quando se reconhece a “virtude que vive nas diferenças”.

Não é a primeira vez no capítulo que lemos o elogio da diversidade. No nosso primeiro tópico, ao falarmos do Fórum Social Mundial, vimos que Michel Lowy compreende que, também no caso daquela experiência, a “pluralidade é uma das fontes de força,

¹⁶² BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. Op. cit., p. 321.

crecimento e expansão do movimento”. A logística deve ser complicadíssima, por vezes são vários dias para a realização de eventos maiores (o I Congresso durou 5 dias), mas as vivências que cada sujeito tem e pode compartilhar com os demais, os erros cometidos que podem evitar que outros percam tempo, os empreendimentos comprovadamente funcionais que podem ser utilizados por outros companheiros na luta, tudo isso parece valer a pena para os participantes dessas grandes organizações internacionais, das redes de movimentos e organizações. A unidade na diversidade. A mais perceptível, como pudemos ver, é a luta contra o modelo neoliberal violento contra os desfavorecidos que encontra pelo caminho.

Se essas experiências continentais são enriquecedoras, a ampliação para o conhecimento de experiência de outros continentes, evidentemente, o é ainda mais. O vínculo com a CLOC foi a ponte para conduzir o MST a uma parceira ainda maior: a Via Campesina. Vejamos como esse nosso sujeito internacional se apresenta em sua página:

A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, agricultores de pequeno e médio porte, sem-terra, mulheres agricultoras, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Ele defende a agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade. Ela se opõe fortemente a agricultura dirigida pelas corporações e empresas transnacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza.¹⁶³

O número é bastante considerável, pois a página fala de milhões de indivíduos espalhados pelo planeta fazendo parte do movimento. É possível, no entanto, relativizar um pouco tais números. A Via Campesina é um movimento de movimentos de camponeses, de acordo com o que se pode perceber. Os números que apresenta, obviamente, são aqueles que resultam da soma dos participantes dos grupos que participam dela. Não é possível afirmar que cada membro de organização ligada à Via no mundo saiba desse fato ou saiba o que ela significa e quais são suas ideias. No entanto, o vínculo teoricamente existe. A gama de sujeitos presentes é tão ou mais plural que aquela que já havíamos analisado na CLOC. No entanto, existem pontos de pauta muito claros e objetivos que podem aglutinar indivíduos tão distintos. A luta da Via é a favor de uma “agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade”.

¹⁶³ Disponível em <http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/what-is-la-via-campesina-mainmenu-45>, acessado em 15/01/2015.

Com uma causa como essa, sabemos que o MST pode participar da luta sem nenhum tipo de restrição. Dignidade, justiça social, sustentabilidade e agricultura em pequena escala são pontos de luta do nosso objeto de pesquisa desde a sua origem. A Via é contra “a agricultura dirigida pelas corporações e empresas transnacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza”. Já vimos acima no capítulo 2 que o agronegócio é considerado o grande inimigo na formação da identidade do MST, também no Brasil. Falaremos sobre a questão da sustentabilidade logo em seguida, mas podemos adiantar que o movimento sempre esteve preocupado com isso também. Desse modo, em todo o planeta, os movimentos que compartilham tais ideias com aquele que estudamos aqui podem também ser membros da Via Campesina.

Na página do movimento constam 164 organizações em 73 países de quatro continentes. Mais do que os pontos de pauta comuns, tanto objetivos a serem alcançados quanto elementos a serem combatidos, a Via acredita que alguns sentimentos unam seus membros em todo o planeta. Em outro trecho da página podemos ler:

A Via Campesina é construída sobre um forte senso de unidade e solidariedade entre os pequenos e médios produtores agrícolas do Norte e do Sul. O principal objetivo do movimento é realizar a soberania alimentar e parar o processo neoliberal destrutivo. Baseia-se a convicção de que os pequenos agricultores, incluindo pequenos pescadores, os pastores e os povos indígenas, que representam quase metade da população do mundo, são capazes de produzir alimentos para as suas comunidades e alimentar o mundo de forma sustentável e saudável.¹⁶⁴

Novamente as palavras de ordem que lemos acima: pela sustentabilidade, contra o neoliberalismo. Mas a questão posta é que, para o movimento, existe um “senso de unidade e solidariedade” entre os camponeses do norte e do sul. A mesma solidariedade que o *Jornal das Crianças Sem Terrinha* tenta incutir nelas desde muito cedo, como vimos no capítulo passado. Ela que vem sendo ameaçada por uma sociabilidade cada vez mais individualizante e desagregadora, conforme visto no primeiro capítulo. Ainda voltaremos a falar desse sentimento, mas é interessante que sujeitos que não se conheçam, possivelmente nem saibam onde fica a cidade em que vive o outro, possam se solidarizar com sua condição. Pode ser que estejamos tratando somente de palavras, e que tal sentimento sequer exista. Eu, no entanto,

¹⁶⁴ Idem.

não faço essa aposta. As conquistas do MST no Brasil se deveram a um engajamento considerável de seus participantes, e isso é difícil de refutar. Quando lemos notícias de mobilizações, ou assistimos a discussões sobre sustentabilidade, agrotóxicos, transgênicos, geralmente o nome da Via Campesina pode ser encontrado, representado por debatedores. Esses sujeitos sociais se encontram no campo de luta por uma realidade diferente, e estão nisso porque vislumbram um mundo distinto do que aí está, com uma nova relação com a natureza, dos homens uns com os outros, com os alimentos. Querer que isso se estenda por todo o planeta e atinja todos os indivíduos é, a meu ver, ser solidário. E isso porque o espalhamento das relações buscadas por esses movimentos significaria, pelo menos na sua utopia, maiores níveis de justiça social.

Desse modo, com alguns pontos de pauta comuns bastante simples, a sustentabilidade, a agricultura realizada em pequenas extensões de terra, a justiça social, o combate ao agronegócio e ao seu grande difusor no planeta, o modelo neoliberal, a rede de movimentos campestinos vai costurando a “unidade na diversidade”. Não nos esqueçamos de que isso só é possível porque esses sujeitos sociais, ao longo de suas lutas – no caso do MST debaixo da lona preta –, em função das carências e dos sofrimentos, desenvolvem, como nos afirmava Milton Santos, um sentimento muito forte de solidariedade, de pertencimento a uma causa comum. Em tempos de hiperindividualização, é um mérito considerável dessas formas de organização gerar tal forma de ver o mundo, ainda que em níveis tão distintos entre os diferentes sujeitos, obviamente. Foi assim que o nosso sujeito social, tão diversificado em um país com dimensões continentais, vivendo cotidianamente o desafio de construir uma identidade agrária brasileira, com uma ideologia formada para a luta que ele considera necessária, vinculou-se aos poucos a outras organizações latino-americanas, ajudando a fundar uma organização maior, para finalmente ingressar na Via Campesina e estabelecer-se na rede camponesa planetária que, ao se ligar ao Fórum Social Mundial, articula forças distintas de todo o planeta na luta por “um outro mundo possível”. Na sequência do capítulo escolhemos alguns temas comuns da luta altermundialista para acompanharmos o seu amadurecimento dentro do Jornal Sem Terra e de outras formas de comunicação do movimento.

3.4. MST, NEOLIBERALISMO E IMPERIALISMO.

Como visto acima, um dos pontos de pauta comuns tanto do braço latino-americano dos camponeses quanto do mundial é a luta contra o chamado neoliberalismo. Tal forma de conduzir a economia por parte do Estado, fazendo com que este se afaste de suas obrigações sociais, abrindo mais espaço para a sociedade civil organizada e, sobretudo, para o mercado, sempre foi uma iniciativa dos países centrais e das grandes organizações que representam o capital internacional. Portanto, essa imposição de tal forma de gestão aos demais países, que são dependentes economicamente tanto das nações mais abastadas quanto de instituições quanto a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional, é chamada de imperialismo. A luta contra a forma de gestão por parte dos movimentos sociais implica a luta contra o seu espalhamento. Neste tópico, portanto, comentaremos como, ao longo da existência do *Jornal Sem Terra*, foram tratados os temas do neoliberalismo e do imperialismo.

No ano de 1988 foi criada uma seção chamada “América Latina”. Em fevereiro, ela veio com uma matéria de nome “Unir a América Latina”, demonstrando a percepção da necessidade, por parte do movimento, de trocas de experiências sobre as lutas que os sujeitos sociais estavam travando nos diversos países do continente. Na edição de janeiro/fevereiro de 1990 o jornal trouxe, em matéria de nome “Patrão imperialista, agride Panamá” a seguinte afirmação: “A agressão do imperialismo norte-americano contra o Panamá, em dezembro passado, é a quarta de suas intervenções na América Latina nos últimos dez anos, sem contar o ataque permanente a Cuba.”¹⁶⁵

Seis anos antes da fundação da CLOC, rede de movimentos do campo da América Latina, e bem antes, também, do início das reuniões do Fórum Social Mundial, em 2001, o movimento já se manifestava, no âmbito latino-americano, contra certa lógica que o incomodava. Faz parte, portanto, da sua dinâmica, como vimos desde 1985, com as primeiras matérias sobre nosso continente, a tendência de ampliação da luta para os ambientes que lhe são solidários. É claro que o desenvolvimento de meios técnicos que facilitassem tal postura foi determinante para o alcance desse tipo de ações. No entanto, desde que o MST se nacionalizou, vemos esses sujeitos em uma busca por aglutinar experiências e ampliar resultados.

Como vimos no capítulo anterior, apesar de lutar por reformas no sistema jurídico e político do país, buscando a propriedade da terra para seus participantes, é nítido, nesse exato período do movimento, o discurso mais forte no sentido de revolucionar. É de 1989 uma das

¹⁶⁵ PATRÃO IMPERIALISTA, agride Panamá. *Jornal Sem Terra*, nº 91. Janeiro/Febrero 1990, p. 21.

falas sobre o socialismo como a grande meta do movimento. Portanto, sem nos alongar desnecessariamente em detalhes, poderemos acompanhar a partir desse momento uma tendência cada vez maior das publicações ao combate à lógica capitalista internacional, inclusive com a publicação de textos de intelectuais. Em setembro de 1995, leremos:

O capitalismo é o vencedor mais estúpido que a história já conheceu. O Ocidente não refletiu com autocritica a respeito de sua vitória sobre o socialismo real. Em vez disso, tentou declarar como modelo de sua hegemonia a ideologia do mercado total, que nunca foi real em sua história, fazendo-a remédio para todos os males e tentando exportá-la a todo custo para todas as regiões do mundo.¹⁶⁶

O autor é Robert Kurz, apresentado na matéria como sociólogo alemão. Na verdade, sua formação inicial é em filosofia e seu livro mais conhecido no Brasil seria *O colapso da modernização*¹⁶⁷. Temos, portanto, um texto com uma boa fundamentação teórica, que trata exatamente da consolidação da hegemonia do discurso capitalista de mercado de forma globalizada. O MST, como sempre, desde que se entende como movimento, mantém-se na crítica ferrenha a esse modelo. No trecho, há uma chamada à reflexão sobre essa pretensa vitória da economia de mercado sobre o socialismo, com a fragmentação desse sistema nos países que o haviam adotado durante parte significativa do século XX. A tentativa de exportação a todo custo de tal modelo para “todas as regiões do mundo” é o que estamos denominando nesse tópico de imperialismo.

Mas o MST, que, como vimos, manteve uma parceria com intelectuais para o embasamento de seus membros desde muito cedo, publica tal texto não só para criticar o autoritarismo presente na busca da imposição de um modelo único para espaços tão diferentes. Adiante, o autor nos fala da ausência de viabilidade do que está se espalhando e da necessidade da criação de alternativas. Vejamos mais um trecho:

Se o socialismo era uma ideia nobre, porém não feito para o homem real, a economia de mercado globalizada nem chega a ser nobre. Não funciona e não é nem um pouco viável para a grande maioria. Mas esta não permanecerá tanto tempo, pois o neoliberalismo nada mais é que a ideologia da moda conveniente para a estupidez dos capitalistas num momento

¹⁶⁶ Robert Kurz. A estupidez do neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*, nº 151. Setembro 1995, p. 3.

¹⁶⁷ KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

histórico de susto. A humanidade precisa inventar algo fundamentalmente novo. A cirurgia neoliberal pode ter lógica, mas levará o paciente à morte.¹⁶⁸

Não há nobreza na economia de mercado globalizada. Essa é, no fundo, a mensagem que se quer deixar clara a partir da matéria. Nem os países mais desenvolvidos, nos quais os governantes optaram pela adoção do modelo neoliberal, conseguiram de fato resolver seus problemas de acordo com as promessas feitas às suas populações. O espalhamento de um modelo tão gerador de desigualdades para espaços já marcados por ela, evidentemente, tenderia a levar a resultados ainda mais catastróficos, e era o que acontecia. O autor adiantava, no entanto, que tal dinâmica do capital não duraria por muito tempo, pois levaria aqueles que a utilizavam à morte – penso que em todos os sentidos, econômico e físico, no caso dos indivíduos atingidos pela situação de indigência por um sistema que causa a desigualdade extrema.

No entanto, o convite: “a humanidade precisa inventar algo fundamentalmente novo”. Já em 1995, recém-vinculado às organizações internacionais que vimos acima – a CLOC que ele ajudou a fundar –, o MST publica um texto em seu jornal que convoca seus membros à participação da invenção de algo novo, em contraposição à economia de mercado globalizada que se impunha de forma autoritária a partir das economias centrais e de suas entidades representativas. Robert Kurz era um autor de orientação marxista, a mesma que, como dissemos, tem animado o movimento desde muito cedo, em um misto com uma mística religiosa, dificultando a assimilação exata de seu teor. Uma coisa fica muito clara, no entanto: o capitalismo é injusto e precisa ser superado.

Nos demais números a luta ideológica continuaria acirrada. Durante a campanha para o plebiscito da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que aconteceu em setembro de 2002, a batalha foi ferrenha. O número 224, de outubro deste ano, trazia na sua capa: “Plebiscito Nacional: dez milhões reprovam a Alca”. Na mesma capa, outra chamada: “O modelo econômico neoliberal expulsou mais de 5 milhões de pessoas do campo”. No corpo dessa matéria, podia-se ler que isso havia ocorrido entre 1999 e 2001. De acordo com o *Jornal Sem Terra*:

Elas foram tangidas das suas terras e dos seus sonhos pelo latifúndio cruel. Essa espécie de peste criada pelo capitalismo fez com que, para não morrer, o povo fosse para as cidades – moinhos de gente e esperanças –

¹⁶⁸ KURZ, Robert. A estupidez do neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*, nº 151. Setembro 1995, p. 3.

incorporando-se à geografia da fome e do subemprego, estatística dos sem-nomes, sem-lugares, sem-terras.¹⁶⁹

A relação para o movimento, portanto está feita: capitalismo contemporâneo, neoliberalismo, latifúndio/agronegócio, exclusão. É nesse sentido que percebemos que a luta do MST tinha, necessariamente, que extrapolar o espaço agrário para resultar, se tudo desse certo, na conquista do espaço no campo. Não é possível a consolidação da reforma agrária como esses sujeitos a entendem dentro do modelo então vigente. Existem instituições, como a OMC, o FMI, o Banco Mundial, e um mentor geral, os Estados Unidos. É o império do capital tentando dispersar seus tentáculos em todo o globo. O interessante é que o Banco Mundial, no período entre 1997 e 2002, havia tentado direcionar, inclusive, o processo de reforma agrária em países como o Brasil, por meio da alternativa denominada “Reforma Agrária Assistida pelo Mercado”, a RAAM. Durante os anos citados isso aconteceu em um projeto-piloto denominado Cédula da Terra e, a partir de 2003, teve continuidade por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁷⁰. De acordo com João Márcio Mendes Pereira e Sérgio Sauer, além

de expressão clara de uma política governamental baseada na lógica de mercado (lei da oferta e da procura por terras), tais programas explicitam embates de longa data entre o poder político central (Executivo Federal) e setores organizados da sociedade brasileira. Malgrado o discurso do Banco Mundial em prol da promoção do “protagonismo social” e do “empoderamento dos pobres”, os enfrentamentos em torno desses programas expressam um descompasso entre as reivindicações históricas pelo acesso à terra e a natureza da política social para o campo, posta em prática pelos governos federais nas últimas décadas, centrada no “alívio da pobreza”¹⁷¹

Estamos acompanhando, desde seu surgimento, a luta do MST, inclusive com uma busca constante de formação ideológica dos seus membros no sentido de estabelecer no campo brasileiro relações diferentes daquelas encontradas na sociedade capitalista. A reforma

¹⁶⁹ TEIXEIRA, Gerson. Mais de 5 milhões de pessoas expulsas do campo em 3 anos. *Jornal Sem Terra*, nº 224. Outubro 2002, p. 4.

¹⁷⁰ PEREIRA, João Márcio Mendes & SAUER, Sérgio. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. *Revista Sociedade e Estado*, nº 3, setembro/dezembro de 2011, p. 587.

¹⁷¹ Idem, ibidem, p. 588.

agrária, em seu sentido profundo, teria em última instância esse sentido. No entanto, demonstrando uma distância entre as aspirações dos movimentos e as práticas adotadas pelas entidades governamentais, mesmo nos casos mais recentes de governos pretensamente mais à esquerda, o que se realiza no momento é uma tentativa de alteração da estrutura fundiária nacional seguindo a lógica do próprio mercado. Os autores afirmam que, no discurso, tais iniciativas deveriam significar a tomada de algum tipo de poder pelas camadas da população que necessitam da terra, ainda que fosse econômico. Ainda assim, não é essa a leitura que se faz dos resultados.

Um dos problemas sérios apontados sobre a iniciativa é o fato de que, ao estabelecer um espaço de negociação entre o pleiteante da terra e o proprietário do latifúndio, o tratamento a este segundo é significativamente modificado. De acordo com o artigo 184 da Constituição Federal, no ato da desapropriação para a reforma agrária, somente as benfeitorias úteis e necessárias seriam pagas em dinheiro, ao passo que o valor do imóvel seria pago com títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 20 anos, com cláusula de preservação do valor real. O projeto Cédula da Terra estabelecia outra forma de pagamento para o proprietário. Vejamos:

Iniciado, não por acaso, em um contexto de intensa polarização política, o projeto piloto Cédula da Terra e, sobretudo, o Banco da Terra, angariaram a adesão imediata de entidades de representação do patronato rural, a exemplo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), não apenas por remunerarem os proprietários à vista e a preço de mercado, mas, sobretudo, por competirem com a mobilização popular por reforma agrária. Em 2005, a defesa desse tipo de programa como instrumento praticamente exclusivo de política agrária foi mais uma vez reiterada publicamente por porta-vozes do patronato rural.¹⁷²

A forma de pagamento e o valor beneficiam o proprietário das terras. Nesse momento, quem não tem muita familiaridade com a luta pela terra poderia se perguntar: mas, e daí? Não é terra que esses sujeitos querem? A resposta a essas questões, no entanto, não é assim tão simples e possui raízes históricas. A questão que precisa ser colocada é a da velha relação entre o latifúndio/agronegócio, que para o movimento é historicamente injusto, e por vezes nem foi conseguido de forma honesta, e a reforma agrária profunda que precisaria ser realizada, de acordo com organizações como o MST. Ao se tratar dessa forma com o

¹⁷² Idem, ibidem, p. 605-606.

latifundiário, o que acontece é uma premiação de uma prática que os movimentos sociais sempre condenaram e um incentivo à especulação imobiliária no campo, já que as relações de mercado estão legitimadas pelas próprias iniciativas governamentais. Ao invés de uma legislação que definitivamente desmotive a manutenção das grandes propriedades improdutivas, tal inserção da dinâmica do mercado nesse espaço representa um retrocesso histórico emblemático.

Além disso, como ainda afirmado no texto, esse tipo de iniciativa também é tão defendido pela categoria dos grandes produtores rurais em função de sua capacidade de esvaziamento da luta histórica dos movimentos sociais de luta no campo, levando a questão das alterações fundiárias para outra esfera. Não se tratava de realizar alterações significativas nesse espaço de conflito – como já vimos no capítulo anterior e no início deste, nenhum partido demonstrou real desejo nesse sentido –, mas de gerar algum nível de “alívio da pobreza”. Ao inserir a dinâmica do mercado na questão agrária e imbuir as próprias organizações camponesas de intermediar as negociações com os grandes proprietários, o governo declinava de sua missão, histórica na percepção dos movimentos sociais, de realização da reforma agrária profunda. Isso era nitidamente percebido pelo MST e denunciado no *Jornal Sem Terra*. Em seu número 176, de fevereiro de 1998, em matéria sobre o Banco da Terra, podemos ler a seguinte fala das lideranças: “Com o intuito de substituir a desapropriação de terras improdutivas pelo mecanismo da compra e venda, esta nova lei vem regulamentar e estender para todo o país o programa Cédula da Terra apoiado pelo Banco Mundial.”¹⁷³

Como dissemos acima, não é uma mudança de trâmite simplesmente. O que o MST sempre exigiu é que as terras improdutivas fossem desapropriadas e destinadas à reforma agrária como uma forma de penalização pela injustiça da concentração durante tanto tempo e como uma maneira de tornar a manutenção desses grandes latifúndios algo que poderia trazer transtornos a quem os mantivesse. Era uma questão política. Se isso é transformado, a partir de então, na seleção que estabelecia, de um lado, os compradores e, de outro, os vendedores, manter a grande propriedade parada para fins de valorização se torna, evidentemente, compensatório para aqueles que não precisam resgatar o dinheiro de imediato, isto é, para os que mais possuem. É a manutenção das relações de concentração de terras e a premiação do detentor do latifúndio.

¹⁷³ BANCO DA TERRA: mais uma enrolação do governo. *Jornal Sem Terra*, n° 176, fevereiro de 1998, p. 15.

Outro elemento percebido pelo MST era o fato de que, ao estabelecer tal dinâmica para a alteração da estrutura fundiária brasileira, o governo declinava de sua função de ator central na realização da reforma agrária. Na mesma matéria podemos ler:

O Banco da Terra representa, de fato, a implementação do projeto neoliberal na Reforma Agrária, pois adequa os instrumentos legais às regras do mercado e do poder do dinheiro, em que o Estado será uma grande imobiliária fundiária, como intermediador de negócios e mesmo como comprador de terras.¹⁷⁴

Como podemos ver, esse programa, que consiste na consolidação do piloto Cédula da Terra, idealizado pelo Banco Mundial, representava, para o MST, a entrada definitiva da dinâmica neoliberal inclusive no espaço no qual eles se encontravam. O movimento, que sempre se esforçou para levar as palavras de ordem de suas lutas para outros atores sociais, em outros lugares do país e do planeta, assistia à lógica da economia de mercado sendo inserida nas relações que o Estado deveria estabelecer se assumisse o seu papel de efetivar a reforma agrária no país. Como visto no primeiro capítulo, o período de governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por uma diminuição das atribuições da máquina estatal em favor de dois atores: a sociedade civil organizada e o mercado. Aí encontramos um exemplo marcante e, o mais importante, resultado da imposição de uma forma de solução de problemas vinda de fora, de forma autoritária, ou seja, nitidamente imperialista, no sentido em que estamos aqui utilizando o termo.

O último elemento que vale ainda comentar quando pensamos na entrada das relações neoliberais via Cédula da Terra diz respeito à própria gestão da organização da produção nas terras adquiridas. Os sujeitos que participavam do projeto dependiam, evidentemente, de assistência técnica, e esta era oferecida por empresas contratadas de forma terceirizada e pagas com recursos do próprio Banco Mundial. A contratação se dava por um ano, renovável por mais um. De acordo com Pereira e Sauer, tempo insuficiente para capacitar os indivíduos que se encontravam nos projetos, sobretudo porque a qualidade da própria assistência era questionável. Além disso, outros problemas são elencados, estes de caráter estrutural mais grave. Um deles seria a

ocorrência de práticas autoritárias por parte dos técnicos responsáveis pela implantação do Cédula, como a imposição de áreas para produção comunitária com base na monocultura, secundarizando os lotes familiares, com o objetivo de produzir excedentes comercializáveis para viabilizar o pagamento do empréstimo. Tal prática não só impunha um elemento

¹⁷⁴ Idem.

estranho à cultura do trabalho familiar, como também reproduzia a lógica da monocultura.¹⁷⁵

Desrespeito em relação à dinâmica do sujeito assistido e ao que ele queria. É de se esperar que muitas famílias de história na luta pela terra tenham ingressado nesse tipo de experiência, e também que tenham se sentido bastante incomodadas ao ter que priorizar uma dinâmica contra a qual sempre lutaram, a da monocultura, em lugar de cuidar preferencialmente dos lotes destinados à produção da sua vida. Nas relações com agentes estatais ou ao seu serviço, no entanto, é possível que tal autoritarismo aconteça muito mais do que possamos imaginar. Vimos acima que o MST não se preocupa, como alguns intelectuais, com uma diferenciação conceitual entre as noções de agricultura familiar e camponesa, até porque, em larga medida, a base da produção agrícola em pequenas dimensões é a família. No entanto, existe uma preocupação nítida em relação à contraposição do tipo de campo que o movimento busca e o latifúndio/agronegócio, este marcado pela monocultura. Portanto, quando os consultores pressionam os participantes do projeto a reproduzir tal forma de organização no interior de sua nova experiência, isso se torna significativamente desrespeitoso até mesmo com a história desses sujeitos.

Em decorrência disso, no entanto, temos outra consequência interessante. De acordo ainda com o estudo de Pereira e Sauer, essa

prática recriou a remuneração em diárias dentro dos próprios projetos, na tentativa de garantir o fluxo de força de trabalho necessário para tocar a produção comunitária (VICTOR & SAUER, 2002). Em vez de contribuir para superar essa forma de exploração, a implementação do Cédula estava exigindo a sua recriação dentro dos projetos financiados, transformando os mutuários em “empregados” de suas próprias associações.¹⁷⁶

Como podemos perceber a partir da citação, dentro de moldes como esses não é possível falar em emancipação das antigas relações de exploração antes existentes. Na verdade, a situação era provavelmente pior nesse caso. Sendo proletário no campo, empregado de algum produtor rural, o indivíduo recebe seu salário, é explorado, vive em

¹⁷⁵ PEREIRA, João Márcio Mendes & SAUER, Sérgio. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. Op. cit., p. 598.

¹⁷⁶ Idem.

condições muitas vezes sub-humanas, mas ainda assim não se encontra envolvido no emaranhado complexo das burocracias estatais. Nesse caso, ele é ao mesmo tempo patrão e empregado, assumindo as duas posições, já que trabalha para uma entidade da qual é, em alguma medida, associado. Desse modo, se a viabilidade do projeto não se efetivar, além da fonte de renda, esse sujeito passa a fazer parte de uma imensa lista de inadimplentes, falidos, pessoas que não conseguiram arcar com as responsabilidades financeiras assumidas no ingresso no projeto, exatamente porque ele não se viabilizou. Em todos os aspectos, é uma forma anacrônica de se fazer as coisas, principalmente para quem historicamente se encontrava envolvido na luta pela emancipação a partir da terra.

O motivo parece ser bem simples: dentro das relações de mercado capitalistas não há solidariedade, palavra de ordem repetida pelo MST, desde a infância dos seus participantes, na busca de geração do sentimento, do mesmo modo que nas organizações internacionais, como a Via Campesina, como também sinalizamos ao longo deste trabalho. Não há respeito às especificidades por parte do capital, que se globaliza e, onde quer que chegue, insiste simplesmente em se multiplicar mais e mais. Não se pode exigir dele que se adeque a este “barroquíssimo tapete de incontáveis fios e múltiplos teares”, tal como nos apresentou Bartra. Se a lógica neoliberal ingressa no campo, a dinâmica deve ser mesmo essa, da competitividade, da produtividade, da funcionalidade, e não da autonomia, da liberdade, da solidariedade.

Já vimos no capítulo anterior e no início deste que os governos petistas não demonstraram grandes diferenças, de acordo com o próprio MST, se comparados ao de Fernando Henrique Cardoso, no que se refere à condução econômica do país. Ocorreram, é claro, alterações significativas, como fusões de alguns programas anteriores ou mesmo extinção de outros, em função de irregularidades constatadas em seu funcionamento. Em geral, no entanto, as linhas de crédito para a negociação, dentro de uma dinâmica do mercado, e não de desapropriação para reforma agrária, continuaram existindo, unificadas com o nome de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A avaliação de Pereira e Sauer sobre tal relação é a seguinte:

O governo Lula manteve o discurso que negava a continuidade entre o PNCF e os programas anteriores do governo FHC, o que o colocava em contradição com os documentos do próprio Banco Mundial. Por outro lado, não procede o discurso oficial de que o PNCF não concorre com os recursos públicos destinados ao programa de “reforma agrária”. É verdade que o Fundo de Terras se constitui em uma fonte distinta, mas também são recursos públicos, previstos no Orçamento Geral da União. Ademais, as

famílias “são parte integrante da Reforma Agrária e têm, como os beneficiários dos demais programas, acesso às políticas de financiamento e de apoio previstos nos programas do MDA.”¹⁷⁷

Já tínhamos visto que, guardadas as devidas proporções, não havia nenhum entusiasmo do MST em relação às gestões petistas depois que elas mostraram a que vieram. O próprio Stédile, em suas declarações, afirmava a autonomia do movimento, que incomodava aqueles que gostariam de se aproximar mais do Estado para atingir seus benefícios, mas não tão completa a ponto de satisfazer os membros mais radicalmente à esquerda. Os números da reforma agrária têm piorado e, quando a gestão Dilma é avaliada, é colocada como a pior nesse quesito em 20 anos, isto é, pior que o desempenho do próprio governo Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, o que passou a ocorrer a partir do momento em que esse tipo de financiamento foi incorporado às políticas agrárias foi que se estabeleceu um misto entre reforma agrária constitucional e aquela assistida pelo mercado, que em nenhum momento foi bem avaliada pelo MST por não representar uma ruptura com a lógica do latifúndio, mas, ao contrário, premiar a especulação imobiliária no campo, e por não gerar como resultado a emancipação real dos participantes dos projetos, por carregar em si a lógica da competitividade e da funcionalidade fria do mercado.

É desse modo que compreendemos a adesão à bandeira da antiglobalização, ou o assumir por si essa causa, como um desenvolvimento natural de quem lutava por circunstâncias novas no campo. Não há democracia sem terra. Ela não existe, também, se no espaço agrário passam a ser estabelecidas pura e simplesmente as dinâmicas pertinentes ao capitalismo. Ou seja, o movimento pensa em uma sociedade democrática no seu sentido social, e não meramente formal. A democracia apenas “de direito” tem permitido a proliferação das mais catastróficas desigualdades sociais no planeta. A luta do movimento é pela consolidação de uma sociedade mais democrática nas relações humanas e econômicas, extrapolando as possibilidades do capitalismo – enfim, uma democracia de direito e de fato. Por isso, a necessidade de se contrapor ao império, ao neoliberalismo, com potencial para se ligar à rede que luta por estas mesmas causas, comunicando-se e interagindo com esses outros sujeitos de forma cada vez mais eficiente. Para isso, a sociedade teria que se configurar em rede e o movimento teria, também, que trilhar por esse caminho. Vimos que isso começa a acontecer ainda na década de 1990.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 604.

3.5. O ENGAJAMENTO ECOLÓGICO-AMBIENTALISTA.

Outro tema pertinente ao altermundialismo é a relação do homem com a natureza. O movimento ambiental ocupa nessa discussão um espaço central, e este é um assunto que mobiliza os membros do Fórum Social Mundial, por exemplo, de forma significativa. Na sua *Carta de Princípios*, lançada logo depois da edição de Porto Alegre, temos a seguinte posição apresentada:

O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de ideias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.¹⁷⁸

Dentre os vários processos desencadeados pela globalização do modelo capitalista, está aquele relacionado às práticas destruidoras da natureza. O altermundialismo busca novas relações em todos os âmbitos, de etnia, de gênero, de classe, de meio-ambiente. Não há dúvida de que a interação dos seres humanos com o meio natural a partir da lógica industrial tem sido marcada por seu caráter predatório, pouco sustentável, fato denunciado pelas mais diversas campanhas realizadas nos últimos anos sobre o tema. O desafio, é claro, é estabelecer uma relação sustentável com o espaço, em contraposição a um modelo econômico baseado no princípio da destruição cada vez mais acelerada em função do que é mais novo. Vivemos, como foi trabalhado no primeiro capítulo, na era do hiperconsumo, do cada vez menos durável. Pensar a natureza a partir disso é sempre complexo.

O MST é um movimento agrário, que luta pela instalação dos seus membros no campo, com condições dignas de viver nesse espaço. A base da produção, para o movimento, sempre esteve estabelecida em torno de dois modelos preferenciais: a cooperativa e a agricultura familiar. A partir desses elementos é possível começar a pensar no engajamento desses sujeitos sociais com as causas ambientais. A pequena propriedade, base dos modelos

178

Disponível

em:

<http://www3.ufpa.br/multicampi/images/documentos/Carta%20de%20Princ%EDpios%20do%20FSM.pdf>

apresentados, pode conviver com certa tranquilidade com as nascentes, as áreas de preservação, inclusive fazendo uso racional de tais bens naturais. Mas a questão, no entanto, extrapola isso.

Tomemos um tema pertinente a esse assunto: os transgênicos. Os alimentos com sementes geneticamente modificadas foram objeto de discussão durante muito tempo e até hoje sua relação com a natureza e a saúde humana, em função da resistência às pragas e demais elementos do meio, ainda não é completamente consensual. No *Jornal Sem Terra* veremos, pelo menos a partir de 2001, uma campanha clara contra o consumo de alimentos que utilizem esses produtos e também contra o seu plantio em nosso país. Nesse período sua produção no país ainda era proibida, sendo permitida somente nos EUA, Canadá e Argentina. No Brasil, apesar da luta do movimento, a liberação acontece em 2005¹⁷⁹. Vejamos como isso foi tratado pelo jornal no período:

As exportações de milho no Brasil em 2001 aumentaram em 1,7 milhões de toneladas métricas, competindo diretamente com os produtores norte-americanos de milho. Isso porque o milho plantado aqui não possui organismos geneticamente modificados.¹⁸⁰

Como dito acima, essa realidade mudou. A partir de 2005 o plantio de transgênicos passa a ser permitido no Brasil e, provavelmente, hoje nosso milho não deve ter a “vantagem” apresentada na matéria. O importante é ver que o teor é de uma clara defesa daquilo que não é modificado geneticamente em detrimento do que é, de não inserir na produção brasileira essa dinâmica dos transgênicos.

A questão, no entanto, é só da insegurança em relação aos níveis de modificação presentes? Trata-se de uma preocupação relacionada à saúde humana? Avaliam-se os impactos do uso de tais produtos ao meio ambiente? É provável que seja um pouco de tudo isso. No entanto, veremos que estamos também aqui tratando da questão sistêmica do capitalismo, ao pensarmos nesse assunto junto com o MST. Em seu número 226, na matéria “Novo governo se compromete a apoiar moratória dos transgênicos”, podemos ler que

¹⁷⁹ Lei 11.105, de 24 de março de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-/2006/2005/lei/111105.htm, acessado em 07/02/2015.

¹⁸⁰ BRASIL COMPETE com vantagem com milho não transgênico. *Jornal Sem Terra*, nº 214, Setembro 2001, p. 10.

a liberação da produção de transgênicos promoverá uma maior dependência dos produtores dessa tecnologia que, além de mais cara, é monopólio de empresas multinacionais (cerca de 90% das variedades em teste no Brasil são patenteadas por apenas seis empresas multinacionais, que estão entre as maiores do mundo). Além disso, agravaria a atual dependência por outras tecnologias associadas, como uso de herbicidas e outros insumos, para os quais as plantas são resistentes.¹⁸¹

Encontramos de novo relações globalizadas de sobreposição da lógica do mercado nas relações em geral. A utilização de sementes geneticamente modificadas, que teoricamente melhoram o desempenho e a resistência das espécies vegetais, acaba por transferir o controle do processo de produção para o grande capital internacional. Como o texto explica, não se trata só da semente que, sendo patenteadada, passa para a mão das grandes empresas. Como em geral ocorre no modelo econômico vigente, o uso das sementes acaba implicando a utilização de outros elementos, sem os quais é provável que não ofereça as vantagens a ela inerentes. Portanto, ao ser submetido a tal dinâmica, o agricultor vai enveredar por uma rede intrincada de necessidades, da qual dificilmente conseguirá sair depois. Podemos ver a mesma análise feita por uma bibliografia especializada:

No decorrer do desenvolvimento capitalista, também a semente tornou-se uma mercadoria. Enquanto, historicamente, a semente foi para o agricultor apenas parte guardada da última colheita, atualmente ela se tornou mais um insumo que precisa ser comprado. Sob uma nova ótica, as possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundam a mercantilização das sementes, alterando, assim, o seu valor de uso, de tal maneira que acabam por gerar relações cada vez mais dependentes. Juntamente com a semente transgênica, os agricultores acabam comprando, necessariamente, o controle e a determinação externos à sua propriedade. De fora, é determinado o que deve ser cultivado, que insumos serão utilizados no processo de produção, e quanto, enfim, pode ser lucrado.¹⁸²

A relação é extremamente desigual. Se seis empresas controlavam cerca de 90% das variedades testadas naquele momento, o MST tinha razão de se preocupar com os resultados da liberação do plantio. Como dissemos acima, e foi demonstrado pelo autor, o agricultor, ao aderir a essa forma de agricultura, mergulha em níveis de dependência extremos, não só

¹⁸¹ NOVO GOVERNO se compromete apoiar moratória aos transgênicos. *Jornal Sem Terra*, nº 226, Dezembro 2002/Janeiro 2003, p. 11.

¹⁸² ANDRIOLI, Antônio. Transnacionais e transgênicos: o monopólio de sementes e insumos. In: ANDRIOLI, Antônio e FUCHS, Richard (orgs.). *A semente do mal*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 507.

financeiros, mas também tecnológicos, intelectuais. Ele, que dominava as lógicas relacionadas à sua atividade, tem que se submeter, a partir desse momento, a determinações que lhe são externas, sob pena de não conseguir a rentabilidade esperada pelo investimento. Se o transgênico realmente for melhor em termos de desempenho, será muito difícil para o agricultor continuar com o produto sem modificação e competir no preço quando a maioria estiver usando o modificado. A tendência é de espalhamento desse tipo de cultura. Ou seja, o saber do agricultor, acumulado ao longo da sua experiência de vida, perde a razão de ser e o que tende a ocorrer é um número cada vez maior de pessoas aderirem a essa nova modalidade para competirem umas com as outras, passando o controle das suas atividades para um número muito pequeno de empresas que monopolizam a tecnologia. É a ciência submetida a uma lógica de exploração. A semente não é mais a parte guardada da colheita passada, mas algo a ser comprado ao preço do mercado, controlado por uma minoria. Essa mesma dinâmica nos é apresentada por Eduardo Moraes Warpechowsky em seu estudo intitulado *Bioteχνologias agrícolas e sociedade*. Ao analisar os lados envolvidos no complexo debate sobre os transgênicos, o autor afirma que do

lado das empresas privadas, a Monsanto se tornou o principal alvo dos críticos dos transgênicos. Sua semente transgênica, a soja Roundup Ready, possui duas propriedades diferenciadas das demais sementes: a capacidade de resistência ao herbicida Roundup, glifosato produzido pela própria Monsanto, e que garantia a “venda casada” do produto, ou seja, herbicida+semente, e a tecnologia *Terminator*, na qual as sementes se tornam estéreis, impedindo que os agricultores as guardassem para o próximo plantio.¹⁸³

Percebemos, portanto, que ao se posicionar contrariamente a esse tipo de tecnologia inserida na agricultura global, além de preocupações com a saúde do homem e a sustentabilidade, existe a velha questão da luta de classes a nortear também a decisão do MST. Em função dos altíssimos custos para a realização das pesquisas para a produção de organismos geneticamente modificados, os detentores de tal conhecimento em termos gerais são, majoritariamente, os membros das grandes corporações de capital transnacional que, como a Monsanto, vão diversificando as suas áreas de atuação no mercado e crescendo cada vez mais. Quando as possibilidades presentes no mercado passam a ser cada vez mais essas,

¹⁸³ WARPECHOWSKY, Eduardo Moraes. *Bioteχνologias agrícolas e sociedade: disputas sociais e regulamentação dos transgênicos no Brasil*. 2010, 120 fls. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 72.

os agricultores ficam mais dependentes de fatores que, ratificando o que já dissemos acima, são alheios ao seu controle. Uma atividade que, historicamente, ainda resistia aos altos níveis de alienação dos processos impostos em quase todas as instâncias do tecido social, agora, com a codificação da semente e a vinculação desta a outros produtos do sistema, para que forneça a rentabilidade máxima, também é atingida pelo alto grau de separação entre fazer e saber que marca o capitalismo em geral.

Desse modo, assim que tomou consciência de que tamanho controle das empresas sobre o processo seria um trunfo para o grande capital e uma derrota para os movimentos sociais, o MST inseriu essa pauta entre as suas lutas centrais. No início do século XXI, novamente antes da realização da primeira edição do Fórum Social Mundial, em matéria da edição 199, de abril de 2000, o movimento publicava matéria com o seguinte trecho:

Nesse cenário, além de massificar as ocupações de terras contra o latifúndio, devemos mobilizar a população contra as multinacionais que monopolizam a comercialização dos produtos alimentícios e os insumos agrícolas. Não produzem e não geram empregos, mas exploram os que produzem monopolizando os insumos e a comercialização.¹⁸⁴

Como podemos perceber, o engajamento ecológico passa, sem sombra de dúvidas, por uma postura de classe que luta, em um sistema baseado na exploração, contra outra que nem produz e nem gera empregos. Mas será que a consciência ambiental do MST se reduz à ocupação de um lugar na luta de classes para evitar que o rival ganhe posições? Não nos parece. Engajado na discussão sobre os agrotóxicos, juntamente com a Via Campesina, como aparece no documentário de Sílvio Tendler “O veneno está na mesa”¹⁸⁵, disponível para ser assistido assim que se entra na sua página da internet, o movimento parece ter uma preocupação bem significativa com os bens naturais e a saúde do homem. Na edição número 304 do *Jornal Sem Terra*, em matéria de nome “Agrotóxico é problema de saúde pública”, podemos ler o seguinte:

O Brasil bateu recorde no consumo de agrotóxicos no ano passado. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com

¹⁸⁴ DIREÇÃO NACIONAL do MST. Na luta contra o modelo neoliberal. *Jornal Sem Terra*, nº 199, Abril de 2000, p. 2.

¹⁸⁵ *O veneno está na mesa*. Documentário. Direção: Sílvio Tendler. 2011. Brasil. Duração: 50 minutos. Cor. Produção: Caliban. Apoio: EPSJV-Fiocruz. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>, acessado em 16/01/2014.

dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola. Com a aplicação exagerada de produtos químicos nas lavouras no país, o uso de agrotóxicos está deixando de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transforma em um problema de saúde pública e de preservação da natureza.¹⁸⁶

O compromisso do movimento, desse modo, ao estabelecer, juntamente com seus parceiros de CLOC e de Via Campesina, as reflexões sobre os usos da tecnologia no campo, se desdobra em três temas diferentes e complementares: preservação da natureza, pensando em como realizar uma produção no campo menos destrutiva, que garanta uma relação harmônica entre homem e meio ambiente; saúde pública, já que a utilização de agrotóxicos em larga escala compromete a qualidade de vida dos seres vivos do planeta; luta contra o neoliberalismo e o imperialismo, compreendendo-se que as entidades que propagam o uso das tecnologias e alterações genéticas no espaço agrário estão ligadas ao velho sistema dos latifúndios/agronegócios, com a monocultura e a expulsão cada vez maior da agricultura camponesa do campo.

A alternativa oferecida pelo MST à monocultura tecnológica imposta pelo neoliberalismo é a chamada agroecologia. Na *Revista Sem Terra* nº 12, do ano de 2001, foi publicada uma matéria bastante esclarecedora sobre as possibilidades de agricultura frente ao modelo neoliberal. Dentre as chamadas “alternativas ecológicas”, foram apresentados os seguintes sistemas: orgânico, biodinâmico, biológico, natural, ecológico e sustentável¹⁸⁷. Percebe-se que a partir do estudo de todas essas formas de produção, o movimento amadureceu a ideia da agroecologia para os seus assentamentos. Um dos motivos para isso, provavelmente, encontra-se na mesma matéria, quando se afirma que ela é

indicada, principalmente, para a agricultura familiar, caracterizada pela diversificação – um dos princípios básicos dos sistemas sustentáveis. Além da variedade produtiva e da associação da criação de animais ao cultivo da terra, a propriedade familiar também é uma unidade de consumo, podendo contar como renda o abastecimento do grupo.¹⁸⁸

¹⁸⁶ SETOR DE COMUNICAÇÃO do MST. Agrotóxico é problema de saúde pública. *Jornal Sem Terra*, nº 304, Junho de 2010.

¹⁸⁷ SANDRI, Sinara. Alimento saudável e politicamente correto. *Revista Sem Terra*, nº 12, Abril/Maio/Junho de 2001, p. 51.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 48.

Lembrando que, para o MST, agricultura familiar e camponesa são tratadas, em geral, como sinônimas. Se a agroecologia é a mais indicada para este padrão, que sabemos ser aquele defendido e instaurado pelo movimento em seus assentamentos, então ela se encaixa perfeitamente. Na matéria ainda são desfeitos certos mitos, como o da produtividade inferior em função da não utilização de insumos químicos ou da aparência menos atrativa para fins comerciais. A produtividade, em médio prazo, é maior que nos modelos que utilizam produtos químicos, e a aparência também não perde em nada.

Esse foi o modelo que se consolidou ao longo do tempo. Em 2007 isso era dito abertamente em matéria do número 270 do *Jornal Sem Terra*. Na capa, o título “Produção agroecológica enfrenta o neoliberalismo” deixava claro que se tratava, como na maioria das vezes, de uma disputa de projetos. Na matéria, de nome “Pela transformação da agricultura brasileira”, podia-se ler:

Precisamos resistir à essa destruição, à exploração dos seres humanos e da natureza pelo capitalismo. Resistir e buscar construir alternativas nas várias frentes de luta. É por isso que há alguns anos o MST desenvolve a agroecologia em seus assentamentos. A agroecologia é uma ciência e uma prática social que desenvolve formas de produzir a agricultura sem destruir a natureza. Já sabemos que a produção agroecológica é capaz de reduzir os custos de produção diminuindo os riscos para o pequeno agricultor e para o meio ambiente.¹⁸⁹

Lemos as mesmas palavras de ordem que desde a década de 1980 embalam os anseios do movimento. Resistência à desumanidade do sistema capitalista. Busca de alternativas que possam se mostrar viáveis para o estabelecimento de outras relações. Mudança das relações dos homens uns com os outros e com a natureza. Na década de 1990, com a fundação da CLOC, vimos que existia um desejo de coordenar ações no continente latino-americano para que os camponeses tivessem mais armas na batalha. Depois veio a conexão com a Via Campesina nessa grande rede mundial de movimentos, unidos pelo sentimento de solidariedade uns para com os outros.

Provavelmente a apresentação, em 2007, dessa forma específica de produção por parte do MST é um dos resultados desse intenso intercâmbio entre sujeitos tão diferentes, vivendo experiências tão distintas. Uns aprendendo com os erros e acertos dos demais e imbuídos de um desejo de vencer o velho inimigo comum, o neoliberalismo. A agroecologia é viável,

¹⁸⁹ DIREÇÃO NACIONAL do MST. Pela transformação da agricultura brasileira. *Jornal Sem Terra*, nº 270, Fevereiro/Março de 2007, p. 2.

produtiva, segura, saudável e honesta com o meio ambiente. É, portanto, a alternativa para o modelo de campo que o grande capital internacional e as transnacionais impuseram. No entanto, de novo, a questão não consiste só em demonstrar a sua viabilidade. Existe uma luta simbólica que ainda precisa ser travada. Na mesma matéria encontramos o trecho:

No entanto, o principal desafio que temos pela frente não é tecnológico. Já sabemos que é possível produzir em quantidade sem o uso de agroquímicos, transgênicos e sem novos desmatamentos. Mas para isso temos que nos unir e nos organizar no enfrentamento ao modelo representado pelo agronegócio. Não há como transformar a agricultura brasileira com base na agroecologia e na justiça social sem derrotar o latifúndio, o agronegócio e o capitalismo.¹⁹⁰

É interessante. Existe uma forma diferente de se fazer. Ela é preferível, na percepção do MST, nos diversos aspectos em que se pode avaliar: sustentabilidade, produtividade, qualidade do produto. No entanto, com uma percepção extremamente realista, o movimento tem consciência de que por melhor que seja, ela não terá espaço, não se implantará. Como a matéria diz, não se trata de tecnologia. A luta, aqui, é muito mais desigual em termos de condições, envolve ideologia e uma dominação que dura séculos. Não é um quadro fácil de reverter. Os inimigos a serem vencidos são familiares em nossa pesquisa: latifúndio, agronegócio, neoliberalismo. Sem uma vitória sobre eles, não há possibilidade da instauração de novas relações.

A luta de representações nesse espaço é muito acirrada. O termo agronegócio costuma ser vinculado, de fato, à modernização, à novidade, à eficiência, à produtividade, enquanto agricultura familiar ou ecológica, a produções menores, ao antigo, ao ultrapassado, ao arcaico. É necessário alterar, no embate, inclusive essas formas de perceber as coisas que, de acordo com o MST, se devem muito ao fato de que as mídias de massa são controladas por parceiros do agronegócio e querem que tal imagem seja perpetuada. No entanto, o conflito se dá, cada vez mais, no plano material também, com a ofensiva do agronegócio sobre os espaços ocupados pelo MST. Podemos tentar entender isso por meio da fala de Valdir Misnerovicz, em entrevista ao *Jornal Sem Terra* no ano de 2008.

¹⁹⁰ Idem.

Nós vivemos no dia a dia uma tentativa de cooptação permanente pelo agronegócio. Nossas áreas de assentamento não estão livres de uma ofensiva de territorialização do agronegócio, que busca de várias formas entrar e controlar os nossos espaços. Precisamos ficar atentos para impedir que isso aconteça e colocar nossas áreas a serviço de nosso projeto de assentamento.¹⁹¹

De acordo ainda com a matéria, a questão é que não existe mais área produtiva e improdutiva, mas espaços potenciais para a expansão das monoculturas no país, sobretudo a de cana-de-açúcar. Com as verbas do governo por vezes insuficientes e a assistência técnica de baixa qualidade, muitas vezes os sujeitos de um assentamento podem se sentir perdidos em como produzir a sua vida na terra conquistada. Com a possibilidade de as grandes empresas arrendarem terras ou fazerem parcerias, ficando dispensadas da compra, e produzirem a partir dessa nova relação as monoculturas, existe sempre a chance de acontecer um encontro infeliz do ponto de vista do MST.

O agronegócio arrenda a terra do assentado ou produz em parceria com ele, garantindo-lhe uma renda para a sobrevivência e conseguindo seu espaço para atuar. Não parece ser uma negociação ruim nem para o empresário nem para o assentado, que não estava conseguindo produzir o seu sustento até o surgimento dessa parceria. No entanto, para o movimento, como nós temos acompanhado até aqui, é uma perda política muito grande. É por isso que, como o próprio nome da matéria sugere, é necessário implementar o modelo escolhido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nesses espaços. Ou se toma conta dessa posição, ou ela pode ser perdida para o inimigo. A fase da ocupação já passou, os sujeitos estão assentados, mas agora trata-se de ocupar o espaço de assentamento com uma forma de produzir que, do ponto de vista da saúde humana, da relação com a natureza e dos homens uns com os outros, seja uma alternativa ao neoliberalismo. A luta, como se vê, simbólica e física ao mesmo tempo, é incessante.

Em função disso o movimento não parou de difundir seus avanços na produção. Em setembro de 2009 o MST publicou a *Cartilha do solo: como reconhecer e sanar seus problemas*¹⁹², cedida por uma das importantes pesquisadoras no campo da agroecologia do país, a engenheira agrônoma brasileira nascida na Áustria Ana Maria Primavesi, como uma

¹⁹¹ PRECISAMOS IMPLANTAR nosso modelo nos assentamentos. Entrevista com Valdir Misnerovicz. *Jornal Sem Terra*, nº 279, Janeiro de 2008, p. 5.

¹⁹² PRIMAVESI, Ana Maria. *Cartilha do solo: como reconhecer e sanar seus problemas*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009.

das respostas à necessidade de fazer proliferar o seu modelo de assentamento. Já dissemos que a formação é entendida, pelo movimento, como uma das principais ferramentas para a mudança social. A luta se dá no campo das representações e das práticas desses sujeitos que, a partir de novas formas de fazer, descobertas nos intercâmbios multicoloridos com os povos latinos ou de outros continentes, procura incutir novas formas de perceber a realidade nos seus membros e entre aqueles que simpatizam com as suas ideias.

O MST, desde o seu início, juntamente com a CPT, realiza anualmente a Romaria da Terra. Desde a década de 1980 o tema da água também foi inserido nas romarias. O movimento, portanto, sempre teve preocupações com a sustentabilidade, com o respeito ao meio ambiente, até porque, como dissemos acima, defende a pequena propriedade, que se relaciona com o espaço de forma menos agressiva. No entanto, como pudemos ver, parte do engajamento do movimento a algumas causas de vínculo ambiental, como é o caso dos transgênicos, também faz parte de sua luta maior contra o processo de globalização imperialista do neoliberalismo. A questão, ao que nos parece, é que se o slogan do altermundialismo de que “um outro mundo é possível” estiver correto, nosso sujeito social não está simplesmente participando dos fóruns para propagar sua confiança nessa verdade. Diuturnamente ele batalha no seu aprendizado sofrido para produzir, nos espaços que ocupa, relações de uns homens com os outros e com a natureza diferentes das que aí estão. Se essas relações ambientais serão capazes de se impor em uma luta tão desigual quanto a travada com o neoliberalismo, só o tempo poderá dizer.

3.6. CRÍTICAS AOS LIMITES DO ALTERMUNDIALISMO.

Como pudemos ver, o MST precisa trabalhar pela construção de um mundo diferente desse que está posto, sob pena de não ver efetivadas as causas por que tem lutado durante toda a sua trajetória. Não é, desse modo, uma simples questão de escolha, um luxo, mas uma necessidade natural decorrente do próprio caminho escolhido nos fins da década de 1970, que provavelmente ninguém tinha clareza aonde iria levar. A conexão com entidades e organizações latino-americanas e planetárias foi ocorrendo ao longo do tempo, a partir, sobretudo, da década de 1990, na busca pela troca de experiências e coordenação de ações que melhor viabilizassem a luta de cada um dos envolvidos.

A rede camponesa planetária, denominada de Via Campesina, aglutina movimentos que têm metas comuns, como a produção diversificada em pequenas propriedades de produtos saudáveis, com respeito à natureza. No entanto, existe um inimigo comum a todas essas organizações do campo que também auxilia a sua aglutinação: o agronegócio como uma manifestação do neoliberalismo. É contra a economia de mercado globalizada que os movimentos campesinos conseguem construir a sua unidade.

Essa forma de gestão que se globaliza com velocidade, no entanto, não é inimiga só do campo, mas de sujeitos que vivem situações de exploração por parte de camadas dominantes no mundo inteiro. Desse modo, como resultado do reconhecimento de que a globalização da mentalidade capitalista de mercado só tende a piorar as condições de vida dos menos favorecidos, ocorre a aglutinação de sujeitos muito distintos, com demandas bastante diferentes, mas com um sentimento comum: o antiglobalismo. E, para interromper a expansão tão rápida dessa forma de vida, eles propõem o novo, outro mundo, fundando o altermundialismo.

Como visto no diálogo anterior com Michel Lowy, a composição do altermundialismo é complexa. Podemos encontrar nele “sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas”. Os fóruns, sua manifestação mais visível, são concebidos, de acordo com Chico Whitaker, muito mais como um espaço para as organizações que se reúnem do que movimentos consolidados em si mesmos. A pluralidade e a ausência de uma definição exata do que seja – se movimento, movimento de movimentos ou espaço para movimentos – não têm sido entendidas como elementos enfraquecedores, mas como a força desses sujeitos na luta por uma nova composição mundial. No entanto, nem todo mundo vê com tanto otimismo as possibilidades desses novos atores. Gilles Lipovetsky, por exemplo, não enxerga viabilidade concreta nas propostas de sujeitos tão distintos. Nas suas palavras:

Agora, à cultura-mundo do mercado se opõe tão somente a coligação discordante e heteróclita do alterglobalismo, claramente incapaz de oferecer uma verdadeira alternativa. Sem doutrina nem uma teoria geral, reunindo correntes de pensamento muito diferentes umas das outras, um conjunto variegado em que os terceiro-mundistas estão ao lado dos soberanistas, dos marxistas, dos trotskistas, dos ecologistas, dos católicos sociais, dos anti-imperialistas e dos utopistas de toda a espécie, a corrente alterglobalista se apresenta como uma frente de reação cujas críticas não esboçam nenhuma solução coerente, nenhum programa possível de substituir de maneira

construtiva o sistema estabelecido. Reunidas, em sua maior parte, sob a bandeira comum do anticapitalismo, suas tropas não existem de fato senão pelo capitalismo, que as federa pela oposição que nelas desperta.¹⁹³

A citação é longa, mas sintetiza as principais críticas que poderíamos encontrar a uma formação social desse tipo. Ela é discordante e excêntrica. Nesse ponto é muito difícil discordar do autor, já que ele mesmo elenca sujeitos sociais extremamente diferentes que hoje compõem o altermundialismo, sem nem de perto esgotá-los com seus exemplos. É muito provável, portanto, que existam inúmeras discordâncias sobre pontos mais específicos do que os grupos desejam com as transformações que buscam e, sobretudo, sobre como levá-las a cabo. É talvez em função dessa percepção, que valoriza as dissensões que provavelmente existem no interior desse espaço, que o autor entenda que não ocorre o esboço de nenhuma solução coerente.

Talvez Lipovetsky sinta falta, como ele mesmo fala no texto, da presença de uma teoria geral ou doutrina unificadora. Acostumados que estamos a ver as grandes transformações sociais do século passado terem sido efetivadas em torno de um forte teor doutrinário, é compreensível que custe ao autor acreditar na possibilidade de modificações profundas na ausência de um instrumento dessa natureza.

Se não há proposições efetivas por parte do altermundialismo, ele existe exatamente por causa do que ele não gostaria que existisse: o capitalismo. Para o autor, trata-se de uma unidade muito mais na negação do que em um programa que possa ocasionar, efetivamente, a consolidação de uma realidade social global muito diferente do que aí está.

É interessante, no entanto, além das críticas intelectuais de quem se encontra na posição de analista, avaliar aquelas feitas pelos próprios participantes, quando eles mesmos enxergam pontos a melhorar na sua forma de organização. Na matéria do *Jornal Sem Terra* que noticiava a edição de 2009 do Fórum, o próprio título nos dava uma pista de certa insatisfação: “FSM 2009: Foi bom, mas pode mais”. Nela podiam ser encontradas algumas falas de participantes no sentido de apontar as falhas. Vejamos uma elencada no trecho abaixo:

¹⁹³ LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Op. cit., p. 40.

Claude Girod, dirigente da Confederação de Camponeses da França, também elogiou a troca de experiências que o Fórum propicia, mas pontuou uma limitação. “Pessoas pobres não participam do Fórum. Se você sair daqui de dentro do NPI, onde está a Via Campesina, veremos só a classe média. Precisamos atrair estas pessoas”, concluiu.¹⁹⁴

Se as relações que se visam derrubar e que se globalizam incessantemente, chamadas de neoliberais, afetam sobretudo a vida das camadas mais pobres das populações dos planetas, estas deveriam ter a possibilidade de ser ouvidas sobre seus anseios nas edições do Fórum. No entanto, como os encontros são realizados buscando o maior número de agentes possível, mas em um lugar centralizado – lembramos que existem edições regionais do Fórum –, os custos para estar presente no evento estão fora das possibilidades de quem vive praticamente na indigência, mas que, por certo, teria alguma coisa para dizer também. Se entendermos que a crítica tem sentido, vamos encontrar uma situação razoavelmente corriqueira quando se pensa em mobilização popular: intelectuais teorizando sobre como os sujeitos sociais mais simples deveriam se organizar na sua luta. Não é de todo improvável que no próprio MST, em alguma medida, algo parecido com isso por vezes aconteça. Mas em outra fala, de outra participante, era possível encontrar um sentimento que expressa algo parecido com o que Lipovetsky nos apresentou em sua crítica um pouco acima. Na avaliação da integrante da Associação Nacional de Pequenos Agricultores de Cuba, Maria del Carmen,

o atual quadro político na América Latina, aonde muitas lutas populares ganharam fôlego frente às ofensivas neoliberais e aonde muitos presidentes progressistas assumiram o poder, se deve muito a realização dos Fóruns Sociais. Entretanto, ela considera que a organização e a política dos fóruns não estão acompanhando essas transformações no ritmo devido. “O Fórum tem uma limitação em sua carta de fundação, que impede encaminhamentos. Afinal, para que estamos aqui? Se temos um mundo que está nos matando e queremos outro, o que faremos para concretizá-lo?”, indagou.¹⁹⁵

O que fazer para concretizar o mundo diferente do que aí está e no qual se quer viver? Essa pergunta, de acordo com Maria del Carmen, não tem potencial de ser respondida nos moldes do Fórum. Tal limitação encontra-se na sua própria *Carta de Princípios*. Desse modo, o espaço/movimento que reúne esses sujeitos serve, sobretudo, para trocas de experiências, no

¹⁹⁴ MANSUR, Vinícius. *FSM 2009: Foi bom, mas pode mais*. Disponível em <http://www.enff.org.br/jornal/290/internacional>, acessado em 23/01/2015.

¹⁹⁵ Idem.

sentido de se estabelecer um aprendizado mútuo entre os participantes com os erros, os acertos, as conquistas e os retrocessos uns dos outros. Não haverá, no entanto, uma tomada de decisão geral que estabeleça uma agenda de ação conjunta para todos. Isso realmente se encontra na Carta de Fundação, na qual, em sua orientação de número 6, afirma que

os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretendiam ser de tod@s @s seus/suas participantes.¹⁹⁶

Seja pela simples limitação de um documento de 2001, que provavelmente poderia ser alterado se parte significativa dos participantes do espaço/movimento entendessem tal necessidade, ou realmente pela impossibilidade de efetivação de propostas de alcance mais abrangente, a grande crítica ao altermundialismo continua sendo à sua falta de capacidade de propor algo de efetivo para a construção de um mundo novo. Sem doutrina ou teoria, se os críticos estiverem certos, é provável que a única unidade se dê em torno daquilo que não se quer, o capitalismo, mas a pluralidade dos sujeitos pode inviabilizar a proposição sobre aquilo que realmente se deseja que seja o mundo novo. O próprio Fórum, antes que alguém pudesse cobrar-lhe formas de ação para a consolidação de uma nova sociedade, já inseriu entre seus princípios que não é sua função deliberar por todos, tornando-se um espaço de disputa ao invés de sinergia entre os agentes. Se assim for, sem propostas, a chegada a um mundo novo, do ponto de vista concreto, não é algo fácil de vislumbrar.

3.7. DA PRÁTICA À TEORIA.

Vivemos em um tempo no qual as redes potencializam a reunião de um grande contingente de agentes sociais por meio da comunicação virtual. O fenômeno denominado de Primavera Árabe, por exemplo, só foi possível em função da existência das mídias virtuais que, não sendo controladas de forma rigorosa nem por Estados, nem por empresas, permitiram a difusão de mensagens e imagens para os mais diversos pontos do planeta. Tal

¹⁹⁶ Disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1, acessado em 17/01/2014.

contexto apresenta, segundo estudiosos como Manuel Castells, um potencial muito grande de mudança social, como realmente vimos ocorrer em alguns espaços do globo, apesar do influxo das transformações ocorridas, de forma incisiva, em alguns desses países.

O Brasil também viveu o seu período de realização de mobilizações de massa ancoradas nesse tipo de organização. Recentemente, ao longo do ano de 2013 e início de 2014, milhares de pessoas foram às ruas em centenas de cidades para declarar sua insatisfação com um sem número de pontos – da gestão pública ao modelo econômico, demandando segurança, mobilidade, educação, saúde, reforma agrária. Manuel Castells, em sua obra *Redes de indignação e esperança*¹⁹⁷, afirma que isso se deu sem líderes, sem partidos nem sindicatos na sua organização. É a isso que estou denominando aqui de mobilização. Um movimento exige a comunhão de ideias, de ideais, de concepções, de objetivos. Demanda um engajamento que por vezes pode conduzir o sujeito que dele participa a abandonar um pouco suas metas pessoais para abraçar as do coletivo.

A mobilização, nos moldes em que a estou tratando aqui, não. Como ocorreu no Brasil, é uma festa da democracia, com hora para começar e, o mais atraente, para terminar! E depois do fim? Aí cada um volta para a sua casa. Uma boa parte postou fotos em alguma rede social, demonstrando, de forma incisiva, o tamanho da sua indignação com a situação vivida. Assistem nos jornais as repercussões dos seus feitos. E quais foram mesmo? Alguns efetivos: evitou-se o aumento das passagens de ônibus, por exemplo, e isso é um ganho real para toda a população que se utiliza do serviço. Mas diziam que não era só pelos centavos. E as outras causas? Quais eram mesmo? Não é fácil lembrar, em função do seu número e da sua diversidade. É difícil, a partir daí, cobrar os resultados de tantas reivindicações, até mesmo saber de quem cobrar, visto que existe uma dificuldade das próprias autoridades de darem resposta a tantas demandas ao mesmo tempo.

Muita coisa boa aconteceu em resposta às mobilizações, não há dúvida. Talvez as lideranças políticas estejam, inclusive, mais atentas àquilo que fazem em função de tais eventos. No entanto, pela falta de grupos instituídos para avaliar os resultados produzidos, a continuidade deles não é garantida. Em função do tipo de procedimento de votação do nosso país, muitos projetos de lei foram iniciados no período, quase nenhum virou lei de fato, talvez a maioria não se efetive.

¹⁹⁷ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

É assim a mobilização. Uma capacidade de agregação impressionante, exatamente pelo pouco que exige. Chega-se mais cedo, faz-se a festa da democracia, vai-se embora. É preciso sempre assinalar que existia algum nível de risco de encontro com a violência, em um embate com a polícia, por exemplo, mas penso que isso fosse razoavelmente calculado por quem participava. Alguns queriam isso, e conseguiam, e quem não queria, boa parte das vezes, buscava se afastar da tensão quando percebia sua iminência.

O MST não é assim. Como dissemos no primeiro capítulo, em um momento em que se elege o não-lugar como experiência de espacialidade, ele exige o “estar aí”. Em um tempo das mobilizações, capazes de trazer grandes mudanças, sem sombra de dúvida, mas que não exigem engajamento em longo prazo, ele demanda o compromisso prolongado, por vezes, em lugares de penúria, de sofrimento, debaixo da lona, da chuva, do sol quente, para a conquista de alguma mudança social significativa. Exige muito, oferece pouco, para quem vê de fora. Não é fácil compreender a associação desses indivíduos no auge de uma sociedade hiperindividualizada.

Falando especificamente do Brasil, Manuel Castells trata com otimismo as mobilizações, suas potencialidades, o que elas podem oferecer em termos de ganhos coletivos. Em suas próprias palavras:

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle.¹⁹⁸

Como eu disse, não há dúvida de que o potencial de mudança das mobilizações é grande. Receio, no entanto, que a ausência de continuidade presente nesse tipo de organização compromete, e muito, os efeitos produzidos, fazendo com que os participantes vejam possibilidades excessivas de alteração da realidade. No fundo, as coisas não são tão mutáveis assim a partir de encontros esporádicos. A ideia do sem-classe e sem-partido é outra questão

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 179-180.

interessante. Buscar mudanças significativas no tecido social sem a noção de revolução e/ou a inserção dos membros dos partidos políticos – os responsáveis pela realização do processo legislativo – parece sobremaneira utópico. E ainda fico em dúvida sobre se em nosso tempo podemos abrir mão da concepção de classe para compreender a nossa sociedade.

O MST usa a rede. Tem uma página, como dissemos, desde 1996, que é constantemente alimentada. Encontraremos lá os parceiros do movimento, ONGs, a Via Campesina, entre outros. Uma biblioteca rica sobre os temas vinculados ao movimento, tais como a questão agrária, com teses e dissertações, livros, vídeos, artigos, ensaios, cartazes, páginas de internet. Possibilita a assinatura de suas publicações e tem uma loja virtual, na qual vende produtos de propaganda do movimento e livros, obviamente para arrecadar fundos para as suas atividades. Encontra-se no Facebook e no Twitter. O movimento não ficou alheio às transformações ocorridas nas últimas décadas, das quais falamos no primeiro capítulo. Mas ele não se virtualizou. Não quer, e nem pode querer, se encaixar no molde das mobilizações. As romarias sempre existiram, e elas expõem a “mística” do movimento, a busca por algo maior, mas são um dos elementos constituintes desse todo.

Existe um sistema educacional pensado, uma pedagogia que é implementada nos assentamentos, na ENFF, nas parcerias com as universidades públicas, que visa à inserção dos membros no ensino superior. Também há um novo jeito de ver as coisas, que talvez seja velho, mas que se torna novo quando colocado como contraponto ao que aí está. É exatamente essa forma de ver, que não admite o modelo de organização econômica vigente, que torna o MST um movimento, para alguns, tão radical, podendo ser inserido em um campo amplo daqueles grupos que defendem o altermundialismo, ou seja, que acreditam que “um outro mundo é possível”. Reginaldo Carvalho Correa de Moraes e Claudinei Coletti, no artigo *MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível?*¹⁹⁹, afirmam que era uma trajetória quase natural essa tendência mais internacional do movimento. Vejamos um trecho:

Portanto, é quase impensável que as lutas do MST não se expandam para o choque com o padrão internacional. O *radicalismo agrário*, para continuar radical, precisa transcender o *agrário*. Em outras palavras, o movimento percebe cada vez mais a necessidade de ampliar suas bandeiras, radicalizá-

¹⁹⁹ MORAES, Reginaldo Carmello Correa de & COLETTI, Claudinei. MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível? In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de (org.). *Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

las, torná-las mais complexas e mais globalizantes, incorporando interesses e valores de outros grupos sociais, distintos de sua base original.²⁰⁰

Como visto no capítulo 2, entre as décadas de 1980 e 90 o MST se entendeu como uma articulação dentro do movimento sindical. Com o passar do tempo, ele parece ter se tornado bem independente nas suas demandas e formas de luta. O que os autores afirmam acima é que os interesses do movimento, que luta por causas suas, específicas, só podem ser defendidos se ele extrapolar suas próprias demandas iniciais, que versam de forma mais pontual sobre a reforma agrária, porque a sociabilidade agrária que quer o MST exige novas relações econômicas globais. É assim que ele se torna, por necessidade, e não por luxo, um movimento cada vez mais altermundialista, antiglobalização, que luta por outra forma de realidade.

Outro pensador que oferece tal status ao movimento é Perry Anderson. Em seu artigo *A batalha das ideias na construção de alternativas*, presente no livro *Nova hegemonia mundial*²⁰¹, ele avalia que na América Latina existe um espaço propício para a construção de mudanças, pois combinam-se a organização dos movimentos sociais e a ação de governos que não tendem à subserviência à ordem hegemônica do capital. O autor, ao falar disso, apresenta o MST como um movimento de grande potencial de mudança. De acordo com ele:

Na América Latina, em contraste, vê-se uma série de governos que, em graus e campos diversos, tratam de resistir à vontade da potência hegemônica, e um conjunto de movimentos sociais tipicamente mais radicais que lutam por um mundo diferente, sem inibições diplomáticas ou ideológicas; aí se encontram os zapatistas no México e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil (MST), os *cocaleros* e mineiros na Bolívia, os *piqueteros* na Argentina, os grevistas do Peru, o bloco indígena do Equador, e tantos outros.²⁰²

Seja como for, por obrigação histórica ou por escolha, o MST tende a se manter com bandeiras nitidamente anticapitalistas, que hasteou, pelo menos de forma oficial, quando se nacionalizou em 1985. E se entendemos que nosso mundo continua sob essa ordem, mais flexível ou não, eles seguem contra ela, quase 30 anos depois. Apesar da rede, e usando as

²⁰⁰ Idem, ibidem, p. 94.

²⁰¹ BORON, Atilio A. (org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. San Pablo: CLACSO, 2004.

²⁰² Idem, ibidem, p. 46.

redes, ainda parece ser um movimento clássico, que entende que sem a superação das contradições econômicas não é possível, de fato, modificar de forma significativa alguma coisa. Usando termos correntes no marxismo, que muitos dão como morto e sepultado, ainda conseguem, provavelmente, ser um dos movimentos mais bem articulados dos nossos tempos.

O Fórum Social Mundial é uma rede de organizações e, como já definimos, é apresentado muito mais como um espaço do que como um movimento. Nele existem diversas redes, dentre as quais a Via Campesina, voltada mais diretamente para as questões agrárias dentro desse todo. Um dos componentes da Via é justamente o MST, juntamente com movimentos de mais de 70 países. No início da minha pesquisa, eu tinha cristalizado a tese de que, em uma sociedade de relações cada vez mais fluidas, de indivíduos hiperindividualizados, os movimentos sociais necessariamente estariam enfraquecendo. Isso valeria, também, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. No entanto, ao final deste trabalho, é possível concluir que tal percepção era um pouco simplista.

A sociedade é resultado das suas tensões, das lutas, dos movimentos que nela ocorrem. Nada é simples, muito menos unidirecional. O movimento, muito provavelmente, sofreu modificações ao longo da história da sua existência, nada mais natural. No entanto, não entendo que devamos concluir, com isso, que tenha havido um arrefecimento. As estratégias, isso sim, tiveram que ser mudadas, já que o capitalismo também sofreu tantas alterações e novos meios técnicos permitem a organização dos agentes coletivos em escala também cada vez mais global.

Desse modo, mobilizações que parecem pouco racionais para boa parte das pessoas, como o comprometimento de pesquisas de uma multinacional²⁰³ – o Movimento das Mulheres Camponesas, vinculado à Via Campesina, destruiu mudas e laboratórios da Aracruz Celulose em março de 2006, em protesto contra o avanço do “deserto verde”; o MST derrubou milhares de pés de laranja da fazenda da Cutrale – que não teriam “nada a ver com a reforma agrária”, aqui podem ser compreendidas como parte da luta maior contra a política neoliberal e o controle do campo pelo grande capital.

O MST não é mesmo caracterizado apenas pela mobilização. Ele se utilizou, como já dito, de diversas formas de agrupamento no espaço para se manifestar, sem dúvida, mas isso

²⁰³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200614.htm;http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1330615-16021,00-MST+DESTROI+LAVOURA+COM+MIL+PES+DE+LARANJA+PARA+FORCAR+DESAPROPRIACAO.html>. Consultados em 15/11/2014.

tinha um lugar muito definido na estratégia geral do grupo. A percepção de que a reforma agrária seria do tamanho que o movimento fosse capaz de fazer e a falta de crença em um Estado que governa priorizando os interesses dos setores dominantes têm impelido esses sujeitos para as lutas mais permanentes, fixadas debaixo da lona, fundando solidariedades, novas redes de confiança e de expectativas para o futuro. Em aparente contradição, o próprio MST também tem se utilizado da rede, mas não penso que tenha se limitado a ela. Da forma como é utilizada, ela potencializa as ações do movimento, cuja página na internet informa, forma, angaria fundos, coloca sujeitos em contato uns com os outros e defende ideias e projetos. Na sua conexão com outros grupos, o MST é um ponto em uma rede complexa, global, que visa ser tão heterogênea, fluida e mundial quanto o capital nas suas novas formas.

O Fórum Social Mundial não tem a perspectiva de construir uma estratégia definitiva de combate à globalização. Já entendeu que tem que minar o sistema, que proliferar formas de pensar e de fazer diferentes, novas, aos poucos. É uma batalha de posições. No entanto, quem participa acredita que as vitórias têm ocorrido.

Diferente das mobilizações de rua, no entanto, o Fórum é um encontro, com um tempo determinado, de sujeitos sociais que, pensados em uma parte considerável, pertencem a grupos e vão continuar organizados após o evento. Existem identidades, causas definidas, pontos de pauta. Em conjunto ou cada um em seu espaço, de posse de novas experiências e por vezes até com algumas plataformas definidas, esses grupos retornam para os seus espaços sociais e tentam realizar alguma modificação considerável, alguma intervenção. É provável que venham conseguindo, em níveis diversos, com avanços e retrocessos.

É aqui que entendemos que existe uma possibilidade de resposta às críticas ao altermundialismo e aos seus participantes elaborada tanto internamente quanto por agentes externos, algumas apresentadas no tópico anterior. A mais contundente delas é, provavelmente, a ausência de propostas unificadoras concretas que possibilitem de fato a produção de uma realidade nova. Uma das causas apontadas para tal vazio seria a própria inexistência de uma teoria ou doutrina aglutinadora. Chegando até aqui com a pesquisa e acompanhando outros intelectuais um pouco mais otimistas, consigo ver as coisas em outros termos: esses sujeitos não estão construindo uma teoria sobre o outro mundo que eles desejam, eles estão, isso sim, produzindo as relações que eles entendem que devem ser aquelas do novo planeta e passando a vivê-las já nesse momento.

Raúl Ornelas, ao falar sobre os avanços na gestão das comunidades zapatistas de Chiapas, afirma que o

desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são ideia “para o futuro”, quando a sociedade tiver mudado; são propostas de transformações cujo horizonte são os tempos longos, mas cuja realização se realiza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência.²⁰⁴

Existe uma diferenciação sugestiva entre as noções de “futuro” e “tempos longos”. As mudanças que se esperam ver na sociedade podem até demandar um grande período de tempo para serem efetivadas, não há dúvida, mas elas precisam ser realizadas no presente. Percebe-se, assim, a ideia de que o novo mundo vai ser feito *sendo feito*, e por quem o fizer, não por aqueles que o idealizarem. Dessa mesma maneira o MST, nas suas lutas contra o neoliberalismo em solo brasileiro, entendeu com o passar dos anos que a questão por vezes é mais complexa do que ocupar a terra. Era preciso, logo em seguida, uma nova forma de fazer as coisas, pesquisada ao longo do tempo, na interação imbricada com outros diversos sujeitos que também se fazem *no fazer* em lugares distantes. Era preciso ocupar o campo com um *novo campo*, inclusive estabelecendo, nesse processo, a luta com quem queria trazer para dentro do próprio assentamento a forma velha de fazer as coisas, em momentos de tanta dificuldade. O mundo novo que se quer vai sendo feito na experiência dos sujeitos.

Ao se utilizar determinado conceito, o de experiência, é difícil não retomar um diálogo, ainda que de passagem, com Thompson. No seu prefácio à “Formação da classe operária”, ao pensar a noção de classe, o autor se posiciona da seguinte maneira:

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (...) Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico.²⁰⁵

²⁰⁴ ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: CECENÁ, Ana Esther (org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 149.

²⁰⁵ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 12.

É dessa percepção dinâmica do conceito de experiência que estamos falando aqui. Uma classe, no sentido tantas vezes utilizado pelo MST, que estabelece o seu significado enquanto os homens e as mulheres que a compõem se articulam na busca por atingir seus objetivos comuns, que se contrapõem àqueles que eles consideram como pertencentes a outra classe e, acima de tudo, que se define no fazer-se, nas relações sociais e culturais estabelecidas no seu cotidiano. Percebemos, portanto, que há uma extrapolação da concepção que engessa tal definição, restringindo-a às relações econômicas. Existe uma vivência que a produz. Notamos tal percepção quando lemos as próprias lideranças do MST descrevendo os assentamentos:

As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida.²⁰⁶

Espaço de vida e de produção da dignidade do sujeito. De moradia, de formação, de fixação de raízes, de diversão, é claro. De aprendizado, formação, convivência. Tal é a natureza desse novo que vai sendo levado ao campo. Lugar de conflitos, pois a vida comunitária, aglomerando pessoas tão diferentes, muito possivelmente deve trazer desafios enormes quando se tem que tomar decisões que afetem a maioria. Lugar de sofrimento, quando em outra parte do mesmo texto lemos que “famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer”²⁰⁷. Mas ainda nessa mesma passagem, lemos que elas “encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas juntos. Nesse processo, percebem que essa é a melhor maneira de enfrentá-los”²⁰⁸.

Desse modo, seja instaurando as formas de gestão mais autônomas ou a agroecologia na perspectiva de inaugurar um novo campo, os camponeses globais apontam novas formas de vivência que propõem como alternativas a modelos que, como já vimos, eles acham predatórios e desumanos. Nesse ponto, novamente, a pluralidade é apresentada como o grande trunfo da mudança, visto que no processo de globalização tradicional a palavra de ordem no que se refere à economia e ao agronegócio é muito mais a homogeneização. Nossos sujeitos,

206 A LUTA pela terra e o MST. *Lutas e Conquistas*, 2ª edição, janeiro de 2010, p. 19.

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 17.

²⁰⁸ Idem.

desse modo, saem na frente quando pensamos em uma série de desafios que já estão postos sobre a possibilidade de vida do homem no planeta quando se pensa no futuro. De acordo com Armando Bartra, nessa

encruzilhada civilizatória, os encurralados camponeses pedem a palavra e reivindicam, por conta própria, um novo modo de fazer. Quando o assunto é o incentivo à agricultura sustentável, que combine saúde ambiental e equidade social, a empresa privada torce o rabo, enquanto os pequenos produtores domésticos se revelam um modelo de virtudes.²⁰⁹

Bartra tem, claramente, duas concepções sobre os camponeses do México que, guardadas as devidas proporções, podem ser estendidas para o nosso objeto de estudo. A primeira consiste no que vínhamos elaborando acima, com o auxílio de Thompson, que é a ideia de que a identidade camponesa como classe, que é como o MST se coloca, é construída na experiência. A segunda é a de que, por meio das estratégias que eles desenvolvem para construir a sua dignidade no campo, surgem os protótipos das formas de existência que podem suplantar o neoliberalismo e dar vazão ao novo.

Já apresentamos aqui a convicção do próprio MST, ao falar da agroecologia, de que agora não se trata mais de uma questão de tecnologia. Já é possível, a partir das experiências realizadas por décadas por esses diversos agentes distintos, produzir de forma mais sustentável, em escala competitiva e de forma a gerar frutos e homens saudáveis. O embate, no entanto, se dá em outros campos, na luta das representações sociais que estabelecem o agronegócio como moderno e o familiar como o arcaico no espaço agrário. O novo, portanto, já está aí. O projeto precisa ser efetivado no “tempo longo”, mas não pode ser deixado para o futuro e se perder na teorização e nas proposições, sob pena de não acontecer de fato.

Aqui vale a pena um retorno a François Hartog, para quem dedicamos este espaço na reflexão, em vias do fechamento do trabalho. Utilizamos, para nos auxiliar na compreensão do hiperindividualismo contemporâneo, desse tempo acelerado e dessa exacerbação do presente, o conceito de presentismo apresentado pelo autor. Como vimos no primeiro capítulo, tal forma de percepção do passado, presente e futuro, característica de nosso tempo, decorre de uma crise do chamado regime de historicidade moderno, aquele no qual o presente era modelado por um futuro sempre superior, em função da exaltação da noção de progresso. Com a superação do regime antigo, no qual o horizonte de expectativas era delimitado pelo

²⁰⁹ BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. Op. cit., p. 97.

espaço de experiência e, portanto, passadista, e com a crise do moderno, no qual a dinâmica do tempo era ditada pelo futuro, sempre diferente das experiências passadas e a elas superior, portanto futurista, estamos no presentismo. O que vem pela frente é ameaçador demais, inquietante demais, fiquemos no presente, sempre estendido e dilatado.

Dissemos, no entanto, que tal experiência não é universal e homogênea o suficiente para influenciar todos os indivíduos ao mesmo tempo, e que essa velocidade acelerada, por exemplo, tão perceptível para quem está inserido em espaços mais tecnológicos, pode não aparecer assim para quem não tem acesso a tais meios. Os sujeitos sociais participam de experiências de temporalidade diferentes. E é aí que se encontra uma chave para compreendermos por que movimentos como o que estamos tratando não estão, como boa parte dos sujeitos sociais, fugindo do futuro nesse presente distendido, mas ao contrário, já fazendo outro, diferente, em seu interior.

De acordo com Hartog, ao longo do século XX, diante do presentismo, foram formuladas duas proposições fortes: o “princípio de responsabilidade”, elaborado pelo filósofo Hans Jonas, e o princípio de precaução. De acordo com o autor, na adoção de ambos os princípios é possível dar as costas ao presentismo, nesse sentido de um retraimento sobre o presente. Em sua avaliação, ao pensar tanto na responsabilidade quanto na precaução, pode-se concluir algo razoavelmente parecido. Em suas palavras:

Levar em conta e, se possível, encarregar-se do futuro, mesmo frente às suas incertezas, é toda sua razão de ser: até o futuro o mais distante pelo princípio de responsabilidade, um futuro, inicialmente e antes de tudo, apreendido como incerto pelo princípio de precaução.²¹⁰

De acordo com Hartog, os princípios são apresentados em temporalidades diferentes. Jonas lança o seu no fim da década de 1970, mas remonta seu sentido à década de 1960. Ao chamar a atenção para os avanços científicos já daquele período e os riscos que eles traziam para a natureza, por exemplo, a obra do filósofo²¹¹ ganharia adesão, sobretudo, do movimento ecologista. Seu imperativo, citado por Hartog, deixa bem claro porque movimentos ligados à proteção do meio ambiente poderiam interessar ao autor: “Aja de maneira que os efeitos de

²¹⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Op. cit., p. 251.

²¹¹ JONAS, Hans. *O princípio de responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra”²¹². Desse modo, de acordo com Hartog, Jonas funda uma nova ética para aquele período tão conturbado, que assim nos é apresentada:

Assim, a ética da “escatologia revolucionária”, como a nomeia Jonas, é uma ética de “transição”, enquanto a que ele busca fundar deveria ser não escatológica e antiutópica, mas preocupada ao mesmo tempo com o futuro e o presente, os contemporâneos e os homens futuros em nome da ideia de homem.²¹³

Analisando com vagar a citação, podemos realmente perceber que, ao se adotar o princípio de Jonas, passa-se a ter outra relação com o presente e com o futuro. Não retornamos, como no regime de historicidade moderno, a uma percepção otimista, baseada na ideia de progresso e de que o que nos espera será sempre melhor. Isso não procede. Mas a convicção dos riscos que são engendrados no futuro a partir do presente, com o uso da noção de responsabilidade, retira aquela postura, resultante do presentismo, de desejo de permanência, de sensação de anestesia, que conduzia a certa inação. A consciência de que o futuro é efetivado a partir do presente e que o sentimento de responsabilidade em relação a ele conduz o sujeito imbuído desta a estabelecer uma relação ativa com o seu agora, com vistas a construir um porvir mais adequado ao homem, que por certo não será ele, que já não existirá mais.

O princípio de precaução, baseado na responsabilidade, surge na esteira das mobilizações ecológicas da década de 1990, sobretudo da Eco 92, realizada no Rio de Janeiro. A ideia geral, muito parecida com a encontrada no princípio de Jonas, é de que o fato de não conhecermos exatamente o que virá no futuro não deve retardar a adoção de medidas já, de modo que possam impedir prejuízos graves e irreversíveis ao meio ambiente. De acordo com Hartog, com o passar do tempo, do “meio ambiente, sua aplicação se estendeu aos problemas ligados à alimentação e à saúde. Mais amplamente, é um ponto de ancoragem de todas as iniciativas que procuram fazer prevalecer a noção de desenvolvimento sustentável.”²¹⁴

²¹² HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Op. cit., p. 253.

²¹³ Idem, *ibidem*, p. 252-253.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 254-255.

Como podemos ver, os indivíduos que adotam um dos princípios, ou ambos, já que um é praticamente o desenvolvimento do outro, passam a ter em relação ao futuro uma posição diferente daquela apresentada pela maioria mergulhada no presentismo. Longe de ser um otimismo ingênuo, trata-se de uma postura ativa, que faz com que se construa a herança para as gerações futuras a partir do agora, ativamente. Essa postura talvez seja manifesta naquela diferença de nomenclatura que nos foi apresentada acima por Raúl Ornelas, entre “para o futuro” e no “tempo longo”. Os participantes do movimento zapatista, assim como os do MST, ao projetarem um “novo mundo”, não o fazem para esperarem-no lá adiante, parados no presente. Esperam construí-lo, a partir do presente, efetivado em suas ações. Entendem que o que querem é o melhor não só para eles, mas para toda uma humanidade a qual eles idealizam, em um conceito renovado do que seja o “homem”, e estão dispostos à intervenção no agora para torná-lo possível.

A agroecologia, para o MST, é o melhor para um novo tipo de homem, mais saudável, mais solidário com os outros homens e com o espaço que o cerca. O embate com o agronegócio, para que ela seja implantada, deve ser realizado agora, em nome de um futuro mais humano. O *Jornal das Crianças Sem Terrinha*, como vimos, prepara as gerações desde sua idade mais tenra para que vivam nesse futuro novo, que está sendo construído no agora, pensado no “tempo longo”.

Desse modo, se nossa leitura de Hartog estiver razoavelmente coerente, é exatamente a adoção de princípios que engajem o sujeito em causas de maior alcance que permite a nossos sujeitos sociais, assim como a tantos outros igualmente engajados em todas as partes do globo, escapar da sensação anestesiante do medo do futuro, que mergulha o indivíduo nas correntes da hiperindividualização e do hiperconsumismo. Ao fazerem isso, em tempos de presentismo, eles passam a ter outras experiências de passado, de presente e de futuro, que podem impulsioná-los, exatamente, para este último. Citando-o uma última vez:

Do ponto de vista da temporalidade, as noções de irreversibilidade e de desenvolvimento sustentável encerram, de fato, a visão de um tempo contínuo, sem rupturas: de nós até as gerações futuras ou dessas gerações até nós. Olha-se o futuro, com certeza, mas a partir de um presente contínuo, sem solução de continuidade nem revolução.²¹⁵

²¹⁵ Idem, ibidem, p. 256.

Penso que a noção de continuidade entre presente e futuro, apresentada pelo autor, corresponde bem à percepção do “tempo longo”, como apresentado por Ornelas, com um futuro que se entende melhor para o homem sendo produzido a partir do agora, da atividade das ações cotidianas dos agentes dos movimentos.

Assim como no espaço agrário novas experiências vão sendo realizadas, em outros campos isso também vai acontecendo. André Gorz nos lembra como podemos encontrar tais ações, por exemplo, em outro espaço social muito distinto, que é o do mundo da informática, no movimento dos anarco-comunistas dos programas livres. É uma prática subversiva nova, que visa estabelecer outras relações no campo do espaço cibernético. Para Gorz, esse é o protótipo das ações que podem realmente efetivar alterações no sistema. Para o autor, não

haverá revolução pela derrubada do sistema por forças exteriores. A negação do sistema se espalha em seu interior por meio de práticas alternativas que ele próprio suscita, dentre as quais as mais perigosas para ele são exatamente aquelas das quais ele não pode se abster.²¹⁶

Portanto, trata-se de outro autor, como podemos ver, que entende que não devemos esperar que o outro mundo possível nos seja apresentado primeiro para passar a existir depois, mas que parece acreditar que ele vai ser feito enquanto estiver sendo feito, com o alastramento, pelo tecido social, de práticas alternativas àquelas que atualmente se apresentam como hegemônicas. Se entendemos as coisas dessa forma, a pluralidade e mesmo excentricidade dos sujeitos aglutinados em torno do slogan “um outro mundo é possível” não nos parece ser uma desvantagem, como aparentemente o percebe Lipovetsky, mas a própria possibilidade de difusão de ações que, efetivadas em diversos campos sociais ao mesmo tempo, têm o poder de minar esse sistema no “tempo longo”, como um todo. Como em Hartog, Gorz também não enxerga uma tendência à revolução, termo tão forte em outras épocas, sobretudo na modernidade. As práticas que darão origem ao novo, tanto para um como para o outro, parece que virão da ação contínua e perseverante dos sujeitos mais diversos, inventando as mais diferentes formas novas de vivência em todas as partes do mundo.

Tendemos a concluir, portanto, que o MST tem sua força exatamente, como nos afirmou Milton Santos, no fato de reunir os despossuídos, que fazem da necessidade um ponto de força e de motivação para a luta. Percebemos que desde o seu princípio ele colocou pontos

²¹⁶ GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 70.

claros sobre suas possibilidades dentro de uma sociedade regulada pela lógica capitalista e teve uma posição nitidamente contrária a tal sistema. Manifestou sua oposição ao falar sobre o imperialismo norte-americano, neoliberalismo, controle da agricultura pelas grandes empresas internacionais e sobre as instituições que representam tudo isso, como a OMC e o FMI.

Ao longo do percurso do MST, nos governos de Fernando Collor de Melo/Itamar Franco (março de 1990 a dezembro de 1994) e Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995 a dezembro de 2002), essa lógica do capitalismo atingiu provavelmente seus pontos máximos, e por isso também foi o período em que o movimento mais fez oposição ao modelo e mais demonstrou preocupação com a fundamentação intelectual de seus argumentos. O advento dos governos considerados então de esquerda, com o PT e Lula, que tanta expectativa gerou no momento em que ocorreu, no entanto muito rapidamente substituiu o sentimento da esperança pelo da frustração, e o movimento preferiu manter-se em uma posição de autonomia, como vimos, complicada em função da diversidade de concepções dos seus participantes.

Com o advento de meios de comunicação mais eficientes e rápidos, e mais globais também, o MST se inseriu na rede e usou isso de forma proveitosa. Difunde suas percepções, arregimenta simpatizantes e participantes, se comunica e interage. Trabalha pela elaboração de uma nova forma de interação social, que seja mais respeitosa com os recursos naturais, que estabeleça relações mais harmoniosas entre os indivíduos e que produza uma forma de economia que supere as explorações gritantes de uns homens por outros. Não há perfeição na ação, e existem diversas ambiguidades nas relações com o Estado e com o próprio agronegócio que, como dito, por vezes busca cooptar membros dos assentamentos, e é possível que tenha seus êxitos, principalmente se houver dificuldade da parte do assentado de produzir sua subsistência a contento.

Talvez os avanços sejam pequenos se os comparamos com o sucesso da manutenção da ordem vigente. No entanto, acredito que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, juntamente com os movimentos das mulheres, dos negros, dos operários, dos estudantes e tantos outros grupos, leva discursos novos e práticas diferentes para seus espaços de interação. Isso muito provavelmente insere um fragmento de dúvida em um ou outro indivíduo, produz questionamento, altera, ainda que infimamente, o que está posto. No momento de fluidez no qual nos encontramos, com muitas antigas certezas abaladas, quem sabe, para a conquista da população pobre, essa estratégia não seja a mais sensata? Um ataque

difuso, aparentemente inofensivo, mas constantemente renovado, avaliado, alterado. Se outro mundo é possível é difícil saber ao certo. No entanto, movimentos como o MST parecem não ter dúvida quanto a uma coisa: por meio das experiências cotidianas que vão mudando os espaços em que os camponeses estão inseridos, vale a pena lutar por ele.

A pátria chama os seus filhos,
ouve-se a voz da pátria a chamar,
a chamar, e tu que até hoje nada
mereceste, nem o pão para a
fome que tens, nem o remédio
para a doença que te tem, nem o
saber para a ignorância, tu, filho
desta mãe que tem estado à
espera desde que nasceste

José Saramago, *Levantado do Chão*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos, ao longo do trabalho, do tipo de individualismo que marca as sociedades atuais, que denominamos aqui de hipermodernas. Optamos pelo prefixo “hiper”, acompanhando Gilles Lipovetsky porque, além de fazer referência ao hipertexto da internet, que nos conduz sempre a um novo texto, sem nunca encerrar o processo, ele demonstra, ao pensarmos no seu significado mais comum, que o que ocorre é uma acentuação das tendências de individualismo já presentes desde o início do capitalismo. Tal acentuação, evidentemente, tem uma diversidade de causas. Das que elencamos com mais detalhes no corpo do texto, vale ressaltar um tipo de consumo também cada vez mais individualizado, conduzindo a uma atomização crescente dos sujeitos, o questionamento das hierarquias verticais, tremendamente lícito, nas décadas de 1960/70, mas que os deixa sem um padrão exato de comportamento e vínculo, gerando certo desconforto no processo de socialização.

De acordo com Lipovetsky e Bauman, o homem resultante desse processo de individualização tão radical vive uma experiência de isolamento desconfortável, já que o tecido social não apresenta regularidades suficientes para que ele transite com segurança. O segundo chega a utilizar o termo “homem modulado” e a falar de uma tríade de sentimentos que tenderia a ser vivenciada quase que necessariamente pelo homem líquido-moderno: insegurança, incerteza e ansiedade.

Com Koselleck e Hartog, analisamos o que provavelmente, do ponto de vista da percepção histórica, seja a principal causa para o que este denomina de crise do regime moderno de historicidade: o distanciamento entre o espaço de experiência, que é produzido a partir da interação entre presente e passado, e o horizonte de expectativa, resultado da projeção do futuro no momento vivido pelo sujeito. A distância, que vai ficando cada vez maior em função da exaltação da noção de progresso, chega ao ponto da ruptura, quando o futuro vai deixando de ser uma promessa de algo bom para se tornar, cada vez mais, incerto e ameaçador. Daí essa distensão do presente, esse mergulho nele, denominado por Hartog de presentismo. Como ele lembra, com os índices de desemprego cada vez mais elevados, ou seja, futuro cada vez mais incerto, o presente passa a ser cada vez mais o espaço no qual se abrigar.

Diante dessa sensação de insegurança e de incerteza, com as tendências ao individualismo e ao consumismo conduzindo à propensão a uma desagregação e desengajamento cada vez maiores, o MST surge e se desenvolve. Como dissemos, o tratamento de tais circunstâncias se deu exatamente para que se compreendesse que o ambiente é inóspito para os movimentos sociais em geral ainda mais para uma forma de organização que exige os níveis de engajamento propostos pelo nosso objeto de estudo, em particular.

Além disso, como resultado prático desse distanciamento na sociabilidade cotidiana entre os indivíduos tem-se, segundo Richard Sennet, uma crise em uma das noções mais importantes para a vida em sociedade: a confiança. Os laços na família, na escola, no trabalho, por mais que sejam utilitários, devem envolver, em alguma medida, essa palavra. É que se o empregado não confia que o patrão vai lhe pagar corretamente no final do mês, ele tem menos motivos para estabelecer vínculos duradouros com essa empresa. Pode permanecer nela enquanto não acha nada mais seguro, mas, caso encontre, tende a sair. Se entre pais e filhos, professores e estudantes ou outros sujeitos que convivem a confiança também se esvai aos poucos, podemos esperar laços menos duradouros, mais transitórios e utilitários. Tais laços não foram, como visto ao longo do trabalho, o tipo de relação na qual o MST apostou para que durasse tanto tempo com tanta visibilidade no país e internacionalmente.

Com o espalhamento desse modelo econômico capitalista de mercado, com menores possibilidades do Estado de gerir as mazelas geradas pela sua dinâmica, tratamos também do tema da violência. Para tanto, resolvemos inserir as reflexões de Slavoj Žižek e de Milton Santos. A eles somamos autores já citados acima, como Bauman. A violência se alastra, e nosso movimento é um dos que tornam isso mais evidente, até porque há uma ação que pode ser considerada violenta: a entrada em um pedaço de terra que, pela compreensão jurídica do momento, pertence a outra pessoa. Foi exatamente por isso que inserimos na nossa discussão a reflexão de Žižek.

Esses autores nos permitiram chegar a uma conclusão interessante sobre a violência: entenderemos o MST e a ocupação como atos violentos sim, e acentuaremos ainda mais tal agressividade se a inserirmos no que Žižek chama de um “nível zero de violência”, que não existe. A violência do movimento, denominada por ele de subjetiva, realizada por indivíduos, é uma resposta a outra, mais sórdida, porque aparentemente inexistente, sistêmica, chamada de objetiva. Não ter do que viver é ser sofrer violência. Não ter onde morar, o que comer,

como educar os filhos, é sofrer níveis elevadíssimos de agressão física e mental. Se nos esquecermos disso, entenderemos erroneamente, na percepção de Zizek, de Milton Santos – que também aborda a questão da violência sistêmica – e na minha, que a ação do movimento é gratuita, irresponsável, desnecessária. Se a compreendermos como uma resposta a algo, sua tonalidade pode mudar significativamente.

A insegurança, o individualismo e a sensação de isolamento que descrevemos no trabalho são reforçados pelo distanciamento do Estado-Nação. A relação com as instituições políticas vai ficando comprometida pelo próprio processo de globalização, que insere a política em uma teia (rede) complexa de agentes sociais com forças díspares, dentre eles os econômicos, que demandam dos governantes uma intervenção muito moderada, sobretudo com as questões financeiras, conferindo-lhes no máximo a capacidade de coordenação, mas não de tomada absoluta de decisões. Desse modo, em um momento no qual talvez os cidadãos de alguns espaços mais precisem da atuação mais próxima do Estado para resolver suas demandas, ele tem, provavelmente, as menores possibilidades de fazê-lo. Isso vai criando, de acordo com Norbert Lechner, que também trouxemos para a análise do tema, uma crise de legitimidade que distancia os indivíduos da política e do político, ampliando o problema da confiança já apresentado.

Vimos, ainda, que no Brasil, no qual o MST surgiu e se desenvolveu, duas tônicas marcaram nitidamente as ações governamentais: a ausência de compromisso com a realização da reforma agrária e um distanciamento, em alguns momentos mais nítido do que em outros, de suas atribuições sociais. O momento de surgimento do nosso movimento era marcado pelos reflexos de uma opção no que se refere à questão agrária denominada de modernização conservadora. Na década de 1990, com a reforma do aparelho de estado de Fernando Henrique Cardoso, as instâncias políticas se afastavam ainda mais de suas atribuições, em favor da sociedade civil organizada (ONGs) e, sobretudo, do mercado.

Desse modo, foi nesse contexto de violência sistêmica e de afastamento cada vez maior do Estado de suas atribuições que o MST difundiu suas mensagens por meio das mídias que foram aqui nossa fonte central de pesquisa. No capítulo 2 analisamos o MST ainda em seu caráter mais clássico, de movimento agrário com meta central na reforma agrária. Nos primeiros anos de jornal, até porque ele era um boletim de um acampamento específico, a ênfase era essencialmente nisso. Desde muito cedo, no entanto, percebe-se que essa questão sempre foi entendida de forma muito ampla. Quase nunca a questão da distribuição de terras

no país foi encarada como simples forma de garantia de um pedaço de chão aos membros das ocupações. Na maioria esmagadora dos discursos apresentados pelo movimento, percebe-se uma compreensão de que a distribuição das terras do país de forma mais equitativa é a única maneira de se promover, em definitivo, a justiça social.

Essa concepção, mais abrangente, menos imediatista e utilitária, com certeza não é fácil de ser inculcada nos participantes do movimento em cada espaço longínquo em que se encontram. É preciso que tenhamos clareza quanto a isso. Exatamente por isso, como vimos, o MST investiu, desde muito cedo, grande parte das suas forças nos seus meios de comunicação na formação de seus membros. Isso se realizou por meio do encorajamento, presente nos jornais desde o período do boletim, de que a luta surtiria efeitos. Com o tempo, no entanto, vimos como, mesmo nas edições do Jornal Sem Terra, havia um espaço destacado para matérias de caráter ideológico, fossem elas escritas por intelectuais, nas partes dedicadas ao estudo, quanto por lideranças do próprio MST. O Jornal das Crianças Sem Terrinha buscava, como apresentado também, formar valores, como o da solidariedade, desde a infância dos membros. A Escola Nacional Florestan Fernandes foi uma aposta alta, que completa dez anos, na necessidade de formação política contínua de lideranças para a continuidade da luta.

A relação mais específica do movimento com o Estado, na maioria do tempo, foi de posicionamento crítico, apesar da dependência. Dependência jurídica, porque tanto a avaliação das práticas do movimento quanto da produtividade ou não das terras ocupadas eram de responsabilidade das instâncias estatais. Dependência financeira, porque o financiamento da terra conquistada, das melhorias e a manutenção da assistência técnica também passam pela relação com órgãos do governo, por vezes em uma relação de simbiose com as ONGs que, como vimos, é em certa medida paradoxal. Elas ganham muita força na década de 1990, ocupando o espaço dos movimentos clássicos, em função, sobretudo, de sua efetividade, mas o MST teve que manter, ou pelo menos assim quis parecer que o fosse, algum vínculo com algumas delas, para a sua manutenção e dos assentamentos, como nos mostrou Maria da Glória Gohn.

Mas durante a maior parte do tempo a relação do movimento com o Estado foi tensa, e isso em função de uma compreensão que era manifesta desde o início, de que nos moldes do Estado burguês não haverá alteração significativa das relações agrárias. Durante a década de 1980 o movimento se engajou em lutas sociais mais amplas, como foi o caso do movimento

das “Diretas Já”. No entanto, percebemos que existia uma convicção clara de que não eram as eleições que resolveriam o problema da terra no país. Houve uma aproximação, desde muito cedo, entre o MST e o PT, principalmente na figura de Luís Inácio Lula da Silva, assim como da CUT. Portanto, era natural que o movimento se engajasse nessas demandas mais gerais. No entanto, ao longo do tempo, o discurso foi se cristalizando de forma mais nítida, apontando para onde as convicções dos membros da direção pareciam realmente acreditar que as coisas deveriam se encaminhar. Pudemos perceber isso em dois momentos distintos.

Em primeiro lugar, em uma edição de 1986, uma matéria dizia que a reforma agrária no Brasil seria do tamanho que o movimento fizesse, e que não adiantava esperar, definitivamente, que o Estado tomasse alguma iniciativa significativa para realmente alterar o estado de coisas. Vê-se, portanto, que o movimento continuava querendo o que sempre quis, desde o começo, lá na Encruzilhada Natalino: a reforma agrária. No entanto, não tinha a menor expectativa de que as instituições políticas levassem isso a cabo e, portanto, sabia que teria que fazê-lo por si mesmo.

Em outro momento, líamos em edição de 1988 a expressão “governo da burguesia”. Aí a coisa foi se tornando, na nossa análise, um pouco mais clara. Não encontramos em nossos estudos bibliográficos nenhum texto que nos apresentasse até que ponto, exatamente, vai a influência do marxismo dentro do MST, mas que ela existe, disso não há dúvida. A partir daí, e pelo que foi dito acima, é possível compreender porque o movimento entendia que quem governa para os burgueses não poderia defender os interesses dos trabalhadores do campo, restando a eles mesmos realizarem as mudanças que desejavam, a partir de suas próprias forças.

Existiu, como vimos, uma suspensão muito curta desse sentimento de descrença em relação às instituições políticas quando da eleição, para o seu primeiro mandato, de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores. Vimos, no entanto, que a esperança deu lugar à frustração, e isso sem muita demora, pois o PT representou, em boa parte das suas políticas, inclusive naquelas que se referiam ao campo, uma continuidade da tendência neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

A avaliação do governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula, também do PT, foi ainda pior. Ao final do seu primeiro mandato, sua gestão para o campo foi considerada a pior em vinte anos, ou seja, inferior mesmo à de Fernando Henrique Cardoso, e a escolha de uma velha inimiga do movimento de luta pela terra para o Ministério da Agricultura mostrou todo

o distanciamento que um governante é capaz de manter das demandas sociais, não, evidentemente, sem que ela enfrentasse as duras críticas do MST, algumas das quais trouxemos para o texto.

Isso, provavelmente, reforça no movimento a ideia mestra, presente desde a década de 1980, de que “no capitalismo não há solidariedade”. E se não há, realmente não resta outra opção que não a de lutar por “um outro mundo”. O que quisemos mostrar aqui é que tal tendência já existe no movimento desde as suas origens, em função dessa compreensão clara de que transformações significativas não seriam possíveis nos moldes capitalistas. O caminho para tanto, assim, foi sendo traçado.

A primeira conquista do MST veio em 1983, ainda no Rio Grande do Sul. O movimento já tinha então um caráter regional, aglutinando estados do sul e centro-oeste. Em 1985 veio a nacionalização e, como vimos na sequência do texto, a internacionalização. Das demandas por terra para as famílias que se encontravam especificamente nos acampamentos, muito rapidamente o Jornal Sem Terra passou para a abordagem de temas políticos e econômicos de caráter nacional e internacional.

Líamos, em edição do jornal de 1988, a afirmação categórica do movimento de que o seu verdadeiro objetivo seria o de construir uma sociedade mais justa, que é a socialista. Novamente reiteramos que é muito difícil saber aqui até que ponto isso se aproxima ou se distancia do marxismo mais ortodoxo, mas conseguimos compreender, por meio de um enredo tecido no segundo capítulo, que se trata, no mínimo, de uma sociedade não capitalista, o que já nos é suficiente. O movimento tem um caráter revolucionário, apesar de, na maioria do tempo, lutar por aquilo que é mais simples, o direito à propriedade da terra (capitalista) para aqueles que dele participam. Parece contraditório, mas particularmente não acho que seja. É que os membros sabem da dificuldade de se atingir o resultado mais ambicioso e, portanto, enquanto ele não chega, buscam a realização de mudanças também significativas e mais facilmente atingíveis.

Então o movimento mudou os planos, alterou o foco, e não quer mais o que queria no começo? Seu caráter mais revolucionário representa o abandono da causa da reforma agrária? Parece-nos que não; trata-se do contrário. Com o passar do tempo o MST pôde perceber que para consolidar as relações que queria no campo ele teria que ampliar seu foco de luta e partir para discussões mais abrangentes. Quando começou a fazê-lo, muito rapidamente também percebeu que isso não seria possível tão somente em nível nacional, mas as redes de

solidariedade deveriam extrapolar as fronteiras do país. Portanto, em linhas gerais, não há um abandono das demandas do campo, agrárias, que estão presentes na pauta desde 1981, mas sim a necessidade de uma radicalização das ações de forma mais ampla, para que as mesmas sejam atingidas.

Foi desse modo que chegamos ao terceiro capítulo, que visou acompanhar o MST na sua transição de uma luta mais específica pela reforma agrária ao seu confronto com o neoliberalismo, o imperialismo e seus representantes institucionais, como os EUA, o FMI e a OMC, assim como a sua inserção em uma rede de formas de mobilização social mundialmente conectadas. A partir daí pudemos avaliar o movimento dentro da tendência denominada de altermundialismo, que é uma convicção de que um outro mundo é possível, aglutinadora de agentes sociais das mais diversas tendências e nacionalidades, cuja representação mais perceptível é, provavelmente, o Fórum Social Mundial.

Como já dissemos, um olhar displicente poderia apontar para uma perda de foco ou mudança de objetivos por parte do MST. O olhar mais atento, no entanto, vai perceber, mês a mês, que os líderes do movimento puderam entender, de forma razoavelmente consciente, que as novas relações que buscavam no campo não poderiam acontecer dissociadas de mudanças mais expressivas no sistema social em geral. Não era possível pensar em um “novo agrário” coexistindo com uma sociedade capitalista, funcionando em bases neoliberais e controlada por um capital cada vez mais fluido e concentrado, em termos de quem o tem. Novas relações no campo exigiam outras relações em geral: “outro mundo”.

O vínculo mais direto entre nosso sujeito e tal luta planetária é a Via Campesina, provavelmente o grande braço camponês do altermundialismo. Antes disso, porém, vimos uma primeira organização continental, fundada também pelo MST, junto com outros sujeitos latino-americanos, que é a CLOC. Ainda na década de 1990 o movimento se insere na rede mundial de computadores, o que potencializa a difusão de mensagens em diversos suportes e o contato e a interação com agentes de todo o planeta. Além do site, a página em uma das redes sociais mais populares da atualidade, o Facebook, e uma conta no Twitter permitem a difusão de textos, imagens e vídeos no espaço virtual.

Na página principal do MST na internet está explicitada sua vinculação a essas redes de movimentos agrários internacionais. Como bandeiras comuns a tantos movimentos diferentes de camponeses do mundo todo, a luta contra o neoliberalismo, a sustentabilidade, novas relações dos homens entre si e com a natureza. Como são amplas demais, tais

temáticas, provavelmente, permitem a acomodação de sujeitos tão distintos. A efetivação disso, no entanto, possivelmente se dê de forma bastante regionalizada.

A Via, no entanto, é só um aspecto de uma grande teia que envolve mulheres, estudantes, etnias diversas, ambientalistas, ONGs, em um objetivo maior de construir uma sociedade diferente, ou, provavelmente, o que é a mesma coisa, formas de sociabilidade distintas das que aí estão, e que ainda não estão completamente delimitadas. Todos esses sujeitos têm como ponto de confluência o Fórum Social Mundial. No nosso estudo percebemos que ele não se propõe como mais um movimento, mas muito mais como um espaço de aglutinação de grupos, demandas, ideias, experiências, projetos. Uma rede de sujeitos, vinculados a formas de organização, avaliando novas formas de luta contra um tipo de ordem social que incomoda a todos eles, provavelmente cada um em um aspecto e de uma maneira.

Em um momento, como dito acima, em que o hiperindividualismo gera uma tendência ao desengajamento político e social, porque os Estados vão se afastando e, até em função disso, a eficácia das ações dos movimentos pode ser questionada, há quem insista em persistir na luta e ampliá-la. Os laços de confiança, tão importantes para a sociabilidade, de acordo com Sennet, tendem a ser comprometidos em função dessa nova lógica. No entanto, Milton Santos nos mostra que no momento da necessidade, em função da opressão, quando os sujeitos sentem o que Žižek denomina de violência objetiva, novos laços de solidariedade, com uma força renovada, podem aparecer. E sujeitos engajados assim podem propor que se globalizem outros valores e formas de vida.

Foi assim que conseguimos perceber, desde a década de 1980, a batalha ideológica do MST contra o neoliberalismo, o imperialismo e suas instituições representativas. Seu engajamento, primeiro muito próximo com a América Latina, como demonstrado no corpo do texto, exemplificado na campanha ferrenha contra a adesão à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), depois dialogando com a África ou com a Ásia. Poderia surgir, no entanto, a pergunta: e a reforma agrária? E o movimento nos responde: como a queremos, ela só é viável em uma sociedade com relações gerais diferentes dessas que aí estão. Se sem terra não há democracia, nas relações capitalistas ela também não pode existir. Mas ela em nenhum momento deixou de ser o foco central.

Dentre os motivos mais diretos, encontra-se o caráter concentrador do sistema. O MST defende a presença da pequena propriedade, com a agricultura familiar ou a cooperativa como

formas de organização preferíveis, baseadas em relações mais comunitárias, assim como a agroecologia. A questão, desde o começo, era um embate contra o latifúndio, que ao longo do tempo modifica o seu nome, mantendo essencialmente sua lógica concentracionista: o agronegócio. As empresas tendem a ocupar cada vez mais espaço no meio agrário, inserindo nele sua lógica do lucro. O tipo de propriedade defendida pelo movimento, portanto, não pode coexistir pacificamente com o sistema capitalista, na sua versão mais neoliberal, em geral.

Outra tendência que percebemos nitidamente é certo engajamento ecológico-ambiental por parte do movimento, que vai se tornando mais intenso e consciente ao longo dos anos. No centro disso, em certo momento, a partir dos anos 2000, surge o debate sobre os transgênicos. Fomos conduzidos à tentativa de compreensão desse movimento e, de novo, percebemos uma coerência com as causas mais iniciais: defesa da pequena propriedade, das relações tradicionais do campo, da autonomia do pequeno agricultor. Como isso pode ser entendido?

É que a evolução dos transgênicos, entendida no contexto geral do que é denominado Revolução Verde, termina por envolver o desenvolvimento de pesquisas onerosas no campo, principalmente das sementes e dos insumos agrícolas. Desse modo, o que se tem visto, e foi trabalhado no capítulo três, é que o meio agrícola em geral fica na dependência cada vez maior de uma tecnologia concentrada nas mãos de um número pequeno de empresas transnacionais. É contra isso, sobretudo, que a Via Campesina e os movimentos vinculados a ela, como o MST, têm lutado. É claro que também existe a preocupação com os impactos ambientais e com a saúde, presentes na adoção das novas tecnologias no campo. No entanto, percebemos a preocupação com a denúncia de um jogo de forças cada vez mais injusto. A consolidação da pequena propriedade, da agricultura familiar, da forma cooperativa de produção – causas do movimento desde o seu início – exige o engajamento na luta contra uma forma de produção mundializada, global.

Os caminhos que conduziram o movimento a tanta visibilidade nacional e internacional, à conquista de tantos simpatizantes e adversários, não foram, evidentemente, livre de ambiguidades. A relação complexa com as ONGs, das quais provêm tanto recursos quanto assistência técnica para os assentamentos, é só uma das facetas. Como já apontado no texto, é ambígua a relação do movimento com o Estado, e isso se tornou ainda mais evidente no período em que Lula chegou ao poder. Vimos naquele momento uma comemoração e uma percepção de que a luta de classes poderia ser vencida por meio de um processo eleitoral que negam completamente as concepções marxistas demonstradas em diversos outros momentos.

Já foi dito que demonstramos uma compreensão com relação a isso baseada na relação histórica entre o MST e a figura do petista. Mas mesmo depois que seu governo se afasta do que seria esperado pelos movimentos sociais, a relação continua complicada, levando ao surgimento de alas dentro do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: os que queriam mais proximidade, em nome de mais benefícios; os que queriam mais distância, em nome de mais coerência. Pudemos ler a fala de Stédile que afirmava concordar com ambas. As relações são complexas.

Como tratamos, por todo o tempo, das representações difundidas pelo MST em suas principais mídias, aqui entendidas no sentido elaborado pelo historiador Roger Chartier, temos consciência de que não captamos o que seja o MST em toda a sua complexidade. Já tínhamos, ao longo do texto, apontado para isso. Entendemos que o que se apresentou aqui foram as concepções de mundo das lideranças do movimento, mas que, para serem elaboradas, muito provavelmente levaram em conta a realidade vivida por seus membros nos mais diversos espaços. Basta lembrar que, na grande maioria das publicações, as realidades vividas pelos assentamentos e ocupações em diversas regiões do país eram noticiadas. No entanto, não se podem desconsiderar as ambiguidades existentes entre os projetos dos líderes e aquele elaborado pelos sujeitos espalhados pelo país, às vezes mais pontuais, às vezes mais amplos. O surgimento das alas distintas no que se refere à distância adequada ao governo Lula deve ter sido uma das várias divergências que os indivíduos envolvidos na construção do MST tiveram que enfrentar na sua constituição e que, provavelmente, não apareceram nos seus meios de comunicação.

Ambiguidades e conflitos internos à parte, o que compreendemos é que não restou ao MST outra alternativa a não ser ampliar seu foco de luta, para manter-se fiel a suas causas da Encruzilhada Natalino, no início da década de 1980. Suas demandas iniciais não têm sentido se a globalização neoliberal se consolidar na sua plenitude. Um campo mais justo, portanto, envolve uma sociedade inteira diferente, isto é, “um outro mundo”. Não nos parece faltar coerência ao movimento. Entendemos que ele seguiu as necessidades do momento. Quanto às formas de organização, também entendemos que exista certa lógica. A sociedade contemporânea é denominada por Manuel Castells de sociedade em rede, tema desenvolvido no primeiro capítulo. É natural que os movimentos se organizem assim, em redes de compartilhamento de objetivos, ideias, experiências, que têm no Fórum Social Mundial um paradigma de relativo sucesso.

Vimos, também no debate sobre o altermundialismo, que existe uma crítica ferrenha dos mais pessimistas, e mesmo de alguns de seus participantes, quanto à sua pretensa falta de efetividade. Dentre os que apontam limites, um autor que utilizamos para entender nossas sociedades, Gilles Lipovetsky, nos dizia que o mesmo capitalismo tão criticado por todos os participantes dessa tendência global é, a um só tempo, a sua única real fonte de unidade. Unidos contra ele, mas unidos “em função” dele. Além da negação do sistema e do apontamento dos seus limites, o autor não consegue enxergar nada de efetivamente positivo. Também membros de movimentos de luta pela terra, como vimos em matérias do Jornal Sem Terra, reclamam da falta de propostas concretas, um limite do próprio formato do espaço/movimento do Fórum Social Mundial, em sua Carta de Fundação, que impede, de fato que ele seja um ambiente de deliberação.

É muito importante, a meu ver, que consigamos avaliar os elementos críticos presentes sobre os objetos que estudamos. É muito provável que Lipovetsky e os membros dos movimentos tenham razão em boa parte dos seus argumentos. O altermundialismo é uma miscelânea de gente muito diferente, e quem acredita que só os que pensam de forma muito parecida podem se organizar de forma efetiva, provavelmente tem que ser bastante cético quanto às possibilidades de isso vir a dar certo. Ainda não existem “verdadeiras alternativas” ou “programas estabelecidos” para substituir o sistema vigente. O Fórum Social Mundial, por exemplo, faz questão de deixar claro que é um espaço, antes de ser um movimento. Se formos medir o valor de uma forma de mobilização pelos resultados efetivos, pelas transformações sociais visíveis, talvez o altermundialismo, na percepção de nosso autor, não tenha o que comemorar.

No entanto, como apresentamos desde o início do trabalho, vivemos em um momento de hiperindividualização, de desengajamento, de afastamento das causas coletivas. A inserção de indivíduos de espaços tão distintos do globo em um espaço compartilhado, na busca de soluções plausíveis é, em si, uma conquista. A ideia de “um outro mundo” pode soar de forma bastante utópica na concepção dos mais críticos. No entanto, não me parece que mudanças sociais significativas tenham ocorrido em algum momento sem que alguém pensasse em um “não lugar”, um lugar que ainda não existia, mas que deveria ser construído. Os movimentos sociais, tenho essa percepção, têm como marca central, em uma parcela significativa, o caráter da defesa de uma sociabilidade diferente da que aí está.

Em tempos de presentismo e de receio de olhar para um futuro incerto, no qual os jovens, enquanto podem, protelam cada vez mais seu ingresso no inóspito mundo da carreira profissional tão insegura, engrossando a geração dos “nem-nem”, movimentos como o que estudamos aqui têm a coragem de encarar as temporalidades de uma forma diferente. Como vimos, na heterogeneidade das relações com o presente, o passado e o futuro, surgiram, no século XX, os princípios de responsabilidade e de precaução, ambos permitindo que quem os adotasse olhasse para o futuro de forma um pouco mais corajosa. Eles estão presentes, sobretudo, no pensamento do desenvolvimento sustentável, que é compartilhado pelo MST com os diversos atores do campo e movimentos ecológicos mundiais. Nesse jeito de se relacionar com o tempo a partir de tais princípios, de acordo com Hartog, do

ponto de vista da relação com o tempo, trata-se simultaneamente de um futuro sem futurismo e de um presente sem presentismo: de um a outro, relacionando-os de alguma maneira, há uma herança que não se deve “degradar”, pois degradaria aqueles que transmitem e aqueles que recebem.¹

Juntando a nossa análise à de Raúl Ornelas, no seu estudo sobre o movimento zapatista no México sobre formas mais autônomas e descentralizadas de governo, a novas formas de se produzir no campo, visando um novo homem e novas relações com a natureza, não estamos mais, seguindo o raciocínio de André Gorz, nos encaminhando para uma revolução geral do sistema. Sem rupturas bruscas, o “outro mundo” será construído no tempo longo, e os envolvidos não esperarão por ele, nem teorizarão sobre como ele será, mas já o estão fazendo, ao se fazerem, no anarco-comunismo dos programas de computador gratuitos, nas comunidades autônomas experienciadas no México, na ocupação dos assentamentos com a ideia da agroecologia, em uma luta constante com o agronegócio, que também busca ocupar esses espaços.

O mundo novo não está pronto – mais um motivo para movimentos como o MST, parte dessa rede complexa de sujeitos planetários, continuar propondo a novidade e construindo-a no seu cotidiano. Talvez não haja configuração definitiva, é muito provável mesmo que ela não exista, o que não inviabiliza a busca por propor algumas e tentar efetivá-las. O capitalismo se desenvolveu, sobretudo nas últimas décadas, de forma mais horizontalizada, fluida, fugidia, em rede. É de se esperar, portanto, que os movimentos que

¹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Op. cit., p. 253.

lutam contra sua hegemonia também desenvolvam novas formas de confronto, difusas, variáveis, cambiantes, adaptáveis. Nesse estágio da pesquisa entendemos que o MST mudou, e contraditório seria se isso não tivesse ocorrido, em um mundo de transformações tão rápidas. Compreendemos que existiram, provavelmente, avanços e retrocessos, como em qualquer forma de organização social. No entanto, àquela primeira tese de que ele simplesmente teria enfraquecido em um contexto inóspito para as democracias e as organizações coletivas, nos sentimos à vontade para contrapor a ideia de que ele se adaptou, se renovou em larga medida, na busca pela consolidação do de sempre, de um campo mais justo, menos concentrado, mais ecológico – bandeiras presentes desde a Encruzilhada Natalino. Ou seja, justiça social. Se ele teve que se nacionalizar, internacionalizar, entrar na internet, na rede, no Fórum, ele o fez, e hoje entendemos que isso não o desfigurou mas, ao contrário, demonstrou sua responsabilidade com as causas pelas quais batalha desde que começou a existir.

DOCUMENTAÇÃO, REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA GERAL

DOCUMENTAÇÃO

A LUTA pela terra e o MST. *Lutas e Conquistas*, 2ª edição, janeiro de 2010, p. 10.

A MOBILIZAÇÃO POPULAR dos sem-terra em 25 de julho. *Jornal Sem Terra*, nº 265, agosto de 2006.

A REFORMA AGRÁRIA no governo Lula: entrevista com assessores do candidato da Frente Brasil Popular. *Jornal Sem Terra*, nº 90, dezembro de 1989, p. 7.

Alimento saudável e politicamente correto. Sinara Sandri. *Revista Sem Terra*, nº 12, abril/maio/junho de 2001, p. 51.

AS ELEIÇÕES no processo de mudança no Brasil. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 266, setembro/outubro de 2006, p. 2.

AVANÇAR na articulação. *Jornal Sem Terra*, nº 70, Fevereiro 1988, p. 2.

AVANÇAR NA ARTICULAÇÃO. *Jornal Sem Terra*, nº 70, fevereiro de 1988, p. 2.

AVANÇAR na articulação. *Jornal Sem Terra*, nº 70, Fevereiro de 1988, p. 2.

BANCO DA TERRA: mais uma enrolação do governo. *Jornal Sem Terra*, nº 176, fevereiro de 1998, p. 15.

BRASIL COMPETE COM VANTAGEM COM MILHO NÃO TRANSGÊNICO. *Jornal Sem Terra*, nº 214, setembro de 2001, p. 10.

BRASIL COMPETE com vantagem com milho não transgênico. *Jornal Sem Terra*, nº 214. Setembro 2001, p. 10.

CAMPIGOTO ,Antoninho. No alvo, o latifúndio improdutivo. *Jornal Sem Terra*, nº 35, Abril de 1984, p. 14.

CAMPIGOTO, Antoninho. No alvo, o latifúndio improdutivo. *Jornal Sem Terra*, nº 35, abril de 1984, p. 14.

CARTA DE PRINCÍPIOS. Fórum Mundial Social, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/multicampi/images/documentos/Carta%20de%20Princ%EDpios%20do%20FSM.pdf>, consultado em 14 de novembro de 2014.

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA. *Jornal Sem Terra*, nº 1, maio de 1981, p. 1.

CARTA dos colonos acampados em Ronda Alta. *Jornal Sem Terra*, nº 1, Maio de 1981, p. 1.

CARTA dos colonos acampados em Ronda Alta. *Jornal Sem Terra*, nº 1, Maio 1981, p. 1.

CONTRA a ideia da força, a força das ideias. Nina Fideles, em entrevista com Geraldo Gasparin. *Jornal Sem Terra*, nº 295, Agosto de 2009, p. 4.

CPT considera Reforma Agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16930>, acessado em 13/01/2015.

DIREÇÃO NACIONAL do MST. A reforma agrária e a disputa de modelos. *Jornal Sem Terra*, nº 260, março de 2006, p. 2.

DIREÇÃO NACIONAL do MST. O momento exige unidade. *Jornal Sem Terra*, nº 301, março de 2010, p. 2.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Um governo vergonhoso! *Jornal Sem Terra*, nº 214, setembro de 2001, p. 2.

DIREÇÃO NACIONAL do MST. Um governo vergonhoso! *Jornal Sem Terra*, nº 214, Setembro de 2001, p. 2.

Entrevista com Milton Temer. *Jornal Sem Terra*, nº 221, Junho 2002, p. 4-5.

ENTREVISTA COM MILTON TEMER. *Jornal Sem Terra*, nº 221, junho de 2002, p. 4-5.

EXECUTIVA NACIONAL do Movimento Sem Terra. Um ano de mentiras. *Jornal Sem Terra*, nº 57, Outubro de 1986, p. 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOVERNO DEVERIA PRIORIZAR A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AGRÁRIOS. *Jornal Sem Terra*, nº 162, setembro de 1996, p. 2.

GOVERNO deveria priorizar a solução dos problemas agrários. *Jornal Sem Terra*, nº 162, Setembro de 1996, p. 2.

GOVERNO usa de má fé para fugir do problema. *Jornal Sem Terra*, nº 4. Junho de 1981, p. 4.

I CONGRESSO LATINO-AMERICANO de Organizações do Campo reafirma unidade na luta. *Jornal Sem Terra*, nº 134, março de 1994, p. 14.

JOGO DURO pela frente. *Jornal Sem Terra*, nº 53, Junho de 1986, p. 3.

Jornal das Crianças Sem Terrinha, nº 24, junho de 2010, p. 1.

JORNAL SEM TERRA, nº 1, maio de 1981, p. 1.

JORNAL SEM TERRA, nº 2, maio de 1981.

JORNAL SEM TERRA, nº 3, junho de 1981.

JORNAL SEM TERRA, nº 35, abril de 1984.

JORNAL SEM TERRA, nº 48, outubro/novembro de 1985.

KÁTIA ABREU recebe “prêmio” do Greenpeace. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/katia-abreu-recebe-premio-do-greenpeace/>, acessado em 12/01/2015.

KÁTIA ABREU, a ministra que desmata a razão. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16929>, acessado em 13/01/2015.

KÁTIA ABREU, o latifúndio ainda existe, e está mais improdutivo. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/16915>, acessado em 12/01/2015.

KURZ, Robert. A estupidez do neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*, nº 151. Setembro 1995, p. 3.

LAVORATI, Liliana. Campesinos lutam por uma verdadeira reforma agrária no Equador. *Jornal Sem Terra*, nº 49. Dezembro 1985, p. 8-9

LEI nº 11.105, de 24 de março de 2005.

LEITE, Sérgio. Reforma Agrária e Geração de Empregos. *Jornal Sem Terra*, nº 135, Abril de 1994, p. 3.

MANIFESTO do MST ao povo brasileiro. Delegados do 4º Congresso Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 203, agosto de 2000, p. 2.

MANSUR, Douglas. A respeito do método (1). *Jornal Sem Terra*, nº 85, julho de 1989, p. 4.

MANSUR, Vinícius. FSM 2009: Foi bom, mas pode mais. Disponível em <http://www.enff.org.br/jornal/290/internacional>, acessado em 23/01/2015.

MORTES NO CAMPO JÁ CHEGAM A 217. Caso Vilmar ainda não esclarecido. *Jornal Sem Terra*, nº 58, novembro/dezembro de 1986, p. 13.

MOVIMENTO EXIGE REFORMA AGRÁRIA. *Jornal Sem Terra*, nº 41, dezembro de 1984/janeiro de 1985, p. 3.

NA LUTA CONTRA o modelo neoliberal. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 199, abril de 2000, p. 2.

NOTA do MST ao povo brasileiro. *Jornal Sem Terra*, nº 307, outubro de 2010, p. 3.

NOVO GOVERNO se compromete apoiar moratória aos transgênicos. *Jornal Sem Terra*, nº 226. Dezembro 2002/Janeiro 2003, p. 11

O CAMINHO para a Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*, nº 76, Setembro de 1988, p. 2.

O MST FAZ A REFORMA AGRÁRIA. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, nº 95, São Paulo, julho/agosto de 1990, p. 7.

O QUE SE FEZ e o que fazer. *Jornal Sem Terra*, nº 49, Dezembro de 1985, p. 2.

OS INIMIGOS da Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*, nº 299, dezembro de 2009. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/8811>, acessado em 12/01/2015.

PARA ACABAR com a violência no campo. *Jornal Sem Terra*, nº 151, Setembro de 1995, p. 2.

PATRÃO IMPERIALISTA agride Panamá. *Jornal Sem Terra*, nº 91, janeiro/fevereiro de 1990, p. 21.

PELA TRANSFORMAÇÃO da agricultura brasileira. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 270, fevereiro/março de 2007, p. 2.

PLANO DIRETOR DE REFORMA do Aparelho do Estado. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Consultado em 02/01/2015.

PRECISAMOS DE COOPERATIVAS mais sólidas. Disponível em <http://www.mst.org.br/Precisamos-de-cooperativas-mais-solidas-afirma-presidente-da-Concrab>, consultado em 02/01/2015; disponível em <http://racismoambiental.net.br/2011/07/12/%E2%80%9Cprecisamos-de-cooperativas-mais-solidas%E2%80%9D-afirma-presidente-da-concrab/>, consultado em 05/02/2015.

PRECISAMOS IMPLANTAR nosso modelo nos assentamentos. Entrevista com Valdir Misnerovicz. *Jornal Sem Terra*, nº 279, janeiro de 2008, p. 5.

PROTESTO DOS AGRICULTORES. *Jornal Sem Terra*, nº 3, junho de 1981, p. 4.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de posse do segundo mandato. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/01/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-2-mandato-de-dilma.html>, acessado em 12/01/2015.

SETOR DE COMUNICAÇÃO do MST. Agrotóxico é problema de saúde pública. *Jornal Sem Terra*, nº 304, junho de 2010.

TAVARES, Joana. ENFF: uma escola em construção. *Jornal Sem Terra*, nº 300, Janeiro/fevereiro de 2010. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/300/destaque>, acessado em 11/01/2015.

TAVARES, Joana. Um novo momento: entrevista com João Pedro Stédile. *Jornal Sem Terra*, nº 290, março de 2009, p. 14.

TEIXEIRA, Gerson. Mais de 5 milhões de pessoas expulsas do campo em 3 anos. *Jornal Sem Terra*, nº 224. Outubro 2002, p. 4.

TERRA DE NEGÓCIO. *Jornal Sem Terra*, nº 40, novembro de 1984, 16.

UMA VITÓRIA do povo. Direção Nacional do MST. *Jornal Sem Terra*, nº 225, novembro de 2002, p. 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In História da Imprensa no Brasil / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). São Paulo: Contexto, 2011

ANDRIOLI, Antônio e FUCHS, Richard (Orgs.). *A semente do mal*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AUGÉ, Marc. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARTRA, Armando (Bartra Vergés). Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEZERRA, Antônio Alves. O jornal dos trabalhadores rurais sem terra e seus temas. Tese de doutorado, PUC/SP, 2011.

BORON, Atilio A. (Org.). *Nova hegemonia mundial*: alternativas de mudança e movimentos sociais. San Pablo: CLASCO, 2005.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves; SANTOS, Paulo César Moreira (coords.). *Conflitos no Campo Brasil 2006*. Goiânia: CPT Nacional do Brasil, 2006.

CARDIM, S. E. de C. S.; VIEIRA, P. de T. L.; VIÉGAS, J. L. R. Análise da estrutura fundiária do Brasil. *Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário*, UFSC, Florianópolis, 18 a 22 de Outubro 1998.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARTIER, Roger. *Á Beira da Falésia*: A História entre Certezas e Inquietudes. Porto Alegre; EdUFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2003.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CLEPS JR, João. & GOMES, Renata Mainenti. Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: a luta pela terra e a construção dos assentamentos rurais. *Revista Unimontes Científica*, Volume 4, número 2, julho/dezembro de 2002.

COLLETI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

LECHNER, Norbert. *Os novos perfis da política: um esboço*. Lua Nova, n° 62, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

LOWY, Michel. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. *Lutas Sociais*, nº 19/20, 2º sem. 2007 e 1º sem. 2008.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade/ Ana Luiza Martins, Tania Regina de Luca*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 2000

MCLUHAN, Herbert Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2002.

MEIRA, Júlio César. *ONGs e reforma do Estado brasileiro: ressignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais?* Uberlândia: 2009

MENDES, Cândido (Coord.) & SOARES, Luiz Eduardo (Edit.). *Pluralismo, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa de (org.). *Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas*. São Paulo: Unesp, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. (organização de Ana Esther Ceceña). Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005

PIRES, Murilo José de Sousa & RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. In: *Revista econômica do Nordeste*, nº 3, Volume 40, julho/setembro de 2009

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès. *Questões para uma história do presente / Agnès Chauveau e Philippe Tétart*. Bauru: EDUSC, 1999

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. *Legalidade vs Legitimidade: representações sobre a democracia no movimento de luta pela terra*. Assentamento Nova Tangará, Uberlândia, 1999-2005. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, INHIS, UFU, 2008.

SINGER, Peter. *Democracia y desobediencia*. Barcelona: Ariel, 1985.

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Brasília, DF: Unesco, 2003

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WARPECHOWSKY, Eduardo Moraes. *Biotechnologias agrícolas e sociedade: disputas sociais e regulamentação dos transgênicos no Brasil*. Uberlândia, 2010, Dissertação de mestrado

WHITAKHER, Chico. *O desafio do Fórum Social: um modo de ver*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos sociais e políticas públicas de reforma agrária no Brasil: conquistas e percalços dos trabalhadores na luta pela terra*. Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Quito, Equador, novembro de 2006.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Atena, 1957.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.

ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 6. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BAQUERO, Marcello. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v. 15, n° 4, out./dez. 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BUARQUE, Cristovam. *A revolução nas prioridades: da modernidade-técnica à modernidade-ética*. Brasília: INED, 1993.

CARR, Edward Hallett. *Que é história?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.. 7ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COSTA, Cléria Botelho da. *Vozes da Terra: lutas e esperanças dos Sem-Terra*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Publifolha, 2000.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.

ESTATUTO DA TERRA. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1990.

FELINTO, Marilene. Viagem ao interior do analfabetismo. *Caros Amigos*, ano XI, número 129, dezembro de 2007.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FUENTES, P. & SCOTTE, H. Terra, trabalho e liberdade. *Revista Movimento em Novo Tempo*. n°2, Janeiro/fevereiro 2005.

GASPAR, Luís Renato Barcellos. *Direito Processual Civil Atualizado, Comentado e Explicado*. Campinas, Impactus, 2006/2007.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will. *No limite da racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e agir comunitário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

JULIEN, Claude. *O Suicídio das Democracias*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

KANT, Immanul. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

LAUREANO, Delze dos Santos. *O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LE-GOFF, Jaques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

LE-GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Márcia Helena de. Um breve histórico da consolidação da reforma agrária no Triângulo Mineiro. *Caminhos de Geografia*, UFU, Fevereiro de 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Barueri, SP: Manole, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

McPERSON, Crawford Brough. *A Democracia Liberal*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, ambientais e de bem-estar social*. Dissertação apresentada no curso de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

PARGA, José Sanchez. Por qué se deslegitima da democracia? El desorden democrático. *Revista Ecuador Debate*. Quito: CAAP, agosto de 2004.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Teoria democrática da resistência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PEDROSO, Regina Célia. *Violência e cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão*. São Paulo: Ática, 2002.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: artes da história & outras linguagens*. São Paulo: Educ, nº 14, p. 25-39, Fevereiro de 1997.

- PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAMONEDA, Josep. *Depois da paixão política*. São Paulo: SENAC, 2000.
- RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- REYDON, Bastiaan Philip. Intervenções nos mercados de terras: uma proposta para a redução do uso especulativo da terra. In: *Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: NEAD, 2000.
- RIBEIRO, Rosana Aparecida. *Reforma Agrária: migração, emprego e renda em Uberlândia (MG). Anais do Simpósio Impasses e dilemas da política de assentamentos*, UNIARA, 2005.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, Vol. 15, nº 30, 1995.
- ROSENFELD, Denis Lerrer. *O que é Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.
- SARNEY, José. *A onda liberal na hora da verdade*. São Paulo: Siciliano, 1999.
- SARTRE, Jean Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Jeane. *Sob o ju(o)go da lei: confronto histórico sobre o direito e a justiça*. Uberlândia: Edufu, 2006.
- SINGER, Peter. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- THUROW, Lester Carl. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *Ensaio Sobre o Manifesto Comunista: a atualidade de um texto de 150 anos*. São Paulo: Xamã, 1998.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade; estudos sobre marginalidade avançada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

WEBER, Max. *Tipos puros de Dominação*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZIZEK, Slavoj. *O amor impiedoso (ou sobre a crença)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que vivemos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. São Paulo: Boitempo, 2013.